MAXIMIANO LEMOS

HISTORIA

DA

MEDICINA EM PORTUGAL

DOUTRINAS E INSTITUIÇÕES

VOLUME I

LISBOA
MANOEL GOMES, EDITOR
LIVREIRO DE SUAS MAGESTADES E ALTEZAS
RUA GARRETT (CHIADO), 70-72

MDCCCXCIX

HISTORIA

DA

MEDICINA EM PORTUGAL

VOLUME I

Maximiano Lemos

HISTORIA

DA

MEDICINA EM PORTUGAL

DOUTRINAS E INSTITUIÇÕES

VOLUME I

LISBOA
MANOEL GOMES, EDITOR
LIVREIRO DE SUAS MAGESTADES E ALTEZAS
RUA GARRETT (CHIADO), 70-72

MDCCCXCIX

O livro que vai lêr-se tem como objectivo expôr a maneira como as sciencias medicas foram cultivadas entre nós. Preoccupados com reconhecer as influencias que actuaram sobre o desenvolvimento d'essa cultura, não nos limitamos a estudar os monumentos que nos deixaram da sua passagem os medicos portuguezes, mas examinamos tambem os dos extrangeiros que foram chamados para as nossas escólas e entre nós crearam discipulos e tradição. É claro que, adoptando este plano, nada tinhamos que vêr com aquelles dos nossos conterraneos que foram educados em extranhos paizes e n'elles gravaram vestigios da sua actividade e saber.

Percorrendo caminho ainda hoje cheio de difficuldades, não nos resta a convicção de termos feito obra completa. Para isso, seria preciso accumular muitos materiaes hoje impossiveis de reunir. Os archivos pouco menos estão de inexplorados e

até de muitos livros impressos não obtivemos um unico exemplar. Isto servirá de justificação ao desenvolvimento, que poderá parecer excessivo a muitos leitores, das noticias que apresentamos a proposito de alguns livros que consultamos, quando a sua importancia o não justifique. Quizemos furtar, aos que após nós vierem, trabalho de pesquiza e salvar para os estudiosos documentos que ámanhã ainda serão mais difficeis de encontrar, se de todo não desapparecerem.

Para não alongarmos em demasia este livro, apenas fica notada a espaços a relacionação da historia da medicina nacional com o desenvolvimento geral das sciencias medicas. Facil será, porém, a tarefa a quem seja medianamente versado n'estes estudos.

Não é crivel que d'este livro se venha a fazer nova edição. Se todavia nos enganarmos n'este prognostico, e a importancia do assumpto, mais que a valia da obra, a reclamar, muitas lacunas poderão ser preenchidas, sobretudo se não nos faltar o auxilio dos que algum apreço manifestam pelos estudos historicos.

PRIMEIRO PERIODO

DA CREAÇÃO DOS ESTUDOS EM SANTA CRUZ AO ESTABELECIMENTO DA UNIVERSIDADE

(1130 — 1290)

CAPITULO I

Constituição da monarchia portugueza. — Primeiros estudos: Seminario de S. Paterno; Mosteiro de Santa Cruz; Escólas das Collegiadas. — Influencia das universidades estrangeiras na creação da nossa. — Universidade de Coimbra.

A designação de condado ou districto portugalense apparece pela primeira vez em meados do seculo IX. Era grande a sua prosperidade, e do mesmo modo que Coimbra se tornou a povoação mais notavel sobre o Mondego, assim Portucale veiu a ser no seculo XI, pela sua situação perto da foz do Douro e pela sua antiguidade, a principal cabeça d'um vasto territorio que ao norte comprehendia uma parte da moderna provincia do Minho e ao sul as terras que haviam sido conquistadas até ao Vouga [1].

Quando, pela morte de Fernando Magno, a monarchia que elle tanto engrandecera foi dividida por seus tres filhos, a Galliza, comprehendendo Portugal, coube em sorte a Garcia.

Sisnando, rico mosarabe, que, por circumstancias desconhecidas dos historiadores, se havia passado ao serviço de Fernando Magno, governava, com o titulo de consul, o districto conimbricense, como Nuno Menendes, segundo todas as probabilidades, governava o portucalense.

Discordias entre os filhos de Fernando fizeram passar a

---

[1] Herculano, *Historia de Portugal*. Lisboa, 1846, I, pag. 193.

corôa da Galliza para Sancho, rei de Castella, e d'este para Affonso VI, de Leão, que reuniu todos os estados de seu pae, dilatando muito as suas conquistas nos territorios occupados pelos arabes.

Nas suas proezas de guerra foi elle auxiliado por diversos capitães estrangeiros que espontaneamente lhe tinham vindo offerecer os seus serviços, e, entre outros, por Henrique de Borgonha, de uma ascendencia brilhante, que pelos seus feitos conseguiu a mão de Tareja, filha bastarda de Affonso VI, recebendo, como dote ou remuneração dos serviços prestados, a provincia portugalense que passou a constituir bens proprios e hereditarios dos dois consortes.

D'este modo, no anno de 1097, o conde D. Henrique dominava todo o territorio comprehendido entre o Minho e o Tejo.

Os primeiros esforços para desenvolver a instrucção na provincia portucalense foram anteriores á doação feita a Henrique de Borgonha. Datam do consul do territorio de Coimbra Sisnando que, além de valoroso na guerra, zelava o bem estar physico e intellectual dos povos que administrava. O bispado de Coimbra era então governado por D. Paterno, de origem franceza, que primeiro havia sido prelado de Tortosa e viera para as margens do Mondego em 1082. Obtido o assentimento do consul, o bispo de Coimbra fundou, pouco depois de investido no exercicio das suas funcções, um collegio ou seminario onde se recebiam moços de bons costumes, para serem doutrinados nas letras sagradas e se habilitarem a receber as ordens de presbytero. Estes clerigos deveriam habitar em commum e viver sob a regra de Santo Agostinho [1].

---

[1] «Simul cum Consule prædicto pueros nutriuit et cos docuit in Séde Episcopali Sanctae Mariae prædictæ ciuitatis, atque ad ordinem præsbiterij applicavit, et ordenavit eos communiter habitare secundam regulam Sancti Augustini».

Doc. publicado por Fr. Antonio Brandão — *Monarchia Luzitana*, 3.ª parte, pag. 12 v. da ed. de 1632.

O instituto de D. Paterno floresceu junto da sé de Coimbra até 1130. Separaram-se então os conegos, e apenas tres ficaram que, tendo obtido licença do respectivo prelado, fundaram nos arrabaldes d'aquella cidade o mosteiro de Santa Cruz, onde teve começo a ordem dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho.

Desde a instituição d'este estabelecimento se forneceram n'elle conhecimentos nas artes e sciencias aos que o desejavam, havendo d'entre os seus conegos muitos que a terras extranhas iam buscar o que depois ensinavam no mosteiro.

Foram-se desenvolvendo os estudos, para o que concorreu muito D. Sancho I, mandando applicar uma quantia importante ás despezas que os conegos faziam, estudando em paizes extrangeiros [1]. No reinado d'este soberano D. Gonçalo Dias, prior do Mosteiro e valido do rei, ordenou que um dos conegos que iam estudar a Pariz cursasse medicina para a lêr em Santa Cruz, estabelecendo a primeira aula publica d'esta sciencia no paiz, ao mesmo tempo que creava um hospital junto do mosteiro. D. Mendo Dias, sobrinho do prior D. Gonçalo, então estudante de theologia em Pariz, satisfez as instrucções que de seu tio recebera, e, segundo affirma o chronista, foi o primeiro que leu publicamente a medicina em Portugal [2].

As duvidas chronologicas que a tal respeito se suscitam [3] não parecem grandemente justificadas. A medicina, como to-

---

[1] Em nome de Christo saibão todos os que esta Carta de doação ouuirem lêr que eu D. Sancho, Rey de Portugal e do Algarue, de minha propria vontade, dou e concedo ao mosteiro de Santa Cruz quatrocentos morabitinos de minha fazenda, pera sustentação dos Conegos do dito Mosteiro, que estudão em as partes de França (qui in partibus Galliæ studiorum causa commorantur). Foi feita esta Carta em Coimbra a 14 de setembro de 1199. Padre Nicolau de Santa Maria, *Chronica da ordem dos Conegos Regrantes*. Lisboa, 1668, part. II, liv. VII, cap. XV, pag. 58.

[2] Id., 2.ª parte, liv. VII, cap. XV, pag. 59 e seg.

[3] Ayres de Gouvêa, *Oração inaugural*, recitada na sessão solemne do anno lectivo de 1860-1861 na Escóla Medico-Cirurgica do Porto, in *Gazeta medica do Porto*, I, pag. 289.

das as sciencias, estudava-se nos conventos, cujo remanso era o unico meio favoravel para o seu desenvolvimento, n'um periodo de luctas continuadas.

Os conhecimentos que os ecclesiasticos possuiam, uns aos outros os communicavam, sem que seja necessario explicar esta transmissão pela existencia de escólas regulares [1]. O que é certo, é que anteriormente á creação de estudos medicos no mosteiro de Santa Cruz alguns clerigos tinham feito convergir a sua attenção para este ramo dos conhecimentos humanos e entre outros citaremos D. Pedro Amarello, prior da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, que foi medico do conde D. Henrique e de seu filho [2], e D. Martinho, bispo da Guarda, que foi medico de D. Sancho I e de D. Affonso II [3]. Certamente, que a alta posição que taes medicos occupavam é testemunho da consideração em que era tida a profissão que exerciam.

Ao lado dos estudos de Santa Cruz, floresciam, junto d'outros mosteiros e collegiadas, institutos de ensino que, visando ao principio apenas á disciplina ecclesiastica, abriram ao diante as suas portas aos que as demandavam. Assim, o abbade de Alcobaça, fr. Estevão Martins funda em 1269 no mosteiro da Congregação de Santa Maria aulas publicas de grammatica, de logica e theologia para utilidade commum dos monges da ordem de Cister [4]; o hospital de S. Paulo converte-se em 1266 no collegio de S. Paulo, S. Eloy e S. Clemente, onde

---

1 Sprengel, *Histoire de la Médecine depuis son origine jusqu'au dix-neuvième siècle*. Paris, 1815, I, pag. 345.

2 Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuario Mariano*, IV. Lisboa, 1712, pag. 50. — Padre Antonio Carvalho da Costa, *Corographia Portugueza*, I. Lisboa, 1706, pag. 26. — Padre Torquato Peixoto d'Azevedo, *Memorias resuscitadas da antiga Guimarães*, escriptas em 1692, impressas em 1845, pag. 244. — Martins Bastos, *Nobiliarchia Medica*. Lisboa, 1858, pag. 6.

3 Dr. Francisco Brandão, *Monarchia Lusitana*, 4.ª parte, pag. 49. — D. Rodrigo da Cunha, *Historia ecclesiastica da egreja de Lisboa*. Lisboa, 1642, pag. 116. — Martins Bastos, op. cit., pag. 7.

4 Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Historia chronologica e critica da real abbadia de Alcobaça*. Lisboa, 1827, pag. 55.

o bispo de Evora e Lisboa D. Domingos Jardo admitte dez capellães, vinte mercieiros e seis escolares aos estudos de latim, grego, theologia e canones [1]. Na escóla da collegiada de Guimarães abriu-se igualmente uma aula de grammatica durante o reinado de D. Sancho II [2].

Os esforços feitos pelo clero portuguez para o desenvolvimento da instrucção não deviam ficar n'isto. Já n'esta época em differentes paizes se haviam fundado escólas de sciencias ou universidades por influencia directa ou indirecta de dignitarios ecclesiasticos; mas sobretudo já se achavam estabelecidas tres que deviam ter influencia importantissima no nosso progresso intellectual: Montpellier, Pariz e Salamanca.

A escóla de medicina de Montpellier achava-se já organisada em principios do seculo XII e o seu rapido progredir devera-se especialmente aos arabes e aos judeus. A bulla de 15 de agosto de 1220 dada pelo cardeal Conrart marcava a sua definitiva confirmação, e Nicolau IV em 1289 estendia as suas prerogativas e ampliava o quadro das sciencias professadas, elevando-a á categoria de universidade [3].

A Montpellier acudiam numerosos alumnos de todas as nações, tal era o esplendor que adquirira o seu ensino. Pelo que diz respeito ao nosso paiz, encontra-se no *Cancioneiro da Vaticana* mais do que uma referencia aos usos e trajes d'aquella cidade, o que prova quanto era frequentada pelos nossos conterraneos [4].

A universidade de Pariz, onde aliás o ensino medico se

---

[1] Th. Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, I. Lisboa, 1892, pag. 29.

[2] Padre Torquato Peixoto d'Azevedo, *Mem. resuscit.* já cit. pag. 229.

[3] Astruc, *Mémoires pour servir à l'histoire de la Faculté de médecine de Montpellier*. Paris, 1767, pag. 17 e seg.

[4]

. . . .
e trajal uso bem de Monpiller
. . . .
E direy-vos eu doutra maestria
Que aprendeu ogan' em Mompiler.

(Cit. por Th. Braga, op. cit., pag. 73 e 74).

não desenvolveu de principio tanto como na sua rival, não é tão antiga. Só em 1215 houve n'ella cursos regulares de theologia e artes; mas em 1274 já as suas lições de medicina eram muito frequentadas [1]. Vimos que o primeiro que professou esta sciencia entre nós ahi fôra beber os conhecimentos que possuia, e affirmam documentos fidedignos que os conegos do mosteiro de Santa Cruz iam estudar frequentemente *em as partes de França.*

Comquanto se não tenha encontrado documento que o confirme, a creação da universidade de Salamanca é attribuida a Affonso IX de Leão, que aproveitou para esse fim os estudos que já encontrou fundados junto da sé cathedral. Mas o que não soffre contestação alguma é que, em 1243, Fernando III, rei de Castella e Leão, confirmou os privilegios das escólas de Salamanca que seu pae engrandecera. Como, porém, a sancção papal se julgava indispensavel, Affonso X solicitou e obteve de Alexandre IV a bulla de confirmação do Estudo e universidade de Salamanca, expedida de Napoles em 25 de março de 1254. N'esse documento se declara que era este um dos quatro estudos geraes do orbe, equiparando-o aos de Pariz, Oxford e Bolonha [2].

A Salamanca affluia grande numero de estudantes portuguezes. Diz Vidal y Diaz que a universidade se constituira « n'um grande centro scientifico aonde acudia anciosa a mais distincta juventude de Hespanha e Portugal ».

Se tantos estudantes andavam pelas universidades e escólas estranhas, procurando conhecimentos que no paiz não podiam adquirir, não é de admirar que se fizessem esforços no sentido de crear entre nós um estudo geral onde se professassem artes e sciencias, e menos é ainda motivo de reparo que

---

1 L. Thomas, Art. *Ecoles de médecine* in *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences médicales* de Dechambre, XXXII da 1.ª serie, pag. 360.

2 D. Manuel Hermenegildo Avila, D. Sebastiano Ruiz y D. Santiago Diogo Madrazo, *Reseña historica de la universidad de Salamanca.* Salamanca, 1849, pag. 19. — D. Alejandro Vidal y Diaz, *Memoria historica de la universidad de Salamanca.* Salamanca, 1869, pag. 20.

esses esforços partissem do clero, desejoso de conservar o seu predominio, para assim se oppôr ao espirito secularisador da época.

Aos incommodos e difficuldades das jornadas ao transportarem-se os estudantes para as universidades extrangeiras refere-se a supplica que os ecclesiasticos mandaram, em 12 de novembro de 1288, ao papa Nicolau IV: « por vermos que á falta d'elle, muitos desejosos de estudar e entrar no estado clerical, atalhados com a falta de despezas e descommodos dos caminhos largos, e ainda dos perigos da vida, não ousam, e temem ir estudar a outras partes remotas, receando estas incommodidades, de que resulta apartar-se de seu bom proposito, e ficar no estado secular contra vontade » [1].

Tambem a transformação da escóla de Montpellier em universidade estimularia clerigos e seculares a pedirem a Nicolau IV, que reformára a escóla franceza, que creasse em Lisboa um estudo geral.

Por outro lado, D. Diniz, vendo que o seu paiz era intellectualmente feudatario de extranhos e sobretudo da Hespanha, promoveria a creação d'uma universidade portugueza, aproveitando-se do auxilio que para isso encontrou no clero menor.

O que é certo é que diversos prelados, abbades e reitores e ainda alguns seculares se dirigiram a D. Diniz para se fundar um estudo geral na cidade de Lisboa, o que o rei não poderia deixar de receber de bom grado, se attendermos a que tinha um espirito cultivado e dado ás letras. Animados por este acolhimento, os prelados e parochos conferenciaram sobre o modo de provêr ás despezas, ficando assente desde logo que fossem pagas das rendas dos mesmos mosteiros e egrejas [2].

Assim resolvidas as coisas, os ecclesiasticos trataram de se dirigir ao papa, pedindo-lhe a confirmação d'esta universi-

---

[1] Trad. in *Monarchia Lusitana*, part. v, liv. xvi, pag. 132 v.

[2] Fr. Francisco Brandão, op. cit., part. v, liv. xvi, cap. lxxii, pag. 163 e seguintes.

dade, baseando-se especialmente no proveito que adviria ao ensino clerical da creação de taes estudos. Reunidos em Montemór-o-Novo em 12 de novembro de 1288, o abbade de Alcobaça e os priores de Santa Cruz de Coimbra, S. Vicente de Lisboa, D. Prior de Guimarães, prior da Alcaçova de Santarem e mais vinte e dois reitores de diversas egrejas, d'ahi enviaram a sua supplica ao supremo pontifice, não sendo assignada pelos bispos, naturalmente por andarem litigando com o rei sobre jurisdicções, em tempo em que ainda estava interdito o reino [1].

Esse motivo seria tambem o que levou o rei a não solicitar directamente e em seu nome a creação de taes estudos, emquanto se não decidia a contenda e estabelecia a concordia, o que só aconteceu em fevereiro de 1289 [2]. Não ha duvida, porém, de que fez sentir em Roma quaes eram os seus desejos de que se fundasse a universidade. Assim o dá a entender a propria bulla de Nicolau IV.

Adoptando esta versão relativa á creação do estudo geral, fazemol-o porque é de todas as que se apresentam a unica que se baseia em sólido alicerce, como é a supplica dirigida a Nicolau IV pelos ecclesiasticos. Como, porém, são varias as opiniões sobre o assumpto, não se nos leve a mal que as apresentemos e lhes façamos a verdadeira justiça, apesar de já estarem criticadas ha muito tempo.

Leitão Ferreira [3] julga que D. Diniz, tendo sido educado por D. Americo, bispo de naturalidade franceza, que depois occupou a sé de Coimbra, e devendo-lhe a cultura que tinha de sciencias e artes, havia sido por elle inspirado ao crear aquelle estudo geral que a falta de letrados justificava.

Não repugna admittir tal opinião, mas julgamos, como ficou dito, que D. Diniz não solicitou directamente a creação

---

[1] Fr. Francisco Brandão, op. cit., liv. XVI, pag. 133.

[2] J. M. d'Abreu, *Memorias historicas da universidade de Coimbra*, in *Instituto*, I. Coimbra, 1853, pag. 202.

[3] *Noticias chronologicas da universidade de Coimbra*. Lisboa, 1729, pag. 5 e seg.

da universidade pelas más relações em que estava com a côrte de Roma.

Fr. Agostinho da Purificação [1] assevera que o rei, vendo a falta de ministros quer ecclesiasticos quer profanos que então se notava, solicitou de Martinho IV, em 1284, o estabelecimento d'uma universidade, o que então se não realisou pela morte d'aquelle pontifice e por embaraços na consignação das rendas que havia de ter o estudo geral, e se não póde igualmente conseguir emquanto foi vivo o pontifice que lhe succedeu.

Não é conhecido documento algum que sirva de confirmação a este asserto, que tambem se não encontra em auctor algum anterior. Além d'isto, é para extranhar que, tratando-se d'um requerimento real, não se refira a elle Nicolau IV na bulla que confirmou a creação da universidade.

D. Rodrigo da Cunha [2] julga que D. Diniz, guiado pelo bispo D. Domingos Jardo e por outros prelados, instituiu em 1291 a universidade de Lisboa, onde se liam todas as sciencias que os curiosos, por falta de escólas, iam estudar no extrangeiro. Ha aqui duas asserções a examinar: a primeira relativa á influencia de D. Domingos Jardo na creação da universidade, e a outra referente á data em que este facto se realisou.

Quanto á primeira, tudo quanto se póde conjecturar é que um prelado a quem se devia a instituição do collegio de SS. Paulo, Eloy e Clemente, onde se estudava o latim, o grego, a theologia e canones, não podia ser indifferente á creação do estudo geral. Crêmos que não tem outro fundamento a asserção de Theophilo Braga ao fallar no patrocinio que o bispo de Evora dispensou á universidade [3].

No que diz respeito á segunda, ha evidente confusão, fa-

---

[1] *Chronica da antiquissima provincia de Portugal da ordem dos eremitas*, 2.ª parte, 1656, pag. 213 e 213 v.

[2] *Historia Ecclesiastica de Lisboa*, 1642, pag. 213.

[3] Th. Braga, op. cit., pag. 37.

cilmente explicavel. D. Rodrigo da Cunha não conhecia a supplica dos prelados e foi guiado por erradas informações. É tanto mais plausivel esta conjectura que a *Monarchia Lusitana,* onde pela primeira vez veio á luz aquelle documento, publicou-se em 1650 e a *Historia Ecclesiastica* oito annos antes.

A influencia de D. Domingos Jardo no estabelecimento do estudo geral é tambem affirmada por Francisco da Fonseca [1], sem mais fundamentar a sua asserção do que o fizera D. Rodrigo da Cunha.

Opinião curiosa é a de Antonio de Sousa de Macedo [2], o qual affirma que o estudo geral teve por fundador, além de D. Diniz, sua mulher D. Isabel, « *que como las Reynas en aquellos tiempos antigos entendian mas en las cosas del Reyno, intervino en su fundacion* ». As razões são de tal ordem, que nos dispensaremos de as apreciar.

Ás asserções mencionadas cumpre accrescentar a opinião apresentada por Bluteau [3]; que afiança que el-rei, juntamente com os prelados do reino, fez uma supplica ao papa Nicolau IV, em 1288, pedindo a creação da universidade. Esta asserção, menos bem fundamentada, deve perder o valor que a auctoridade do nome que a apadrinha lhe poderia dar, confrontando-se com a supplica dirigida pelos prelados que vem inserta na *Monarchia Lusitana.*

Finalmente, e para concluir, o padre Francisco de Santa Maria [4] falla d'um congresso de todos os prelados e ricos homens do reino, que em 11 de fevereiro de 1288 instituiu a universidade de *Coimbra,* convidando para ella com grandes partidos os homens mais sabios da Europa, obtendo dois annos mais tarde a confirmação de Nicolau IV.

Quem lêr a supplica dos prelados faz a justiça devida a

---

[1] *Evora Gloriosa.* Roma, 1728, pag. 416.

[2] *Flóres de España.* Coimbra, 1737, pag. 69.

[3] Padre Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez Latino.* Lisboa, 1721, pag. 557.

[4] *Anno Historico.* Lisboa, 1744, I, pag. 248.

esta asserção, e vê que a universidade não teve por primeira séde Coimbra, mas Lisboa.

É por estas razões que julgamos a opinião de Francisco Brandão como verdadeira, visto que se baseia n'um documento authentico, e julgamos mais, com Leitão Ferreira [1], que a parte que a D. Diniz cabe na creação d'aquelle estabelecimento se limita a ter feito sentir em Roma quanto lhe seria agradavel um despacho favoravel á supplica dos prelados do reino, o que até certo ponto se póde inferir das proprias palavras da bulla.

Só dois annos mais tarde, veio a bulla de Nicolau IV confirmar a creação d'estes estudos, e deve attribuir-se a demora ao mau estado das negociações com aquella côrte, como o seu texto o dá a entender, quando diz *sublatis quibusdam obstaculis*, o que com certeza se refere ás controversias entre o rei e o clero [2].

Anteriormente, porém, á chegada da bulla a Lisboa, a universidade estava creada, como se deprehende d'esse mesmo documento. Contaremos todavia o anno em que Nicolau IV confirmou o estudo geral como o do seu começo, no que não fazemos mais do que seguir o exemplo de Leitão Ferreira, o curioso investigador das antiguidades universitarias.

---

[1] Op. cit., pag. 49.

[2] Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Litterarios e Scientificos*, I. Lisboa, 1871, pag. 420.

CAPITULO II

Feição da medicina. — A medicina entre os arabes. — Os ecclesiasticos. — Caracter supersticioso do exercicio da medicina: Fr. Gil de Santarem. — Doutrinas medicas: Pedro Hispano. — O Codigo wisigothico.

Determinar qual a fórma peculiar que teve a medicina entre nós durante os seculos XII e XIII não é tarefa de facil execução. Faltam os documentos, escasseiam os dados, e portanto é em grande parte conjectural o que se affirme.

Durante a época que consideramos, o reinado das doutrinas arabigo-galenicas era indisputado. Quer no ensino, quer na pratica, as opiniões do medico de Pergamo, coadas atravez das longas obras arabistas, preponderaram. E se esta caracteristica é assignalada pelos historiadores ao estado da medicina na idade média, mais se deveria accentuar este facto entre nós que occupavamos um territorio ganho palmo a palmo aos arabes que nos influenciariam pelo conhecimento das letras e das sciencias, elevadas entre elles a uma altura que, nos portuguezes, dados ás guerras contínuas que se travavam nas nossas fronteiras, nunca poderiam attingir.

A civilisação dos arabes na Hespanha havia chegado a um elevado gráo de prosperidade. Se devemos acreditar tudo quanto os historiadores a tal respeito nos referem [1], Cordova,

---

[1] Casiri, cit. por Sprengel, op. cit., II, pag. 255.

desde o VIII até ao X seculo, excedeu em esplendor tudo quanto se póde sonhar.

No kalifado de Abder-rhaman III, diz Alexandre Herculano, a côrte «era frequentada pelos homens mais illustres nas sciencias e nas letras que possuia o islamismo, e a fama da sua grandeza e poder obrigava os mais poderosos principes da Europa a enviarem-lhe embaixadas e a propôrem-lhe allianças»[1]. El-hakem estabeleceu n'aquella cidade uma academia que, durante muitos seculos, foi a mais celebre do mundo e teve como filhos sabios distinctissimos.

De Almansor, diz o principe dos nossos historiadores, que, no seu caminhar de batalha em batalha, costumava trazer comsigo no exercito poetas que celebrassem as suas victorias, e, voltando á capital, o seu palacio convertia-se em uma especie de academia onde eram recebidos e festejados todos os sujeitos notaveis por engenho ou saber. «Visitava as escólas e collegios, e, assentando-se entre os escolares, não consentia que os professores interrompessem o ensino ou mostrassem o menor signal de respeito para com elle. Não poupava dinheiro em recompensar os talentos extraordinarios e assim a fama da sciencia, litteratura e civilisação da Hespanha, e especialmente da capital, attrahia para esta cidade não só as pessoas estudiosas da Africa, mas as dos paizes christãos da Europa; e até os sabios mais illustres do Oriente não duvidavam de vir exercer o ministerio de professores na academia de Cordova»[2].

A bibliotheca de Cordova possuia no X seculo duzentos e vinte e quatro mil volumes. Em Sevilha, em Toledo, em Murcia havia escólas de sciencias que conservaram até ao fim do dominio dos arabes grande reputação. No seculo XII havia setenta bibliothecas na parte da Hespanha sujeita aos mouros.

Apezar de tão notavel apparato scientifico, cumpre dizer que o estado dos conhecimentos medicos não era prospero.

---

[1] *Historia de Portugal*, I, pag. 99.

[2] Herculano, *Historia de Portugal*, I, pag. 108.

Não temos o proposito de traçar aqui a historia da medicina entre os arabes, mas apenas apontar os seus lineamentos geraes; esta simples resenha bastará ainda assim para mostrar que não é infundada a nossa affirmação.

De todos os ramos da medicina aquelle que foi menos cultivado foi a anatomia. Os dogmas da religião mahometana prohibiam a dissecção dos cadaveres, de modo que os conhecimentos, que a este respeito possuiam os arabes, eram colhidos nos livros de Galeno, sem qualquer outra verificação. A unica parte da anatomia regularmente possuida era a osteologia, porquanto não desprezavam as occasiões de a estudarem nos cemiterios. Assim puderam reconhecer alguns erros de Galeno, commettidos na descripção dos ossos do corpo humano [1].

A cirurgia estava longe dos bellos tempos da Grecia e de Roma. Era exercida geralmente por individuos de categoria inferior, e aquelles que mais são apregoados pelos seus conhecimentos cirurgicos limitavam-se a prescrever o tratamento cuja pratica deixavam aos barbeiros e charlatães [2]. Nas obras de Rhasis, onde se encontram alguns subsidios para a historia da cirurgia n'esta época, occupa logar importante o que foi copiado de Galeno e Paulo Egineta. Deve dizer-se, porém, que se encontra ahi a primeira descripção da *spina ventosa,* algumas considerações importantes relativas ás hernias e a descripção exacta d'uma de que o auctor soffria. De resto menciona alguns casos observados por elle, que refere a proposito da revista da maior parte das doenças cirurgicas, classificadas segundo a séde.

Avenzoar mais testemunha a decadencia profunda da cirurgia entre os arabes. Os medicos, diz elle, não praticam a sangria, não tratam das fracturas, das luxações, nem se occupam da medicina operatoria, tudo isso é objecto de desprezo

---

1 Sprengel, op. cit., II, pag. 263.

2 L. Boyer, *Histoire de la chirurgie* in *Dictionnaire encyclopédique* de Dechambre, XVI da 1.ª serie, pag. 299.

e abandonado a mãos subalternas (*servitoribus suis*). Nos seus escriptos, vê-se que era um dos poucos que não seguiam o mesmo procedimento, tratando de todas as affecções externas e praticando todas as operações, á excepção da lithotomia que, *por ser offensiva do pudor, não póde pertencer ao medico* [1]. Enganar-se-ha, porém, quem suppuzer encontrar nos seus trabalhos coisas novas e importantes. Diz ter praticado uma hysterectomia, e cita um caso de disphagia, no qual, por meio de uma sonda de estanho, introduziu substancias alimenticias no estomago. Propõe a destruição dos calculos, quando introduzidos na urethra, por meio d'um estylete, na extremidade do qual estava engastado um diamante. Cura a fistula lacrymal pela compressão e pelos adstringentes. N'uma hernia pulmonar excisou a porção herniada com bom resultado. Tendo contrahido um abcesso do pericardio e do mediastino, viu estancar-se a suppuração pouco a pouco, cooperando para esse resultado repetidas sangrias.

Outro arabe conhecido por ter dado grande impulso á cirurgia foi Albucazis. A sua cirurgia que alguns auctores, e entre elles o nosso Sá Mattos [2], consideram muito apreciavel, é hoje tida, porém, como uma simples cópia de Paulo Egineta, depois dos estudos minuciosos de Daremberg. Historiadores ha, porém, que ainda a têm em consideração.

A materia medica alguma coisa adiantou ao que os gregos conheceram. A paixão pela alchimia, que depois continuou a ser um dos principaes fautores do desenvolvimento da chimica, determinou a descoberta de algumas preparações mercuriaes, taes como o sublimado e o precipitado rubro, e de alguns acidos (nitrico, chlorhydrico, etc.).

D'entre as descobertas que mais importancia tiveram n'este ramo da medicina, merece menção especial a dos purgantes eccoproticos, como a cassia, os tamarindos, o senne

---

[1] Boyer, op. cit., pag. 300.

[2] *Bibliotheca elementar cirurgico-anatomica.* Porto, 1788, pag. 48.

e outros que substituiram os drasticos usados pelos gregos [1].

Á pharmacia póde dizer-se que deram feição inteiramente nova. Além da introducção de grande numero de combinações pharmaceuticas, em parte imitadas da polypharmacia de Galeno, adoptaram o uso de formulas approvadas pelo governo e uma certa inspecção ás pharmacias, como o prova, entre outros factos, o do general Afschin visitar em pessoa as do seu exercito, para se certificar de que continham todos os medicamentos designados nas pharmacopêas, e conhecer se essas substancias estavam ou não alteradas [2].

Mas onde a medicina arabe mais demonstra a sua decadencia é na medicina pratica. O amor pelo maravilhoso levou os medicos a não pouparem meio algum de se impôrem ao vulgo. «Não se encontra n'elles, diz Sprengel, a reserva, a circumspecção, a simplicidade, o espirito de observação e o amor da verdade que distinguem o verdadeiro medico do charlatão».

A astrologia e a uroscopia eram os seus conhecimentos mais essenciaes. Isa-Abou-Koreisch fez uma brilhante fortuna por ter previsto, pela observação da urina da favorita d'um kalifa, que estava gravida e daria á luz uma creança do sexo masculino. E o que nem a astrologia nem a uroscopia indicavam, lá estava a sphygmomancia, a observação do pulso, para o reconhecer. Thabeth-Ebn-Ibrahim adivinhava, pela exploração da radial, os alimentos que haviam sido ingeridos.

Os corypheus da medicina arabe são Rhasis, Avenzoar, Albucazis e Avicena. Averrhoes tem mais de ser encarado como philosopho do que como medico.

Nos dois primeiros, sobre os quaes já dissemos alguma coisa a respeito dos seus conhecimentos cirurgicos, ha pre-

---

1 Soares, *Memorias para a historia da medicina lusitana*. Lisboa, 1821, pag. 72.

2 Sprengel, op. cit., II, pag. 264.

ceitos aproveitaveis, especialmente no segundo que acceitou em grande parte as doutrinas de Hippocrates. Mas ao tratar-se da medicina arabe, o nome que immediatamente lembra é o de Avicena. « Depois de Aristoteles e de Galeno, diz Sprengel, tantas vezes citado, difficilmente se encontrará um homem que reinasse mais tempo e mais despoticamente sobre as sciencias ».

O seu immenso *Canon* não justifica hoje, aos olhos dos modernos historiadores, esse imperio dominador. Profundo sectario da philosophia aristotelica, foi elle quem introduziu na medicina as quatro causas da escóla peripatetica. Convicto admirador de Galeno, a doutrina do medico de Pergamo vasa-se inteiramente nas suas obras, por vezes adulterada. Da larga exposição que se encontra das opiniões de Avicena em todos os livros de historia de medicina, fica uma dolorosa impressão. E justificada é a opinião d'um dos nossos medicos que se exprime nas seguintes palavras: « Não adiantou, pois, Avicena a medicina, que pouco lhe deveu, a não ser o uso dos purgantes eccoproticos. . .; ao contrario, mostrando em seus escriptos ser mui superficial em Anatomia e Historia Natural, perpetuou na Physiologia e Pathologia subtilezas escolasticas inuteis na pratica, e prejudiciaes aos progressos da boa clinica, sobre a qual pouco se afastou do que tinham dito Galeno, Rhasis e outros » [1].

Outro critico accrescenta: « Avicena distingue, disserta, discute muito, mas observa pouco; estende as hypotheses, e mostra pouca originalidade, seguindo sempre no encalço dos seus guias, Galeno, Aristoteles, Aecio e Rhasis e combinando uns com os outros. Tem-se-lhe citado algumas observações interessantes, mas a maior parte não lhe pertencem » [2].

Tal foi a medicina arabe. Cumpre ainda assim dizer que algumas doenças eruptivas, bexigas, sarampo, etc., foram des-

---

[1] Soares, op. cit., pag. 78.

[2] L. Boyer, *Hist. de la médecine* in *Dictionnaire Encyclopédique*, VI da 2.ª serie, pag. 85.

*

criptas pela primeira vez por elles, e que o seu desejo de prognosticar os levou a adiantar sobremaneira o estudo da semeiotica.

No curto espaço que medeia entre a civilisação arabe e a época que consideramos, deu-se como que uma brusca interrupção no caminhar da sciencia. No meio das luctas, á custa das quaes fômos conquistando o nosso territorio, as sciencias eram unicamente estudadas pelos ecclesiasticos. A medicina por elles foi exercida, e nos nossos chronistas podem descobrir-se os nomes de alguns clerigos que se tornaram notaveis no seu exercicio e mereceram a honra de ser nomeados physicos dos nossos primeiros reis. Taes foram D. Pedro Amarello, prior da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, medico do conde D. Henrique [1] e de D. Affonso Henriques [2]; D. Martinho, bispo da Guarda, physico de D. Sancho I e de D. Affonso II [3]; mestre Mendo, chantre da sé de Lamego, e outro Mendo, conego da mesma sé, ambos physicos d'este ultimo rei [4]; mestre Pedro, conego de Evora [5]; mestre Bartholomeu, capellão e medico de D. Affonso III e bispo de Silves; mestre Martinho, conego de Braga; mestre Pedro, conego de Lisboa; mestre Thomé, conego de Santa Maria da Alcaçova de Santarem, todos medicos de D. Diniz, etc. [6]

---

1 Fr. Agostinho de Santa Maria, *Sanctuario Mariano,* IV. Lisboa, 1712, pag. 50.—Padre Antonio Carvalho da Costa, *Corographia portugueza,* I. Lisboa, 1706, pag. 26.—Martins Bastos, *Nobiliarchia medica.* Lisboa, 1858, pag. 6.

2 Padre Torquato Peixoto de Azevedo, *Memorias resuscitadas da antiga Guimarães,* pag. 244. —Martins Bastos, op. cit., pag. 6.

3 Fr. Brandão, *Quarta parte da Monarchia Lusitana,* pag. 49.—D. Rodrigo da Cunha, *Historia ecclesiastica de Lisboa.* Lisboa, 1642, pag. 116. —Martins Bastos, op. cit., pag. 7.

4 Herculano, *Hist. de Portugal,* II, pag. 249.

5 Foral de Villa Viçosa, in *Portugaliæ Monumenta Historica—Leges & Consuetudines,* pag. 719.

6 Amaral, *Memorias para a hist. da leg. e cost. de Portugal,* nas *Mem. da Academia,* VI, pag. 109.

A instituição do seminario de D. Paterno, e mais tarde a do mosteiro de Santa Cruz, onde só recebiam instrucção individuos que se destinavam á carreira sacerdotal, mais reforça a affirmação de que só n'elles residia o conhecimento das sciencias e mais particularmente da medicina.

Bem diz a este respeito um esclarecido homem de letras, o snr. D. Antonio da Costa: «Nenhuma razão plausivel nos mostra que de tal ensino participasse o publico secular, á excepção dos individuos que tinham em mira a carreira ecclesiastica. Até a propria medicina, de si toda secular, não só era aprendida pelos ecclesiasticos, mas só por elles exercida durante o primeiro periodo dos reis Affonsinos, entreluzindo entre os medicos de maior fama D. Martinho, bispo da Guarda, na qualidade de facultativo de el-rei D. Diniz, e antes d'elle Pedro Julião (papa João XXI) e outros» [1].

Esta influencia do clero na instrucção nacional torna-se bem evidente n'este primeiro periodo da nossa historia da medicina. A creação da universidade foi devida especialmente aos esforços do clero portuguez. A organisação d'este estabelecimento e a sua feição caracteristica eram, como veremos, profundamente ecclesiasticas.

Este exercicio da medicina pelo clero não é facto peculiar apenas ao nosso paiz. Sprengel diz que desde o sexto seculo os monges, entre os christãos do occidente, exerciam quasi exclusivamente a medicina como uma obra de piedade e caridade, como um dever inherente á profissão religiosa [2]. Os demais historiadores assignalam igualmente este facto como o mais importante da medicina n'esta época.

Qual foi a sua influencia?

Tivera a medicina entre os arabes um caracter maravilhoso e sobrenatural. Os ecclesiasticos não lhe imprimiram cunho mais scientifico, e concorreram até para lhe conservar a primitiva feição, deixando de recorrer aos medicamentos or-

---

[1] *Historia da instrucção popular*. Lisboa, 1871, pag. 17.
[2] Op. cit., II, pag. 345.

dinariamente empregados na cura das enfermidades, para invocarem as reliquias dos martyres, e soccorrerem-se da agua benta, da communhão e dos santos oleos.

Seria fastidioso contar as curas que os monges da idade média operaram nos tumulos dos martyres, ou com o auxilio das reliquias. As curas realisadas no tumulo de Santa Ida, mulher de Egberto, no seculo IX, no de S. Martinho de Tours e no de João, bispo de Hagustald; a efficacia miraculosa das cinzas de S. Deusdedito em Benevente, contra todas as especies de febres intermittentes, e tantas outras narrações não passam d'um pequeno numero de exemplos dos que se podem referir para provar a grosseira superstição e a piedade fanatica d'aquelles tempos [1].

Estas miraculosas operações realisavam-se tambem entre nós. Na epidemia que se desenvolveu em 1202, no reinado de D. Sancho I, diz o chronista que os conegos de Santa Cruz acudiam a curar os inficcionados *«não só com temporaes medicinas, mas com as espirituaes dos sacramentos da confissão e sagrada communhão»* [2]. Havia objectos diversos, reliquias de santos, etc., dotados de prodigiosas virtudes. A infanta D. Mafalda possuia um espelho de admiravel efficacia contra a paralysia [3]. Eram levadas aos enfermos imagens que n'elles determinavam extraordinarias melhoras [4].

---

[1] Sprengel, op. cit., II, pag. 346.

[2] Fr. Nicolau de Santa Maria, *Chronica dos conegos regrantes*, 2.ª parte, pag. 64.

[3] «Et unum speculum optimum et habet virtutem contra paralisim». (Testamento da infanta D. Mafalda nas *Provas da Hist. Genealogica*, I, pag. 33).

[4] Existe na Bibliotheca de Evora um ms. em que ha tratados medicos do seculo XIII e a que nos havemos de referir. Como demonstração do que fica escripto, extrahimos d'elle as seguintes receitas:

«Esta mezinha pera nom crecerem as mamas toma o sangue quando crastarem o porco e hunta as tetas com leite e dize destrom destrom sinistrom sinistrom (fol. 155 v.).

«Pera a gota dos lombos toma hua carta e espreve em ella estes nomes e ata no braço in nomine patris et fili et sprituy sancti amen (cruz) sana me

Mas onde podemos encontrar bem marcado este caracter sobrenatural e maravilhoso da medicina portugueza é na vida de fr. Gil de Santarem, aquelle a quem Garrett deu o nome de Fausto Portuguez.

Vamos extrahir, dos numerosos chronistas da vida do santo, material bastante para se ajuizar se era ou não fundamente arreigada a superstição entre nós no seculo XII, e se ella se reflectia ou não sobre a medicina.

Gil Rodrigues, natural de Vouzella, descendia de fidalgos. Seu pae, Ruy Pires de Valladares, era do conselho de D. Sancho I, mordomo-mór da sua casa e alcaide do castello e cidade de Coimbra. Collocado, pois, em posição social elevada, n'uma época de isenções e privilegios, levou uma mocidade cheia de desvarios, o que o não impediu de estudar philosophia e medicina no mosteiro de Santa Cruz «para mais a seu salvo dar á execução os sensuaes pensamentos que o traziam atropellado», diz Jorge Cardoso. Como saísse do mosteiro bastante conhecedor das duas sciencias, foi mandado por D. Sancho I a Pariz para se applicar mais áquelles estudos.

No transito, cedendo a inspirações diabolicas, dirigiu-se a Toledo «onde havia umas tenebrosas e horriveis grutas, nas quaes se ensinava a infernal sciencia (da nigromancia), sendo os leitores e ouvintes discipulos do principe das trevas». Alli esteve sete annos entregando-se á pratica das sciencias occultas, terminados os quaes se foi a Pariz, onde fez pasmosos actos de medicina «ajudado da diabolica sciencia».

Vivia o nosso Gil Rodrigues n'este «pélago de abominação» quando foi tocado de graça, tornando-se então de monstro de vicios em thesouro de virtudes. Tomou em Palencia o

---

domine sanabor salvum me fac et salvus ero quonyam laus uia tu es (cruz) zera (cruz) zera. phi. (cruz) zeebeel (cruz) zelguch + et antany + + + e tres sinos saimões (fol. 162 v.).

«Pera o homem que he quebrado esprevey este evangelho In principio erat verbum et verbum erat em hum uasso de prata e lavao e dallo por tres manhãs a beber (fol. 163 v.), etc., etc., etc.»

habito dos prégadores, e, voltando a Portugal, recolhido á casa de Santarem, ahi viveu santamente, atormentado sempre por allucinações horriveis, durante as quaes o diabo lhe apparecia a solicitar uma alma que lhe fôra promettida.

Não prova a curta resenha que fazemos da vida de S. Gil quanta superstição reinava no exercicio da medicina? A reunião d'esta com a nigromancia não demonstra que o espirito do povo estava sempre disposto a vêr o sobrenatural em tudo aquillo que não podia bem comprehender?

Ouçamos um momento ainda Jorge Cardoso e veremos ainda mais frisado o caracter maravilhoso da medicina do seculo XII. É a narração d'uma cura de gotta praticada em D. Affonso III, de quem o prelado scalabitano era medico. «Indo um dia visitar a el-rei D. Affonso III, que estava opprimido de gotta, com dôres excessivas, achando-se ambos de bordão, um por velho e outro por doente, ao despedir, disse-lhe el-rei com dissimulação: «Troquemos, padre, os bordões, que me parece o vosso melhor que o meu». Não alcançou o lanço a humildade do santo, pois, no instante que trocaram, deixaram as dôres a el-rei, sarando repentinamente, e assim usava d'elle em suas enfermidades, experimentando sempre grande allivio» [1].

Se compararmos estas noticias com aquellas que acima referimos, parece-nos que deve ficar bem assente o caracter maravilhoso e sobrenatural da medicina entre nós. Unicos depositarios da sciencia, os ecclesiasticos faziam uso d'ella, mais como justificação do seu predominio do que como elemento de prosperidade e civilisação [2].

---

[1] Jorge Cardoso, *Agiologio Lvsitano*, III. Lisboa, 1666, pag. 239 e seg. — Fr. Brandão, op. cit., v, pag. 163 v. — Fr. Nicolau de Santa Maria, op. cit., II, pag. 59. — Fr. Luiz de Sousa, *Chronica de S. Domingos*, I. Lisboa, 1623, pag. 83 e seg.

[2] Do ms. atraz citado, extrahimos o trecho seguinte:

«Aquy sse começa huũ liuro de naturas pello quall obraua o muy nobre fissyco ffrey gill da ordem dos pregadores o qual livro ffoy tirado de latim ẽ romançio pera saaberẽ muytos o que em elle jazia || pera tirrar a neuoa

A cirurgia foi quasi totalmente abandonada, porquanto a egreja prohibia-lhes a menor effusão de sangue. Repetidos concilios reunidos em Reims, em Tours, em Pariz, etc., desde 1131 até 1298, interdisseram-lhe terminantemente e sob penas severas a pratica das operações cirurgicas.

Das decisões d'esses concilios encontram-se entre nós vestigios evidentes nas Constituições de alguns bispados que, comquanto muito posteriores em data, consignam disposições de ha muito tempo estabelecidas. Assim, por exemplo, nas do bispado de Leiria, determina-se que nenhum clerigo « exercite

---

dos olhos pera o proido toma duas partes de leite de cabras e a terça deleborom e alcofora os olhos || pera tyrar a neuoa dos olhos toma o ffell deleborom e ho ffell daguea e ho ffell do galo e mestura todo com mell estrumado e alcoffora os olhos esto prouou Ipocras || pera tolher a leepra coze as çimas das maluas em agoa e laua os olhos || pera olhos lagrimossos toma ho çumo do treuo e mesturao com mel estrumado e poino nos olhos || pera tirar a neuoa dos olhos toma o çumo darruda e o çumo da ceredonia e o açefer e o cacotre e alcoffora os olhos || pera esto toma o mel estrumado e mesturao com ffell de cabras e alcoffora os olhos || pera o Inchaço do olho toma a ffarinha das lintilhas e a ffarinha do rio e mesturao com o çumo dos poros e com uynho branco e poilho || pera tirar a neuoa do olho toma o çumo darruda e o çumo da losna e o çumo dos gomos do ffruncho e o çumo do orjavãao e o çumo dos gomos das ssyluas e o leite da molher que ouuer ffilho barom tanto de huũ como do outro e mestura todo com mell e alcoffora os olhos com elle || pera os olhos sangorentos e lagrimossos toma arruda sseca e ffaze della poo e mesturao com mell e poyno em nos olhos e ssararas || pera esto toma o çumo da arruda e mesturao com ssemẽtes do lirio branco || e poylho || pera os olhos ssangoentos toma o çumo da ceradonia e poylha || pera tirar a mazella do olho toma o çumo darruda e o ffell do cabrom e poylho || pera os olhos ssangorentos pissa ho orjavãao e poy-lho ||

« Aquy sse começam os ssinaees dos enffermos quaes ssom mortaes e quaes ssom vidaes pellos qães obraua o muy nobre ffisyco ffrei gill ẽ nos enffermos. s. ẽ esta que mostra (ou mostrou) ẽ este liu.º ||

« Se o ẽffermo ouuer dor em no rrost.º e ouuer ynchado e teuer a mãao ssestra ssobre os peitos e tocar os narizes ameude demostra maao ssynal que acabo de xb. ds morrera ||

« Se o ẽffermo ouuer dor ẽ na cabeça he que aja perdido o ssysso e catalhe anbos os gyolhos e ssc os tiuer jnchados e duros que nõ aja ssabor diz a canpo he ssynal mortall que a cabo. ix ds morera », etc.

officio de Medico ou Cirurgião, nem mande purgar, ou sangrar alguem, nem mande cortar membro, ou parte d'elle, nem per si o córte ou sangre». Esta disposição modificava-se quando o clerigo exercitasse gratuitamente a medicina, mas ainda n'esses casos era-lhe totalmente vedado sangrar, purgar ou cortar algum membro.

A omissão que se dá n'outros documentos analogos de disposições similhantes não nos quer parecer que queira traduzir a auctorisação d'essa pratica, mas simplesmente que julgam incluida a prohibição nas constituições que vedam o uso de qualquer arma, não devendo ter o clerigo em sua casa outros instrumentos cortantes, que não sejam «uma faca ou duas, as quaes sejam estreitas e curtas e taes que pareçam para serventia do seu comer ou casa» [1].

Deve todavia ter-se como certo, desde o momento que attendamos ás repetidas disposições dos concilios, que os ecclesiasticos ainda continuavam a manejar o ferro, com fim therapeutico, e com fins menos humanitarios, como tambem lh'o queriam prohibir os mesmos concilios [2].

Levamos provado que a medicina entre nós, no primeiro periodo que estabelecemos, foi exclusivamente exercida por ecclesiasticos, e que estes lhe deram um caracter pouco scientifico. Vamos agora vêr se effectivamente eram as doutrinas arabigo-galenicas as que predominavam.

Já dissemos atraz que essa foi a caracteristica da medicina na idade média. Podemos afferir essa asserção pelos documentos que possuimos em relação ao nosso paiz. Vêm em primeiro logar as obras de um medico portuguez, Pedro Julião ou Pedro Hispano, mais conhecido por João XXI, pelo facto de ter sido elevado á dignidade pontificia com esse nome.

Pedro Julião nasceu em Lisboa, na freguezia de S. Julião, pelos annos de 1216 a 1218, e era filho d'um medico, Julião

---

1 *Const. do bispado do Porto.* Coimbra, 1585, pag. 63 v.

2 Sprengel, op. cit., II, pag. 351. — J. Theotonio da Silva, *Discurso de abertura no «Jornal da Sociedade das sciencias medicas»*, XXX, 1866, pag. 303.

Rebello, e de Thereza Gil. Depois de estudar em Lisboa, seguiu para Pariz, onde se consagrou á medicina, e voltando á patria recebeu ordens sacras, sendo-lhe confiada a egreja de Santo André em Mafra. Protegido pelo bispo de Lisboa D. Matheus, e, a rogo d'este, por D. Affonso III, em pouco tempo se viu elevado ás maiores dignidades ecclesiasticas.

Nomeado thesoureiro-mór da sé do Porto, successivamente arcediago de Vermoim na sé de Braga e D. Prior de Guimarães; accumulando este cargo com o de deão da sé de Lisboa, foi eleito prelado de Braga, pelo fallecimento de D. Martinho Geraldes. Chamado como tal ao Concilio Lugdunense, convocado pelo papa Gregorio X em 27 de março de 1272, foi feito cardeal e em 13 de setembro de 1276 coroado com a thiara pontificia, tomando o nome de João XXI. É geralmente conhecida a morte desastrada que teve, pouco tempo depois da sua elevação ao throno papal [1].

Além da medicina, era versado na mathematica e na philosophia, sendo certo que, pelo que diz respeito a esta ultima sciencia, teve uma importancia decidida na vulgarisação das doutrinas de Aristoteles.

A seu respeito diz o snr. Th. Braga: «D'este pontifice portuguez, cujo nome figura como bispo de Braga confirmando os documentos do reinado de D. Affonso III, diz Martinho de Fulva: *«Fuit magnus medicus, et scripsit librum de Medicina, qui Thesaurus pauperum vocatur»*. Porém a sua grande influencia nas escólas medievaes foi com a logica, as *Summulas,* ás quaes ainda alludia Kant, quando para dizer de um individuo que não tinha juizo, empregava a periphrase: *Falta-lhe a segunda de Pedro»* [2].

Pelo que respeita á medicina, conseguimos vêr todas as suas obras impressas. É a primeira o *Thesaurus pauperum,* livro

---

[1] Veja-se I. Vilhena Barbosa — *Pedro Julião,* no *Commercio do Porto* de 1873, n.os 56, 62, 79, 88, 96 e 97.

[2] Th. Braga, *Hist. da univ. de Coimbra,* I, pag. 91. Em 1250, acha-se nas Côrtes de Guimarães como deão de Lisboa e arcediago de Braga (*Portugaliæ Monumenta Historica: Leges & Consuetudines,* pag. 185).

de therapeutica verdadeiramente infantil, em que, ao lado das doenças, enumeradas segundo a séde, desde o tegumento externo da cabeça até aos pés, vêm indicadas as substancias a empregar.

A primeira conclusão a tirar da leitura d'este livro é que as obras de Hippocrates eram quasi totalmente desconhecidas então. Abonando-se muitos dos indicados com a opinião dos mais illustres medicos da antiguidade, o nome do velho de Cós em parte alguma apparece. Em compensação, Galeno, Dioscorides, e os arabes Isaac e Avicena são repetidamente citados, sobretudo o primeiro e o ultimo, que em cada pagina mais do que uma vez reforçam a indicação apontada.

Outra circumstancia que immediatamente nos fere é o estado cahotico e informe da therapeutica. A sangria era a base do tratamento de algumas doenças (pleuresia, etc.). Alguns medicamentos de importancia tinham applicação a determinados estados morbidos (o aloes, o opio, a camphora, o meimendro). Mas, ao passo que se fazia uso d'estas substancias, encontram-se no livro a que nos referimos indicados verdadeiramente extraordinarios. Contra o lethargo, a pelle de lebre *com orelhas e unhas,* reduzida a cinzas, dava mirificos resultados. A urina e os excrementos, tanto do homem como dos animaes, tinham frequentes applicações (angina, doenças oculares). Um meio preservativo contra estas era trazer comsigo olhos de lobo. Uma das doenças mais frequentes na idade média foi a lepra. Um decocto feito em vinho de serpente que vivesse em monte arido e escalvado, tomado internamente, curava-a. A estopa embebida em oleo, em que fosse cozida uma vibora, era um adjuvante precioso. Apesar de condemnar os versos e cantos supersticiosos, affirma que quem trouxer comsigo os nomes dos tres reis magos não é accommettido de epilepsia. Não iremos mais longe nas nossas citações. Bastará apenas accrescentar que as demais substancias empregadas eram decoctos de plantas indigenas, a cicuta, o tithymalo, etc. [1]

---

[1] *Thesaurus pauperum* — Petri Hispani pontificis romani, philosophi ac medici doctissimi, de medendis morbis humani corporis Liber: Experi-

Os *Commentarios sobre os livros das dietas universaes* de Isaac não encerram ideias originaes pelas quaes se recommendem á consideração do historiador medico. Mas, como documento, reforçam o que dizemos sobre o *Thesaurus pauperum*. Nas longas dissertações sobre o valor e qualidades dos alimentos, Pedro Hispano auctorisa-se principalmente com as obras arabistas. Este illustre medico conhecia os Aphorismos de Hippocrates, alguns dos livros de Galeno e nomeadamente o Tegni (*Ars parva*), e ainda Oribasio e Ruffo (de Epheso).

São, porém, os arabes os auctores mais versados. Joannicio (Ebn Izhac); Rhasis (Ebn-Secharjah Abou Beke Arrasi); Haly-Abbas (Ali-ben el-Abbas); Serapião (Jahiah Ebn-Serapion); Avicena (Ebn-Sina); Al-Gazali a cada passo abonam as asserções do nosso compatriota. Posterior a elles, é-lhe familiar Constantino Africano (1015-1087), cuja traducção do *Malcki* de Haly-Abbas e o livro *De gradibus simplicium* são citados com muita frequencia. N'esta obra, Pedro Julião apparece-nos, como aliás nas outras, um continuador da tradição arabista.

No *Commentario sobre o livro das dietas particulares*, onde cada uma das substancias alimentares é objecto de explanações sobre a sua importancia nutritiva, gráu de calor e de frio, etc., não se nos deparam igualmente considerações originaes ou sequer vestigios da sua observação pessoal. Os auctores citados são os mesmos, accrescentando-lhes apenas Dioscorides, Philareto e Gerardo. Philareto é um compilador de Galeno, e Gerardo de Salerno é o auctor de um commentario *super Viaticum Constantini*. Ainda aqui encontramos confirmação da predominancia das doutrinas arabigo-galenicas.

---

menta particularia per simplicia Medicamenta ex probatissimis Autoribus & proprijs obseruationibus collecta, continens. Francof, apud hæred. Chr. Egen, 1576. — Existe este livro na Bibliotheca publica do Porto.

Segundo diz fr. Fortunato de S. Boaventura, nos *Litteratos Portuguezes em Italia*, ms. de que por diligencia do snr. A. A. Fonseca Pinto se publicaram alguns excerptos no *Instituto* de Coimbra, XXV, a primeira edição é de Maguncia 1462 ou de Antuerpia 1476, por Theodoro Martini.

Uma das caracteristicas da medicina arabe é a exagerada importancia concedida ao exame das urinas. Pedro Julião tambem publicou um commentario sobre o *Liber urinarum* de Isaac. Não merece analyse demorada, porque não consigna factos de observação propria. Todas as propriedades physicas da urina, a quantidade, a côr, a fluidez, o cheiro, o sabor, etc., são elementos de que o medico póde tirar proveito para o diagnostico e prognostico das doenças. O deposito, a sua côr, e a rapidez da sua formação são tambem para considerar. Na apreciação d'estas qualidades são citados os mesmos escriptores que nos outros commentarios, e apenas encontramos menção pela primeira vez d'outro commentador de Galeno, Theophilo.

As obras de Pedro Julião não são mais. portanto, do que a compilação dos textos arabistas e dos seus commentadores. Motivos ha para acreditar que sejam o reflexo do ensino medico na capital da França, onde estudára [1].

Existe na Bibliotheca de Evora, com o n.º $\frac{\text{CXXI}}{\text{2-19}}$, um manuscripto incompleto, contendo tratados medicos, alguns dos quaes, affirma o snr. Gabriel Pereira [2], serem «em parte de uma redacção portugueza do seculo XIII».

Assim nos parece tambem. O manuscripto é uma compi-

---

1 As obras de Pedro Hispano que acabamos de analysar contêm-se n'um volume existente na Bibliotheca Nacional de Lisboa com o titulo de *Omnia opera Ysaac*. Não tem data de impressão, mas collige-se dos prologos que deve ter vindo á luz em Lyon em 1515.

Os commentarios de Pedro Julião têm os titulos seguintes:

1.º *Commentarium singulare doctissimi viri Petri hispani olim põtificis maximi Johãnis vicesimi primi super librum dietarum universalium Isaac.*

2.º *Apollinee artis monarche Ysaac filii adoptiui Salomonis regis Arabum: diete particulares: cum vberrimis excellentissimi viri Petri hispani: cõmentariis.*

3.º *Liber vrinarum eiusdem; cum non modice frugis doctissimi viri Petri hispani commentarijs.*

2 *Documentos historicos da cidade de Evora*, 3.ª parte, pag. 80.

lação desordenada de noções de anatomia, de formulas, de rezas, de signaes prognosticos, e é destituido por completo de valor, a não ser como indicativo das tendencias da medicina nacional n'essa época.

Por alguns trechos precedentemente publicados já se avaliou do fundo de superstição em que assentava o exercicio medico. As rezas e benzeduras, de mistura com algumas plantas indigenas, constituiam toda a therapeutica, quando não era chamada a intervir a sangria que se recommendava igualmente com fim hygienico. Cinco vezes por anno se devia proceder á extracção de sangue: em março, abril, maio, setembro e outubro. Fins diversos se tinham em vista; assim a sangria de março «presta pera o lume dos olhos e alimpa a reima da cabeça»; a de maio levava em vista combater a febre; e a de setembro era excellente para os humores maus e para a postema.

Destaca igualmente, na leitura do manuscripto, a crença na astrologia, que n'outros paizes é assignalada como corrente na pratica da medicina. Não só é affirmada a influencia que as phases da lua têm no proveito da sangria, como se apresenta uma lista de dias *infelizes* que modificavam profundamente a marcha das doenças. Não eram estes os unicos, porém, que prejudicavam o homem; além dos infelizes, havia os caniculares e os aziagos.

«Dias quaniculares querem dizer dias destemperados e dias infelis querem dizer dias que a nelles acidentes que som todos maaos e dias azinhagos querem dizer dias que a em elles pontos maaos de sangue e os dias quaniculares som cento e os dias infelis som XXXII e os dias azinhagos som XXIIII» [1].

A confiança na uroscopia era outra caracteristica da medicina de então. Não menos de vinte côres assignala na urina o manuscripto e nada menos tambem de vinte propriedades se deviam procurar n'ella, e entre ellas «a escuma e o podrimento e a grosura e o humor e o sangue e a area e os pellos e lafurfulla

---

[1] Pag. 188 v.

e as escamas e os atomos e a esprema e a cinza e a espensura em cima e em meo e em fundo e em no ypostadi e o esterco e da digestio do estamago asy he o suor e o ypostasi da terceira distençom em todolos membros ».

Relativamente ás doutrinas sustentadas, a sua base é o galenismo e o arabismo, mas o auctor anonymo do manuscripto conhecia Hippocrates. Os medicos mais citados são Galeno e Alexandre Tralliano; os arabes Avicena, Joannicio e Isaac; e a escóla de Salerno, com Constantino e Rogerio. Encontram-se, além d'isto, referencias a fr. Gil e a outros medicos portuguezes que não podem ser identificados com certeza.

Independentemente dos esclarecimentos que, sobre a medicina d'aquelle tempo, nos fornecem as obras de que demos conta, ha documentos que nos indicam a grande importancia que era dada á sangria. E não era só com fim therapeutico que se empregava, mas como meio preventivo de enfermidades, ligadas talvez á vida sedentaria.

Nas constituições de Pombeiro mandavam-se sangrar todos os monges de dois em dois mezes, e o fundador do mosteiro de Tojal, no bispado de Vizeu, determinou que os religiosos que n'elle vivessem fossem igualmente sangrados, ainda quando em saude, de seis em seis mezes. Um documento de Pendorada attesta o mesmo costume n'outros mosteiros [1].

Acabamos de vêr quaes eram as doutrinas que reinaram na medicina na época não muito extensa que vae desde a instituição da nossa monarchia á creação da universidade. Faltanos, para terminar, dizer ainda alguma coisa do seu exercicio. O codigo wisigothico tinha em pouca consideração os que exerciam a medicina. As disposições ignaras d'essa legislação, diz Sprengel que foram seguidas até ao seculo XI n'uma grande parte do occidente; posteriormente a 1085, podemos afiançar, sem receio de errar, que já haviam sido de todo abandonadas entre nós.

Segundo o codigo wisigothico, nenhum medico deveria

---

[1] Viterbo, *Elucidario*, Sanguelexia e Sanguileissia.

sangrar uma mulher ou filha de nobre, sem que um parente ou creado estivesse presente á operação, e, no caso de contravenção á lei, pagaria uma multa de dez soldos, *quia difficilimum non est, ut in tali occasioni ludibrium interdum adcrescat.* Quando um medico era chamado para tratar d'uma doença ou pensar uma ferida, necessario se tornava que, logo depois de ter visto o doente, désse uma caução e combinasse o preço por que deviam ser pagos os seus cuidados, mas que não poderia exigir no caso que o doente viesse a morrer. Pela cura da cataracta, receberia cinco soldos; se ferisse um nobre pagaria uma multa de cem soldos, e se elle morresse das consequencias da operação, seria entregue o cirurgião aos parentes do morto, que poderiam tratal-o como lhes parecesse melhor; e, se de qualquer modo estropiasse um servo ou lhe causasse a morte, seria obrigado a restituir outro ao senhor. Quando um medico se encarregasse d'um discipulo deveria este dar-lhe doze soldos pelo seu aprendizado [1].

Estas disposições não nos consta que tivessem correspondentes entre nós, e dizemos isto porque o codigo wisigothico pouco influenciou a nossa primitiva legislação. É certo que por vezes se invocam as leis godas, n'alguns documentos, mas mais parece que como luxo de erudição do que como outra coisa.

Os verdadeiros codigos da nossa legislação foram os foraes, e variavam de terra para terra, conforme usos e costumes d'essas localidades, de modo que cada villa, cada povoação se regia por disposições peculiares. Ora entre ellas não se encontra alguma que faça lembrar as disposições barbaras do codigo dos godos.

Em segundo logar, tambem não ha noticia de que fossem considerados entre nós os *physicos* pelo modo por que aquelles estatutos referem. Pelo contrario, eram bem recebidos, o que é provado pelo grande numero dos que andavam na côrte dos nossos primeiros reis, e que, além de outras distincções,

---

Sprengel, op. cit., II, pag. 349.

tinham a de por vezes serem testemunhas de doações e outros actos importantes da parte do chefe do Estado.

Ainda vem em reforço d'estas considerações a circumstancia de que, sendo em geral ecclesiasticos os que se entregavam ao exercicio da medicina e sendo essa classe a mais privilegiada de todas, difficilmente poderiam caír sobre ella disposições tão vexatorias. E mais é de crêr, que se caíssem, elles se queixassem de taes offensas, o que não ha entre nós documento algum que o possa fazer acreditar.

Em conclusão, fique assente que, se algumas leis portuguezas tiveram por fonte o direito dos godos, o que só para um limitadissimo numero se póde aventurar, não succedeu assim para as que diziam respeito ao exercicio e pratica da medicina que não deixaram entre nós vestigios. As que as substituiram, se algumas houve, não são conhecidas igualmente, e toda a conjectura que a tal respeito se faça é destituida de base.

CAPITULO III

As cruzadas. — Sua influencia na medicina patria. — Albergarias e hospitaes: Congregações religiosas que n'elles serviram. — A lepra e as gafarias.

As cruzadas, que tamanha importancia tiveram no desenvolvimento commercial dos povos e determinaram importantes modificações no seu regime politico, não exerceram na medicina a mesma influencia benefica.

Antes de entrarmos no desenvolvimento d'esta proposição seja-nos permittido mencionar rapidamente quaes foram as nossas relações com a Syria e outros paizes orientaes.

Frequentes vezes fomos visitados pelos cruzados. Lisboa, pela sua posição e pela excellencia do seu porto de mar, era por elles procurada, para obterem mantimentos e refrescos, quer na ida quer na volta das suas expedições ao Oriente.

Nas conquistas que os nossos primeiros reis obtiveram sobre os sarracenos da peninsula, os cruzados, menos por zelo religioso que por amor da rapina, foram-nos de importante auxilio, sendo rara a proeza de guerra a que se não ache vinculada a passagem ou permanencia entre nós d'alguma expedição de soldados da cruz.

A primeira de que temos noticia appareceu entre nós em 1140. Era uma armada franceza de setenta vélas que surgiu junto ao porto de Gaya, e, acossada pelos temporaes, ou por

outro qualquer motivo, veiu fundear dentro do rio. Navegavam para a terra santa, talvez porque os principes christãos da Syria pediam instantes soccorros. Combinou com elles D. Affonso Henriques acommetterem os sarracenos pelo districto de Santarem. A frota desceu ao longo da costa e entrou na bahia do Tejo, emquanto um exercito, marchando por terra, se aproximava de Lisboa. O logar era forte e bem defendido, as forças do rei de Portugal, juntas ás dos cruzados, insufficientes para conquistal-o. Devastados os arredores, a armada velejou para o estreito [1].

Repetiu-se a investida contra Lisboa em 1147. Deu logar a isto outra armada de cruzados que veiu fundear no Douro. Era ella capitaneada pelo conde Arnulfo de Areschot e compunha-se de duzentas vélas que transportavam treze mil homens. Havendo partido de Dartmouth, navegou para as costas de Hespanha, onde foi surprehendida por uma tempestade furiosa que espalhou os seus pequenos baixeis. Estes, depois de buscarem successivamente abrigo em dois ou tres portos das costas das Asturias e Galliza, vieram juntar-se na ria de Noya. Visitaram o celebre santuario de Compostella, e em seguida vieram a entrar no Douro em 16 de junho de 1147. Durante esta demora no Porto, Affonso Henriques resolveu-os a favorecerem os seus designios em relação a Lisboa. Reunida a armada, partiu de novo toda para aquella cidade, subindo pelo Tejo no penultimo dia do mez.

Lisboa caíu então em poder dos christãos. Alguns dos cruzados permaneceram entre nós; e foram elles que ajudaram a conquista de Almada, se não executaram sósinhos essa empreza [2].

Em 1151, planeou Affonso Henriques proseguir na guerra contra os sarracenos. Falto de tropas, procurou engrossar o seu exercito com levas de Inglaterra. Partiu o bispo de Lisboa Gilberto para a Gran-Bretanha a preparar uma cruzada con-

[1] Herculano, *Historia de Portugal*, I, pag. 339.

[2] Id., I, pag. 373.

tra Sevilha. Deram as suas diligencias bom resultado e uma armada partiu de Inglaterra para Portugal. Junto com os seus auxiliares, Affonso I foi sitiar Alcacer ainda n'esse anno ou no seguinte. A empreza falhou, e a armada voltou para Inglaterra [1].

Renovou-se a empreza contra Alcacer no anno de 1157. Motivou este facto a vinda de uma nova expedição que navegava para a Syria e que com grande probabilidade se póde acreditar que era a do conde de Flandres, Thierry ou Theodorico de Alsacia. Ainda d'essa vez a tentativa foi mallograda. Alcacer só devia succumbir no anno seguinte, aos esforços dos sós portuguezes que a sitiavam [2].

Em 1189, reinando já D. Sancho, veiu buscar abrigo no Tejo uma nova frota de cruzados. Compunha-se de cincoenta ou sessenta vélas e transportava dez ou doze mil homens da Frisia e da Dinamarca, tendo entre os seus chefes um sobrinho de Knud, rei d'este ultimo paiz. O soberano portuguez conseguiu interessal-os n'uma expedição ao Algarve, tendo então caído em nosso poder o castello de Alvor. Os cruzados depressa se fizeram de véla para o Mediterraneo [3].

Ainda no mesmo anno, entrou em Lisboa uma armada que se havia reunido em Sandwich e se compunha de trinta e sete navios, vindos da Allemanha e de Flandres. Eram soldados que demandavam a Palestina. Capitaneava os allemães Ludwig, landgrave da Thuringia, vindo entre os chefes o conde de Bar Henrique, Airard ou Ailrad, conde de Braine, e varios outros cavalleiros mais ou menos illustres. Ao todo eram tres mil e quinhentos homens de peleja, e auxiliaram D. Sancho na conquista de Silves [4].

Pouco tempo depois, em 1190, outra frota de dez navios, saídos de Dartmouth e pertencentes á expedição organisada

---

[1] Herculano, *Historia de Portugal*, I, pag. 390.
[2] Id., I, pag. 391.
[3] Id., II, pag. 26.
[4] Id., II, pag. 30.

por Ricardo I de Inglaterra e Philippe Augusto de França, demandava Lisboa quando, colhida por uma tempestade, os seus navios se dispersaram, vindo a entrar nove no Tejo e um na bahia de Silves. Os sarracenos ameaçavam então recuperar parte do terreno que lhes havia sido conquistado, e os cruzados prestaram valiosos serviços a D. Sancho na sua repressão [1].

Quasi no fim do seculo XII, pelos annos de 1197, abordava a Lisboa uma armada em que vinham embarcados varios principes e prelados da Allemanha que se dirigiam á Palestina, entre os quaes se notavam o duque da Lorena inferior (Lothier) e Hartwic, arcebispo de Bremen. Acolheu-os ahi com toda a distincção o bispo D. Soeiro. Ouvindo relatar que Silves havia voltado ao poder dos mouros, dirigiram-se áquella cidade, entraram-n'a inesperadamente, mas contentaram-se com desmantelal-a, persuadidos de que D. Sancho não tinha meios para a sustentar [2].

Depois d'esta expedição, só em 1217 é que temos noticia de que entrassem nos nossos portos navios conduzindo cruzados. Era uma frota de duzentas vélas, capitaneada por diversos chefes, entre os quaes se contavam o conde de Withe, e o condestavel da gente de guerra Guilherme, conde de Hollanda. Surprehendidos por uma tempestade, vieram entrar no Douro, d'onde, serenado o mar, velejaram até ao Tejo. Foram estes cruzados que auxiliaram as forças portuguezas na tomada de Alcacer que voltára ao dominio sarraceno [3].

Estas foram as principaes migrações de cruzados que demandaram o nosso paiz. A influencia, porém, que do convivio com tão desvairadas gentes pudesse resultar parece á primeira vista que mais se devia accentuar entre nós, desde o momento que nos recordemos de que muitos se deixaram seduzir pela amenidade do clima e pela fertilidade do sólo, es-

---

[1] Herculano, *Historia de Portugal,* II, pag. 52.
[2] Id., II, pag. 78.
[3] Id., II, pag. 196.

tabelecendo aqui definitiva residencia. Diz a este respeito o mais illustre dos nossos historiadores, referindo-se á expedição de Arnulfo de Areschot: «Muitos, attrahidos pela brandura do clima e pelas outras vantagens que o paiz lhes offerecia, trocaram por elle as ingratas regiões onde tinham nascido, estabelecendo colonias no territorio de Belatha, rapidamente subjugado depois de perdidas para os sarracenos as duas cidades importantes d'este districto» [1].

E adiante accrescenta: «As frotas dos cruzados, ajudando á conquista de cidades importantes, taes como Lisboa e Silves, deixaram ahi sacerdotes, que foram elevados ás primeiras dignidades das restauradas egrejas. D'estes individuos fallam os monumentos; mas devemos crêr que muitos outros tomaram a resolução de ficar n'este paiz, tão superior em tudo ao duro clima da sua terra natal. Effectivamente restam-nos documentos em que figuram nomes obscuros estrangeiros. Espalhados entre os naturaes, o seu numero seria difficil de apreciar já então, e hoje impossivel de avaliar; mas bastará lembrarmo-nos de quanto predominou, ao menos no reinado de Sancho I, o pensamento de povoar o sul do reino, onde escasseavam em demasia os habitantes, mandando-se vir expressamente colonos de fóra do reino; e se além d'isso nos recordarmos do grande numero de povoações fundadas por estes, bem como dos motivos que ha para suppôr que os primeiros colonos attrahiam successivamente outros novos, conhecermos que a influencia do elemento franco na povoação das nossas provincias, especialmente na da Estremadura e do Alemtejo, foi muito mais importante do que em Leão, porque se associou ao povo e contribuiu para augmentar a extensão e a força dos gremios municipaes» [2].

Outro historiador, e dos mais distinctos que possuimos, Pinheiro Chagas, diz igualmente a este respeito: «... as migrações que verdadeira influencia tinham na população do

---

[1] Herculano, *Historia de Portugal*, I, pag. 380.
[2] Id., III, pag. 215.

reino eram as dos cruzados, que paravam aqui para ajudarem os nossos reis n'algumas das suas conquistas. Quando estas expedições religiosas continuavam caminho da Palestina, sempre deixavam atraz de si um grande numero d'esses romeiros militares, seduzidos pela amenidade do clima, e pelas vantagens que os monarchas lhes offereciam. Foi o que succedeu principalmente na conquista de Lisboa, depois da qual a hoste de Arnulfo de Areschot parece que toda ou quasi toda se disseminou pelas provincias marginaes do Tejo, povoando exclusivamente os municipios de Athouguia, da Lourinhã, de Villa Verde, da Azambuja, de Cezimbra e de Ponte de Sôr» [1].

D'estas considerações relativas ao modo como se effectuou a colonisação de Portugal poderia inferir-se que qualquer influencia que os cruzados tivessem sobre a medicina, mais se deveria fazer sentir entre nós. Não se trataria d'uma impressão transitoria e passageira, como a que se traduzisse na curta demora que as expedições tinham nos nossos portos, mas a acção permanente e duradoura da disseminação dos cruzados na massa da população portugueza, o cruzamento da raça, a transmissão de vicios adquiridos ou herdados.

Mas, se pensarmos por um momento em que, durante a organisação, digamos assim, da nossa patria, cada palmo de terra arrancado aos infieis custou muitas vidas e muito sangue, e que n'essas condições não era necessario irmos buscar a longes terras inimigos da fé para combatermos; se nos lembrarmos de que algumas expedições de cruzados, ao dirigirem-se para a Palestina, obtiveram dos papas indulgencias analogas ás que se davam aos peregrinos da Syria, para pelejarem contra os sarracenos da peninsula; se tivermos presente que Paschoal II, tendo em vista o mal que poderia resultar á christandade de se enfraquecer o baluarte occidental contra os mouros, duas vezes prohibiu que os habitantes da peninsula se cruzassem; se attendermos ainda a que a maior parte

---

[1] P. Chagas, *Historia de Portugal*, I, pag. 197.

dos soldados da fé que se amalgamaram com a população portugueza se dirigiam para a Palestina, e, ficando entre nós, se subtraíam ao contagio da lepra nos paizes orientaes, a influencia das cruzadas fica entre nós bastante reduzida.

Por outro lado, e concordando com o que acabamos de dizer, não registam os monumentos historicos grande numero de portuguezes que demandassem as terras orientaes. Á excepção do conde D. Henrique, de Gualdim Paes, mestre do Templo, de Affonso de Portugal, filho illegitimo de D. Affonso Henriques, e D. Soeiro Raymundes, rara noticia se encontra de portuguezes illustres que deixassem os combates com os mouros do occidente pelas guerras com os do oriente [1]. Acaso se póde aventurar que os freires das ordens militares e poucos mais o fizessem, o que de modo algum poderia affectar notavelmente a população portugueza.

As migrações successivas e contínuas que se demoravam na peninsula, ou n'ella se vinham estabelecer definitivamente, alguma influencia tiveram sobre a medicina, havendo até quem a supponha da maxima importancia.

Sprengel [2] e Chinchilla, [3] ou melhor o primeiro apenas, visto que o segundo não faz n'esta parte mais do que copial-o textualmente, assignalam, como traducção da influencia das cruzadas, os seguintes factos:

1.° O systema feudal recebeu um abalo violento. Graças ás immunidades concedidas aos defensores da fé, augmentou o numero dos homens livres, havendo maior numero de medicos que não foram monges;

2.° A superstição augmentou extraordinariamente, visto

---

[1] Canaes de Figueiredo, *Apontamentos sobre as relações de Portugal com a Syria no seculo XII*, in *Memorias da Academia*, classe de sciencias moraes, politicas e bellas letras, nova serie, I, pag. 48 e seg.

[2] Sprengel, *Histoire de la médecine depuis son origine jusqu'au dixneuvième siècle*, II, pag. 366 e seg.

[3] Chinchilla, *Annales historicos de la medicina en general*. Valencia, 1841, I, pag. 293 e seg.

como se encontrava no Oriente occasião de satisfazer o gosto pelo maravilhoso e pelas aventuras cavalheirescas;

3.º O numero dos hospitaes elevou-se tambem, quer porque se quizessem imitar os costumes orientaes, quer porque, propagando-se a lepra, se tornassem mais necessarias estas instituições;

4.º A lepra generalisou-se em todo o occidente;

5.º Manifestaram-se depois das cruzadas uma multidão de doenças impuras;

6.º As cruzadas desenvolveram o commercio, affluindo então ao occidente mercadorias e medicamentos dos paizes orientaes.

Escasseiam os elementos para se resolver se se davam entre nós todas estas condições. Vamos vêr ainda assim que uma grande parte d'ellas se podem applicar á medicina portugueza d'essa época.

Não restam duvidas algumas de que o systema feudal recebeu por toda a parte um abalo fortissimo com o desenvolvimento das peregrinações religiosas, e d'este modo é possivel que passasse maior numero de pessoas leigas a entregar-se á pratica da medicina. Entre nós, porém, suppomos que se não deu coisa similhante, em primeiro logar porque nunca houve no nosso paiz verdadeiro systema feudal e em segundo logar porque tudo nos auctorisa a acreditar que a medicina era exclusivamente exercida pelos ecclesiasticos.

Este facto torna para nós mais verdadeira ainda a segunda conclusão de Sprengel, relativa ao augmento da superstição. Já atraz fizemos conhecer factos que demonstram á saciedade o quanto esta asserção é verdadeira. Como consequencia d'estas peregrinações religiosas, manifestou-se grande incremento na creação de hospitaes e albergarias, que tinham mais por fim acolher os romeiros do que o tratamento dos doentes.

Os primeiros hospitaes que possuimos foram as *albergarias*. Esta palavra não corresponde bem á ideia que fazemos hoje de um hospital, e effectivamente esses estabelecimentos afastavam-se por mais d'um ponto de vista das nossas casas de

tratamento de doentes. Eram as albergarias destinadas a recolher os pobres, e talvez, mais do que isso, a traduzir na pratica o preceito christão de dar pousada aos peregrinos.

Confirma esta supposição o testamento de D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques. Referindo-se ao seu hospital de Canavezes diz a devota princeza: «... hospital de Canavezes se repairaró sempre bem e cumpridamente o paço, que pera ello leixo ordenado, o qual estará sempre liure e bem repairado de telha e madeira, e com boas portas fechadas, por que os peregrinos que albergarem não recebam algum desaguisado e sejam hi camas boas e limpas em que se possão bem albergar noue d'esses peregrinz aos quaes serão dadas raçoins de entrada e saida e lume, agua e sal quanto lhe fizer mister. E finando-se algum d'esses peregrinz seja enterrado com tres missas de sobrealtar e com panno e cera...» [1]

O mesmo se conclue d'uma antiga chronica de Santa Cruz. Referindo-se á creação do hospital de Jerusalem, em Evora, diz que D. Affonso Henriques «deu pera comprarem em beens de raiz oyteenta mil dinheiros douro. E os pobres de christo fossem hy recebidos com caridade, aos quaes dessem a cada huum senhos paães de trigo e senhos vasos de vinho, e que o metam em sua oraçom» [2].

Infere-se ainda o mesmo de documentos posteriores a esta época e a que adiante teremos de referir-nos. Fazendo obra por elles, as albergarias eram especies de recolhimentos, onde recebiam agasalho os pobres e passageiros, sendo tratados aquelles que adoeciam e que para esse fim eram apartados dos restantes.

Esses estabelecimentos estavam muita vez annexos aos mosteiros, e, sympathica como era a instituição, serviam de pretexto para a obtenção de riquissimos donativos que iam

---

[1] Fr. Antonio Brandão, *Mon. Lusitana*, 3.ª parte, pag. 190 v.

[2] *Portugaliæ Monumenta Historica — Scriptores*, I. Olisipone, 1856, pag. 24.

engrossar as rendas d'essas corporações. Não era, porém, só junto dos mosteiros que se erguiam essas casas; todas as terras d'alguma importancia e as estradas tinham as suas albergarias. Em geral póde dizer-se que os rudes barões dos primeiros tempos da nossa monarchia estabeleciam junto dos seus castellos, que serviam de nucleos a importantes povoações, casas destinadas ao agasalho de peregrinos [1].

As primeiras de que temos noticias datam do governo do conde D. Henrique e D. Tareja. Em 1097 comprou o presbytero Pedro umas casas em Pena-Cova para crear uma albergaria [2]. A rainha coutava depois a Gonçalo Eriz a quinta de Oseloa, estabelecendo de mão commum outra albergaria em Mezão Frio [3]. A ella são devidas com toda a probabilidade, as de Moledo, Amarante e Canavezes.

Desde então, começam a vulgarisar-se entre nós os edificios d'esta natureza. Successivamente, apparecem mencionadas as albergarias de S. Bartholomeu em Lisboa; de S. Antonio do Cantaro; do Mondego ou de Cabadoudi, e da Ponte de Lavradio.

Não é preciso compulsar grande numero de documentos para encontrar a noticia das que se foram estendendo por todo o Portugal. Nós, folheando as *Chorographias,* pudemos achar vestigios das seguintes, que com certeza são uma pequena parte das que existiam:

Albergaria das Cabras, proximo de Arouca, e da Serra da Freita, junto de Roças, fundadas por D. Mafalda em 1280; outra no sitio onde hoje é Albergaria-a-Velha, creada em 1120 por D. Thereza; outra nas Caldas d'Aregos, estabelecida por D. Mafalda, filha de D. Sancho; as de Cepellos e de Chaves, fundadas por D. Mafalda, mulher de D. Affonso I; uma albergaria em Leiria, já existente em 1222 com o nome de Nossa Senhora de Todos os Santos; outra em Loulé, que já se achava estabelecida no reinado de D. Affonso III. Além d'estas, as

---

[1] Herculano, *Historia de Portugal,* II, pag. 241.

[2] Doc. de Lorvão, cit. por Viterbo, *Elucidario,* verb. *Albergaria.*

[3] Doc. das Bentas do Porto, in ibid.

seguintes de cujos fundadores temos insufficiente noticia: albergaria de S. Roque, em Guimarães; as nove do Porto, entre as quaes a de Santa Maria de Roca Amador; da Ucanha, proximo a Lamego; de Santa Maria e S. Braz, em Tavira; Albergaria dos Fusos; uma em Almalaquer, outra em Alter do Chão, outra na Ameixoeira; as do arrabalde da Ponte, em Leiria; as de Campo Maior, de Celorico de Basto, de Chileiros, da Insua, de Turcifal; as de Lisboa, dos Olivaes, d'Ourem, de Padroz; as de S. Roque e S. Miguel em Guimarães, a de Odivellas, a de Poiares, etc.

Além d'estas albergarias e de muitas outras que é ocioso enumerar, estabelecimentos havia com a designação clara de hospitaes. Julgamos, porém, que não passavam de instituições analogas ás albergarias, por quanto ha documentos em que são indifferentemente designadas por hospitaes e por albergarias determinados estabelecimentos. Seja como fôr, pertencem a este grupo o hospital dos pobres em Santa Cruz, o dos captivos em Santarem, o de Santo Eloy em Lisboa, fundado por Domingos Jardo em 1293, o hospital do Espirito Santo em Torres Vedras, o de Lisboa, creado por Tareja Annes, o de Guimarães, junto á Torre Velha; o hospital de Jerusalem, d'Evora, creado por D. Affonso Henriques; os hospitaes de S. Thiago e de Santa Catharina, no Porto, etc., etc.

D'entre estes estabelecimentos ha dois que merecem menção especial. Queremos referir-nos aos hospitaes de meninos engeitados de Lisboa e Santarem. A creação d'este ultimo foi, ao que parece, devida a um medico portuguez, D. Martinho, bispo da Guarda, o qual obteve para elle o poderoso auxilio de D. Diniz e de sua mulher, a rainha Santa Isabel. Tambem não eram destinados ao tratamento das creanças, sendo antes uma especie de recolhimento ou creche. O primeiro testamento de D. Diniz assim o parece indicar quando diz: «pera criarem hi meninos engeitados, e pera lhes manter amas ataá que sejam despesas» [1].

---

[1] Nas *Provas da Hist. Genealogica* de Sousa, I, pag. 101.

Os hospitaes e albergarias, de que nos temos occupado, tiveram dentro em pouco ao seu serviço mais do que uma congregação religiosa. A primeira d'ellas foi a de *Santa Maria de Roca-Amador.*

Santo Amador, ao que nos diz Viterbo, floresceu em Narbonna, na França, passando o ultimo quartel da vida, separado de todo o contacto dos mortaes, só em altissimo rochedo. D'ahi o nome. Começando a produzir-se grandes maravilhas na sua sepultura, erigiu-se alli uma egreja com o nome de *Santa Maria de Roca-Amador,* e junto d'ella um hospital para soccorro dos pobres enfermos que eram n'elle assistidos por individuos cheios de caridade. Começaram então a chover valiosos donativos sobre o novo instituto que se foi estendendo por varios paizes, com o nome de Eremitas de Santa Maria de Roca-Amador. Consagravam-se ao tratamento dos doentes nos hospitaes.

Entrou esta religião em Portugal com os cruzados que em 1189 vieram buscar abrigo no Tejo, e que auxiliaram o nosso D. Sancho I na conquista de Silves. Este fez-lhe doação da villa de Sóza, que se acha hoje coberta de areias, e fica proximo da cidade de Aveiro.

Estabeleceram ahi a sua séde e foram-se logo diffundindo pelas albergarias e hospitaes de Lisboa, Porto, Coimbra, Santarem, etc. Grande numero de dons e offertas tornaram desde logo rica a nascente instituição. Affonso II, no seu testamento de 1221, contempla Santa Maria de Rocamador, deixando-lhe dois mil morabitinos [1]. Nas inquirições de Affonso III vem mencionadas, segundo diz Viterbo, grande numero de terras que pertenciam a Rocamador. Santa Isabel, no seu testamento de 1327, deixa tambem uma elevada quantia a esta religião [2]. Mais tarde, entrando a corrupção n'este instituto,

---

1 «Sanctæ Mariæ de Rocamador ij morab. pro meo anniversario». Test. de 1221 de Affonso II, in *Prov. da Hist. Geneal.*, I, pag. 35.

2 «Item, mando a santa Maria de Recamador trezentas libras». Test. de Santa Isabel in *Provas da Hist. Geneal.*, I, pag. 119.

como era vulgar em todas as congregações religiosas, Affonso V, com auctorisação de Pio II, fez commenda da ordem de Santiago a villa de Sóza, que tinha por nome *Santa Maria de Rocamador*, extinguindo-se esta ordem hospitaleira. Os outros bens que possuia é de crêr que se incorporassem nos rendimentos dos hospitaes que então foram reformados [1].

Outra congregação que cumpre seja rememorada igualmente é a dos religiosos de *Santo Antão*. Estes religiosos tiveram o seu principio tambem em França, no anno de 1095, e licito é conjecturar que entrassem no nosso paiz com os cruzados. Tinham por fito especial o tratamento d'um mal horrivel que então assolava differentes pontos da Europa.

A doença chamada *fogo de Santo Antão* e *fogo sagrado* pertence ao numero das que hoje estão extinctas, mas é de crêr que este nome se désse a mais do que uma das muitas variedades de dermatoses pruriginosas. O documento mais antigo existente em França a este respeito é a chronica de Frodoart relativa ao anno de 945, e uma passagem d'ella diz que n'esse anno morreram em Pariz muitos individuos de fogo de Santo Antão.

A doença queimava os pacientes pouco a pouco, até que se consumiam sem remedio. Para evital-a, os habitantes de Pariz abandonavam a cidade em direcção ao campo. Outros documentos referem-se a um ardor insupportavel, seguindo-se-lhe por vezes o esphacelo de braços e pernas. Tornavam-se estes negros como o carvão, e os individuos que sobreviviam ficavam privados do seu uso. Estes caracteres têm feito crêr ao geral dos auctores que o *fogo de Santo Antão* era uma especie de ergotismo gangrenoso, mas Anglada suppõe, e quer-nos parecer que com razão, que a doença desappareceu de todo hoje, apezar de algumas analogias que apresenta com aquella molestia. Finalmente julgamos tambem que as doenças de pelle que se acompanhavam de grande prurido eram

---

[1] As noticias que aqui apresentamos são na sua maior parte extrahidas do *Elucidario* de Viterbo, palavra *Rocamador*.

igualmente designadas com este nome [1]. Um chronista moderno diz que pelo nome de *fogo de Santo Antão* era entre nós designada a erysipela.

Não se encontra nos nossos historiadores noticia alguma de epidemia d'esta doença. Este facto, que á primeira vista surprehende, não póde servir para negar o seu desenvolvimento entre nós, e, antes é de crêr que nos variados contagios que se designaram nos antigos documentos com o nome de *peste* entrasse o mencionado *fogo de Santo Antão,* ou que fosse confundido com alguma especie de lepra. Deve, porém, dizer-se que, ainda quando assim succedesse, essa doença não tomou entre nós grandes proporções. Se da mesma sorte que a lepra, acompanhava as immigrações dos cruzados, razões que produzimos e produziremos levam á conclusão de que a terrivel doença não tomou entre nós o incremento que n'outros paizes attingiu.

Entrados em Portugal, tiveram os religiosos de Santo Antão cinco mosteiros. O primeiro ficava em Benespera, no bispado da Guarda, junto á ribeira do Teixeira, e era o cabeça de todos os outros que esta religião possuia; o segundo era o de Santo Antão o Velho, em Lisboa, no sitio a que hoje se chama Annunciada; o terceiro foi instituido em Santarem, fóra da villa, onde mais tarde esteve a ermida de Santo Antão; o quarto era o de Santo Antão da Aveleira; o quinto e o ultimo foi o de S. Domingos de Besteiros, no bispado de Vizeu.

Diz fr. Nicolau de Santa Maria que o motivo principal da extincção d'estes conegos foi o caír a ordem em poder de commandatarios. Reduziram-se então os mosteiros a uma commenda que D. Manoel deu em 1510 a Ruy Lopes, o qual pela sua parte mais tratou de lhe aproveitar as rendas do que de zelar dos religiosos. Essa commenda achava-se vaga no

---

[1] Arnould, art. *France* in *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences Médicales,* v da 4.ª serie, pag. 599. — Laveran, art. *Feu sacré,* in ibid., II da 2.ª serie, pag. 1.

tempo de D. João III, que fez d'ella mercê aos padres da Companhia [1].

Um dos factos por que se traduziu a influencia das cruzadas na Europa foi o grande desenvolvimento da lepra. Esta doença era já conhecida na Europa, observando-se com bastante frequencia na França e na Italia, mas depois das migrações religiosas tomou um incremento que nunca tinha apresentado até alli.

Julgam os historiadores diversamente o facto, tornando-o dependente do contagio, facilitado pelas fadigas, pela mudança de clima, pelas privações de toda a ordem, pelos cuidados dispensados aos leprosos, pelo uso das roupas de lã e pela frequencia extraordinaria dos banhos publicos.

Seja como fôr, é certo que só em França se contavam no seculo XIII dois mil leprosorios e que a Europa possuia dezenove mil estabelecimentos d'esta natureza. Havia cidades na Inglaterra, na Escossia e na Irlanda que tinham dezoito e vinte.

Os leprosos adquiriram por vezes tantas riquezas, que Filippe V, rei de França, os accusou de fomentarem uma revolta e quiz fazel-os queimar para lhes confiscar os bens [2].

Em Portugal desenvolveu-se tambem a lepra posteriormente ás cruzadas, sem que fosse totalmente desconhecida antes d'ellas; mas as circumstancias que lá fóra lhe deram notavel incremento faltavam no nosso paiz. Envolvidos como estavamos em rude peleja contra os musulmanos, todo o esforço de nobres e villões era requerido para livrar o territorio das hostes agarenas. Não faltava entre nós incentivo de gloria ás ambições guerreiras, nem riquezas de mouros para saciar a cubiça dos christãos. Não podiamos nem precisavamos de ir combater ou peregrinar á Palestina, estando por esse facto livres até certo ponto das causas a que em geral se suppõe devida a lepra. Diz um escriptor nosso que em

---

[1] Nicolau de Santa Maria, op. cit., 1.ª parte, pag. 231.

[2] Sprengel, op. cit., II, pag. 374. — Arnould, art. *France* in *Dictionnaire Encyclopédique des sciences médicales,* V da 4.ª serie, pag. 588. — Brassac, art. *Elephantiasis* in ibidem, XXXIII da 1.ª serie, pag. 415.

Portugal nunca houve alistamentos para expedições de cruzados, antes estes vieram por vezes, como atraz ficou dito, auxiliar-nos na tomada de Lisboa, Silves e Alcacer [1].

O mesmo pensam, em relação á Hespanha, Davila, Ruiz y Madrazo:

«El furor de las Cruzadas no tuvo en España ese caracter de universalidad ni de facil fanatismo que en las demas regiones de Europa: estábamos aqui en una cruzada continua, intensa, incesante, no sostenida solo por motivos religiosos, sino por la diferencia de razas y por la posesion del suelo y del hogar: circunstancia muy reparable que puede esplicar la profunda tenacidad del pensamiento español, eminentemente religioso mas adelante y que no podia menos de imprimir un profundo sello á la instruccion nacional» [2].

Estas considerações levam a suppôr que a doença não teve entre nós o mesmo desenvolvimento que tomou em outros paizes, comquanto haja noticia ainda assim de grande numero de leprosos. São documento bastante do que affirmamos os testamentos dos nossos primeiros reis, em muitos dos quaes se consignam importantes donativos que lhes são feitos. Se pela valia d'esses legados se pudesse concluir alguma coisa, teriamos que a propagação da doença foi rapida, porque as sommas vão augmentando consideravelmente. O primeiro documento que se refere aos leprosos do reino, d'entre os que vieram ao nosso conhecimento, é o testamento de D. Sancho I [3]; d'ahi em diante, raras são as ultimas disposições d'alguma pessoa d'elevada jerarchia que não attendam á sua sorte. O rei *gafo* Affonso II, Sancho II, Affonso III, D. Diniz,

---

[1] J. Maria Nogueira, *Duas palavras sobre hospitaes*, no *Panorama*, IX, 1846-1852, pag. 335.

[2] *Reseña historica de la universidad de Salamanca*. Salamanca, 1849, pag. 20.

[3] «Cætera omnia de meo reposito dentur leprosis Colimbriae.... Præterea dedi pro anima mea Abbate Alcũp. de arca mea x morabitinos, de quibus faciat unam Gafariam in Colimbria». (*Testamento de D. Sancho I*, de 1209).

Santa Isabel, etc., todos tiveram em vista minorar a desventura dos morpheicos [1]. No tempo do rei lavrador, a doença chegára, crêmos nós, ao auge da sua intensidade, não só porque o legado é bastante avultado, como porque d'alli em diante nenhum dos documentos d'igual natureza consigna a mais remota lembrança dos leprosos. Bem se deixa perceber d'aqui que a causa do maior desenvolvimento estava nas peregrinações religiosas, visto que, quando ellas terminaram, a doença foi em via de declinação.

O numero de *gafarias*, especie de lazaretos em que eram encerrados os leprosos, não attinge no nosso paiz cifra que se aproxime, sequer de longe, do espantoso algarismo que lá fóra o representa. Já atraz deixamos notado que havia cidades da Escossia e Irlanda que possuiam dezoito e vinte leprosorios. Pois, em todo o Portugal, não alcançamos noticia de numero muito maior, tendo portanto o paiz pouco mais gafarias do que possuia qualquer d'aquellas cidades, a menos que muitas escapassem ás nossas persistentes diligencias. As de que obtivemos noticia são as seguintes:

No districto de Braga, as de Braga, Guimarães, Fafe e Gafes, concelho de Cabeceiras de Basto; no de Vianna, a de Ponte do Lima, a de Valença do Minho e a de Gafarim, con-

---

1 «Et de illo quod remanserit de ista mea tertia, mando quod dent Ecclesiis pauperibus de Regno meo, & pontibus, & Leprosis sicut ipsi vederint pro guisato». (*Testamento de D. Affonso II*, de 1221).

«Mando etiam omnibus domibus Leprosorum de meo Regno D. morab. & dividantur inter illos sicut viderint pro guisato illi, qui meam mandam tenuerint». (*Testamento de D. Sancho II*).

«Item omnibus Leprosis de Regno meo mille libras». (*Testamento de D. Affonso III*, de 1271).

«Item mando a todolos gafos dos meos Regnos duas mil libras, apartamnas meus testamenteiros, como virem por bem». (*Testamento de D. Diniz*, de 1322).

«Item aos gaffos d'essas mesmas villas (Lisboa, Santarem, Leyria, Obidos e Coimbra) cem liberas». (*1.º Testamento de Santa Isabel*, de 1314). No segundo, de 1327, dobra a importancia do legado.

celho de Ponte do Lima; no de Bragança, a d'esta cidade; no de Villa Real, a de Mesão Frio; no de Coimbra, a d'esta cidade; no de Aveiro, a de Gafanha, concelho de Ilhavo, e a d'igual nome, no concelho de Vagos; no do Porto, as d'Alfena, concelho de Vallongo, a d'Amarante, a de Gaya e as do Porto; no de Vizeu, a de Lamego, a de Lafões, a de Gafanhão, concelho de Castro Daire, e a de Gafanhoeira, concelho de Rezende; no da Guarda, a de Pinhel; no de Lisboa, as de Alcacer do Sal, Alemquer, Torres Vedras, Sacavem, Cascaes, Setubal, as duas de Lisboa, a de Almada e a da villa de Póvos; no de Santarem, a d'esta cidade; no de Leiria, a de Leiria, a de Carpalhosa junto d'esta cidade, a de Porto de Moz, a de Obidos e a de Vermoil, concelho de Pombal; no de Evora, a d'esta cidade, a de Montemór-o-Novo, a de Portel, a de Gafanhoeira, concelho d'Arrayollos; no de Portalegre, a de Gafete, concelho do Crato, e no de Faro, as de Tavira e Serpa.

As gafarias estavam situadas fóra das povoações e em local geralmente elevado. A existencia dos seus habitantes passava-se fóra do convivio dos seus similhantes, não podendo comer ou dormir com pessoa alguma. Certamente entre nós se dava o mesmo; era-lhes completamente vedado entregarem-se á profissão ecclesiastica [1].

---

[1] *Constituições do bispado do Porto,* cit. pag. 33.

CAPITULO IV

A hydrologia medica. — Banhos e aguas mineraes

Ficou provado o caracter supersticioso do exercicio da medicina entre nós. Ás mais variadas substancias se attribuiam poderes sobrenaturaes, e as imagens, os santos oleos, etc., tinham mais credito, como therapeutica, do que os medicamentos de mais provada efficacia. Era natural que a agua fosse comprehendida n'este culto fervente do maravilhoso, porquanto a crença nas suas virtudes beneficas é de todos os paizes e de todos os tempos.

A esta tendencia attribuimos nós um facto que representa apparentemente para o nosso paiz uma grande superioridade sobre os outros. Referimo-nos ás praticas balneares e ao uso das aguas medicinaes.

É geralmente sabido que ao desenvolvimento espantoso que os banhos tiveram no tempo dos romanos succedeu uma época de descredito notavel, em razão das scenas de devassidão de que as thermas foram theatro.

Os dominadores do mundo em toda a parte introduziram os banhos, e na peninsula encontram-se frequentes vestigios de edificios balneares construidos por elles. Substituindo-se a civilisação romana pela civilisação arabe, conservou esta, nas regiões a que se estendia a influencia do Islam, as praticas

existentes, algumas das quaes eram até ligadas a ceremonias religiosas. Mudaram as coisas com a dominação christã, e ninguem ignora que os abusos commettidos e mais que tudo a apprehensão de que a frequencia dos banhos diminuia o vigor das tropas, levaram o rei de Castella Affonso VI, no seculo XI, a destruir todos os edificios thermaes que se encontravam no territorio submettido á sua jurisdicção [1].

A influencia do christianismo sobre a balneação é evidenciada excellentemente pelo prof. Ricardo Jorge quando diz: «Expressão d'um cuidado meticuloso pelo bem estar corporeo e incentivo facil de desregramento de costumes, o banho teve o seu inimigo capital no christianismo, que terminantemente prohibira as thermas e os hammans como incompativeis com a sua moral severa. Os mais illustres doutores da egreja, S. Clemente e S. Cypriano, fulminaram a invenção balnear pagã, e o concilio de Laodicea notificou este anathema de proscripção.

«Assim pereceram ás mãos da excommunhão catholica aquellas celeberrimas instituições. Os primeiros bispos de Roma de mãos dadas com os vandalos, reduziram a cinzas os edificios thermaes...» [2]

Enganar-se-ha, porém, quem suppuzer que em Portugal se deram em tão larga escala os factos que assignalaram a Hespanha, e fizeram dizer a um dos seus mais illustres hygienistas que os banhos desappareceram completamente dos habitos da nação, e que ha regiões em que a propria palavra banho é completamente desconhecida [3].

---

1 Morejon, *Historia bibliografica de la medicina española*. Madrid, 1842. I, pag. 199. — Beaugrand, art. *Bains publics*, in *Dictionnaire encyclopédique des sciences médicales*, VIII da 1.ª série, pag. 208.

2 Ricardo Jorge, *A balneação antiga* in *Ensaios scientificos e criticos*. Porto, 1886, pag. 112.

3 Monlau, *Elementos de hygiene publica*, 2.ª edição. Madrid, 1862, I, pag. 462.

São as Caldas de Lafões, ou de S. Pedro do Sul, as primeiras de cuja exploração ha noticia entre nós. Conhecidas já no tempo dos romanos, que da sua passagem deixaram vestigios evidentes, cahiram em decadencia, não apparecendo memoria que leve á crença de que os arabes ou godos tentassem restaurar as antigas thermas. No seculo XI, de novo começaram a tornar-se conhecidas, mercê das propriedades que se lhes attribuiam no tratamento da lepra. Dos diversos pontos da peninsula, reuniam-se em S. Pedro do Sul os infectados do terrivel morbo, e d'ahi passavam em turmas para uma gafaria situada a 500 passos do banho, de modo que era necessario recolherem uns para que os outros pudessem por sua vez fazer uso das caldas [1].

Se a isto apenas se limitasse a frequencia das aguas, se ainda se lhe juntasse a dos povos circumvisinhos, certamente não attingiriam as Caldas de Lafões grande desenvolvimento. Uma circumstancia fortuita lhe ia dar grande nomeada, e ser fautora de notavel incremento.

É geralmente sabido que D. Affonso Henriques, «n'aquella perfida e infeliz arrancada de Badajoz» cahiu do cavallo e fracturou a perna esquerda [2].

Feito prisioneiro, conseguiu a liberdade a troco da restituição d'algumas terras que havia tomado aos leonezes, mas não recuperou com a liberdade a saude. De tempos a tempos, o femur esquerdo era séde de dôres atrozes, e o monarcha portuguez tornou-se «insoffrivel, insoffrido e enraivado».

«Um dia, diz o snr. Oliveira Mascarenhas, fez reunir nos paços de Coimbra todos os physicos de nomeada dispersos pelo reino e «ordenou-lhes» que lhe dessem allivio ao mal que o torturava.

---

[1] Oliveira Mascarenhas, *Memoria da antiga villa do Banho e Caldas de S. Pedro do Sul.* Vizeu, 1885, pag. 10.

[2] «E não se podendo o cavallo ter caío com ElRei, ficando-lhe a perna de baixo q̃ nunca mais se pôde erguer». (Ms. n.º 367 da Bibliotheca publica do Porto).

«É curiosissima a lista dos medicamentos.

«Entre o receituario d'alguns frades cultores de medicina, abundam as rezas «feitas em jejum» depois d'algumas fricções applicadas á perna enferma do monarcha com azeite das alampadas «de muitos santos milagrosos».

«No meio dos physicos appareceu um residente em terras de Lafões «que aconselhou el-rei a fazer uso das efficacissimas aguas do «Banho», com as quaes já havia curado centenares de pessoas queixosas de lesões differentes, e, entre ellas, D. Fafes Luz, que fôra alferes-mór da hoste do conde D. Henrique e residiu por algum tempo «n'uma casa que armára dentro da terra das Caldas» [1].

Resolveu-se então D. Affonso Henriques a frequentar as Caldas, o que é attestado por uma escriptura da «Leitura Nova» de Santa Cruz de Coimbra, que fixa essa data na éra de 1207, o que corresponde aos annos de Christo de 1169 [2]. D'outro documento consta que o rei se fizera acompanhar de seu filho D. Sancho e de suas filhas Urraca e Thereza, que padeciam do estomago e de rheumatismo [3].

Grato aos beneficios que obteve do uso das aguas, e para remediar a penuria em que jaziam, o rei portuguez edificou um mosteiro no Banho [4] e dotou a villa com casa de banhos, gafaria, albergaria e estáos, concedendo-lhe um foral cheio de privilegios. Ainda ha bem pouco tempo existia a piscina que

---

[1] Mascarenhas, op. cit., pag. 9. O snr. Mascarenhas baseia a sua narrativa n'um manuscripto da Bibliotheca do Porto, intitulado *Relação da Vida e Obras dos Senhores Reis de Portugal,* que nos não foi possivel encontrar.

[2] Pires da Sylva, *Chronographia medicinal das Caldas de Alafoens.* Lisboa, 1696, pag. 8. — Joaquim Baptista de Sousa, *Primeira memoria sobre as Caldas de S. Pedro do Sul,* in *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas,* XI, 1840, pag. 277.

[3] Sousa, op. cit., pag. 277. — Oliveira Mascarenhas, op. cit., pag. 9.

[4] «Elrey dom affonso anriquez fez o moesteiro de sam christouam que he em terra dalafoões». *Chronicas de Santa Cruz* in *Portugaliæ Monumenta Historica — Scriptores,* pag. 24.

D. Affonso Henriques mandou construir, devendo ter desapparecido com as recentes installações balneares [1].

Desde então, as Caldas do Banho tomaram um certo desenvolvimento, para o que concorreu muito o favor que lhe dispensaram alguns reis, que as frequentaram [2]. D. Manoel, que n'ellas se curou de padecimentos herpeticos, dotou a villa com um hospital que foi levantado no mesmo sitio onde D. Affonso Henriques edificára a gafaria.

É de notar todavia que a primitiva frequencia dos banhos pelos leprosos se fez sentir mais do que a passagem dos monarchas. A cifra dos infectados de morpheia era no principio d'este seculo muito consideravel no termo do Banho, e ainda que se reduzam ao minimo exageros possiveis, persiste como assente este facto, qualquer que seja a explicação que se lhe dê [3].

Não foram tão bem fadadas as *Caldas d'Aregos;* não tiveram visitas de monarchas nem de grandes do reino a favorecel-as e engrandecel-as. O pouco que foram deveram-n'o á piedade d'uma princeza condoida da desventura dos pobres. Santa Mafalda instituiu nas Caldas uma albergaria com um tanque dentro, onde havia sempre duas camas para os pobres. Cardoso diz no *Diccionario Geographico* que alli houvera um hospital até 1644, de cujas rendas se dispuzera a favor de um particular. Seja como fôr, a albergaria ainda existia no principio d'este seculo, nas mesmas condições em que havia

---

[1] Ricardo Jorge, *As Caldas do Gerez*. Porto, 1888, pag. 17.

[2] D. Diniz, D. Manoel e o infante D. Pedro. — Oliveira Mascarenhas, op. cit., pag. 10.

[3] Joaquim Baptista de Sousa, na *Memoria sobre a morpheia de Lafões*, publicada no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, VII, pag. 261, calcula em tres mil o numero de leprosos espalhados pelas quatrocentas e setenta e uma aldeias que tem Lafões. J. Pinheiro d'Almeida, n'umas *Reflexões* á memoria precedente publicadas no mesmo jornal, VIII, pag. 82, julga exagerada a cifra, e computa em trezentos os mesmos leprosos.

sido instituida e junto d'ella uma capella da invocação de Santa Maria Magdalena [1].

Hoje, porém, da albergaria e do banho, restam apenas ruinas [2].

A historia de Canavezes deve ser proximamente a das Caldas d'Aregos, como a de Moledo deve ser analoga á de Canavezes. As albergarias fundadas n'estas localidades tiveram em vista fornecer meios d'aproveitar as aguas sulfurosas que n'ellas existem.

Em parte dos foraes dados ás povoações que se acham estendidas pela nossa costa occidental encontra-se com regularidade que espanta a menção de banhos, sujeitos á jurisdicção real: as localidades a que pertencem são Setubal, Loulé, Faro, Tavira e Castro Marim [3]. A circumstancia de ficarem estas povoações proximas do mar, ou nas embocaduras de rios, a uma distancia em que provavelmente se faz sentir a influencia das marés, levaria a suppôr que os banhos a que taes documentos se referem fossem a simples immersão na agua salgada. Mas o facto não se póde dar como assente, visto como fica sem explicação que, em toda a costa, para norte de Setubal, não haja uma só localidade cujo foral se refira a banhos analogos.

Mais é de crêr que n'estas localidades houvesse aguas que tivessem, ou a que se attribuissem, virtudes therapeuti-

---

1 Francisco Tavares, *Instrucções e cautelas practicas sobre a natureza, differentes especies, virtudes em geral e uso legitimo das aguas mineraes, principalmente das Caldas...* Coimbra, 1810, pag. 65.

2 Joaquim Pinto Valente, *Aguas sulfuro-medicinaes de Aregos.* Porto, 1886, pag. 42.

3 *Et nos debemus habere balnea in Setunal* (Foral de Setubal, de 1249); *balnea de villa et de termino de Castro Marim* (Foral de Castro-Marim, de 1277); *Item retineo mihi... balnea de Loulé* (Foral de Loulé, sem data). O mesmo para Faro e Tavira.

Estes documentos veem publicados nos *Portugaliæ Monumenta Historica — Leges & Consuetudines,* respectivamente a pag. 634, 734, 736, 737 e 738.

cas; e não poderá ser argumento em contrario não se conhecerem hoje, visto que a supposição de effeitos maravilhosos em aguas communs ainda havia de dar-se seculos depois, se é que ainda hoje se não dá em grande parte.

Em favor d'este modo de vêr milita a circumstancia de nos terem sido conservadas noticias d'aguas mineraes nas povoações apontadas, comquanto a efficacia d'algumas seja mais que problematica. Em Setubal, no castello de S. Filippe, havia um poço a cuja agua, cinco seculos depois, ainda se attribuiam propriedades diureticas [1]; a 3 kilometros ao N. de Loulé, existem ainda hoje aguas ferreas [2]; em Tavira, jorra uma abundante nascente d'agua mineral, rica em chloretos e sulfatos, que abastece um pequeno estabelecimento hydrotherapico. Restam-nos Faro e Castro-Marim, mas ainda, a respeito d'esta ultima villa, é possivel que a visinhança de minas em exploração communicasse a alguma nascente propriedades quaesquer de que derivassem applicações therapeuticas [3].

A supposição de que os foraes se refiram a nascentes hoje abandonadas é tanto mais plausivel quanto é certo que outros documentos nos fallam terminantemente de banhos em regiões onde não se exploram aguas mineraes. Nos costumes e fóros de Castello-Bom, de 1188 a 1230, estabelecem-se as prescripções a que devem estar sujeitos os banhos. Havia dias destinados a um e outro sexo, e consignam-se penalidades para os homens ou mulheres que entrassem nos banhos em dias que lhes não competissem. Além d'isto, marcam-se os pre-

---

[1] Francisco da Fonseca Henriques, *Aquilegio medicinal.* Lisboa Occidental, 1726, pag. 258.

[2] Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno.* Lisboa, 1874, IV, pag. 446.

[3] Fonseca Henriques, op. cit., pag. 71. — F. Tavares, *Instrucções e cautelas praticas sobre... aguas mineraes,* parte I. Coimbra, 1810, pag. 175.

ços que o banheiro devia cobrar, além d'outras determinações de menos importancia [1].

Não é isto facto unico: disposições analogas se estabeleceram para Alfayates, Castello-Melhor e Castello-Rodrigo [2]. Para que melhor se faça ideia d'estes regimentos, seja-nos permittido transcrever na integra um d'elles:

«Las mulleres deuen entrar en baño en domingo e en martes e en jueves: e barones entren en otros dias. Todo ome que entrare en baño en dia de las mugeres de sol a sol peyte I morabitino a los alcaldes: e eso mismo fagan las mugeres: e si el bañador los omes metier en bano en dia de mulleres peyte I morabitino, ó mulleres si entrarem en dia de barones peyte II morabitinos a los alcaldes.

«*Precio de baño.* Ningud ome non dê precio en bano por escudero, o ome que non ouier escudero leue por escudero ome de su pan, e mulleres eso mismo fagan».

Ora succede que, das quatro localidades em que não ha duvida terem existido banhos, apenas em duas apuramos a existencia d'aguas com suppostas ou reaes virtudes therapeuticas. Em Alfayates, diz Pinho Leal, que existe dentro da egreja uma cisterna a cuja agua se attribuem curas maravilhosas [3]; e proximo a Castello-Rodrigo existe outra cisterna, com sessenta e tres degráus, á qual não escasseavam certamente virtudes analogas [4].

Esta cisterna está situada no sitio d'Alvacar, e á sua agua se referem documentos muito antigos. No foral de Germanello (Germello) falla-se na fonte d'Alfafar [5]; e poderia suppôr-se que a agua d'Alfaxara, ou d'Alfagara em que morreu a in-

---

1 *Portugaliæ Monumenta Historica — Leges & consuetudines,* pag. 758.

2 Op. cit., pag. 804, 875 e 920.

3 Fonseca Henriques, *Aquilegio medicinal,* pag. 286. — Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno,* I, pag. 112.

4 Pinho Leal, op. cit., II, pag. 187.

5 *Portugaliæ Monumenta Historica — Leges & Consuetudines,* pag. 433.

fanta D. Branca, filha de Sancho I, fosse a cisterna referida [1], se todas as razões não militassem para crêr que a princeza morreu em Guadalajara. Mas ainda que se admittisse a primeira opinião, esse facto não a póde salvar do olvido em que justa ou injustamente caíu [2].

---

[1] «Iffamte dona Branca que morreo em Agua d'Alfagara que era sua, e mandousse soterrar em Coimbra, demtro em Samta Cruz». (*Portugaliæ Mon. Hist. — Scriptores,* pag. 255). «Iffanta dona Branca que morreo em a auga dalfaxara». (Id., pag. 31).

[2] No valioso livro do snr. Alfredo Luiz Lopes, *Aguas minero-medicinaes de Portugal,* Lisboa, 1892, não se encontra menção de muitas das aguas apontadas. Não poderá isto ser argumento contra nós, visto que muitas d'essas aguas ou não tinham virtudes therapeuticas, ou deixaram de ser aproveitadas.

CAPITULO V

Epidemologia [1]

Os nossos historiadores e chronistas registam, com o nome de pestes, todas as epidemias mais ou menos mortiferas e por vezes até as fomes que assolaram o nosso paiz. Vieira de Meirelles conseguiu destrinçar aquellas a que não compete similhante designação e será esse o nosso guia em todo este trabalho.

Em 1188 a 1192 marcam os chronistas uma primeira peste em Portugal. Referem-se a ella Acenheiro, Ruy de Pina, Duarte Nunes de Leão, fr. Antonio Brandão, etc. A

---

[1] O estudo da epidemologia portugueza foi feito por José Rodrigues d'Abreu (*Historiologia Medica*, I, Lisboa Occidental, 1733) — Bernardino Antonio Gomes (*Apontamentos para a historia epidemiologica portugueza, na Gazeta medica de Lisboa*, 1.ª serie, VI, pag. 81) — Macedo Pinto (*Medicina administrativa e legislativa*, 2.ª parte, Coimbra, 1863, pag. 371) e Vieira de Meirelles (*Memorias de epidemologia portugueza*, Coimbra, 1866). As nossas diligencias apenas lograram accrescentar ao trabalho d'este ultimo os documentos existentes no Archivo da Camara Municipal do Porto, e os publicados pelo snr. Eduardo Freire d'Oliveira nos seus *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, além d'um ou outro esclarecimento colhido na leitura dos nossos escriptores medicos. Os documentos cuja proveniencia é indicada em nota não foram conhecidos de Vieira de Meirelles; todos os outros o foram.

descripção que da epidemia faz Duarte Nunes de Leão é a seguinte:

« Alem d'estas aduersidades de entradas de imigos, houue outras muitas, que derão a el Rei Dom Sancho muito descontentamento. Porque houue tam grandes inuernadas alguns annos, e tam desacostumadas chuvas, assi pola perseuerancia dellas, como pela multidão das agoas, q̃ se perderão as nouidades de pam, vinho, azeite, e fruttas de todo. Porque o pouco que ficaua, o comeo a grande multidão de bichos, que nascião como praga do ceo. Após isto succedeo tamanha secca e quentura, em tempos de Autumno e Inuerno, que não podião os homẽes cultiuar as terras. Com estas trocas de tempos contra o curso natural, sobreueo grande peste, principalmente na terra de Sancta Maria do Bispado do Porto, de que morreo tanta gente, que pouoações grandes houue, onde não ficaram viuas tres pessoas. Na terra de Braga adoecião homẽes e molheres de doenças de tam terriuel ardor, e raiuosa quentura, q̃ lhes parecia, q̃ lhes ardião as entranhas, e cõ raiua se comião a si mesmos, e morrião sem remedio. Alem disso houue muitos annos tanta falta de mantimentos, que muita gente morria, e os q̃ viuião se sostentauão de heruas do campo, quando as achauão ».

Da descripção transcripta nada permitte inferir que se tratasse de verdadeira peste. Antes é de suppôr que a calamidade a que o douto jurisconsulto se refere seja a fome, com todo o seu cortejo de horrores, sem que se torne necessario soccorrermo-nos d'aquelle termo que na idade média servia para designar grande numero de doenças.

Ao anno de 1202 deve reportar-se outro flagello que por toda a parte ficou assignalado por grande numero de vidas. Fr. Antonio Brandão, o severo chronista de Alcobaça, descreveu-o nos termos seguintes: « Não só em Portugal mas em muita parte do mundo, parece que foy géral a calamidade de fome, e peste por aquelle tempo; porque em o livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra se diz, que houve grande fome por todo o mundo, qual senão tinha visto desde seu principio, e que houve tambem grande pranto em toda a gente, e mortes

vehementes que abrangião assim a homens, como a animaes, e que isto aconteceo na Era de 1240 que he anno de 1202. Parece que estas miserias se anteciparão no Reyno de Portugal, e durarão mais tempo, e assim referem uns Autores que ficou despóvoada grande parte do Reyno, e que andavão os homens como atonitos, vendo sobre si tantos castigos do céo».

Tambem não é licito dar como peste a calamidade a que se refere fr. Antonio Brandão, apesar d'ella se ter declarado em 1200 no Egypto e de se poder suppôr que a temerosa epidemia se estendera ao nosso paiz. O *Chronicon Cassinense* é bastante explicito, quando diz: «Fames valida per Regnum exorta est, unde nonnulli hac inopia coerctati mortui sunt».

Consideraremos portanto a *peste* de 1202 como uma fome devastadora, e não como uma epidemia mortifera.

SEGUNDO PERIODO

DO ESTABELECIMENTO DA UNIVERSIDADE Á CREAÇÃO DO HOSPITAL DE TODOS OS SANTOS

(1290 — 1504) [1]

[1] A data que fixamos é a do regimento do Hospital Real de Todos os Santos, marcada por J. M. L. Nogueira em 19 de fevereiro de 1504. O geral dos auctores indicam 1498, mas esta data não póde admittir-se, porque a *Carta de D. Manuel a seu boticario para o ser do Hospital de Todos os Santos*, de 18 de fevereiro de 1502, diz: « *como todas estas cousas mais compridamente serão declaradas no regimento que ao dito boticario ha-de ser dado* », o que certamente se refere ao regimento do hospital.

CAPITULO I

Organisação do ensino medico na Universidade e fóra d'ella

A creação da Universidade de Lisboa marca uma época nova na historia da instrucção em Portugal. Faltam, infelizmente, os documentos necessarios para se julgar da organisação d'este estabelecimento, e os nossos chronistas, que enchem paginas e paginas sobre a verificação das datas do nascimento e morte dos principes, são em geral d'um laconismo notavel no que diz respeito a factos da maxima importancia para se ajuizar do desenvolvimento intellectual dos povos e das suas instituições de ensino.

Guiados por aquelles que têm conseguido fazer alguma luz nas densissimas trevas que envolvem as origens da Universidade, procuremos dar uma ideia da organisação d'este estabelecimento, reservando para mais tarde apreciar a influencia por ella exercida nos progressos da medicina.

Adopte-se com respeito á sua creação qualquer das opiniões apresentadas anteriormente, o que é certo é que, em 1290, Nicolau IV confirmou, por meio d'uma bulla, a creação do estudo geral em Lisboa, e é por este documento que temos de fazer obra no que se refere á sua organisação, visto que faltam as provisões feitas por esse tempo á Universidade,

e ha suspeitas legitimas de não terem existido estatutos propriamente ditos [1].

Ficamos sabendo por este documento que, no começo, a Universidade apenas tinha cinco cadeiras: Leis, Canones, Medicina, Grammatica e Logica, ignorando-se qual o tempo que era necessario estudar para obter perante o bispo ou vigario capitular de Lisboa o gráu de licenciado, que a mesma bulla estabelece, e sendo para crêr que não houvesse praso fixo, ficando á superintendencia dos lentes determinar quando os estudantes estavam habilitados para receber esse gráu [2].

Feito este exame, o licenciado em qualquer faculdade, exceptuando a de Theologia, ficava habilitado legalmente para ensinar em qualquer parte, sem necessidade de novo exame [3].

A bulla consigna, além d'isto, privilegios tanto para os estudantes como para os lentes. O preço das casas para os primeiros seria taxado por dois clerigos e dois leigos prudentes, escolhidos pelos estudantes e cidadãos de Lisboa, e os ministros, bailios e officiaes do rei prometteriam com juramento segurança e immunidade para as pessoas, bens e mensageiros dos alumnos.

Os lentes podiam receber os rendimentos dos seus beneficios, e professores e alumnos estavam sujeitos ao fôro ecclesiastico [4].

---

1 Leitão Ferreira, op. cit., pag. 103. — J. Silvestre Ribeiro, op. cit, I, pag. 423.

2 « Quodque Scholares in Artibus et Jure Canonico, ac Civili, ac Medicinâ, quos Magistri reputabunt idoneos, possint per Ulixbon. Episcopum, qui pro tempore fuerit, vel, Ulixbon. Sede Vacante, per Vicarium ab Ulixbon. Capitulo in spiritualibus constitutum in Studio Licentiari prædicto ». (*Bulla de Nicolau IV*).

3 « Et quicumque Magister in Civitate præfacta per Fpiscopum, vel Vicarium supradictos examinatus, et approbatus fuerit in facultate quàcumque, Theologicâ dumtaxat excepta, ubique sine alia examinatione, regendi liberam habeat potestatem ». (*Bulla de Nicolau IV*).

4 A bulla vem publicada no Appendice das Escripturas da 5.ª parte da *Monarchia Lusitana*. Vem traduzida no mesmo livro, e em Leitão Ferreira, op. cit., pag. 41.

Se, por estas disposições, e ainda pela creação de certas cadeiras, se infere que D. Diniz se quiz aproximar das estabelecidas por Affonso o Sabio, em relação á Universidade de Salamanca, é todavia bem evidente a inferioridade em que o nosso estabelecimento d'instrucção ficava para com aquelle. Nas dotações dos cathedraticos, de 9 de novembro de 1252 [1] vê-se que o numero das cadeiras era, em Salamanca, muito superior ao que havia entre nós, o que certamente indica maior desenvolvimento do ensino. Em relação á medicina, Affonso X estabelecia que houvesse dois professores, ao passo que em Lisboa houve apenas um lente, que, durante muito tempo, não teve companheiro.

Nada mais se apura até á trasladação da Universidade de Lisboa para Coimbra, sobre cuja data ha divergencias, sendo mais provavel a opinião de Silvestre Ribeiro que julga ter-se realisado essa transferencia em 1307 ou fins de 1306 [2]. Não pretendendo fazer a historia da Universidade, e apenas vêr qual o desenvolvimento que o ensino medico alli tomou, mencionaremos simplesmente que continuava a haver uma só cadeira de medicina, como até então.

Em 1309, uma provisão de D. Diniz, á qual impropriamente se dá o nome d'estatutos, estabelece privilegios para a Universidade, ordenando que os cargos de reitor, bedeis, etc., sejam de eleição pelos estudantes, o que tambem se verificava em Salamanca, e apresenta uma disposição relativamente aos estudos medicos em que se estatue que haja sempre n'aquelle estabelecimento um mestre de medicina [3].

---

[1] Vidal y Diaz, *Memoria historica de la Universidad de Salamanca*, pag. 18. — Theophilo Braga, op. cit, I, pag. 76.

[2] Silvestre Ribeiro, op. cit., I, pag. 425.

[3] «Præterea, ordinamus in prædicto nostro studio Magistrum in Medicinâ in posterum habeatur, ut nunc, et in futurum, subditorum nostrorum regantur corpore, sub debito regimine sanitatis». (Provisão de D. Diniz de 15 de fevereiro de 1309, in Antonio d'Almeida, *Collecção da maior parte dos Estatutos, Leis, Alvarás e Ordens relativas á medicina*, no *Jornal de Coimbra*, II, 1812 e seg.).

Um documento datado de 1323, além de confirmar o que acima dizemos, dá noticia dos honorarios que por então desfructavam os lentes do estudo geral. Assim, o mestre de Leis recebia seiscentas libras, o de Canones quinhentas, os de Medicina e Grammatica duzentas, o de Logica cem, e finalmente o de Musica sessenta e cinco [1]. A comparação dos ordenados leva a acreditar que a medicina e os medicos começavam a caír da elevada consideração de que haviam gozado.

Com D. Affonso IV os privilegios da Universidade são conservados e augmentados, mas nada de importante para nós ha que mencionar durante este reinado.

No seu decurso, foi transferida a Universidade duas vezes: em 1338 de Coimbra para Lisboa, e em 1354 de Lisboa outra vez para Coimbra; e os motivos apresentados para explicar estas mudanças, certamente incommodas, são demasiado futeis para honrarem a memoria d'este monarcha, se bem que o pequeno numero de cadeiras e professores tornasse essas transferencias muito mais faceis do que hoje [2].

Novos privilegios são concedidos por D. Pedro I, em cujo reinado se manifesta uma forte corrente centralisadora do ensino. O rei determina que os reitores e conservadores não consintam que alguem ensine fóra das escólas [3]. Infere-se d'esta disposição que havia na nossa, como n'outras universidades, lições ordinarias e extraordinarias, sendo estas ultimas ministradas pelos graduados nas diversas faculdades. Esta instituição, analoga á dos *privata docentes* das universidades

---

1 «... e saya aos outros encarregos del, asi como o Nós atá aqui fezemos, convem a saber, que o ditto Mestre dê em cada hum anno ao Mestre das Leys sexcentas libras, e ao Mestre das Degretaes quinhentas libras, e ao Mestre da Fisica duzentas libras», etc. (Escriptura de doação das egrejas de Pombal e Soure de 18 de janeiro de 1323, publicada em Leitão Ferreira, *Not. chronologicas*, pag. 115).

2 J. A. Abreu, op. cit. in *Instituto*, II, pag. 28.

3 Carta de 22 d'outubro de 1357, in Leitão Ferreira, op. cit., pag. 148. — Th. Braga, *Hist. da Univ.*, I, pag. 117.

da Allemanha, foi decahindo, á medida que se augmentou o numero das cadeiras [1].

Em 1377, no reinado de D. Fernando, torna o nosso primeiro estabelecimento litterario a ser transferido de Coimbra para Lisboa. O rei concedeu-lhe tambem privilegios e isenções, e o facto da trasladação é attribuido a ter mandado vir lentes extrangeiros que só queriam lêr em Lisboa [2]. Quem fossem esses lentes é o que não se sabe, tal é a obscuridade que reina sobre estes primeiros annos da historia da Universidade. Anteriormente á mudança d'este estabelecimento, D. Fernando havia solicitado e obtido de Gregorio XI uma bulla que estabeleceu os gráus de bacharel e doutor, similhantemente ao que se fazia nas universidades extrangeiras.

No reinado de D. João I, continua a Universidade a receber privilegios, e prosegue o movimento centralisador do ensino. N'este intuito, estabelece o Mestre d'Aviz em 1384 penalidades aos que lêrem fóra das escólas, penalidades que consistem no pagamento de dez libras pela primeira vez que o fizerem, vinte pela segunda e pela terceira a expulsão. Dentro dos geraes permittem-se, porém, leituras sobre qualquer disciplina a bachareis e escolares examinados e approvados por um doutor ou mestre da faculdade [3].

Havia ainda, como anteriormente, uma só cadeira de medicina, apesar de terem augmentado muito as outras [4], e sabe-se que em 1416 era occupada por mestre João, sacerdote, um dos primeiros fundadores da congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista [5].

---

[1] J. M. d'Abreu, *Mem. historicas da Universidade*, no *Instituto*, II, pag. 29.

[2] Figueiroa, citado por Leitão Ferreira, *Memorias chronologicas*, pag. 193.

[3] Th. Braga, op. cit., pag. 119.

[4] *Livro verde*, cit. por Th. Braga, op. cit., pag. 134.

[5] Padre Francisco de Santa Maria, *Ceu aberto na terra*. Lisboa, 1697, pag. 209.

Em 1431, e ainda no reinado de D. João I, a Universidade fez, de sua propria iniciativa, os primeiros estatutos de que ha memoria depois da provisão de D. Diniz; e n'elles se estabelece que o anno lectivo se componha de oito mezes pelo menos e que o gráu de bacharel apenas seja dado aos que cursarem as aulas por tres annos, fazendo um acto de conclusões magnas perante os mestres e doutores; se, porém, estes o não julgassem sufficientemente habilitado, tinha de estudar mais tempo e fazer novo exame. Ao gráu de licenciado apenas eram admittidos os bachareis que estudassem quatro annos, fazendo um acto de conclusões magnas perante os estudantes e mestres da sua faculdade [1].

Data d'este anno a intervenção do infante D. Henrique nos estudos universitarios, influencia que foi accentuadamente benefica. Não temos de a estudar, porque na medicina foi que ella menos se fez sentir, mas sabemos por um documento d'esse tempo que continuava a haver uma só cadeira de medicina, para a qual D. Henrique, ao distribuir umas casas que comprára na freguezia de S. Thomé para serem paços dos estudos, destinava uma sala em que se pintaria um Galeno [2].

Continua a haver na Universidade uma só cadeira de medicina, que em 1481, no anno da acclamação de D. João II, era occupada por mestre Joanne [3]; mas uma carta d'este mesmo rei, datada de 1493, eleva o numero a duas, de Prima e de Vespera [4].

Em harmonia com esta disposição, um documento de 10 de março de 1499 attesta que a cadeira de Prima era occu-

---

1 Leitão Ferreira, *Memorias chronologicas,* pag. 270.

2 Escriptura de 12 d'outubro de 1431, in Leitão Ferreira, op. cit., pag. 271, e no *Livro verde da Universidade,* de Gabriel Pereira, no *Boletim de Bibliographia portugueza,* II, pag. 242.

3 Eduardo Freire d'Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* I. Lisboa, 1882, pag. 339.

4 Gabriel Pereira, *Catalogo dos pergaminhos do Cartorio da Universidade de Coimbra.* Coimbra, 1881, pag. 22.

pada pelo dr. João do Rego e a de Vespera por mestre Affonso, que depois havia de ser physico-mór do reino [1].

Este documento é certamente interessantissimo para a historia da Universidade, e todavia é tão mal conhecido que não é mencionado pelo snr. Theophilo Braga, na sua recente *Historia da Universidade.* Consta d'elle que se reuniram o reitor, lentes e conselheiros para fazerem eleição do lente de Vespera de medicina, vago pela passagem do dr. João do Rego á cadeira de Prima. N'essa reunião, compareceu mestre Affonso, physico do rei, e apresentou uma carta real de 5 de janeiro de 1499, em que o monarcha rogava que por aquella vez apenas lhe fizesse o conselho mercê da cadeira de Vespera para o apresentante da carta, *que pera isso é mui douto, como sabeis.* E assim se resolveu.

D. Manuel deu á Universidade uns estatutos sem data, mas que póde fixar-se entre 18 de janeiro de 1503 e 5 de janeiro de 1504 [2]. Este documento, altamente importante para a historia do ensino no nosso paiz e revelador da posse absoluta que o poder real tomou dos destinos da instrucção superior, tem igual importancia para o historiador medico.

No quadro dos estudos figura a medicina com duas cadeiras, afóra uma de philosophia natural. Os salarios dos professores são augmentados, dando-se ao de Prima vinte mil reis e ao de Vespera quinze mil reis; o professor de Philosophia natural vencia os mesmos vinte mil reis que recebia o cathedratico de Prima de medicina.

Judiciosamente observa Theophilo Braga que se prescrevem n'estes estatutos praxes que até hoje se conservaram.

---

[1] Pedro José da Silva, *Historia da pharmacia portugueza,* 3.ª memoria, pag. 3.

[2] Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 294, e *Annuario da Univ. de Coimbra,* 1892-1893, pag. 197. O snr. Serra de Mirabeau suppõe que o documento produzido por Theophilo Braga deve ser de 1496. *Medicina Administrativa e Legislativa,* por José Ferreira de Macedo Pinto, segunda parte. Coimbra, 1863, pag. 702.

As insignias doutoraes das faculdades são as mesmas proximamente; já n'esse tempo a faculdade de medicina tinha por emblema a borla amarella. As precedencias das diversas faculdades mantiveram-se até nossos dias; os doutores medicos occupam o quarto logar, sendo precedidos pelos theologos, pelos canonistas e pelos legistas [1].

Os professores de Prima deviam lêr hora e meia, nos dias que lhes competiam, e os outros uma hora, «*e em fim de sua lição, decendo da cadeira estarão hum pouco de tempo para responder a as duvidas e perguntas dos Eschollares*».

O quadro das disciplinas escolares era constituido por gráus de Bacharel, Licenciado e Doutor, aos quaes correspondiam certas frequencias e exames. Todo o individuo que quizesse ser recebido como bacharel em medicina havia d'estudar cinco annos, devendo, antes de tomar o gráu, ser bacharel em Artes.

Para isso, frequentaria tres cursos, a saber: um de logica e dois de philosophia natural «os quaes trez cursos se fará em trez annos ouvindo por a maior parte de cada hum anno, e provando os cursos per testemunhas juradas perante o scrivão do studo e o Rector ou mestre que ho hade graduar». Mas o tempo de frequencia podia ser encurtado; bastava que o mestre jurasse que o alumno era sufficiente para que recebesse o gráu de bacharel em Artes «lendo primeiro trez liçoens disputadas, apontadas de hum dia pera ho outro».

Os que desejavam ser licenciados eram argumentados pelos lentes da faculdade, em theses publicadas dois dias antes e escolhidas livremente pelos candidatos. Os pontos deviam ser, em medicina, tirados de Avicena e da *Arte de curar* de Galeno. O exame era feito na sé, á porta fechada, e começava pouco antes do sol posto. O bacharel lia as suas lições por espaço de tempo não superior a duas horas, seguindo-se os argumentos. Durante e depois d'estes actos, havia ceremo-

---

[1] Op. cit., pag. 297.

nias curiosas, imitadas das outras universidades, que não mencionamos por brevidade.

Finalmente, o doutoramento era conferido em seguida a ceremonias não menos interessantes. O doutorando ia, em companhia de mestres e doutores, ouvir missa á sé, em seguida á qual se reuniam todos no edificio do estudo. Depois de lêr uma breve lição, seria arguido rapidamente pelo reitor e por alguns mestres ou doutores da sua faculdade, dando em seguida luvas aos mestres, doutores e fidalgos, padrinho e officiaes da Universidade que assistiam. Terminando isto, um homem honrado louvava então letras e costumes do graduando «*e em linguagem per palavras honestas diraa alguns defectos graciosos pera folguar que nom sejam muito de sentir*». O escrivão deferia juramento ao doutorando, e depois d'um breve discurso, em que este pedia lhe concedessem as insignias doutoraes, o padrinho dava-lhe o gráu, recebendo o novo doutor de joelhos o barrete com sua borla e o annel. Em seguida, iam-se mestres, doutores e toda a Universidade a um banquete pago pelo novo doutor.

As disposições d'este estatuto trahem a influencia das universidades hespanholas, onde parte d'ellas havia entrado, por imitação do que succedia em França [1].

Os estatutos manuelinos consignam ainda providencias para a substituição dos lentes quando doentes e para o provimento das cadeiras. Mandam que, n'este caso, se abra concurso por vinte dias e que, passados elles, façam os candidatos tres lições cada um, argumentando-lhes em seguida os lentes [2].

Resumindo, temos:

1.° Que desde a creação da Universidade, n'ella foi estabelecida uma cadeira de medicina, sendo em 1493, no reinado de D. João II, creada outra.

---

[1] Th. Braga, op. cit., pag. 299 e seguintes.

[2] Serra de Mirabeau, op. cit., pag. 703.

2.º Que, nos primeiros tempos da Universidade, para se obter o gráu de licenciado era necessario cursar por tempo indeterminado, e sujeito á determinação dos lentes, a aula de medicina existente, mas que, posteriormente, a D. João I, era necessario frequental-a por espaço de quatro annos, durando as aulas oito mezes cada anno [1].

3.º Que na Universidade se davam, posteriormente a D. Fernando, gráus de bacharel e de doutor, sendo necessario frequentar as aulas por tres annos para obter o primeiro d'estes gráus.

4.º Que, no principio, aquelle que houvesse terminado o curso ficava *ipso facto* habilitado para exercer a medicina, mas tal disposição foi posteriormente objecto de contestação.

5.º Finalmente que, segundo os estatutos manuelinos, se conseguia o gráu de bacharel, frequentando por cinco annos as aulas de medicina, e obtendo antes o gráu de bacharel em Artes. A licenciatura era precedida de theses e argumentos em pontos tirados de Galeno e Avicena; o gráu de doutor era precedido d'uma breve lição e d'um rapido argumento.

A simples apresentação d'este resumo faz vêr quanto foi por muito tempo rudimentar a organisação do ensino.

A existencia d'uma só cadeira era insufficientissima para o ensino d'uma sciencia tão complexa, e o tempo pelo qual era obrigada a sua frequencia para obter o gráu de licenciado ou de bacharel curtissimo para se ficar tendo uma certa sufficiencia sobre taes assumptos. Se a isto se juntar a nenhuma preparação dos alumnos, e a pequena cultura intellectual dos nossos antepassados, mais dados ás armas do que ás letras, fica-se convencido de que a medicina não podia ter largo desenvolvimento. E concorreriam ainda para isto outros motivos que em occasião opportuna serão apontados.

---

[1] Veremos que, posteriormente a D. João I, para se exercer a medicina era necessario um exame perante o physico-mór.

Não se póde dizer precisamente o mesmo da reforma de D. Manuel. É acanhadissima no numero de cadeiras, não ha duvida alguma; mas exige como preparatorio o bacharelato em Artes, e estabelece que o curso medico dure cinco annos. Esta duração do curso é sobretudo para attender, e explica mais que satisfatoriamente a frequencia consideravel de alumnos portuguezes em Salamanca, a contrapôr-se ao abandono das nossas aulas. Constitue vicio pedagogico grave a maneira como n'uma mesma cadeira se fornecia ensino a cinco cursos; todos os alumnos ouviam ao mesmo tempo as mesmas lições, não havia precedencia nem distribuição methodica nas disciplinas cursadas, e estas formavam uma especie de circulo que todos vinham a percorrer, mas partindo de pontos muito diversos. Não succedia isso tambem na universidade hespanhola, cuja grandeza tanto se avoluma para depreciar a nossa?

A bulla de Martinho V, de 1422, estabelece que todo aquelle que, em Salamanca, pretender o titulo de bacharel de medicina, tem de ser bacharel em Artes e de ouvir quatro annos as lições da sua faculdade; mas se, em vez de bacharel, fôr mestre em Artes, bastará que curse tres annos as aulas de medicina [1]. Ora, entre nós, pela reforma de D. Manuel, exigia-se a preparação da licenciatura em artes, como em Salamanca, e a duração do curso medico era maior um ou dois annos do que lá [2].

---

[1] Vidal y Diaz, *Memoria historica de la Universidad de Salamanca*, pag. 43.

[2] Com o titulo de *Tabula Legentium*, publíca o snr. Theophilo Braga a lista que se tem podido apurar dos professores da Universidade. D'ella copiamos os nomes dos seguintes lentes de medicina:

Mestre Mendo, leu Physica (1387);
Fernão Martins, licenciado, lente de Physica (1415);
Gonçalo Leão, lente de Medicina, depois bispo de Lamego (1416);
Mestre Alvaro, lente de Physica de Prima (1443);
Mestre Joanne, lente de Physica (1481).

A esta lista, ha a accrescentar:

Mestre João do Rego, lente de Prima (1499);
Mestre Affonso, lente de Vespera (1499).

O ensino da medicina fóra da faculdade não attingiu grande desenvolvimento. Sabemos que os bachareis em medicina e n'outras faculdades estavam legalmente habilitados para ensinar e certamente o fariam. Os estatutos de 1384 permittiam até nas aulas da Universidade leituras sobre qualquer disciplina a bachareis e escolares examinados e approvados por um doutor ou mestre da faculdade [1], o que estabelecia concorrencia entre os professores ordinarios e os leitores extraordinarios, concorrencia que deveria ser muito proveitosa para o ensino.

Apezar, porém, d'estas disposições, tudo leva a affirmar que não conseguiram favorecel-o, como convinha. Prova-o o grande numero de individuos que em tempo de D. João I exerciam a medicina, sem d'ella terem conhecimento cabal. O abuso datava d'época remota, e póde suppôr-se que tinha sido objecto de providencias nos reinados anteriores.

Uma carta real de 28 de junho de 1392 estabelece a primeira disposição legislativa em relação ao exercicio da medicina, e ordena que ninguem possa entregar-se á clinica sem que primeiro seja examinado e approvado por mestre Martinho, physico d'el-rei, que lhe passaria uma carta sellada com o sello real [2]. Caíam graves penalidades sobre os que não cumprissem estas determinações: eram presos e ficavam privados dos bens que possuiam.

Continua esta disposição em vigor durante muito tempo, como se prova d'alguns documentos dos reinados seguintes.

---

[1] Th. Braga, op. cit., pag. 119.

[2] «... E porém mandamos e defendemos que nom seja nenhum tão ousado homem, nem molher, Christãao nem Mouro, nem Judeu que use nem obre d'aqui em diante de Fisica no nosso Senhorio até que primeiramente nom seja examinado e aprovado per Mestre Martinho nosso Fisico, a que desto damos encarrego e que aja nossa carta assinada per o dito Mestre Martinho, e Seellada de nosso sello», etc. (Carta d'el-rei D. João I, de 28 de junho de 1392, na *Collecção da maior parte dos Estatutos, Leis, Alvarás e Ordens relativas á Medicina*, por Antonio d'Almeida, in *Jornal de Coimbra*, II, 1812 e seg.).

D'um artigo das côrtes celebradas em 1436, no reinado de D. Duarte [1], conclue-se que continuavam a ser examinados pelo physico-mór os individuos que desejavam exercer a medicina; e no reinado do seu successor foi renovada a disposição legislativa de D. João I, passando el-rei a Fernando Alvares Cardoso, seu physico e deão d'Evora, licença para examinar os que quizessem entregar-se á pratica da medicina [2].

Não via o povo isto bem, e tinha em sympathia os velhos que curavam com hervas e palavras santas, por amor de Deus. Em favor d'elles reclamou ás côrtes celebradas em Coimbra em 1472, mas o rei vagamente ordena que o physico-mór não faça coisa indevida no exercicio do seu cargo [3].

Mantinham-se as disposições anteriores, e o regimento do physico-mór de 15 d'outubro de 1476, dado por D. João II, como regente, concede ao physico-mór o direito de examinar todos os que desejem exercer a medicina, parecendo pelo caracter generico da disposição, que nem os que tinham cursado a Universidade estavam dispensados d'este exame [4].

Este regimento do physico-mór é confirmado em 18 de junho de 1496 pelo mesmo principe que já então governava como rei. Taes disposições, como vamos vêr, não eram as mais proprias para que se desenvolvesse a medicina entre nós.

Deve notar-se que, á similhança do que existia em relação ao exercicio da pharmacia, os municipios tinham qualquer jurisdicção sobre o da medicina. Assim o parece provar uma carta regia de 21 d'agosto de 1493 em que D. João

---

[1] Cap. XXIII, in Pedro José da Silva, *Historia da pharmacia portugueza*, 3.ª memoria, pag. 6.

[2] Alvará de 12 de setembro de 1454, in Pedro José da Silva, op. cit., 3.ª memoria, pag. 7.

[3] Cap. CI dos Misticos in Antonio d'Almeida, *Collecção de Estatutos*, cit. no *Jornal de Coimbra*, III.

[4] «... qualquer pessoa que se metesse a curar e hussar de fysiqua ssem sseer examinado pello sseu fysiquo moor e aveer sua lycença pagasse da cada trinta dobras de banda», etc. (Almeida, *Collecção citada*).

II pede á camara de Lisboa permitta a entrada e o exercicio clinico a D. Samuel, judeu castelhano «bôo hômê de seu ofiçio»[1].

Pelo que diz respeito á cirurgia, é preciso chegarmos a 1448 para vêrmos a primeira disposição relativa ao seu exercicio. É então que apparece o Regimento do cirurgião-mór, ao qual se ordena que examine aquelles que desejem exercer a cirurgia e lhes passe cartas, se por seus merecimentos scientificos por elle forem julgados aptos para isso[2]. Colligese d'este documento que algumas provisões anteriores havia sobre o caso, mas não foi possivel até hoje encontral-as. Seja como fôr, o regimento foi confirmado por D. João II, n'uma sentença de 17 de março de 1486, a respeito de duvidas suscitadas na observancia d'algumas das suas disposições[3].

Tal era o modo como estava organisado o ensino cirurgico. Deu-se, porém, um facto importante. Fundava D. João II em 15 de maio de 1492 o grandioso Hospital de Todos os Santos de Lisboa. Annos depois, D. Manuel dava ao hospital um regimento[4] em que se incluia uma condição em si pouco importante, mas que havia de ser o ponto de partida para o renascimento ou melhor para a creação dos estudos cirurgicos em Portugal. Ordenava-se n'ella que o cirurgião interno

---

[1] Ed. Freire d'Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, I, pag. 368.

[2] «... temos por bem fazelo nosso Cirurgião Mór dos nossos Reinos e Senhorios, ao qual damos poder e authoridade, que possa examinar e dar cartas áquelles que achar aptos, e pertencentes para a dita Arte de Cirurgia». (*Regimento do Cirurgião Mór*, de 25 d'outubro de 1448. — Almeida, *Collecção citada*).

[3] «... e que nenhuu nom podia husar da dita arte de Celorgia, sem primeiro serem examinados per elle». (Sentença de D. João II, de 17 de março de 1486, in Almeida, *Collecção citada*).

[4] Este regimento não tem data. O snr. Alfredo Luiz Lopes, no seu livro o *Hospital de Todos os Santos*, Lisboa, 1890, pag. 10, fixa-a em 1498, mas, a despeito do cuidado com que esta memoria foi elaborada, as razões apresentadas na nota de pag. 65 não nos permittem acceitar essa data, que deverá ser de 1504.

do hospital todos os dias desse a *dois moços,* que teria para o ajudarem, uma lição de theoria e pratica, com o fim de os habilitar a servirem no mesmo hospital [1] e esta disposição, apparentemente de pouco valor, devia, depois de convenientemente modificada, dar novo impulso á cirurgia portugueza.

As leis que regulavam o exercicio da medicina e da cirurgia, assim como as que respeitavam ao ensino, eram, como acaba de vêr-se, defeituosas.

A frequencia da clinica de qualquer medico ou cirurgião, seguida d'um exame perante o physico ou cirurgião-mór, sem que os alumnos tivessem outras habilitações, dava direito á pratica d'uma arte tão complexa, o que era insufficiente e vicioso, dando logar a violentos abusos que despertaram queixas que subiram por vezes á consideração do poder central [2].

---

[1] «... e que o dito celorgião que ha de viver no esprital leia cada dia uma lição aos seus dois mossos que ha de ter e que hão de ser pagos das rendas do esprital, para aprenderem a theorica e a pratica e poderão ficar servindo o serviço do dito esprital e assy cumprirá o dito Celorgião». Cit. por Bernardino Antonio Gomes, *Instrucção medica em Portugal* in *Gazeta medica de Lisboa,* IX, pag. 193.

O snr. Alfredo Luiz Lopes diz que essa lição era de anatomia. (Op. cit., pag. 10).

[2] Artigo de Cortes de Coimbra de 1472, na *Collecção* de Antonio d'Almeida.

CAPITULO II

Feição da medicina durante este periodo. — Doutrinas correntes. — Os judeus. — Valesco de Tharanta. — D. Duarte. — O Regimento de Frei Luiz de Raz.

A creação da Universidade representa de certo uma grande conquista, mas não deu os resultados que se lhe poderiam suppôr, pelo menos no que respeita ao ensino medico. Havia apenas uma cadeira de medicina, e bastaria isto para que assignalassemos como insufficiente a nova fundação. Mas outros obices viriam do caracter ecclesiastico e monachal que este estabelecimento teve no seu principio.

Tanto Coelho da Rocha [1] como José Silvestre Ribeiro insistem sobre este cunho fundamental da Universidade. O ultimo chega a dizer: « A natureza das coisas demandava que ella tivesse as feições e caracter ecclesiasticos, visto como foi solicitada pelo clero, dotada com pensões impostas sobre os mosteiros e egrejas, e confirmada pelo pontifice que a amparou com o escudo das immunidades. N'este presupposto, não só a Universidade foi essencialmente *ecclesiastica,* mas até lhe quadra a denominação de *pontificia.*

« Foi concedido aos mestres, aos estudantes e aos seus creados o fôro ecclesiastico.

---

1 *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal.* Coimbra, 1841, pag. 94.

« O gráu de licenciado devia ser conferido pelo bispo de Lisboa, ou pelo vigario que, *séde vacante*, fosse eleito pelo cabido, aos estudantes que os mestres reputassem idoneos.

« O mesmo caracter ecclesiastico ou antes pontificio tem a disposição relativa á taxa de aluguer de casas para residencia dos estudantes, bem como a immunidade votada ao beneficio das pessoas, bens e mensageiros dos mesmos estudantes » [1].

Comquanto pareça ser este o espirito de todos os documentos que possuimos sobre as origens da Universidade, não se accorda com esta opinião o snr. Theophilo Braga. Levando em vista demonstrar que o estudo geral foi sobretudo desenvolvido pelas diligencias do poder real, affirma que « a historia economica da Universidade de Coimbra, tão interessante como a litteraria, mostra claramente que bem pouco deveu esta instituição á iniciativa e impulso ecclesiastico » [2].

Não querendo pôr em duvida por fórma alguma que o poder real tivesse feito todos os esforços para se apoderar do ensino como meio de assegurar o seu predominio, julgamos que o snr. Theophilo Braga foi além do que legitimamente se deve inferir. Basta a enumeração dos privilegios do estudo e dos escolares que propositadamente transcrevemos de J. Silvestre Ribeiro para que bem se evidencie este caracter clerical. Melhor avisado andou, em nossa opinião, o grande escriptor quando figurou os dois poderes espiritual e temporal dando as mãos um ao outro para o estabelecimento das universidades, embora com tendencias divergentes, que depois procuraram fazer prevalecer. Ora a de Lisboa foi seguramente um exemplo d'esta concordancia para a fundação, e da lucta ulterior para a manutenção do espirito que cada um dos dois poderes lhe queria imprimir. Com o progresso das idades, logrou vencimento a auctoridade real, mas de principio o

---

[1] J. Silvestre Ribeiro, *Historia dos estabelecimentos litterarios e scientificos*, I. pag. 423.

[2] Th. Braga, *Historia da Universidade*, I, pag. 115.

predominio pertenceu aos ecclesiasticos. O proprio snr. Theophilo Braga diz que no ensino universitario se conservou a feição clerical com a tradição das Sete Artes [1], e que essa feição permaneceu até hoje [2]. Não quer dizer esta ultima asserção quanto foi indelevel o seu caracter originario?

Resultariam outros prejuizos dos abusos que se introduziram constantemente no regimen universitario. Assim, logo em seguida á fundação, se sabe que na Universidade se não faziam actos, e que bastava a qualidade de estudante para a nomeação para cargos publicos de importancia, e até para o professorado [3]. No reinado de D. Affonso V, nomearam-se para lentes individuos de tão pouca sufficiencia que, muitos dos que aprendiam pagavam a quem particularmente os ensinava [4]. Outros abusos havia, mas bastarão os que ficam indicados para se poder ajuizar quaes deviam ser os prejuizos que advinham ao ensino. O que é certo é que sempre ficamos feudatarios das universidades extrangeiras, e tanto que o poder central se viu obrigado a tomar disposições que restringissem ao menos o numero dos que iam estudar fóra do reino.

Vemos que, em 28 de agosto de 1440 [5], D. Pedro, regente do reino, lança um imposto de vinte corôas em favor da Universidade áquelles que tomem gráu em escólas extranhas; e, comquanto esta procura de distincções academicas fóra da patria possa ter mais do que uma causa, sempre nos vemos forçados a admittir que uma era a deficiencia do ensino universitario.

Se da organisação do ensino passarmos ao exame das doutrinas professadas, não temos tambem com que se orgulhe o sentimento nacional, mas, sequer n'esse ponto, não iamos

---

[1] Op. cit., pag. 45.

[2] Idem, pag. 37.

[3] Leitão Ferreira, *Mem. chron.*, pag. 52.

[4] Idem, pag. 372.

[5] J. Silvestre Ribeiro, op. cit., I, pag. 42.

nem mais nem menos adiantados que os outros paizes: o que entre nós se passava era um reflexo do que se passava por toda a parte. Quer no ensino, quer na pratica, eram Avicena e Galeno os directores do espirito dos nossos medicos. Já vimos que na terminação do periodo que estamos estudando, os textos lidos na Universidade eram ainda livros d'aquelles dois coripheus da medicina [1]. Mas o predominio dos arabes e das doutrinas que professavam é ainda attestado por outra ordem de documentos.

Referimo-nos aos catalogos das livrarias que se puderam organisar pelas memorias do tempo; na de D. Diniz, existiam textos de Aristoteles; na de D. Duarte, encontrava-se a compilação que fez Constantino Africano das doutrinas dos gregos e dos arabes e a que deu o nome de *Viatico,* a dialectica de Aristoteles, e a dialectica de Avicena; na do infante D. Fernando, havia uma obra de Isaac, traduzida em portuguez; e na do Condestavel de Portugal, filho do infante D. Pedro, via-se um tratado de Avicena [2]. Como se vê, ha aqui prova bastante de que as doutrinas arabigo-galenicas continuavam a dominar, como no primeiro periodo que determinamos.

Se houvesse necessidade de mais demonstração, ainda poderiamos reforçar o que fica escripto com a enumeração dos textos lidos nas universidades que mais eram concorridas pelos nossos estudantes.

Na universidade de Pariz, muito frequentada por elles, conservou-se a lista dos textos seguidos desde o principio do seculo XIII. Eram os seguintes:

Hippocrates — os *Aphorismos,* o livro da *Dieta,* o tratado das *Doenças agudas,* o livro dos *Prognosticos.*

Joannicio (Ben Ishaq) — *Introducção á arte abreviada de Galeno.*

Philareto — *Livro sobre o pulso.*

---

[1] Theophilo Braga, *Historia da Universidade,* I, pag. 300.

[2] Os catalogos d'estas livrarias reconstruidas podem lêr-se na *Historia da Universidade* de Theophilo Braga.

Isaac — o *Viatico,* o *livro das Febres,* as *Dietas universaes,* as *Dietas particulares,* o *Tratado das urinas.*

Theophilo — *Tratado do pulso e das urinas.*

Egidio de Corbeil — *Tratado sobre as urinas e differenças do pulso.*

Taes eram os livros que se explicavam nos cursos, e fazia-se prestar aos bachareis juramento de não explicarem outros, e, além d'estes, de se servirem apenas das explicações e commentarios approvados e permittidos pela faculdade. Os textos conservaram-se os mesmos até 1350 [1].

Se attentarmos bem n'esta lista, reconheceremos que effectivamente no ensino da universidade de Pariz predominavam as doutrinas arabigo-galenicas. Liam-se, é verdade, textos de Hippocrates, mas Isaac e Joannicio são arabes, Philareto e Theophilo são meros compiladores das obras de Galeno e o galenismo é a base do arabismo. O proprio Gil ou Egidio de Corbeil, que professára na celebre escóla de Salerno, tão diversamente julgada pelos historiadores medicos, sacrificára ao arabismo na importancia excessiva ligada ao exame das urinas para o diagnostico das doenças. Era exactamente essa a obra adoptada em Pariz.

Em Montpellier, não obtivemos noticia dos textos explicados, mas Daremberg affirma que as lições dos seus professores se pareciam com as dos professores de Salerno, *sauf quelques noms arabes de plus* [2]. Ora, segundo lêmos em Sprengel e em Bouchut, todo o estudante de medicina que quizesse exercer esta profissão no reino de Napoles tinha de ser examinado pelo collegio medico de Salerno. Devia provar que era fructo d'um casamento legitimo, que tinha vinte e um annos de idade, e que havia consagrado sete ao estudo da arte. As provas por que passava consistiam em explicar publicamente a *articella* de Galeno, o primeiro livro de Avicena, ou uma passa-

1 Chomel, cit. por Malgaigne, *Histoire de la chirurgie en Occident,* pag. XLII.

2 Daremberg, *Histoire des sciences médicales.* Paris, 1870, I, pag. 282.

gem dos aphorismos de Hippocrates [1]. Como se vê, em Salerno, tambem predominavam as doutrinas arabigo-galenicas, e em Montpellier succedia o mesmo, *sauf quelques noms arabes de plus.*

Bolonha era séde d'uma universidade tambem frequentada por alumnos portuguezes. Ahi tambem os mestres ensinavam as obras de Galeno, mas ao menos eram compulsados os textos de Hippocrates.

Nada podemos apurar em relação á universidade de Salamanca no que respeita a este ponto, mas é de crêr que seguisse as tradições das outras universidades.

Esta ordem de inducções confirma portanto o que havia sido indicado por outros documentos examinados, no que se refere ao predominio das doutrinas arabigo-galenicas. Mas a demonstração capital está em que, segundo os estatutos manuelinos de 1504, ainda na Universidade os textos que serviam nos exames eram de Avicena e de Galeno. Não póde portanto restar duvida a tal respeito [2].

Para a persistencia d'estas doutrinas na pratica e no ensino concorreria a circumstancia de ser n'esta época a medicina exercida quasi exclusivamente pelos judeus, a quem era familiar a lingua arabe; mas vimos que na época anterior haviam dominado as mesmas doutrinas.

Perde-se na noite dos tempos a entrada dos judeus na peninsula. Os historiadores israelitas attribuem-n'a á mais remota antiguidade, mas as suas asserções são pelo menos infundamentadas. A partir do seculo III nenhuma duvida existe a respeito da sua existencia, e seguidamente grande numero de documentos attestam o rapido crescimento da colonia nas Hespanhas. O concilio d'Elvira (305 ou 306) adoptou disposições destinadas a reprimir-lhes a acção, o que mostra que alguma importancia haviam adquirido. Analogo procedimento foi o do concilio III de Toledo, mas Sisebuto (612-617) levou a perse-

---

1 Sprengel, op. cit., II, pag. 362.

2 Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 300.

guição até expulsal-os e obrigal-os ao baptismo. Desde então, ora tratados com brandura, ora repellidos como dureza, os judeus foram-se desenvolvendo e estendendo por toda a peninsula [1].

Forçados a viver no meio de povos que lhes não escondiam os sentimentos de hostilidade de que estavam animados, só um meio havia de se sustentarem, tornarem-se necessarios. Tal é o segredo da sua pullulação nos pontos onde perseguições violentas e repetidas tendiam a anniquilal-os.

O commercio, as artes, as sciencias deveram-lhes notaveis progressos, e a medicina um culto particular. As escólas arabes estabelecidas em Granada, em Cordova, em Toledo tinham entre os seus professores muitos judeus, e, no seculo IX, os principaes medicos de França e da Italia eram de origem hebraica. As escólas de Narbonna e de Lunel, no seculo X, deram á medicina brilho notavel, e foi em parte aos esforços dos sabios judeus que affluiam a estas cidades que, alguns seculos mais tarde, Montpellier deveu a fundação da sua celebre escóla. A de Salerno, que pôde rivalisar em gloria com a anterior, teve por primeiros mestres arabes e judeus que a ella chamaram grande numero de alumnos de origens diversissimas, motivo pelo qual o ensino era fornecido em varias linguas. O mesmo veio a succeder no seculo seguinte em Montpellier e pelo mesmo motivo. Salysburi, bispo de Chartres, que vivia no seculo XII, dizia que os discipulos d'esta escóla saíam d'ella carregados de nomes barbaros [2].

Por esta época, na Hespanha, elevava-se a litteratura judaica á maior altura que podia attingir. « A medicina não deixára de ser cultivada e os judeus continuavam a conservar a sua reputação que só os arabes lhes disputavam ». Como, porém, o dominio d'estes estava a terminar, os hebreus ficariam unicos depositarios das sciencias medicas.

---

1 Mendes dos Remedios, *Os judeus em Portugal*. Coimbra, 1895, pag. 63 e seg.

2 Astruc, *Histoire de la Faculté de Montpellier*, pag. 8.

De facto, citam-se no seculo XII medicos judeus de reconhecido merito, alguns dos quaes deixaram obras de valor. O credito que haviam adquirido era tal, que todo o doente se considerava feliz em ter ao seu lado um medico judeu.

As qualidades que distinguiam a raça hebraica e os serviços relevantes que prestava não podiam deixar de assegurar-lhe um certo predominio. A despeito das perseguições que soffria, foi-se acclimando nas Hespanhas, e por um lado as riquezas que possuia, por outro os talentos e instrucção de que era dotada, abriu-lhe larga estrada para o seu engrandecimento. Os differentes reis da peninsula, encontrando n'ella os conselhos e soccorros pecuniarios que não encontravam n'outras classes da sociedade, encarregaram-n'os dos principaes cargos do Estado, apezar do odio que sabiam lhes era votado pelos seus fanaticos vassallos.

O valimento que encontraram na Hespanha tambem o obtiveram em Portugal. N'uma decretal de Gregorio IX, é reprehendido D. Sancho II por favorecer os judeus, e ao mesmo tempo ordena-se aos bispos d'Astorga e Lugo que o admoestem para emendar este abuso. No reinado de D. Diniz, os judeus foram por igual favorecidos; n'uns artigos de queixa feitos pelos ecclesiasticos contra este principe é censurado por dar os logares de fazenda aos judeus, permittindo-lhes andarem sem divisas nem signaes e isentando-os das dizimas ecclesiasticas.

A população judaica foi assim crescendo no nosso paiz. Apezar das leis severas que sobre ella pesavam [1], foi-se desenvolvendo e assenhoreando de todos os ramos da activi-

---

[1] Como exemplo, citamos as palavras de Ferreira Gordo na sua *Memoria sobre os judeus de Portugal:*

«Era-lhes vedado (aos judeus) com grandes penas a entrada em casas de mulheres solteiras ou viuvas, e ainda nas das casadas quando seus maridos eram ausentes. Havia, porém, alguns a quem a necessidade de seus misteres e officios fazia tolerada a sua communicação, como eram os medicos, cirurgiões e officiaes mecanicos, os quaes podiam entrar solitarios». (*Memorias da Academia,* VIII, parte II, pag. 11).

dade nacional. Conhecedores, pelas suas frequentes viagens e pelas relações que entretinham com os paizes extrangeiros, de todos os segredos da sciencia, os judeus foram-se acreditando lentamente no conceito dos povos que os odiavam, sem lhes negarem a admiração devida, e a medicina foi uma das sciencias que mais estudaram e a que deram maior desenvolvimento [1].

No reinado de D. João I encontramos documentos que indicam a existencia de grande numero de medicos judeus no nosso paiz [2], e é para notar-se que o physico d'aquelle monarcha fosse mestre Moysés, de origem hebraica, o que indica a elevada consideração em que eram tidos. Nos reinados seguintes continuam a ser medicos dos reis portuguezes, e pudemos apurar os nomes de Abrahão Guedelha, physico de D. Duarte e D. Affonso V, do dr. Thomaz da Veiga e seu filho Rodrigo da Veiga, physicos de D. Affonso V, de mestre Leão, physico de D. João II, de mestre Antonio, cirurgião-mór d'estes reinos no tempo do mesmo rei, e finalmente, de mestre Diogo de Alfaro [3], mestre Rodrigo e mestre José, que faziam parte da

---

[1] «E por fallar dos judeus portuguezes... em mui grande obrigação lhes estamos pelo muito que concorrerão para o estabelecimento dos estudos em Portugal; porque em verdade lhes devemos em muita parte os primeiros conhecimentos da filosophia, da botanica, da medicina, da astronomia e da cosmographia; os primeiros rudimentos da grammatica da lingua santa, e quasi todos os estudos da litteratura sagrada, que entre nós houve antes do seculo XVI, e o que muito contribuiu para se espalharem e adiantarem os novos conhecimentos, a introducção, ou polimento da typographia portugueza, maiormente hebraica, com que n'aquelles tempos começamos de competir com as mais adiantadas nações de Italia e da Allemanha». (Antonio Ribeiro dos Santos, *Memorias da Litteratura Sagrada dos judeus portuguezes, desde os primeiros tempos da monarchia até os fins do seculo XV*, nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, II. Lisboa, 1792).

[2] Na carta de D. João I, de 28 de junho de 1392, já citada, diz-se: «fazemos saber que a nos he dito que alguas pessoas do nosso Senhorio, assy Christãos como Judeos e Mouros, se trabalham d'husar de Fisica...» A concordia do mesmo rei com os prelados em 1427 refere-se tambem a trazer o rei em sua casa medicos e cirurgiões judeus.

[3] Francisco Antonio Martins Bastos, *Nobiliarchia Medica*, 1868.

Junta dos mathematicos [1], todos de origem judaica. Entre os que exerceram a clinica geral durante o periodo cuja historia intentamos, notam-se Gedaliah Ben David Jachiia, de Lisboa, que floresceu nos fins do seculo XIV e principio do seculo XV [2], e Jehudah ben Ischag Abarbanel, natural da mesma cidade, que viveu nos fins do seculo XV [3].

No periodo seguinte, a medicina hebreia attingiu, no seculo XVI, o seu maximo esplendor, e póde dizer-se que a esta raça, tão perseguida como desventurada, devemos os medicos mais illustres que tivemos.

Não é licito affirmar que os judeus imprimissem feição especial á medicina, mas os seus conhecimentos, certamente mais adiantados que os dos ecclesiasticos, elevaram a medicina arabe a uma altura notavel, despindo-a das superstições grosseiras que aquelles lhe haviam accrescentado e que a estes em nada aproveitavam. Deve dizer-se, todavia, que algumas lhe conservaram, e entre ellas a crença na astrologia, como o demonstra ter Abrahão Guedelha, baseando-se na observação dos astros, tentado persuadir D. Duarte de que não devia deixar-se acclamar no dia que para isso escolhera.

O que n'elles ha mais a censurar é terem talvez abusado da profissão medica, tornando-a uma especie de commercio [4], no que afinal não fizeram mais do que imitar os seus competidores, os ecclesiasticos. Se mesmo quizermos dar credito ás queixas contra elles levantadas, poderiamos acreditar que os conhecimentos medicos lhes serviam para o conseguimento de

---

[1] Vieira de Meirelles, *Apontamentos para a historia da physica em Portugal*, no *Instituto*, xv, pag. 59.

[2] Antonio Ribeiro dos Santos, op. cit., pag. 285. — Morejon, op. cit., I, pag. 94. — Chinchilla, op. cit., pag. 75.

[3] Morejon, op. cit., I, pag. 99. — Chinchilla, op. cit., I, pag. 55. — *Memorias da Litteratura dos judeus portuguezes*, no seculo XVI, por Antonio Ribeiro dos Santos, nas *Memorias de Litteratura Portugueza*, II, pag. 388. — Rodriguez de Castro, *Bibliotheca Española*, I, pag. 371.

[4] Bordeu, cit. por Morejon, op. cit., I, pag. 73.

fins criminosos. Ouçamos a este respeito a palavra auctorisada do nosso primeiro historiador:

« Os medicos, cirurgiões e boticarios judeus, na opinião do vulgo, abusavam frequentemente da sua profissão para conduzir á sepultura grande numero de christãos. O atrazo da therapeutica e da pharmacia e a imperfeição dos methodos cirurgicos deviam, na realidade, subministrar, frequentemente, factos que tornassem plausivel esta ultima accusação, ao passo que tambem é crivel que, maltratados e perseguidos, os judeus mais d'uma vez abusassem da medicina, a que especialmente se dedicavam, para exercerem vinganças que reputariam legitimas » [1].

Ainda quando admittissemos taes clamores, o que nos repugna, porquanto nos parecem o reflexo da espantosa superstição que tantos crimes e desatinos causou, não se póde negar que os judeus prestassem relevantes serviços á medicina.

Não nos restam, infelizmente, as obras dos medicos, cujo nome apontamos e por esse lado não podemos corroborar com o seu estudo individuado a apreciação geral que d'elles fizemos, baseando-nos em auctores dignos de toda a consideração.

Além dos judeus, houve n'esta época medicos e cirurgiões distinctos, e a *Nobiliarchia Medica* de Martins Bastos especifica os nomes dos que estiveram ao serviço dos nossos reis, naturalmente os mais afamados que então havia em Portugal. Não os reproduzimos aqui, porque não é possivel calcular a influencia que exerceram nas doutrinas e pratica da medicina.

Cumpre, todavia, assignalar um medico muito notavel, Valesco de Tharanta [2], que viveu nos fins do seculo XIV e co-

---

[1] Herculano, *Historia da Inquisição*, 3.ª ed., I, pag. 79 e 80.

[2] As razões que militam para considerar portuguez este medico são as seguintes: 1.º Escrever adiante do seu nome a abreviatura *lz.* (pag. 1.ª do *Philonium*) que verosimilmente indica a sua qualidade de portuguez; 2.º Dizer no prologo do seu livro que o escrevera no reinado de diversos soberanos, mencionando o rei de Portugal D. João I em primeiro logar; 3.º Escrever a pag. 332 do mesmo livro o seguinte: *quia ego tempore puerilie mee dum addiscerem artes liberales ulixbone vidi q̃ quedam Judea... et hoc per totam ci-*

meço do XV. Valesco estudou artes liberaes em Lisboa e começou a exercer a medicina em 1382 [1], provavelmente na sua patria. Graduou-se em 1387 em Montpellier, aos seus conhecimentos deveu occupar uma cadeira n'aquella universidade, então uma das mais afamadas do mundo, e n'ella foi, diz Malgaigne, o professor mais celebre da sua época.

Em 1401, escreveu o seu *Tratado das epidemias* [2]; em 1418 o seu tratado de medicina que se intitula *Philonium pharmaceuticum et chirurgicum;* e emfim, sem data, um livro de cirurgia [3].

---

vitatem ulixbone et per totum studium fuit divulgatum; 4.º Affirmar Ranchin, chanceller e juiz da faculdade de Montpellier, que elle costumava passar as ferias em Portugal. De resto, Astruc (*Histoire de la Faculté de Montpellier,* pag. 208); Malgaigne (*Histoire de la Chirurgie en Occident,* pag. LXXI); Sprengel (*Histoire de la médecine,* traduite par Jourdan, II, pag. 469); Morejon (*Historia de la Medicina Española,* I, pag. 302); Hahn (*Dictionnaire Encyclopédique des sciences médicales,* 5.ª serie, II, pag. 376), etc., consideram-n'o todos como portuguez.

[1] «Inceptus est autem liber iste cum auxilio magni & æterni Dei post praticam usualem 36 annorum per me Valescus, anno Domini 1418, in vigilia Sancti Barnabe Apostoli». (*Philonium, prologus*).

[2] *Tractatus de epidimia et | peste domini Valasti de Taranta artiũ & medicine do | ctoris excellentissimi.*

Este livro rarissimo, de que só vimos um exemplar na bibliotheca da Escóla Medico-Cirurgica do Porto, por offerta do dr. José Carlos Lopes, tem no fim a seguinte subscripção: *Tractatulus de epidimia et peste excellentissimi artiũ | et medicine doctoris Valasti de Taranta impressus in | imperiali oppido Hagenaw per Henricu Gran An | no a natiuitate domini necnon saluti nostre millesimo | quaterqꝫ centesimo nonagesimo septimo feria qnta ante | festum sancte katherine finiuit feliciter.*

Sobre a época em que foi escripto este opusculo lê-se a fl. 2: «XXV octobris anni millesimi quatercentesimi primi quando iste tractatus fuit compilatus». Esta data de 1401 não confere com a que apresenta a pag. 382 v. a edição do *Philonium* que vimos; mas a pag. 387 d'esse mesmo livro restabelece-se a data de 1401, devendo suppôr-se que a de 1410 indicada na passagem precedente é devida á transposição de dois algarismos.

[3] A enumeração das obras de Valesco é feita segundo Malgaigne. De facto nunca vimos o *Tratado de Cirurgia* em edição separada, achando-se reunido com o *Tratado das epidemias* na edição do *Philonium* que existe na Es-

O *Philonium pharmaceuticum et chirurgicum*, como se deprehende do titulo, occupa-se de doenças medicas e cirurgicas. Acha-se dividido em sete partes, por causa das sete chagas de Jesus-Christo, dos sete dons do Espirito Santo, das sete alegrias da Virgem, dos sete Sacramentos da Egreja, das sete Virtudes contra os peccados mortaes, etc., etc.

O primeiro capitulo é consagrado ao estudo das doenças nervosas e mentaes; o segundo ao das enfermidades dos olhos, dos ouvidos, do nariz e da lingua; o terceiro tem por objecto principal as doenças dos pulmões e do coração; o quarto estuda as doenças dos orgãos digestivos; o quinto occupa-se das enfermidades do figado, do baço e dos rins; o sexto dedica-se ás doenças dos orgãos genitaes d'um e outro sexo, e finalmente o ultimo tem por objecto o estudo das febres. Completam o livro um tratado das epidemias e uma exposição dos diversos apostemas.

Como se vê, o *Philonium* é um tratado de pathologia medica e cirurgica, em que o auctor algumas vezes se abona com observações colhidas na sua pratica, e em que se acham consignados factos interessantes. Assim, Valesco, por exemplo, considera a bocca espumante e a respiração estertorosa como sendo de mau prognostico na apoplexia [1]; curou espasmos geraes e violentos com aflusões d'agua fria, seguidas d'uncções com diversos oleos [2]; refere ter curado procidencias das partes internas do olho, unicamente pelo repouso e pela applicação dos adstringentes [3]; não abre cirurgicamente o hypo-

---

cóla Medico-Cirurgica do Porto e cujo titulo é: *Practica Valesci de tharã | ta: que alias philonius | dicitur: vna cum do | mini Joannis de | tornamira in | troducto | rio.* Esta edição não tem indicação de data, que talvez se lesse na ultima folha que falta, mas suppomos pela incorrecção do texto e grande numero de abreviaturas que a edição é anterior á do tratado de epidemias que pertenceu ao dr. José Carlos Lopes. Do *Philonium* existem na Bibliotheca Nacional de Lisboa edições de 1599 e de 1680.

1 Lib. I, cap. XIX — De apoplexia, pag. 35.

2 Lib. I, cap. XXI — De spasmo, pag. 43 v.

3 Lib. II, cap. XIX — De ruptura cornee, pag. 62 v.

pion, sendo a operação difficil e pouco usada [1]; não pratíca a operação da cataracta [2]; apresenta uma observação de suor sanguinolento [3]; observou uma epidemia de grippe, certamente a primeira que se acha registada na sciencia [4]; na extracção da ranula aconselha o ferro em braza, visto que a applicação do cauterio potencial é seguida frequentemente de maus resultados [5]; no tratamento das odontalgias aconselha que se obturem os dentes cariados e prescreve diversas substancias aromaticas, que em caso d'improficuidade cederão o logar aos narcoticos, ao arsenio, e ao cauterio actual [6]; os abcessos da uvula abre-os, mas recommenda que se não faça a ablação d'este orgão senão em ultimo extremo e se limite o córte ao indispensavel, porquanto viu fallecer dentro de tres dias um presbytero a quem se fizera a ablação total [7]; aconselha os vomitivos e as cataplasmas para determinar a ruptura do empyema, antes de recorrer ao ferro em braza, e affirma haver curado um homem que tinha uma fistula resultante da abertura espontanea [8]; encarece o valor do tratamento dietetico na tysica pulmonar [9]; viu um caso de tympanite uterina, com extraordinario desenvolvimento do ventre, de modo a suppôr-se que a paciente estava gravida [10], etc., etc.

---

[1] Lib. II, cap. XXVI — De sanie retro corneam, pag. 64 v.

[2] Lib. II, cap. XXIX — De cataracta, pag. 66 v.

[3] Lib. II, cap. LIII — De sanie et de ulceribus aurium, pag. 85 v.

[4] Lib. II, cap. LXVI — De catarrho. «Et ego vidi in Montepessulano anno quo recepi licentiam 1387 quod fuit catarrhus quasi generalis ita quod vix 10 pars gentium preter infantes evasit catarrum cum febre et fere omnes decrepite moriebant propter causam dictam. Et postea vidi 2 inundationes cum similis reumatis», pag. 93.

[5] Lib. II, cap. LXVIII — De ranula sub-lingua, pag. 102.

[6] Lib. II, cap. LXXII — De passionibus dentium et primo de dolore, pag. 106.

[7] Lib. III, cap. III — De passionibus uvule, pag. 119 v.

[8] Lib. III, cap. VII — De empimate, pag. 133 v.

[9] Lib. III, cap. XI — De phthisi, pag. 146.

[10] Lib. VI, cap. XV — De mola matricis, pag. 332.

O *Tratado das epidemias* é uma reduzida compilação do que os arabes haviam escripto sobre o assumpto, a que Valesco muitissimo pouco accrescenta do que tinha visto na sua pratica.

O *Tratado de cirurgia* foi examinado detidamente por Malgaigne, que o considera como tendo pouco interesse. É certo que Valesco pouco relata do que praticou, antes refere o que viu fazer, e tambem não é muito o que viu. Um cirurgião, Guilherme Sagarriga, extirpava os tumores escrofulosos, modo de tratamento que depois se generalisou muito [1]; outro applicava o arsenio na cura dos cancros, das ulceras e das hemorrhagias, mas era necessario proceder com toda a prudencia [2]; na lepra, depois de ter dito que só a mãe, e nunca o pae, póde transmittir a doença ao filho, aconselha a castração como muito efficaz [3]; rejeita o uso das preparações d'arsenio na tinha, porque vira morrer rapidamente uma creança de doze annos submettida a este tratamento [4]; parece ter sido o primeiro que aconselhou contra os parasitas a pomada mercurial [5].

Os auctores citados por Valesco são principalmente arabes e galenistas, mas é de notar que os auctores mais modernos (Guilherme de Saliceto, Gordon, e o proprio Guido de Chauliac) eram versados por elle.

Sobre o valor do professor de Montpellier, os diversos historiadores concordam em o julgar um dos medicos mais illustres do seu tempo, se bem que Daremberg [6] diga que formigam no seu livro as superstições, e Malgaigne supponha já em decadencia a faculdade em que ensinou e em que illustrou o seu nome e o do seu paiz.

---

1 Lib. VII, cap. XII — De scrofulis, pag. 395.
2 Lib. VII, cap. XV — De cancro, pag. 397.
3 Lib. VII, cap. XXI — De lepra, pag. 406 e 407.
4 Lib. VII, cap. XXXV — De favo, pag. 418 v.
5 Liv. VII, cap. XXXVI — De pediculis, pag. 419.
6 *Histoire des sciences médicales*, I, 1870, pag. 317.

Não concluiremos este capitulo sem nos referirmos a dois livros que, apezar de não serem devidos á penna de medicos, têm direito incontestavel a ser mencionados n'uma historia da medicina patria, pelos subsidios que fornecem para o conhecimento da hygiene na época em que foram escriptos.

É o primeiro o *Leal Conselheiro* [1] do mallogrado rei D. Duarte.

Este livro singular, que, se tivesse datas, seria um diario completo da melancholica existencia do seu auctor, tem importancia para o hygienista, como a tem para o philosopho e para o historiador.

O que é o *Leal Conselheiro?* Responde Oliveira Martins no seu excellente estudo sobre este livro: «É uma compilação confusa de todas as ideias moraes e philosophicas do tempo. Nunca um livro denominou melhor o seu auctor. O *Leal Conselheiro* é D. Duarte, com o seu espirito fundamentalmente bom, feito de virtude e lealdade; com a sua intelligencia confusamente pratica, necessitando da escripta para se affirmar, e de aconselhar para illudir a sua indecisão de homem de governo» [2].

Começa o livro por uma dissertação psychologica. O homem moral tem duas faculdades: entendimento e vontade. O entendimento tem sete partes: apprehensiva, pela qual percebemos o que nos dizem ou demonstram; memorativa, pela qual facilmente recordamos o que sabemos; judicativa, pela qual damos bom e direito juizo no que pensamos; inventiva, pela qual achamos «nos feitos... novos caminhos»; declarativa, pela qual ensinamos oralmente ou por escripto; executiva, pela qual damos cumprimento; e perseverante, pela qual temos firmeza nos bons propositos.

---

[1] *Leal Conselheiro, o qual fez D. Duarte, pela graça de Deos Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta.* Paris, 1842. Ha outra edição de Lisboa, 1843. Suppõe-se que este livro foi escripto entre 1428 e 1437.

[2] Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, na *Revista de Portugal*, I, pag. 705.

Já n'esta parte se encontram ideias aproveitaveis para o hygienista. Occupa-se o rei da divisão das idades, e, depois de ter mencionado uma classificação corrente no seu tempo, propõe outra que julga mais acceitavel e que as divide em periodos de sete annos.

O entender tem por instrumento a memoria que comporta duas *differenças,* uma que pertence á alma racional e outra á sensualidade.

A vontade admitte quatro divisões: carnal; espiritual; tibia e prazenteira; perfeita e virtuosa. As duas primeiras continuamente se degladiam dentro em nós, e do seu conflicto nasce a tibia e prazenteira. A vontade virtuosa é a que não segue as determinações das outras, guiando-se apenas pelo entendimento.

O homem virtuoso, para desamparar as tres primeiras vontades e seguir a quarta, é levado pelo temor das penas do inferno, pelo desejo de galardão e pelo amor de Deus.

Voltando a occupar-se da vontade, faz d'ella outra *repartição geral* em quatro partes: negativa, sensitiva, racional e do livre arbitrio. A primeira é similhante á que têm as arvores, demanda saude e mantimento. A sensitiva é como a dos animaes, e manifesta-se por doze paixões: amor, desejo, deleite, odio, aborrecimento, tristeza, mansidão, esperança, atrevimento, sanha, desespero e medo. Esta vontade tem dois poderes, desejador e irascivel, pertencendo ao primeiro as seis primeiras paixões, e ao segundo as seis restantes. A parte racional da vontade partilham-n'a os homens com os anjos, e aconselha e manda o que pertence á guarda das virtudes. O livre arbitrio, como senhor entre as demais partes da vontade, « manda comnosco o que se faça em todas as cousas, que por nosso escolhimento fazemos ».

Vontade e entendimento formam o homem moral, governado pelo livre arbitrio. Da relação entre aquellas faculdades resulta a natureza dos homens que são geralmente de quatro *maneiras.* Uns são de pequeno entender e saber, de más e revesadas vontades. Outros são os que têm grande entendimento e saber, com maliciosas vontades, fóra da justiça direita.

Outros são os de curto entender e saber, mas que têm todas as vontades justas e direitas. Os ultimos são os que têm grande e subtil entender, com vontades chãs, justas e direitas.

Depois d'esta analyse psychologica, o livro é constituido por tratados moraes sobre os diversos peccados e virtudes, em harmonia com as doutrinas christãs. N'esta exposição, como diz o snr. Lopes Praça [1], o livro de D. Duarte «procura mais a boa disposição da vontade dos leitores do que a resolução dos graves problemas da sciencia... O que no auctor se descobre é prudencia e bom senso na escolha das opiniões e na resolução das difficuldades». Passando de relance pelos capitulos em que são expostas estas questões, notamos que em certas fórmas de nevrasthenia melancholica aconselha que se atenham os doentes ao regimento da medicina em comer, beber e todas as mais coisas que sem peccado se podem fazer, deixando jejuns e outras ceremonias de devoção que o corpo e a vontade não queiram supportar, mas não desamparando a firmeza da fé [2].

Ao tratar da gula, encarece as vantagens d'um bom regimen alimentar, considerando quantas mulheres e mouros bebem agua em esta terra e com ella passam dôres e chegam a muita velhice, em geral tanto e mais sãos do que os que bebem vinho, e estabelece prescripções a que tem de satisfazer uma alimentação bem dirigida [3].

Avulta a importancia da astronomia, comquanto não dê credito a agouros, sonhos, signaes do céo e da terra [4].

É de valia para o hygienista o capitulo XXXIX em que se mostram as partes por que se dá e muda a nossa condição. D. Duarte desejava que este assumpto ficasse bem em memoria, attento que dá fórma rithmada ás causas modificadoras do organismo, a saber: da terra compleição; do leite e vian-

---

[1] *Historia da philosophia em Portugal.* Coimbra, 1868, pag. 42.
[2] Cap. XXII, pag. 72, ed. de 1843.
[3] Cap. XXXII, pag. 106.
[4] Cap. XXXVII, pag. 126.

*

das creação; dos parentes nação; das doenças e acontecimentos occasião; dos planetas constellação; dos senhores e amigos conversação; do nosso senhor condição e discrição.

Quanto á influencia da naturalidade, lembra que os portuguezes são geralmente leaes e de bom coração, e os inglezes valentes homens d'armas. Sobre a influencia da alimentação, sejam perguntados os medicos e a experiencia geral. Das qualidades e vicios que se recebem por herança fallam claramente algumas linhagens. É sabida por todos a modificação que determina qualquer doença no moral dos individuos; ha sisudos que se tornam sandeus, e os temperados bebedos e sem boa governança, e os ardidos de fraco coração, e os mansos e humildes soberbos. Novamente affirma a influencia dos astros sobre o homem, comquanto essa influencia não seja invencivel, o que levaria a negar o livre arbitrio. Sobre a importancia do exemplo de virtudes, que outra coisa não vem a ser o que chama conversação do senhor e amigos, mostra o que succedera em tempo de seus paes: todos os moradores d'estes reinos «avançarem em grandes corações, bom regimento de suas vidas e outras manhas e virtudes, mais do que antes eram. E as mulheres de sua creação quanta lealdade guardaram todas a seus maridos, d'onde as mais dos reynos filharam tal exemplo que entre todas as do mundo, de que informação havemos, em geral merecem grande louvor».

Da mudança que em nós se effectua por influencia divina, são exemplo o salvamento do bom ladrão e a conversão de S. Paulo.

Uma das virtudes mais recommendadas por D. Duarte é a prudencia que elle toma para base das acções humanas e considera como indispensavel a quem desempenha cargos elevados. É prudente fugir da peste, diz elle, e consagra um capitulo á demonstração d'este preceito, combatendo as razões em contrario.

Fugindo-se da peste, não se foge ao poder de Deus, antes se usa do entendimento que elle nos deu para nos guiar. Tão pouco deixaremos de nos acautelar, sob pretexto de que se não vê ao que se foge: todos os dias se retiravam homens dos

sitios onde grassavam sezões, e a peste é peor enfermidade que aquella. Não vale a razão de que, fugindo todos, se perderia o mundo, porque ha conselhos bons e de louvar que estrictamente cumpridos trazem empecimento, como é o preceito da castidade que, sendo guardado á risca, traria o fim do mundo em menos de cem annos. Tambem não é razão que, fugindo todos, não haveria quem visitasse os enfermos, enterrasse os mortos e consolasse os desconsolados, porque D. Duarte não comprehende no seu conselho os confessores e os que têm curas das almas, e outras pessoas que «taes são que devem aguardar» [1].

N'este capitulo enumera o *Leal Conselheiro* as causas da peste, porquanto se não deve crêr «que sempre vem a pestellença por especial sentença do senhor Deus». Essa é uma das causas; mas póde vir por influencia dos astros, como se vira na *peste grande* que fôra prognosticada pelos astrologos; por corrupção das aguas, como succedia em Roma e Veneza, no verão; e por contagio, como se via geralmente entre nós. Esta ultima causa bem indicava o afastamento como de proveito, e bem o mostrava tambem a experiencia da côrte portugueza, «porque muitas vezes serão n'ella tres mil pessoas, e que a pestellença seja um anno por meus reinos, não morrerão d'ella tres homens, por ter costume de lhe fugir sem tardança».

Passemos em claro muitas paginas e cheguemos quasi ao fim do livro, onde o rei se occupa do regimento do estomago. Não ha circumstancia alguma relativa ao regimen alimentar de que se não occupe. Os alimentos, as horas das refeições, o exercicio depois d'ellas, n'uma palavra o que se chamava as seis coisas não naturaes são objecto de prescripções numerosas e minuciosas.

Tal é o *Leal Conselheiro,* no que mais directamente inte-

---

[1] Cap. LIV, pag. 194.

ressa á medicina. Sobre a sua importancia debaixo do ponto de vista pelo qual o consideramos, tudo quanto se póde dizer é que compendiava e vulgarisava um certo numero de preceitos hygienicos, colhidos nos livros dos arabes. D. Duarte conhecia Avicena e certamente foi essa a fonte onde buscou os conhecimentos de medicina e hygiene que no seu livro se encontram [1].

O outro subsidio para a historia da hygiene que vamos estudar é o *Regimento proveytoso contra ha pestellença,* attribuido a fr. Luiz de Ras. Se não fosse a raridade extrema d'este opusculo, de ha muito se saberia, logo da leitura da primeira pagina, que o seu auctor é D. Raminto, bispo Arusiense, e que a fr. Luiz de Ras apenas pertence a traducção do latim em linguagem. O bispo tinha alguns conhecimentos de medicina, era certamente um d'estes ecclesiasticos que se haviam consagrado ao seu estudo e pratica, porque diz algures que em Montpellier «andava de casa em casa curando enfermos por causa da minha pobreza» [2].

O *Regimento* é curioso por mais d'um titulo. Occupa-se em primeiro logar dos signaes da peste e considera como taes : as mudanças frequentes de tempo, o escurecer o céo no estio, parecendo que vai chover, o apparecimento de moscas em grande quantidade, a passagem de algum cometa, a formação de trovoadas sobretudo para o sul, assim como as tempestades de vento partindo do mesmo ponto.

Segue-se o estudo das causas da peste. «Tres são as cau-

---

1 No catalogo da livraria de D. Duarte, existente n'um livro antigo da Cartuxa d'Evora, menciona-se um livro de Avicena e um tratado da lepra.

2 O unico exemplar que conseguimos vêr é o da Bibliotheca publica de Evora. Tem o titulo seguinte :

(Umas armas portuguezas com sete castellos) *Regimento proveytoso contra ha pestellença.*

Subscripção : Feyto em Lisboa p. Valẽtino de Morauia.

4.º gothico de 20 folhas innumeradas.

sas da pestilencia, porque ás vezes vem e procede a pestilencia da raiz superior e ás vezes da raiz inferior, emtanto que sensualmente parece aos homens mudança do ar e ás vezes vem d'ambos de dois, s. da raiz superior e da raiz inferior juntamente ».

Entende-se por causas da raiz inferior as emanações das latrinas e canos e ainda as dos cadaveres em putrefacção. Á raiz superior pertence a influencia dos corpos celestiaes e da atmosphera. As duas juntas produzem « a impressão celestial corrompente do ar e podridão dos corpos mortos ».

Occupa-se o *Regimento* em seguida da prophylaxia, com o titulo de *Remedios da peste*. Primeiro que tudo, é indispensavel confessar os peccados e, lavada assim a alma, trata-se do corpo, fugindo do logar empestado, evitando o coito e a luxuria, guardando-o do vento meridional, dos effluvios mal cheirosos e das aguas de má qualidade, sendo conveniente fazer fogueiras, « com fumo de boas hervas: baga de louro, junipero, uberiorgano, losna, hysopo, arruda, artemisia e lenho d'aloes ». Convém tambem não encher demasiado o ventre, fugir de banhos diarios, e evitar os ajuntamentos. Para as pessoas que, em virtude da sua profissão, não podem subtrahir-se a este ultimo influxo, aconselha que comam arruda com sal e noz moscada, ou uma sopa molhada em vinagre. Os que se sequestrassem ao convivio dos seus similhantes deveriam lavar frequentemente os aposentos e as mãos com agua e vinagre.

Intitula-se o capitulo seguinte *Das conformidades do coraçom e dos outros membros*. São novos preceitos de prophylaxia. Coisas confortativas são o açafrão, a cassia-fistula, etc., cujo uso aconselha em tempo de epidemia. Admitte o contagio pelo ar expirado, preceituando que se evite; prescreve novamente as lavagens da bocca, olhos e mãos com agua rosada, misturada com vinagre; aconselha que se mantenha o ventre livre, por meio de clysteres e pillulas purgativas; applaude o uso da triaga, duas vezes ao dia, dissolvida em vinho claro e aguado; recommenda uma alimentação substancial e de boa qualidade, acompanhada de vinho puro; manda guardar de condi-

mentos irritantes, admittindo apenas para temperar a comida o gengibre, a canella, os cominhos, flôres de hervas cheirosas, açafrão, salsa e perexil. Ao mesmo tempo, faz vêr a importancia de trazer o animo despreoccupado em occasião de epidemia.

Trata igualmente da sangria e recommenda que se faça mensalmente. As unicas contra-indicações bem marcadas para ella são a prenhez e a debilidade extrema. A operação deve seguir-se do uso do bom vinho ou da cerveja.

O livro termina com uma enumeração dos symptomas pelos quaes se traduz a peste, e que se vê claramente quanto eram insufficientes: falta de appetite, tendencia para o somno, preguiça, calefrios e febre.

Como se vê, a par de abusões, ha muito de aproveitavel n'este livro, em attenção sobretudo ao tempo em que foi escripto.

Não são estes dois livros a unica demonstração de que começava a praticar-se uma hygiene rudimentar. Sem fallarmos por agora nas providencias tomadas por occasião das numerosas epidemias que se desenvolveram entre nós, as municipalidades e o governo central adoptaram medidas tendentes a modificar as condições hygienicas do paiz. Haja vista o que dispõem as Ordenações Affonsinas, terminadas em 1446, no que respeita á remoção dos cadaveres por occasião das batalhas, e em que se manda que sejam enterrados a grande distancia, por se ter reconhecido que a sua putrefacção traz comsigo o desenvolvimento da peste [1]; e as disposições numerosas que, em relação a limpeza e outros ramos de hygiene municipal, contêm os archivos dos differentes municipios do reino.

Em Lisboa, desde o fim do seculo XIV, as meretrizes eram apartadas n'um bairro especial, e tinham um traje que

---

[1] Liv. LI, tit. LI, §. 39.

as distinguia das outras mulheres [1]; os moradores de Lisboa eram obrigados a varrer as suas testadas desde a Paschoa ao S. Miguel [2]; tomavam-se providencias sobre limpeza de canalisação [3], etc.

No Porto, os livros das vereações consignam providencias sobre limpeza publica, muito limitadas e insufficientes [4].

---

[1] Cartas regias de 29 de maio de 1395, in Freire d'Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, I, pag. 297.

[2] Postura da camara, de 1410, no mesmo livro e vol., pag. 402.

[3] Regimento sobre ordenados e mantimentos dos officiaes da cidade, de 12 de fevereiro de 1471, in ibid., pag. 548.

[4] Ricardo Jorge, *Saneamento do Porto*, 1888, pag. 87 e seg.

CAPITULO III

Creação das pharmacias. — Constituição dos grandes hospitaes. — As Misericordias. — A diminuição da lepra.

Nos primeiros tempos da nossa historia, os clinicos preparavam os medicamentos de que se serviam. Com o progresso das idades, deu-se a separação da medicina dogmatica da medicina ministrante, mas não tem sido possivel até hoje averiguar desde quando começou a haver pharmaceuticos entre nós. É certo que, na carta dada por D. João I ao seu physico em 1392, nada se determina a respeito de tão prestantes auxiliares da medicina, mas a unica illação que justamente se póde tirar d'este documento é que não estavam sujeitos a exames, e seria forçar a interpretação suppôr que os não havia entre nós.

N'um documento posterior ao citado, n'um capitulo das côrtes que D. Duarte reuniu em Evora em 1436, vê-se que ainda não havia disposições legislativas que regulassem o exercicio da pharmacia. A villa de Santarem pedia que os alveitares, como os physicos e cirurgiões, fossem examinados, o que assim foi resolvido; ora, é claro que, se já n'essa occasião se houvessem estabelecido prescripções analogas para os pharmaceuticos, seriam mencionados n'este documento [1].

---

[1] Vem publicado em Pedro José da Silva, *Historia da pharmacia portugueza*, 3.ª memoria. Lisboa, 1868, pag. 6.

Ainda no regimento dado ao physico-mór em 1454 se não falla em taes funccionarios, que ficavam fóra da alçada do poder central.

Mas os municipios exerciam uma certa tutela sobre as pharmacias, como o demonstra a lei de 9 de março de 1450, em que se estatue que os rendeiros e recebedores da siza visitem as lojas dos especieiros, boticarios e mercieiros [1]. O mesmo se conclue do regimento de preços de 1497, feito pelo physico-mór mestre Rodrigo em Evora, com consentimento dos vereadores [2], e veremos que mais tarde, quando o poder central legislou sobre exames de habilitação para os pharmaceuticos, ainda, pelo menos na côrte, estes funccionarios ficaram mais ou menos dependentes do municipio.

Se estes documentos não deixam duvida sobre tal dependencia, não nos deixam entrevêr em que consistiam as relações que entre elles havia. Fal-o o regimento dado aos boticarios em 26 d'agosto de 1497 pela municipalidade de Lisboa, documento interessantissimo que escapou á persistente indagação do historiador da nossa pharmacia, Pedro José da Silva.

Aos 26 d'agosto de 1497, na camara de Lisboa, estando presentes Filippe de Castro, Alvaro Vaz e Diogo Dias, vereadores, João de Barros, procurador, Mestre Antonio de Lucena, physico-mór d'el-rei, e mestre João, physico da cidade, além de quatro procuradores dos misteres, depois de terem ponderado os inconvenientes que resultavam de não terem os pharmaceuticos um regimento pelo qual se regulassem no exercicio da sua profissão, accordaram no seguinte:

«It. Primeiramente mandarom que todo buticairo tenha em sua butica cinquo liuros, s: huũa *pandeta* [3], e huũ *me-*

---

[1] *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa*, I, 1.ª serie, pag. 533.

[2] Vid. pag. 19.

[3] O titulo de *Pandectas* é muito vulgar entre as compilações medicas dos arabes; mas, provavelmente, aquellas a que se refere o texto são as de Matheus Sylvatico, que floresceu pelos annos de 1317.

sue [1], e huũ *nicolaão* [2] e huu *seruidor de serapiam* [3] e huũ *quynto daviçena* [4].

«It. Mandarom que todo buticairo tenha ẽ sua butica tres medidas de onça, s: huũa com q̃ meça em xaropes, e out^a^ com que meça as agoas, e out^a^ com que meça os olyos; cada hũa destas medidas leue tanto pesso como hũa onça. E tambem terã pessos de mediçina, seguindo ordẽ de nicolaão, q̃ he vinte graãos de trigo p.^r^ escurpolo e sasemta p.^r^ drama, e noue dramas p.^r^ onça, e 12 onças p.^r^ liura.

«It. Mandarom que nom dispense nemhuã meezinha, s: confeçoões opiadas, leitoairos, pirollas, troçiscos, sẽ primeiro ser uista a dita despẽseçã p.^r^ huũ destes fisicos que se segue, s: o doutor Johã do rrego, ou mestre fisico da dita çidade, ou o L^do^ p^o^ Lopes, ou mestre françisquo ou alu^o^ gentill ou jorge

---

[1] Deviam ser as duas primeiras partes do livro do celebre Mesue, medico arabe fallecido em 1015. A obra d'este illustre medico comprehende tres divisões. A primeira tem por titulo *Canones universales divi Johannis Mesue, de consolatione medicinarum simplicium et correctione operationum earum,* e é uma collecção de preceitos de pratica pharmaceutica, tanto no que respeita á escolha dos simplices, como ás operações para os transformar em medicamentos.

A segunda tem por titulo *Grabadin, est agregatio vel antidotarium et confectionum, et aliarum medicinarum compositarum,* e é uma especie de formulario ou pharmacopêa propriamente dita.

A terceira tem por epigraphe *Liber medicinarum particularium sive Practica medicinalis particularium ægritudinum,* e trata d'assumptos propriamente medicos. A mais antiga edição d'este livro é de Veneza, 1471, in folio.

[2] É o *Antidotarium* de Nicolau Myrepso (1222 a 1235). Este livro trata da composição e acção dos medicamentos e não contém menos de 2:656 formulas.

[3] É o *Liber servitoris,* de Serapião, o Moço. Este livro é dividido em duas partes, na primeira das quaes se trata das propriedades geraes dos medicamentos e na segunda da historia particular de cada um d'elles. Classificados segundo a origem, vegetal, mineral ou animal, os medicamentos são quatrocentos e sessenta e dois. A segunda parte, que é a mais extensa, é uma pura compilação de Dioscorides e Galeno.

[4] O livro quinto do *Canon* d'Avicena occupa-se exclusivamente da therapeutica.

lopes, os quaaes, despois de verẽ os materyuaes e os pessos delles, mesturẽ tudo, e o dito buticairo as mande pissar, e despois as ministre seg[do] dee sua conciẽcia, como mandam os doutores; e q̃ nom demenuyẽ nẽhuãs receptas das q̃ os fisicos ẽ suas buticas hordenã, ou como q[r] q̃ a a sua butica venhã.

«It Mandarom que nenhuũ buticairo nom ponha *quyt pro quo* ẽ nẽnhuũa meezinha, sem autoridade d'alguũ dos ditos fisicos acima nomeados; e mais que guardẽ as ydades aas meezinhas, seg.[do] hordẽ dos doutores; e mais que a drogueria nom tenhã misturada, saluo ho semelhante com seu semelhante.

«It. Mandarom que nenhuũa out[a] pessoa, casso que fisico seja, nom venda meezinha sinpres nẽ composta, se buticairo nom for; e mais que nẽhuũ buticairo nom dee nẽhuã meezinha das ẽ çima nomeadas, nẽ purgatiua, sẽ Recepta de fisico.

«It. Mandarom que cada buticairo faça cadano huũ liuro branco, em que escrepua todas as Reçeitas que a sua butica vierẽ, poendo no dito liuro ho nome daquelle que hordenou a rreçeita e ho nome daquelle p.[a] quem he» [1].

D'este documento conclue-se que a pharmacia portugueza tivera e continuava a ter uma feição arabigo-galenica, e que o seu exercicio estava, pelo menos na côrte, sujeito a prescripções rigorosissimas, como era a de não poderem entregar-se os medicamentos sem previo exame de determinados medicos.

Por isso mesmo, é certo que no seculo XV o numero de pharmaceuticos estava em manifesta desproporção com as necessidades publicas. N'uma epidemia de 1438 havia-se tornado muito sensivel a falta de medicamentos, e, cedendo ás instancias de seu tio D. Affonso, duque de Bragança e conde de Barcellos, o rei D. Affonso V concedeu privilegios aos pharmaceuticos, convidando-os a virem estabelecer-se no nosso paiz. Os primeiros a aproveitar-se d'estas vantagens foram mestre Ananias que viera de Ceuta e alguns collegas que o

---

[1] Ed. Freire d'Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, I, pag. 570 e seg.

haviam acompanhado a Portugal por occasião da temerosa epidemia, attrahidos por vagas promessas que onze annos depois ainda se não haviam realisado.

Eram importantes os privilegios e isenções e exactamente iguaes áquelles que desfructavam os physicos. Gozavam honras devidas aos cavalleiros; se tinham de pagar custas, eram-lhe contadas como aos nobres; presos, era-lhes concedida homenagem, nos casos que a lei a permittia; podiam usar armas offensivas e defensivas; ás mulheres e ás filhas não se tolhia o uso de sedas e custosos trajes; não eram constrangidos a ser curadores, tutores ou quadrilheiros, nem a prestarem serviço no exercito de terra ou mar; não eram obrigados a dar aposentadoria a ninguem, ainda que fosse ao rei, e não pagavam fintas ou talhas que os concelhos lançassem [1].

Ao mesmo tempo que se concediam tão largos beneficios aos pharmaceuticos, sujeitavam-se os seus estabelecimentos a uma inspecção medica, sobre a qual o documento em questão não é sufficientemente explicito. Diz elle que a fiscalisação competia aos *fysicos dos nossos reinos,* que eram ajuramentados para esse fim, mas não se apura sobre quaes d'elles devia recaír a nomeação.

Na lei de 23 d'abril de 1461 pela primeira vez fica esclarecido o modo de se fiscalisarem, pelo menos, alguns dos medicamentos. Consta d'este documento que alguns medicos e cirurgiões ainda preparavam e vendiam mézinhas, como por outro lado os pharmaceuticos se intromettiam no exercicio da cirurgia e da medicina, e os mercieiros e especieiros no commercio das drogas e substancias medicinaes. Prohibia-o terminantemente a lei, e mandava que os vendedores de triaga submettessem a sua mercadoria a exame d'um medico chris-

---

[1] É o que consta da Carta de privilegios dos Boticarios, dada em Alvito a 22 d'abril de 1449. Vem publicada em Antonio d'Almeida, *Collecção citada* no *Jornal de Coimbra,* e mais correcta em Pedro José da Silva, op. cit., pag. 8.

tão que lhe passaria um certificado, sem a apresentação do qual a não podiam entregar ao commercio [1].

Tal era até aos fins do seculo XV o regimen do exercicio da pharmacia que dentro em pouco ia ficar subordinado unicamente á physicatura-mór do reino.

Não terminaremos este paragrapho sem mencionar um documento interessante para a historia da therapeutica e da pharmacia portugueza. É o regimento passado em 1497 pelo physico-mór mestre Rodrigo aos pharmaceuticos d'Evora, com consentimento dos vereadores [2]. Vê-se por elle que os medicamentos então usados tinham na sua maior parte por base as plantas indigenas, comquanto se fizesse uso de algumas substancias exoticas, taes como os tamarindos, o senne, o espiquenardo, etc. A triaga que, segundo parece, era considerada como verdadeira panaceia para toda a casta d'enfermidades, é tambem mencionada n'este regimento, e tinha certamente largas applicações, porque em muitos documentos se falla em triagueiros, individuos que tinham como profissão preparar e vender aquelle medicamento. Estes triagueiros, segundo todas as probabilidades, eram judeus que, errantes de cidade em cidade, de paiz em paiz, vendiam, de mistura com outros artigos, pós, remedios e elixires que a sua experiencia lhes mostrára de efficacia [3].

Os primeiros hospitaes que possuimos, já o dissemos na primeira parte d'este livro, eram mais asylos para pobres do que recolhimentos para doentes. Se para o demonstrar produzimos por essa occasião documento bastante, mais o encontramos agora no testamento d'Affonso IV, que vem confirmar ter-

---

[1] Antonio d'Almeida, *Collecção citada*, e Pedro José da Silva, op. cit., pag. 12.

[2] Preços que pos o doutor mestre Rodrigo aas mezinhas nesta deuora, sendo fisico mór, com consentimento dos uereadores: o anno de x.º noso senhor de mill iiijcLRij, in Pedro José da Silva, op. cit., 3.ª memoria, pag. 82. Vem tambem publicado no *Jornal da Sociedade das Sciencias medicas*, 2.ª serie, III, pag. 124.

[3] Pedro J. da Silva, op. cit., pag. 108.

minantemente o que dissemos. Entre outras disposições, estabelece-se n'elle a creação d'um hospital onde possam caber vinte e quatro pobres e determina-se que, adoecendo algum d'elles, se separe dos restantes até que se cure de todo.

Para se ajuizar da organisação d'estes estabelecimentos, o melhor será transcrever esta parte do documento a que nos referimos: «E outro sim mandamos, e ordenhamos q̃ nas casas q̃ nos compramos na freguezia da See se faça hum hospital a serviço de Deus, no qual se mantenhão para sempre vinte e quatro pobres; convem a saber, doze homens bons, e doze boas mulheres pellos bens da Rainha, de bons costumes, e de boa fama, e vergonha, e assinadamente filhem para esto homẽs bons e mulheres q̃ houverem honra e houverem algo de seu, e boa vivenda, e cairão della, non por maos feitos que fizessem, nem por más manhas, nem por maos costumes q̃ houvessem: e esses homens e mulheres pobres non sejão de menor idade de cincoenta annos, salvo se forem aleijados, ou em outra guiza doentes de tal dor que non seja esperança de guarida. Aos quaes vinte e quatro pobres mandamos, e ordenhamos que dem a cada hum delles tres soldos em cada hum dia para mantimentos; e outro sim lhe dem a cada hum para vestir treze covados de volentina, de dezoyto em dezoyto mezes, aos homens para pelotes, e cajas e copinetes, e dous pares de calças, e as mulheres para vestir o q̃ lhe cumprir lhe dem tres livras a cada hũa em cada hum anno, e outro sim lhe dem para pano de linho, e para camizas, e para o al que lhe comprir a cada hum quarenta e cinco soldos em cada hum anno. E outro sim mandamos que a cada hum desses pobres lhe dem sendos leitos e roupa aguizadamente em q̃ durmão sendas colchas, almadragues sendas almuellas e sendas cabeçãos com penna; e dous pares de Camões, e hum alfabar e huã cuberta de bavel; e desq̃ a esta roupa, e lleytos permussados em maneyra que non possom escuzadamente escusar outros, demlhes o nosso Provedor, e a guiza que haja para sempre esse leyto, e camas em q̃ durmão aguizadamente, como dito he, e *quando alguns desses pobres forem doentes dem-lhes medico que pense delles, e casa apartada em q̃ se acolhão esses doentes athé q̃ guare-*

ção». E adiante ainda accrescenta: «E estes pobres em quanto forem sãos, ou puderem mandar seus corpos, devem ser prezentes a todas as missas que dizem nas nossas Cappellas» [1].

Creadas pela piedade christã, em época de zelo religioso, as albergarias e hospitaes multiplicaram-se, e além dos que apontamos e foram creados antes do fim do seculo XIII, muitos encontrariam logar n'esta altura do nosso trabalho se valesse a pena e fosse possivel inquirir da sua fundação. Citaremos, ainda assim, o hospital d'Alemquer, annexo á capella do Espirito Santo, creado pela rainha Santa Isabel em 1320: o hospital d'Almada, fundado por Maria Annes; o hospital d'Arronches, fundado em 1372, por Ruy Gonçalves; o hospipital dos Tecelões de Leiria, fundado em 1367; o hospital de Loulé, que se instituiu n'uma albergaria já existente e onde foram recolhidos, em 1471, os soldados feridos em Tanger; o hospital do Machial, em Torres Vedras, fundado em 1472; o hospital de Chão de Tavares, na Beira Alta, instituido em 1349 por Gonçalo Esteves de Tavares; o hospital de S. Braz, em Evora, feito de madeira, para albergar os infeccionados por uma epidemia que grassou em 1479, etc., etc. [2] No Porto, anteriormente á constituição da Misericordia, havia a albergaria de Santa Maria de Roca Amador, a albergaria nova, a albergaria d'Antanhol, o hospital de Rocido Vallis, as albergarias de S. Lourenço, S. Domingos e Redemoinhos, o hospital de S. Chrispim, o hospital do Espirito Santo, já existente em 1443, a albergaria de S. Salvador, o hospital de Santa Clara, o hospital de S. Thiago, o hospital de Santa Catharina, que ficava perto da egreja de S. Nicolau e depois mudou para a rua dos Caldeireiros, com o nome de hospital da Senhora da Silva, o hospital d'Entrevados, em Cima de Villa, o hospital de Santo Ildefonso, o hospital de S. João Baptista, com frente para a Fer-

---

[1] Sousa, *Provas da hist. genealogica*, I, pag. 222.

[2] Foram obtidos no *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal, a maior parte dos dados aproveitados n'esta noticia.

raria de Cima, o albergue do Vaz, o hospital das mulheres pobres, na Biquinha, e o hospital da Tareja [1].

Em Lisboa e suburbios, quando se creou o Hospital de Todos os Santos, foram n'elle incorporados os seguintes hospitaes: de Affonso Martins Albernaz, situado á Porta de Alfama, freguezia de S. João da Praça; dos Alfaiates, da invocação de Santa Maria, situado no Monturo da Orça, freguezia de S. João da Praça; dos Almoinheiros e Hortelões, da invocação de Santa Maria dos Francos, situado na rua do Chafariz dos Cavallos, freguezia de S. Pedro d'Alfama; de Alverca; da Ameixoeira; dos Armeiros, Caldeireiros e Barbeiros, da invocação de S. Jorge, situado na rua da Bitesga, freguezia de Santa Justa; de Bemfica, da invocação do Santo Espirito: de Bucellas, com a mesma invocação; dos Carniceiros, situado na travessa da Sombreiraria, ao Poço do Chão, freguezia de S. Nicolau; dos Carpinteiros, Correeiros, Odreiros e Pedreiros, da invocação de Santa Maria da Mercê, situado ás Pedras Negras, freguezia de S. Nicolau; dos Carpinteiros da Ribeira, da invocação de S. Vicente do Corvo, situado na rua do Castello Picão, bairro dos Escolares, freguezia do Salvador; da Charneca, da invocação do Santo Espirito; dos Clerigos Pobres, situado na rua da Bitesga, freguezia de Santa Justa; do Conde D. Pedro, situado na freguezia da Sé; do Corpo Santo; dos Corretores, da invocação de S. Pedro Martyr, situado na rua do mesmo santo, freguezia de Santa Justa; de D. Diniz de Odivellas; dos Escolares, da invocação de Santo André, situado na rua que ia de Santo André para S. Thomé; do Santo Espirito de Alcaçova, situado na freguezia de Santa Cruz do Castello; dos Ganha-dinheiros, situado na rua do Anjo, freguezia de S. Nicolau; de Gonçalo Vaz, situado em Sacavem; dos

---

[1] Camillo Castello Branco, *Os hospitaes do Porto* in *Cousas leves e pesadas*, 2.ª edição, 1867, pag. 189 e seg. — F. J. Patricio, *Os hospitaes do Porto*, no *Commercio Portuguez*, de 30 de novembro de 1884. — Sousa Viterbo, *Noticia de mais hospitaes em Lisboa e Porto* nos *Archivos de historia da medicina portugueza*, VI, 1896, pag. 97. — Pinho Leal, op. cit.

Homens e Banho, situado na Judiaria Grande; de Santa Iria; de João Affonso, situado na freguezia dos Martyres; de João de Braga, da invocação de Santa Maria da Pomba, situado na rua que ia do Salvador para o Chafariz dos Cavallos, freguezia do Salvador; do Lumiar, da invocação do Santo Espirito; de D. Maria de Aboim, situado ás Portas de Santo Antão, freguezia de Santa Justa; de D. Maria Arminho [1], situado na rua que ia de Santo Estevão para a Porta da Cruz, freguezia de Santo Estevão; de Santa Maria do Paraiso, situado na rua que ia da egreja d'esta invocação para o Chafariz dos Cavallos, freguezia do Salvador; de Santa Maria do Reclamador, situado na rua Nova d'El-rei, freguezia de S. Julião; dos Meninos, situado na rua que ia da Porta de S. Vicente para a Cutelaria, freguezia de Santa Justa; de Oeiras; de Nossa Senhora dos Olivaes; dos Ourives, situado na rua do Arco do Rocio, freguezia de S. Nicolau; dos Pelliteiros, da invocação de Santa Maria dos Martyres, situado na rua Nova d'El-rei, freguezia de S. Nicolau; dos Pescadores, da invocação do Santo Espirito de Alfama, situado no Chafariz dos Cavallos, freguezia de S. Miguel; dos Pescadores de Cataquefarás, situado na rua da Amoreira, junto ao Tronco, freguezia de S. Julião; de Sacavem; de Salomão Negro, judeu; da Sapataria, da invocação do Santo Espirito; dos Tanoeiros, da invocação de Sant'Anna, situado ás Fangas das Farinhas; dos Tecelões, situado na rua da Mangalaça, por detraz de Santa Justa, indo para S. Christovão, freguezia de Santa Justa; e de S. Vicente dos Romeiros, situado junto á Sé d'esta cidade [2].

Tinham, porém, existido anteriormente, ou existiam ainda a albergaria de Paio Delgado, o hospital dos Palmeiros, o de

---

[1] Armenha, segundo J. M. Luiz Nogueira.

[2] Alfredo Luiz Lopes, *Contribuições para a historia das sciencias medicas em Portugal — O Hospital de Todos os Santos*, pag. 152. Sobre estes hospitaes veja-se *Algumas noticias ácerca dos hospitaes de Lisboa e suas proximidades, antes da fundação do Hospital de Todos os Santos*, por J. M. Luiz Nogueira, no *Jornal do Commercio*, de 1865, e nos *Archivos da historia de medicina portugueza*, IV e V, 1894 e 1895.

S. Matheus e S. Eutropio, o de Bartholomeu Joannes, o do conego João Vicente, o de Maria Esteves, o dos membros, o de Santa Barbara, o de Rosas Valles, as albergarias de Santo André e do Corpo de Deus, o hospital de Santo Estacio e o de Sancha Dias [1].

Em Evora, doze hospitaes, o de S. João de Jerusalem, o do Corpo de Deus, o de Santo Antão, o de S. Bartholomeu, o de S. Gião, o de S. João, o do Salvador, o do Espirito Santo, o de S. Bento, o de S. Francisco, o da SS. Trindade e o de S. Braz, foram em 1515 transformados n'um só por D. Manuel, auctorisado por uma bulla pontificia [2].

O mesmo se deu em Coimbra, em cujo hospital (1504-1508) se incluiram os de Santa Isabel d'Hungria (*Paços de Santa Clara*); de Nossa Senhora da Victoria (*rua do Corpo de Deus*); dos Mirléos (*defronte da porta principal da egreja de S. Pedro, junto ao paço das Alcaçovas*); de S. Lourenço (*proximo da capella do Senhor do Mundo*); de S. Marcos (*no cimo do becco de S. Marcos*); de Santa Maria de S. Bartholomeu (*na freguezia de S. Bartholomeu*); de Mont'Arroyo (*em Mont'Arroyo*) e as albergarias e hospitaes de S. Gião (*rua dos Azeiteiros*); de Santa Maria de Vera Cruz (*proximo da egreja de S. João*); de S. Christovam (*perto da egreja de S. Christovam*); de S. Nicolau; de Santa Maria da Graça; da Mercê; e de Santa Luzia [3].

Não seria difficil juntar mais noticias sobre hospitaes do reino se o risco de sermos fastidioso nos não detivesse; bastam-nos os mencionados para se ajuizar da extensão que tinham tomado por todo o paiz estas instituições.

A sua multiplicidade, porém, estava longe de ser proveitosa, visto como por um lado lhes escasseavam os rendimentos e por outro tinham um serviço clinico e administrativo deficientissimos. Crêmos, ainda assim, que com o tempo se ti-

---

1 J. M. Luiz Nogueira, op. cit.

2 Francisco da Fonseca, *Evora Gloriosa,* pag. 228 a 230.

3 A. A. Costa Simões, *Noticia historica dos hospitaes da Universidade de Coimbra.* Coimbra, 1882, pag. 19.

nham dado n'estas instituições modificações importantes, em harmonia com novos modos de ser da actividade nacional. As peregrinações religiosas foram acabando, não havia gasalhado a dar aos romeiros, e portanto os primitivos recolhimentos foram de facto hospitaes para tratamento de doentes. Isto mesmo é indicado pela mudança de designação que alguns d'estes estabelecimentos soffreram; denominados primitivamente albergarias, com o tempo passaram a chamar-se invariavelmente hospitaes.

Para atalhar os inconvenientes que apontamos no regimen hospitalar de tão remotas eras, um só remedio havia: reunir os rendimentos dos pequenos hospitaes e construir casas espaçosas onde pudessem os doentes ser recolhidos e tratados convenientemente. Foi o que D. João II fez para os hospitaes de Lisboa, previamente auctorisado pela bulla pontificia de Xisto IV, que tem a data de 13 de agosto de 1479, e o que se fez ulteriormente para as outras cidades do reino.

A centralisação hospitalar foi favorecida por uma instituição que vinha realisar um dos mais nobres pensamentos que a caridade christã podia inspirar. Referimo-nos ás *Misericordias,* creadas por diligencias de um religioso trinitario, hespanhol de nação, fr. Miguel de Contreiras, que, tendo vindo para Portugal em 1481, começou a prégar o soccorro á pobreza e o allivio e tratamento dos doentes, como as manifestações mais levantadas da piedade. Elevado á posição de confessor da rainha D. Leonor, actuou poderosamente no seu espirito para que voltasse todos os extremos do seu coração para esta obra santa, e, quando, pela partida de D. Manuel e sua mulher para Toledo a serem jurados herdeiros e successores da corôa de Castella, a viuva de D. João II foi encarregada da regencia, fr. Miguel Contreiras facilmente obteve d'ella a protecção de que carecia para a realisação da grande ideia que lentamente amadurecera.

No dia 15 de agosto de 1498 foi instituida com solemnidade no claustro da Sé de Lisboa a confraria de Nossa Senhora da Misericordia, e o senado concedeu para se alberga-

rem os enfermos sem amparo umas casas perto de Santo Antonio.

«A confraria, cujo compromisso havia sido modelado em parte pela instituição analoga, que desde 1350 existia em Florença, afiançava sob os auspicios da rainha todas as promessas da Misericordia Divina aos desgraçados, porque tornava iguaes e irmãos diante do Evangelho todos os homens. Os mais afortunados uniam-se nos laços do amor do proximo para trazerem consolação e allivio aos que padeciam. O proprietario repartia com o mendigo, o rico estendia a mão ao indigente, o fidalgo lavava os pés ao mendigo, o pae de familia cortava ao orphão uma fatia do pão de seus filhos, levava os remedios do corpo e a esperança da alma ao alvergue dos desditosos, acompanhava os culpados sem defensores aos tribunaes e ao estrado do throno, e subia com elles, condemnados, os degraus do patibulo para lhes adoçar a affronta dos ultimos momentos. A «Misericordia», como fr. Miguel a concebeu e soube creal-a, não desmentiu nenhum dos grandes designios do instituidor. As donzellas infelizes receberam dotes para casar, as viuvas pobres auxilio opportuno, os expostos recolhimento e educação, os enfermos agasalho e curativo, os peregrinos necessitados pousada e ajuda, os captivos resgate e transporte para a patria. Os presos, além do sustento nas cadeias, tinham advogado para os tribunaes, e protectores para o derradeiro recurso á corôa. Os padecentes achavam conforto no oratorio e no transito para o supplicio. Finalmente os mortos sem meios de se enterrarem preces e sepultura». Tal é o quadro resumido que dos fins das Misericordias traça um dos nossos mais illustres historiadores [1].

No seu regresso, D. Manuel quiz associar o seu nome ao da irmã e promoveu por todos os meios o desenvolvimento da nova instituição, creando em 1516 uma dotação especial, chamada da obra pia, e levantando o templo magestoso a que es-

---

[1] Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, v. Lisboa, 1871, pag. 483.

tava ligada a confraria da Misericordia, e a cuja terminação não assistiu.

Rapidamente se instituiram pelo paiz as Misericordias, cujos compromissos eram pouco mais ou menos os da instituição lisbonense que lhes servia de modelo. Nos seus hospitaes congregaram-se as rendas da maior parte das instituições insufficientes que vinham substituir, e não tinham d'ora em diante razão d'existir.

A elephantiase ou lepra foi doença vulgar nos primeiros tempos da nossa existencia politica, comquanto nunca attingisse o desenvolvimento que tomou n'outros paizes, como dissemos. A sua generalisação era rapida e não respeitava condições nem jerarchias. Ao rei *gafo,* D. Affonso II, indica a historia por companheiros nobres pertencentes ás familias mais notaveis do reino. Gonçalo Correia, filho de Gonçalo Correia e D. Mór Martins, da familia dos Taveiras; Rodrigo Affonso, filho de Affonso Rodrigues e D. Tareja Pires, da mesma familia; Fernão Ayres ou Hueris, filho de Suer Nunes e D. Tareja Gil, ainda da mesma familia; Dona Urraca Abril e D. Pero Abril, filhos de Abril Peres e D. Sancha Nunes de Barbosa, da linhagem de Egas Moniz, de Riba-Douro; Payo Barreto, filho de Estevão Fernandes e D. Joanna Esteves, da descendencia dos Valladares; D. Sancha Affonso, filha do rei de Leão e de D. Tareja Gil; Ruy Gomes, filho de Gomes Gonçalves, oriundo dos senhores de Lara; Affonso Fernandes Alcoforado, filho de Fernando Affonso Alcoforado e d'uma barregã, Clara Vicente, da linhagem de Riba-Douro; Martim Annes, filho de João Peres de Portocarreiro e D. Mór Eannes, da descendencia dos Portocarreiros foram acommettidos pela terrivel doença, e estes individuos pertenciam á mais alta nobreza d'estes reinos [1].

No periodo da historia da medicina portugueza que inten-

---

[1] Colhemos estas informações nos quatro *Nobiliarios* reunidos nos *Portugaliæ Monumenta Historica, Scriptores,* pag. 131 a 389.

tamos traçar, a doença foi declinando. Já se não encontram, nos testamentos dos reis, legados avultados para elles, sendo os ultimos que se apuram, os de D. Diniz e de sua mulher. Este facto confirma o que se póde inferir das causas de disseminação e propagação da doença. Dependente principalmente das peregrinações religiosas da idade média, a doença devia declinar quando ellas terminassem.

Mas, se o numero dos gafos ia diminuindo, tomaram-se providencias relativamente aos estabelecimentos em que estavam recolhidos e regulava-se a administração dos seus bens.

Colheu o snr. Martins de Carvalho curiosos documentos para a historia do hospital de S. Lazaro de Coimbra. No tempo de Affonso IV haviam-se introduzido grandes abusos na administração dos bens d'estes desventurados. Por carta de 30 de março de 1326, ordenava-se ao maioral e ao escrivão da gafaria de Coimbra que se não dessem rações a pessoas de fóra que, além de sãs, tivessem com que se sustentar.

Esta resolução de D. Affonso IV dava satisfação a queixas que lhe haviam feito os gafos de que lhes não entregavam as rações como deviam ser, applicando-se tambem a pessoas ricas, que pretendiam igualmente ter parte nas esmolas, fóros e offertas da egreja, o que era exclusivamente dos leprosos. Citaram até o facto d'uma mulher do mundo, Mafalda Paes, que andava vestida de bons pannos, e se tratava á larga, receber uma ração, por ter promettido dar ao hospital rendas importantes, o que não cumprira.

Como, porém, os abusos continuassem, D. Affonso IV deu em 1329 um regimento á gafaria de Coimbra, em que se determinou a quantidade de rações e pitanças que se haviam de dar aos gafos e gafas, e se tomaram providencias relativas á administração de seus bens. Este regimento foi modificado mais d'uma vez, mas as alterações incidem principalmente sobre a parte administrativa. Interessa-nos saber que na gafaria de Coimbra havia leprosos internos e externos; que não tinham tratamento nem mesa em commum; que os lazaros não usavam uniforme especial, antes vestiam e calçavam á vontade; e que não iam ao povoado sem licença do administrador do

hospital (vedor), mas este não lh'a devia negar, sempre que se tratasse da satisfação d'algum dever religioso e até quando procurassem adquirir algum objecto indispensavel [1]. Como se vê sobretudo d'esta ultima clausula, os lazaros de Coimbra não estavam sujeitos a tão severa disciplina como n'outros paizes, o que é tanto mais de extranhar quanto é certo que a doutrina do contagio da lepra estava radicada no espirito publico, como o prova, por exemplo, o *Leal Conselheiro* quando affirma que convem «... assy mandar fastar os gafos por seer doença contagiosa que dhuũ a outro se pega, pois qual mais que esta door que cada huũ dia veemos tam claros exemplos?» [2]

Da adopção de providencias no sentido d'acautelar os rendimentos dos gafos e d'obstar a abusos manifestos, é demonstração o documento que se encontra no Livro Grande da Camara do Porto com o nome de *Privilegios confirmados aos Gafos de Cima de Villa, de Mijavelhas,* datado de 28 de setembro de 1385. Nada, porém, se contém n'elle que interesse á historia da medicina e por isso o não extractamos [3].

Não seria difficil reunir documentos de natureza similhante, mas nenhuma importancia teria esse trabalho. O que importa assignalar é que a lepra ia diminuindo consideravelmente no paiz, assignando o snr. Rodrigues de Gusmão como causas d'este facto o desapparecimento do gosto das peregrinações á Syria, a expulsão dos judeus e mouros para o Levante e costas da Barberia, e ainda a descoberta do novo caminho das Indias [4].

Ninguem desconhece, porém, que a doença não desappa-

---

[1] Este regimento vem publicado na *Noticia historica dos hospitaes da universidade de Coimbra,* de A. A. Costa Simões, onde se poderão colher muitas noticias sobre as providencias relativas á gafaria de Coimbra.

[2] Pag. 195 da edição de 1843.

[3] Livro Grande, fl. 45 v.

[4] F. A. Rodrigues de Gusmão, *Mal de S. Lazaro,* in *Coimbra Medica,* 1.º anno, 1881, pag. 122.

receu do nosso territorio. Já as investigações de Bernardino Antonio Gomes (pae) demonstraram que, no principio d'este seculo, havia em Portugal muitos individuos affectados d'elephantiase, e estamos certos de que o inquerito em que anda recentemente empenhada a Sociedade das Sciencias Medicas terá por conclusão o reconhecimento de que a doença tem alastrado consideravelmente, mercê, quanto a nós, da importação brazileira e do contagio.

CAPITULO IV

A hydrologia medica. — Banhos e aguas mineraes

O favor concedido ás aguas mineraes pelos nossos monarchas, que não faziam mais do que acompanhar na sua ingenua confiança o povo supersticioso, continuou entre nós no periodo que termina com o alvorecer da Renascença. Ás mais insignificantes nascentes, ás proprias aguas communs eram attribuidas virtudes maravilhosas; mas, a par d'isso, alguns mananciaes de proveito reconhecido, hoje justificado pela analyse chimica e pela experiencia clinica, começaram a ser procurados e explorados regularmente.

Entre estes, lembram logo as *Caldas da Rainha,* nome que recorda o d'uma princeza que excedeu certamente o zelo da sua avoenga D. Mafalda em promover o allivio dos pobres. D. Leonor, mulher de D. João II, foi pasmosa de dedicação pelo estabelecimento balnear que alli fundou, despojando-se das suas joias e bens dotaes em beneficio d'elle.

As Caldas da Rainha já tinham sido exploradas, e d'isso havia vestigio n'umas ruinas provavelmente romanas. O tempo fizera desapparecer as thermas e até a memoria da sua applicação, até que nos fins do seculo XV uma circumstancia accidental as veiu levantar do olvido em que jaziam.

Estando a rainha D. Leonor em Obidos no anno de 1484, e partindo para a Batalha, onde a estava aguardando D. João II, passou, em agosto, no sitio onde brotam as aguas sulfurosas tão conhecidas em todo o paiz.

Apresentou-se-lhe aos olhos um espectaculo que a surprehendeu: em covas abertas no chão alguns doentes procuravam allivio aos seus achaques [1]. Inquiriu do facto, e soube que no verão era o sitio procurado pelos pobres, que se louvavam do emprego das aguas que alli brotavam. Soffria a rainha d'um peito [2], e decidiu-se a experimentar em si a efficacia das aguas, colhendo bom resultado da sua applicação. Participando-se o facto a D. João II, que se achava no logar da Tornada, voltou atraz e em memoria do facto levantou um padrão que ainda hoje existe [3]. No anno seguinte (1485) a rainha outra vez procurou allivio nas Caldas, e, como reconhecimento e por caridade, deu começo a um hospital, para o qual tinha obtido o beneplacito do marido. Este deu privilegios e isenções aos moradores das Caldas n'uma provisão regia de 4 de dezembro de 1488, d'onde se colhe evidentemente o papel que coube á rainha na reedificação do edificio thermal. «A Rainha muito minha presada mulher nos disse, que esguardando ella como Nosso Senhor dava saude a muitos enfermos, que se iam curar aos banhos das aguas das Caldas que são no termo d'Obidos, os quaes por não serem corrigidos, nem as casas dos aposentamentos d'elles serem taes como para boa saude e proveito dos enfermos pertenciam, Ella mandára fazer tudo de novo», etc. [4] O mesmo vem expresso

---

1 Fr. Francisco de Santa Maria, *Céo aberto na terra*. Lisboa, 1697, pag. 546.

2 Alguns historiadores dizem que a doença era uma chaga no braço esquerdo e outros uma paralysia consecutiva a um parto.

3 *Noticia do Hospital Real das Caldas da Rainha*, in *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, IV, 1836, pag. 9. — Alfredo Luiz Lopes, *Aguas minero-medicinaes de Portugal*, pag. 169.

4 Fr. Tavares, *Instrucções e cautellas praticas*, parte I. Coimbra, 1810, pag. 95. Tavares soccorreu-se para a sua noticia d'um importante manuscripto existente no cartorio do hospital.

n'um breve de Alexandre VI, a quem a rainha pedira graças e indulgencias para o novo hospital. N'este documento, que tem a data de 1 de junho de 1497 diz-se, conforme a traducção do nuncio, que a «Rainha D. Leonor fizera repairar e reedificar os banhos de Caldas... que estão no termo da Villa de Obidos... os quaes banhos, que quasi de todo eram destruidos, fez reparar de seus proprios bens» [1].

O hospital das Caldas só ficou concluido em 1512. Para conseguir a sua terminação e assegurar a sua existencia, a rainha despojou-se, como ficou dito, das proprias joias e bens dotaes. Mas a narração do mais que se refere a este estabelecimento será a seu tempo produzida [2].

A lenda da fundação das Caldas já se encarregaram de a escrever dois poetas; nem outro assumpto podia inspirar mais a musa popular do que este d'uma rainha que sacrifica bens e commodidades para dar allivio aos enfermos. Seja-nos permittida a transcripção d'esse trecho para amenisar um pouco as paginas d'este livro:

> Á Piedosa *Leonor,*
> De João Segundo Esposa,
> De seus annos no melhor,
> Em parte assaz melindrosa,
> Accommetteu um tumor.
>
> Em sua Quinta vivia,
> *Valle de Flores* chamada,
> Aonde se divertia,
> Junto d'*Obidos* plantada
> De quem era a Senhoria.
>
> Pois que ir a peior se vê,
> As melhoras preciosas
> Procura encontrar na *Fé,*
> Posta nas Mãos milagrosas
> Da *Virgem* de *Nazareth.*

---

[1] Tavares, op. cit., pag. 96.

[2] Veja-se Ricardo Jorge, *As Caldas do Gerez,* pag. 19.

Ao *Sitio* se encaminhava,
Em pouco acompanhamento,
Mas viu, quando aqui passava,
De *Pobres* ajuntamento,
Que n'uns *charcos* se banhava.

Apenas, para recato,
Haviam poucas choupanas,
Tecidas de palha, e mato,
Outras de verga, e de canas,
Só de abrigo ao tempo ingrato.

A Magestade estranhou
A novidade do caso,
Á gente; as choças notou,
E de um *Velho,* vindo a caso,
Do que isto era se informou.

Tendo-a o *Velho* cortejado,
D'aquelle modo grosseiro,
De homem só aos campos dado,
Beijando-lhe a *Mão* primeiro
Lhe disse em tom acanhado:

Rainha, aquelle logar
Ha tempos a cá se tem
Começado a frequentar
Por gente muita, que vem
Alli seus corpos banhar.

Tal agua sára nascidas,
Muitas chagas, e tumores,
E ha mil historias sabidas
D'alguns, que tendo torpores
Salvaram com ella a vida.

Passaram por 'qui uns taes,
Homens de Reino Estrangeiro,
Que no seu dizer iguaes,
Disseram ao *Curadeiro*
Que são Aguas mineraes.

Não sei d'isso: ao meu *João*
Nasceu-lhe um tumor tamanho
Na costa d'esquerda mão,
Que era mesmo como um tanho!
Usou d'ella, ficou são.

Leonor, que attenta ouvia,
D'um fino lenço tirou;
O Camarista do dia
Com elle ao logar mandou,
Servindo o *Velho* de guia.

Ordenou-lhe, quando o deu,
Nas Aguas molhar o fosse;
E apenas o recebeu,
Da comitiva afastou-se
E no seu seio o metteu.

Por 'hi lhe vinha a ruina
Á preciosa saude;
Mas como desde menina
Foi modelo de Virtude,
Achou n'ella a Medicina.

Para o Templo destinado
Sua derrota seguiu;
Mas, tendo uma legua andado,
O niveo peito sentiu
De todo desaffrontado.

Retirando-se dos mais,
Se foi consultar sósinha:
Achou seus *Peitos* iguaes,
E onde ha pouco o tumor tinha
Nem pôde encontrar signaes!

Mas bem conhecendo a graça,
Que a *Mãe* de *Deus* lhe fizera,
Mais adiante não passa;
Pois outra pompa pondera
Com que a Romagem se faça.

Disse *Tornemos.* Tornaram;
E já meia legua andada,
Em outro logar pararam:
Por isso um se diz *Tornada;*
Outro *Parada* chamaram.

O favor reconheceu
Ser obra da Mão Divina,
Mas d'Agua não se esqueceu,
Lembrada co'as da *Piscina*
Milagres fazia o Céo.

Então pôz em seu mental,
Transbordando em piedade,
Para o bem de tanto mal,
Em soccorro á humanidade,
Erigir um *Hospital.*

Na sua alma se redobra
Tanto zelo; e quiz o Céo,
Que aquelle peito, onde sobra
Virtude, o que concebeu
Não tardou a pôr por obra.

Mas era o sitio deserto,
Difficil de povoar-se;
Visto que as gentes de perto,
De suas terras tirar-se
Tomavam por desacerto.

Além d'isto, muito fraco
Se lhes mostrava o terreno
Aos dons de *Ceres,* e *Baccho,*
E o lavrador, se quer feno,
Tambem quer ter grão no sacco.

Mas a Summa *Providencia,*
O mundo benigna olhando,
Mostrou a sua clemencia
Com *Leonor, Manuel* criando
N'uma igual beneficencia.

Repartiu, com Mão potente,
A elle alta heroicidade,
Forçando ao *Deus* do *Tridente,*
Conduzindo a *Christandade*
Ás Regiões d'Oriente.

A *Ella* espiritos nobres,
Caridade nunca ouvida,
(Bem que em poucos peitos sobres)
Porque em toda a sua vida
Foi a riqueza dos pobres.

Um, e outro de mãos dadas,
Da casa o fundo augmentaram;
E ás mais rendas já dotadas,
Na venda se concertaram
Do Tributo das *Jugadas.*

Tomando vistas maiores
Aquelle espirito afouto,
Para progressos melhores,
Fez do sitio um *Velhacouto*
Para trinta *Malfeitores.*

Qualquer homem criminoso,
Bem que o crime fosse horrendo
Tinha descanço, e repouso
Em ligeiro se acolhendo
A este logar famoso.

É esta a origem que tem
A Villa agora afamada:
Nasceu d'esta arte...... [1]

---

[1] *Verão nas Caldas feito de inverno em Obidos, por mãos de* Antonio José da Silva o *Piana,* e por Francino Obidense. Lisboa, 1806, pag. 7 e seg.

Outras Caldas que tiveram reputação de resultados maravilhosos foram as de Monchique. Ha razões para suppôr que tambem houvessem sido exploradas pelos romanos, mas, a sêl-o, a ausencia de estradas e de quaesquer vestigios de installações thermaes leva a crêr que não attingiram grande nomeada. Durante muito tempo não ha noticia alguma a seu respeito, e é preciso chegarmos ao seculo XV para encontrarmos menção da sua applicação. Cedamos a palavra por algum tempo a um dos nossos mais illustres historiadores, o snr. Pinheiro Chagas:

« Em maio de 1494 adoeceu gravemente a rainha D. Leonor, e esteve em perigo de vida; por isso el-rei, apezar da discordia que tivera com ella, por causa de D. Jorge, seu bastardo, foi logo d'Alcochete a Setubal onde sua mulher residia, esquecendo as suas proprias enfermidades para a tratar com todo o carinho e amor. Restabeleceu-se comtudo a rainha, e foi pelo contrario el-rei quem peorou cada vez mais, mostrando todos e claros symptomas de hydropisia. O desfallecimento, a tristeza profunda augmentavam a cada instante, vendo-se obrigado, elle tão altivo e que tanto queria vêr tudo por seus olhos e decidir por si, a entregar em parte o governo a officiaes de despacho. Era tão intensa a sua melancholia, que o incommodava vêr gente, e não desejava senão estar só.

« Os medicos afflictos com estes symptomas graves, entenderam que o uso das Caldas lhe podia ser util [1], mas hesitaram entre Monchique e Obidos. Para tomarem uma decisão, usaram d'um meio caracteristico do despotismo; procuraram por todo o reino hydropicos que enviaram, uns ás Caldas de Monchique e outros ás d'Obidos. Eram experiencias *in anima vili*. O resultado das experiencias foi aconselharem a D. João II os banhos do Algarve » [2].

---

[1] Estes medicos eram Rodrigo e José (*Noticia das Caldas de Monchique*, por Alexandre Augusto d'Oliveira Soares, no *Jornal das Sciencias Medicas*, VI, 1837, pag. 87).

[2] Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, III, pag. 189.

Judiciosamente conjectura o snr. Bentes Castel-Branco que o facto da vinda do rei ao Banho de Monchique prova que ahi existiam, ou se fizeram, construcções d'uma certa importancia [1].

Nada aproveitaram as Caldas na doença do rei que alguns suppõem ter sido criminosa intoxicação [2]. De Alcaçovas, onde estava no principio de 1495, partiu elle a 15 de outubro de 1495 e foi dormir a Ferreira, por Messejana, Panoyas e Cellas, chegando a 18 a Monchique e indo dormir em 20 ás Caldas. Apenas tomou dois ou tres banhos, ao cabo dos quaes lhe sobreveiu uma gastralgia, acompanhada de violento calefrio, motivo pelo qual recolheu a Alvor, onde morreu em 25 de outubro [3].

As Caldas de Monchique voltaram em seguida e por quasi dois seculos a completo esquecimento.

Terminam aqui as noticias que pudemos colher sobre as applicações das aguas mineraes n'este periodo da historia de medicina patria. Mas não ficam esgotadas as que se referem a praticas balneares entre nós. Quando Ricardo Jorge nos descreve as formosas castellãs da idade média, repellindo o olfacto «pelas emanações acres de pelle impolluta d'agua» e nol-as pinta como «lyrios immaculados que não tinham certamente a fragrancia suave das flôres», não póde referir-se de modo algum ás suas conterraneas do Porto, em primeiro logar porque não podia haver castellãs n'um burgo que

---

[1] João Bentes Castel-Branco, *Estabelecimento thermal de Monchique*. Porto, 1885, pag. 21.

[2] «Quatro leguas d'esta villa (Alvor) estão uns banhos de aguas medicinaes, aonde se foi curar D. João o segundo, por causa do veneno que lhe deram». Padre A. Carvalho da Costa, *Corographia Portugueza*, III, 1712, pag. 4. Veja-se Camillo Castello Branco, *Narcoticos*, I, pag. 30, e as duas cartas de Manoel Bento de Sousa no *Principe Perfeito* de Oliveira Martins. Lisboa, 1896, pag. 174 e seg.

[3] Ms. de D. José Gascon, cit. na memoria acima indicada de Bentes Castel-Branco, a pag. 174 e seg.

repelliu os fidalgos do ambito dos seus muros, em segundo porque as burguezinhas do Porto eram aceadas.

As luctas havidas entre o bispo e o burgo do Porto, tão bellamente descriptas por José Caldas [1], terminaram por uma composição de 13 de abril de 1406, em que o bispo teve de capitular perante a indomavel obstinação na defeza das suas franquias que distinguiu sempre os burguezes do Porto. Do livro em que se acham transcriptos os *Autos e sentença* d'esse processo celebre, averigua-se que em 1335 havia no Porto um estabelecimento de banhos, cujos lucros eram divididos entre a mitra e o concelho. Esse estabelecimento que ficava na Ribeira, n'um local que ainda ha bem pouco tempo se chamava dos Banhos, andou arrendado nos annos que foram de 1335 a 1337 a Gomes Giraldes por cem libras em cada anno, passando em 1338 para um tal Affonso, que apenas deu por elles sessenta libras [2].

Por occasião de se lançarem as bases d'uma avença entre os dois litigantes na éra de 1377, e portanto em 1339, entraram na composição os rendimentos dos banhos, levantando-se para estes mais rasgada fabrica e dotando-se de caldeiras e mais coisas pertencentes a um bom estabelecimento balnear. O Concelho obrigava-se a fazer a casa dentro de cinco annos, e o rendimento seria partilhado entre elle e a mitra [3].

Suscita-se a duvida se foi por diante esta resolução. Cumpriu-se effectivamente, e encontra-se noticia de que os banhos rendiam em 1450 para a cidade trezentos e oito reaes brancos e seis pretos, além de igual quinhão que pertencia á mitra [4].

---

[1] *Corpvs Codicvm latinorvm et portvgalensivm eorvm qvi in Archivo Mvnicipali portvcalensi asservantvr antiqvissimorvm.* Portvcale, Typis Portugalensibvs, 1891.

[2] *Avtos e Sentença de dvvidas e jvrisdicção entre o Bispo e a Cidade.* Ms. fl. 229 e 230.

[3] *Autos e Sentenças,* cit. fl. 240.

[4] Liv. I do *Cofre dos Bens do Concelho,* fl. 9.

Do que fica escripto deduz-se que as praticas balneares tinham tomado na cidade grande extensão. Nem de outro modo se póde comprehender que fossem objecto de litigio e que a sua sustentação interessasse tanto como interessava ás duas partes contractantes, do que é documento bastante a avença a que nos referimos, em que todas as hypotheses, mesmo as mais improvaveis, eram previstas e acauteladas.

Em Lisboa, igualmente haviam tomado desenvolvimento essas praticas. Na Judearia Grande, proximo á egreja da Conceição Velha, existiu o hospital dos homens e banho. Ainda quando se julgue que só era destinado aos judeus, este facto é certamente da maior importancia [1].

---

[1] J. M. Luiz Nogueira, op. cit.

CAPITULO V

Epidemologia [1]

É de 1310 uma epidemia a que se refere uma memoria extrahida do convento de Ceiça pelo academico Soares de Barros. Diz assim: «no anno do Senhor de 1310 foi a pestilencia grande, e morrerom entom em dous mezes 150 Religiosos, segundo se achou em hum livro bem authentico». O silencio dos escriptores contemporaneos afasta a ideia de peste, e tudo leva a crêr que se tratasse d'uma endemia mortifera, originada na fome d'esse anno.

Ao anno de 1333 é reportada outra epidemia a que se refere nos termos seguintes o Chronicon Conimbricense: «e neste anno (1333) morreron muitas gentes de fame quanta nunca os homes virom morrer por esta razom, nem viron nin nem ouviron dizer o omes antigoos dante si que tal cosa vissem, ni ouvissem: è tantos fueron os passados, que fueron soterrados em os adros das Egrejas, que non cabian en elles, e a nes os soterraban fora dos adros è deitavanos nas covas

---

[1] Veja-se a nota a pag. 62.

quatro à quatro, è seis à seis, assi como os achavan mortos por nas ruas, è por fora. E esto foi asi todo do compezo do anno ata ò outro renuevo do anno seguinte ».

Bem se deixa vêr que a symptomatologia não quadra com a da peste, e outros documentos levam a suppôr que ainda d'esta vez se tratava d'uma epidemia ligada á fome que reinava.

A primeira vez que a peste nos visitou foi em 1348. Gela de horror a sua descripção, tão rapido foi o seu desenvolvimento e tamanha a sua mortandade. « Morria-se quasi em saude, diz Guilherme de Nangis, e, os que hoje estavam sãos, iam ámanhã caminho da sepultura ».

A symptomatologia consistia em febre ardente, delirio, golfadas de sangue, coma, insensibilidade e morte. Se esta não sobrevinha com brevidade, os doentes apresentavam a lingua ennegrecida, o halito excessivamente fetido e manchas negras pela pelle. Ao mesmo tempo, ou com pequeno intervallo, surgiam abcessos nas axillas ou virilhas que depois se generalisavam, formando ulceras de difficil cicatrização.

Como o contagio era vivissimo, não havia extremos d'amor de familia que vencessem o terror que a peste espalhava, e os desgraçados agonisavam sem auxilio de ninguem.

Não ficaram n'isto as calamidades. Tendo corrido voz de que os judeus haviam aprazado reunião em Hespanha e, juntos ahi, preparado venenos subtilissimos que lançaram nos poços e fontes e disseminaram no ar, a multidão investiu com os judeus, ferindo, degolando e atirando ás chammas milhares de victimas innocentes, em que se incluiram mulheres e creanças.

Acudiu a taes violencias o papa Clemente VI, que de Avinhão fulminou anathema aos que se atrevessem a roubar, ferir ou matar os judeus ou os obrigassem a receber o baptismo. Antes, concedera muitas indulgencias aos sacerdotes que lhes assistissem e indulgencia plenaria aos que se finassem do mal.

Parece que o contagio viera do Egypto, estendendo-se por toda a Africa, irrompendo na Asia, abrazando o Levan-

te inteiro, a Mesopotamia, a Syria, a Chaldea, passando a Chypre e a Creta e declarando-se nas ilhas do Archipelago grego. Estavam ancoradas oito galés genovezas em diversos logares já infestados e resolvem fugir. Aproando á Italia, abicam ás praias da Sicilia, communicam com os camponezes e a epidemia apparece em Messina, assolando toda a ilha. D'ahi navegam para Pisa e Genova, onde chegam em tal miseria, que se conta por metade o numero dos navios e estes cheios de enfermos.

Em 1348, a peste açoutára toda a Italia, e invadira a França, caminhando pela Provença, Saboya, Delfinado e Borgonha. Nos primeiros dias de janeiro, devastava Avinhão, onde a tratou o celebre Guido de Chauliac, que na sua *Cirurgia* a descreve primorosamente. Galgando os Pyreneus, em meado de junho, manifestava-se em Valencia, onde morriam trezentas pessoas por dia, e, no decurso d'outubro, surgia em Saragoça, onde no mesmo praso falleciam cem individuos.

No fim de setembro, cae sobre Portugal a temerosa epidemia. Omittem os historiadores as particularidades do acontecimento, mas dos seus curtos dizeres bem se deixa vêr a fereza do mal. Na sua symptomatologia, avultam os tumores nas virilhas e nas axillas, acompanhados de dôres intensas. Chamavam-lhe *dôr de levadigas,* e, contagiando quasi todos, matava muitos. Onde surgia, demorava-se por espaço não inferior a tres mezes. Ignora-se quanto tempo permaneceu no reino; sabe-se que em 1350 ainda existia na Hespanha e na Italia.

Em 1356 menciona D. Nicolau de S. Maria outra epidemia, citando uma memoria antiga de Santa Cruz, em que se lê: «Era 1394. tanta fuit in Portugallia gentium strages causa magnæ sterilitatis, et prouentuum penuriæ, quod ex tribus gentium partibus, duæ perierunt, tam breui temporis interuallo, vt jam cœmeteria tot mortuorum cadauera minimè capere potuissent».

Não é possivel por estes elementos, e ainda por outros produzidos por Vieira de Meirelles averiguar a natureza d'esta epidemia, que verosimilmente deve ser attribuida á fome que reinava.

Em 1384, quando o rei de Castella veiu pôr cerco a Lisboa, desenvolveu-se entre nós pavorosa epidemia. Eis o que a tal respeito diz o nosso historiador Fernão Lopes: «E depois que el Rei entrou pello reyno e se veo chegamdo contra Lisboa, pousando per esas alldeas a duas e tres legoas, começarão de morrer de peste allgũus do arrayall da gente de pequena condição. E quando allgũu caualleyro ou escudeyro, que ho merecia, acertaua de se finar, leuavão-no os seus a Cyntra ou Alanquer ou a algũu dos outros logares, que por Castella tinhão voz, e ally os abrião e sallgauão e punhão em ataudes ao ar, ou os cozião e goardavão os ossos pera os depois leuarem pera donde erão. E por esta rezão se mudaua ellRey de hũa alldea pera outra com suas gentes, ata que veo a frota e se lançou sobre a cidade, como jaa he dito, e temdo assi seu cerquo sobre ella começarão de morrer na frota e yso mesmo dos do arrayall, de guysa que hũs e outros erão mui anojados damdo per uezes a ellRey conselho que se partise dally por entonce, e depois teria tempo per a ho uir cerquar cada vez que quisese». E continua adiante: «e não embargando que dantes asaaz morresem começou de se atear a peste tão brauamente em elles assy per mar como per terra, que dias avia hi que morrião cemto e çemto e cyncoenta, e dozentos e asy mais ou menos como se acertaua, de guisa que o mais do dia erão os do arrayall occupados em soterrar seus mortos. Assy que era espanto de uer aos que ho padecião, e estranho de ouuir aos que eram cerquados, porque, do dia que se finou de trama ho mestre de São Tiago Dom Pero Fernandes cabeça de uaqua ataa esta sazão, morrerão mais de dous mill homẽes darmas dos milhores que ellRei de Castella tinha, afora muitos capitaẽes, que nomear não podemos, porem dallguũs diremos seus nomes... Era grão maravilha per juizo a nos não conhecido, que em feruor de tamanha pestilemça, nenhuũ dos fidallgos portuguezes, que hi andauão, nem prisioneiros ou doutra quallquer guissa, que nenhuu morria de trama, nem era tocado de tall dor. E os castellãos por vingança e menemcoria, que lhe não prestaua, lançauão os prisioneyros portugueses que trazião com os que erão doemtes de tramas, por tall que morre-

sem pestenemçiados, e morrião os castellãos doentes e dos portuguezes nenhũu perecia, nem demtro na cidade que era tão perto do arrayal, nem fora no termo, que forte cousa parece de crer ser huũ Rey asy acompanhado e seruido de tãttos e tão nobres fidallgos, como consigo ally trouxera e ver sem nenhuũ proveyto tantos delles morrer ante si, afora ho grande numero doutros do pouo miudo, e não mudar seu desejo do que começado tinha com quantos conselhos lhe erão prepostos, como se acyntemente lhe prouuese de os offerecer á morte».

Esclarecendo o mais caracteristico symptoma da molestia, fr. Raphael de Jesus diz «que nascião huns inchaços, a que chamarão *tramas*. Nas partes mais delicadas do corpo, como na garganta, debaixo dos braços, ou dos joelhos, e em nascendo, não havia remedio senão morrer».

Julga Vieira de Meirelles que a epidemia era de typho dos exercitos, n'uma das suas variadas fórmas, e na realidade é este o diagnostico que melhor assenta aos symptomas e á etiologia que se podem estabelecer pela leitura dos dois chronistas [1].

Quando se aprestava a armada que devia levar a Ceuta D. João I e seus filhos, de subito a peste acommetteu Lisboa, e depois o Porto, em fins de 1414 ou principios de 1415. Refere uma testemunha contemporanea: «tal pestellença era que poucos dias passauom que me não fallassem ẽ pessoas conhecidas que de tramas adoeciam e morriam» [2]. Propagou-se logo a epidemia e por tal modo devastou Lisboa que D. João I transportou-se com toda a sua côrte para Sacavem, onde esteve fevereiro, março e abril d'este ultimo anno.

---

1 Refere-se á epidemia de 1384 fr. Claudio da Conceição, *Gabinete historico*, II, pag. 47. — Oliveira Martins, n*A Vida de Nun'Alvares*, Lisboa 1893, pag. 191, diz que esta epidemia era de peste bubonica, mas nada confirma esta asserção.

2 *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, pag. 60 da ed. de 1843.

Tendo-se estendido a doença a esta villa, D. João passou a Odivellas, onde se lhe foi reunir a rainha, já contaminada do mal. Chamaram-se os physicos, mas, como a doença se aggravasse, preparou-se com os sacramentos para morrer como boa christã.

A narração da doença da rainha feita por Azurara permitte-nos fazer ideia da symptomatologia da peste de 1415. Depois d'ungida a rainha, foi vista pelos physicos « assi honestamente, como era rezam, acharão que tinha hum carbunculo, o qual foy bem conhecido, que era cousa noua, por que até li não lhe sentiram mais dor, que huma leuaçam, e posto que sentisse, que com nenhum remedio podia receber saude, mandaram porém, que lhe furassem aquelle carbunculo dizendo logo, q̃ não podia mais durar por determinação da fisica que até o outro dia ».

Foi a peste importada por navios estrangeiros que vinham para tomar parte na empreza de Ceuta, e tornou-se este flagello companheiro inseparavel da expedição. Assim o refere Azurara, mas a esse respeito tem valor indiscutivel o testemunho d'um dos expedicionarios, o futuro rei D. Duarte. Fallando na conveniencia de fugir aos logares empestados, excepto nos casos em que o serviço de Deus manda permanecer, diz que assim fez « elrrey nosso senhor, quando el sofreo e quys que eu e meus yrmaãos o jfante dom pedro e dom henrrique e o conde de barcellos sofrermos na fylhada de cepta assaz muy grande pestellença o qual sempre mujto costumava de lhe fugir... » [1] N'outra parte havia-se referido a que na frota havia grande pestilencia [2].

Já apresentamos a etiologia da peste, tal como a encara D. Duarte.

A prophylaxia usada colhe-se das palavras seguintes: « E os que teem regimento das cidades, e villas, por scusar quanto

---

[1] *Leal Conselheiro*, ed. 1843, pag. 196.
[2] Idem, pag. 44.

mal della se recrece, grande bem he, mandar alguũs curar fóra dellas, e assy os enterrar quando della morrerem fechando as casas por XV ou XX dias, ca ueemos cortar ou queymar huũ membro mal desposto por nom se perder perssa contagiom o corpo todo » [1].

Referem-se a 1423 duas epidemias. Uma, indicada por fr. Manoel da Esperança e fr. Francisco de Santa Maria, é apresentada como tendo abrazado Coimbra, « com todos os seus contornos, leuãdo não só as casas, senão lugares inteiros ». Outra, descripta por fr. João Baptista de Santo Antonio, ateou-se na villa de Alcaçovas e foi « um contagio de bostelas, que sahião pelos corpos, com tal malignidade, que dellas fallecião todos os enfermos em breves dias ». Basta o testemunho d'estes chronistas para excluir a ideia de peste; as doenças mencionadas eram provavelmente endemias locaes, cuja natureza não é possivel determinar, por falta de elementos.

Em 1432, diz fr. Luiz de Sousa, na *Historia de S. Domingos,* houve por todo o reino uma corrupção pestilencial que em Lisboa e seus termos fez estragos crueis. « Entre tanto, diz elle, crecia o dano da contagião com furia terribel, não avia casa, nem homem seguro: mais fero, e mais pernicioso contra os mais robustos, era tiro de fogo, que apontava, e derribava, e feria, e matava tudo junto. Mas o que não tinha reparo, e que só com o medo tirava vidas, era que o ar corruto, e venenoso despois de enterrar hum, e muitos, não se enterrava nem acabava com elles: vivo, e inteiro ficava em qualquer peça de vestido, e em qualquer dobra de pano por pequena que fosse, daly como de emboscada acometia de novo a quem se atrevia a tocallo, e com a mesma violencia o matava, que fizera ao que já estava tornado cinza ». A epidemia acabou em fins de dezembro d'esse anno.

---

1 *Leal Conselheiro,* pag. 194. D'esta epidemia occupa-se Joseph Rodrigues d'Abreu, *Historiologia medica.* Lisboa Occidental, 1733, I, pag. 614. — Fr. Claudio da Conceição, op. cit., II, pag. 62.

Da descripção apresentada por fr. Luiz de Sousa não se collige de modo algum que fosse peste a doença que grassou em 1432, nem ha elementos para assentar diagnostico. O de febre typhoide, proposto por Vieira de Meirelles, não se compadece com tão intenso contagio.

Tres annos depois, em 1435, ateava-se uma nova epidemia. A ella se refere fr. Martinho do Amor de Deus nos termos seguintes: «foy tão grande o inverno, e continuação das chuvas, por tres mezes continos, e mais, que cahirão infindas casas por todas estas terras, e o campo de Santarem abondou mais de hum mez, que esteve cheo, que andavão barcos por montes, e por cima das casas, e se perdeo muito gado, pão e cahirão muitos moinhos. E o moinho do Refugidos nosso visinho, que então se fazia de novo, todo o levou a agua a sob este mosteiro: dizião os vivos, que nunca tal inverno virão n'esta terra com mingoa de trigo em Alemquer, e por toda a parte era muita fame, e muita prestinencia, que havia muitos annos que durava». A leitura d'esta narrativa deixa vêr que era uma epidemia filiada na fome que reinava.

No meado do estio de 1437 começaram a dar-se em Lisboa numerosos obitos. D. Duarte mandou a mulher para Lisboa e os filhos para Cintra e elle foi para uma quinta do Monte Olivete, d'onde se transferiu para Santarem. A epidemia estendeu-se a Evora em 1438, e n'esse anno encontramos o rei e seus filhos em Aviz, por motivo do contagio que reinava. Como ao depois se generalisasse a todo o reino, D. Duarte entendeu que o melhor seria separar-se a côrte, indo cada um para onde quizesse. N'esta conformidade, saíu d'Aviz e, encaminhando-se pela Ponte de Sôr, jornadeou para Thomar. Agora ouçamos Ruy de Pina: Aqui «pousou nos Paços da Ribeyra, onde loguo adoeceo de febre mortal, que doze dias nunqua o leixou: e entrando nos treze, que eram nove dias de Setembro, anno de mil quatrocentos trinta e oyto, em que grande parte do sol foy criz, deu sua alma a Deus».

«E na causa de sua morte assy arrebatada, escreve ainda o historiador do rei, em sette muy singulares Fisicos seus e dos Ifantes, que hi foram juntos, ouve muitas openiooẽs;

huns disseram, que, quando passara pela Ponte de Soor mostrando rijamente com a maaom direyta a altura de hum Cubelo que hi mandava faser, se desencaixara o braço, a que depois correra humor com que se apostemou, de que sua fim se causára: outros tynham, que fõra febre muy aguda: e outros, que fôra pestenença». Accrescenta Duarte Nunes de Leão que «a mais commum opiniaõ foi, que na ponte de Soro lhe derão huma carta, de que se lhe pegou a peste, com que foi a Thomar».

As divergencias que reinaram entre os physicos e a obscuridade da symptomatologia põe de parte a ideia de que se tratasse de verdadeira peste. Parece tinham razão os que opinaram ser uma febre muito aguda; pelo menos, assim o insinua a marcha da molestia, n'aquillo que é possivel averiguar dos escassos esclarecimentos que possuimos [1].

No anno de 1448 ha noticia de nova epidemia. A ella faz referencia fr. Fernando da Soledade, affirmando que Portugal se vira muito afflicto n'este anno «como quem sentia os golpes da peste, flagello rigoroso da Justiça Divina; sendo que não foi geral em todo o Reyno». Suppõe Vieira de Meirelles que se tratasse d'uma epidemia que n'esse anno correu a Europa e era caracterisada por febre maligna, catarrho, tosse, angina, pleuriz ou pneumonia.

Data de 1458 outra epidemia, «a qual, diz o padre Francisco de Santa Maria, foi tão terribel, que diz d'ella o padre Paulo, que fugia a gente de Lisboa com grande espanto, e q̃ na que ficou fora a mortandade tanta, que a Cidade parecia ermo». Em Barcelona tambem n'esse anno se manifestou a peste; mas, apesar d'isso, o snr. Vieira de Meirelles julga que não ha provas para asseverar que essa fosse a doença que entre nós grassou.

De 1464 a 1469 encontram-se noticias referentes a epide-

---

1 A esta epidemia refere-se Joseph Rodrigues d'Abreu, *Historiologia medica*, I, pag. 615. — Fr. Claudio da Conceição, op. cit., II, pag. 106.

mias. A primeira, devida a fr. Fernando da Soledade, diz que no anno de 1464 «padecia o Reyno o contagio da peste, que sem respeytar o illustre, nem se cõpadecer do pobre, a todos igualava na fortuna, e fazia companheiros na desgraça». Documentos extrahidos dos livros dos Accordos do Cabido de Coimbra, datados de 1465, 1467 e 1469 referem-se a epidemias que passaram n'esta cidade. O ultimo affirma que, n'uma sexta-feira 28 de maio d'este anno, reunindo-se em cabido todos os beneficiados, que no mesmo cabido eram presentes, «os sobreditos cõsirando como ho aar pestinencial he muito de temer, E alguũs som de tal compreysom e temerosos, q̃ soomente de verem outros morrer em ello maginarõ ser-lhes ha causa mortis, E todos movidos com o zello por aos tais arredar e tirar de tam grande priguo, E movidos de fraternall amisade e cuidado Estabelecerõ e ordenarñ q̃ aqueecendo, o q̃ deus nõ queira, de ẽ esta cidade morrerem de pestilencia, E polla dita causa alguũs della se quiserem partir, que sejam contados inteiramente na meetade de todo aquillo que sooe daver quando presentes servẽ». O snr. Vieira de Meirelles attribue estas epidemias á penuria que reinava, e eram devidas em grande parte ás guerras d'além-mar que levavam ás praias da Africa milhares de braços, afastando-os da agricultura [1].

No anno de 1477, diz fr. Fernando da Soledade, «a peste tambem andava por muytas partes executãdo suas tyrannias irreparaveis: e insistindo na destruição dos visinhos de Coimbra... Depois se foy ateãdo por outras terras com tanta vehemencia e contumacia, que entrando em Lisboa no anno de 1479, não se apartou d'ella, senão no de 1497». A epidemia devastou Coimbra pelo menos até 1479.

Assustaram-se justamente os vereadores do Porto com esta noticia. Reunidos o juiz do povo, os vereadores e os procuradores dos mesteres em 14 de julho d'este anno occupa-

[1] Refere-se á epidemia de 1464 fr. Claudio da Conceição, op. cit., II, pag. 124.

ram-se em promover que o contagio se não estendesse á cidade. «Os quaes sendo a sy juntos vierom a fallar em como a todos era notorio que em Coimbra e nas suas comarquas morriom de pestelença e que era cousa santa e proucitosa de se poer garda nesta cidade como se poem nas outras cidades e villas destes Regnos e que por todos foy acordado que se pozesse garda na dita cidade e que todolos vezinhos e moradores della de qualquer estado e condiçom que sejom gardem per giro a Porta da Ribeira e a area e Barcas de villa noua e nom leixem passar nem entrar na dita cidade nemhuu homem sem lhe ser dado juramento sobre os santos Evangelhos se vem da dita Cidade de Coimbra ou d'outro algum lugar donde morerem e se dos ditos Lugares vierem que os nom leixem passar nem entrar na dita Cidade nem apousentar no dito Logo de villa noua». Estas medidas rigorosas e tão conformes com o espirito d'aquellas éras não se limitaram á cidade. «E per esta mesma guiza se gardara a barca de Gaya a qual gardarom os moradores de Miragaya e que se deitasse pregom na dita Cidade e arrabaldes e logo de villa noua que nenhuns nom sejom taaes nem tão ousados que em suas casas colham nem agazalhem nenhuns homees que dos ditos logares vierem sob pena de ser lançado da dita Cidade e que pera esto os officiaes dem ordem a como se logo as ditas portas e barcas sem mais delonga gardem» [1].

A despeito de tão rigorosas providencias o flagello entrou na cidade. Em 5 de julho de 1481 realisou-se na egreja de Azurara a eleição dos officiaes da camara por procuradores «porquanto a cidade estaua trabalhada e ensferma destes aares corrutos que Deos por sua piedade levante» [2]. O bispo e parte do seu collegio haviam saído do Porto, assim como grande numero de cavalleiros; por esse motivo não se puderam realisar em tempo opportuno as exequias de D. Affonso

---

1 Archivo municipal do Porto — Livro das Vereações de 1475 a 1487, fl. 83 e 83 v.

2 Livro das Vereações de 1475 a 1487, fl. 155 v.

v [1]. A gente da cidade tinha-se na maior parte retirado para fóra [2].

A epidemia teve declinação rapida e durante tres annos gozou o Porto saude, e se entregou á sua faina habitual; mas nos fins de 1484 começam a chegar noticias de que em Aveiro e Barcellos morria muita gente. Ahi se reunem os vereadores e resolvem submetter a cidade á mesma ordem de providencias que tinham estabelecido em 1479 [3].

A cidade não logrou resistir ao contagio. Em janeiro de 1486 haviam morrido de peste alguns individuos na Porta do Olival. Alarma-se novamente a cidade, reunem-se os vereadores em 14 d'esse mez. «E seendo asy todos juntos por Joham de França Procurador da dita Cidade ffoy dito aos ditos Juizes e oficiaaes e homeẽs boos que elles sabiam bem como auya certos dyas que na rua do Oliuall começarom de morrer de pestelença pollo qual taiparom parte da quella rua por arredarem os taaes aares e que depois adoecerom abaixo do dito taipamento naquella rua e morrerom certas pessoas que todos visem o cazo quejando era e dessem em ello aquella melhor hordem que vissem como se arredassem os taaes inconvenientes e que ally estaua a torre de Pero do Sem onde elles poderyam mandar allguas pesoas se adoeçessem e posessem hy huu ffisyco que as curasse e huu sangrador que as sangrase e duas molheres que as seruissem» [4].... Assim se resolveu e com estas medidas se conseguiu dominar o mal; mas, continuando a circular noticias de que a doença não estava extincta no paiz, tornou-

---

[1] «... porem que se nom podera mays fazer pollo bispo aqui nom ser nem a moor parte de seu colegio e isso mesmo a moor parte dos caualeiros e cidadaos que daqui som absentes por causa da pestelença». (Id., fl. 13 v.).

[2] «... a gente da Cidade era daquy a moor parte hida e fugida». (Id., fl. 9).

[3] Livro das Vereações de 1475 a 1484. Accordão de 23 de dezembro de 1484, fl. 246 v.

[4] Livro das Vereações de 1485 a 1487, fl. 26 v. e 27.

se necessario persistir na defesa sanitaria. D'ahi resultou estabelecerem-se novas providencias tão rigorosas como as que se seguem:

« Outro si acordaram que todo homee que venha de logares donde morem que nom entrem em a cidade do dia que a ella chegar a trinta dias esto por proua sob juramento ou per escriptura, e bem asy acordaram que todo morador da dita cidade e arrabaldes que acolher em ssa casa alguua pesoa que vier donde morrerem de ar pestençeall e lhe fosse prouado seja lançado fora com seu domeçilio per seis mezes e mais pagar dous marcos de prata pera a çidade e catiuos» [1].

Uma das medidas adoptadas foi o estabclecimento d'uma especie de hospital destinado ao isolamento dos doentes, situado na outra margem do Douro, no Senhor d'Além: « E acordarom todos juntamente que se hordenasse huua cassa em que se rrecolhessem todos os doentes e enfermos da tall dor, que em a dita cidade adoeçessem, a qual cassa se achou e hordenou ser em Sanycollarinho honde logo se hordenou huu Pedro Vaaz barqueiro com sua molher, que aja de ter cuidado dos ditos doentes e enfermos, de os curar, em todo que lhes fizer mister, e os passará e leuará á dita cassa quando adoeçerem e por este trabalho averá cada mez quatrocentos reis os quaaes lhe seram dados da cidade e asy lhe hordenara duas camas pera os ditos doentes, e o dito Pedro Vaaz barqueiro nom passar em a dita sua barqua outra nenhũa pessoa saluo os ditos doentes e aquelles que neceçareos forem pera elles, e que outra pasagem nom fara» [2].

Com a adopção de taes medidas livrou-se a cidade da peste, para o que muito concorreu o zelo de Gonçalo Affonso, cidadão a quem fôra encarregada a guarda da cidade [3]; mas

---

1 Livro das Vereações de 1485 a 1487, fl. 143.

2 Livro das Vereações de 1488 a 1498, fl. 4.

3 Idem, fl. 19 e 20.

em 1494 novamente houve rebates d'epidemia que felizmente parece não haverem tido grande importancia [1].

Deixando o Porto, para vêrmos a distribuição da epidemia pelo paiz, a doença é assignalada em 1478 e nos annos immediatos em Evora, morrendo quarenta e cincoenta pessoas por dia; em Coimbra pela mesma época; em Aveiro em 1479; em 1480 em Lisboa; em 1482 em Evora; em 1485 novamente em Coimbra; em 1487 outra vez em Evora; em 1489 em Guimarães [2]; em 1490 ateia-se novamente em Lisboa e Evora, quando D. João II estava n'esta cidade para celebrar os desposorios do filho com a infanta de Castella. É muito curioso, por apontar as providencias tomadas em Evora, o testemunho de Garcia de Rezende. E d'esta peste de Evora «el Rey foy muyto triste, porque se mais mal fosse as festas senão poderiam fazer com aquella perfeição que elle tinha ordenado. E por ver se poderia atalhar isto com que a todos tanto pesaua, acordou com conselho dos fisicos, que antes do antrelunho de Setembro, em que os ares corruptos tinhão mais força, toda a gente da cidade e da corte se sahisse della, como logo sahio por espaço de quinze dias... E a cidade foy chea de infindo gado vacum sem conto, que de toda a comarca veyo, e per mandado del Rey ahy foy trazido, e nella dormia de noite, e o metião ao sol posto, e ja bem de dia o leuauam seus donos a comer fora... E acabado aos quinze dias o gado todo se leuou, e a cidade foy toda muyto limpa, e todalas ruas e casas defumadas, e caiadas antes del Rey entrar nella. E assi no entrelunho de Outubro, depois da gente estar dentro, el Rey mandou, que todolos escrauos e negros, que na cidade auia, se sahissem fora por dez dias, sob pena de se perderem, e assi

---

[1] Livro das Vereações de 1488 a 1498, fl. 77 v. e 78. Estes documentos do Archivo municipal do Porto foram publicados nos *Archivos de historia da medicina portugueza*, v, 1895, pag. 88 e seg.

[2] Além do testemunho de Torquato Peixoto d'Azevedo, invocado por Vieira de Meirelles, occupa-se detidamente d'esta epidemia o padre Antonio Carvalho da Costa, *Corographia portugueza*, I, pag. 71.

se fez. E por estas grandes deligencias, e principalmente pella piedade de Deos, a quem se fizeram juntamente com isso muytas deuações e esmolas, a cidade ficou de todo saã, de que el Rey, e todos forão muyto alegres por se poder fazer nella o que estaua ordenado».

Sobreveiu a epidemia em Evora no fim de 1490 e principio de 1491, pelo que D. João II teve de retirar-se da cidade. Garcia de Rezende ainda assignala a sua existencia em 1492, 1493 e 95, e ha testemunhos que d'ella dão noticia em 1496. Tal é em resumo a distribuição da epidemia de 1477-1496. Vejamos mais detidamente o que se passou em Lisboa.

Dissemos que em 1479 reinava a doença n'esta cidade. Assim era, porquanto n'uma carta regia de 6 de janeiro de 1484 se diz que a doença andava havia muito tempo na cidade. Attribuia-o o rei ao desrespeito das boas praticas hygienicas, e mandava que se limpasse a canalisação e os monturos e esterqueiras, assim como se não consentisse em que se vasassem as immundicies a não ser em determinados logares [1]. Comquanto os archivos municipaes sejam mudos a respeito da epidemia nos annos que immediatamente seguem ao de 1484, D. João II não se descuidava em promover o saneamento da cidade. N'uma carta de 22 de janeiro de 1486, diz-se que o rei havia combinado com Gonçalo de Mattos, cavalleiro da sua casa, e João Leal as medidas a adoptar e que deviam ser as seguintes:

«primeiramente q̃ aja hy huũ çidadãao, que tenha carreguo de o olhar polla çidade que este linpa, e q̃ mande eixecutar as penas em os q̃ errarem; com ho q.ˡˡ andara huũ escripuam que escreua todas as ditas penas, e tambem teera carreguo de eixecutar as ditas penas dos q̃ forem obriguados a alinpar, e asy as fara paguar.

«Item. Que deue dauer hy homẽes pollas freeguesias, que sejam obriguados a averem dallinpar a dita çidade, aos quaees sse dê de cada cassa morada çerta coussa.

---

[1] Ed. Freire d'Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* I, pag. 347.

«Item. Que sse deue fazer por algũas Ruas prinçipaaes canos mui grandes, e por as outras Ruas outros mais pequenos, que vaão ter a elles; e de cada casa cano q̃ vaa teer aos ssobre ditos, p.r onde possam deytar suas agoas çujas e vir a elles.

«Item. Que os vezinhos deuem de dar p.a estas obras toda seruentia, e a cidade deue ssomente pagar as maoos dos meestres, ou preço delles» [1].

Seis annos depois preoccupava-se o rei com a importação de doenças contagiosas, o que leva a suppôr que se tivesse averiguado alguma coisa a este respeito da epidemia que reinava pelo paiz. Como ha motivos para acreditar que é o primeiro documento existente sobre quarentenas, transcrevemos a carta regia de 5 de setembro de 1492:

«Por que nos pareçe que he huũa cousa muy perigosa p.a boõa guarda desa cidade alguũas naos, assy de nosos naturaes como estrangeiros, que vem de lugares perigosos em que morrem de pestenença, do que se as vezes Recreçe muyto dapno dello e periguo, nos pareçe que seria hũua cousa muyto boõa, e folgariamos de se fazer, huũ alpendere no topo de huũs pardieiros que estam alẽ huũ pouco de santa maria de belem, E huũa cruz de pedra grande em huũa ponta que esta alem dos moynhos de fernam lourenço, pera as naõs que vierẽ de lugares perigossos nõ pasarem da marqua da cruz, E pera asoelharem suas mercadorias e se rrecolherẽ neste alpendere, que se asy fezerem nestes pardyeiros; e, porque nom sabemos se estes pardyeiros sam dallguũs ereos, folgariamos de vos conçertardes com elles pello que fosse bem, E de hordenardes huũa boa pena, cõ os do noso consselho, pa as naos e nauyos que asy vierem de lugarees perigossos nom pasarem das ditas marcas, do dia que aly chegarẽ a çertos dias nõ entrarem na dita çidade: encomendamosuos que creaes andre guaguo de todo o que vos de nosa parte açerca dello disser [2].

---

[1] Freire d'Oliveira, op. cit., I, pag. 463.
[2] Idem, pag. 363 e 364.

Pouco depois, ordenava medidas hygienicas severas para combater a peste. A quem adoecesse d'esta doença tirar-se-lhe-ia o fato que seria lavado «e asy as pesoas», e do mesmo modo seria tratada a casa com vinagre, defumando-se tanto esta como as que lhe ficassem visinhas com alecrim. A casa ficaria deshabitada até passado um mez, depois da terminação da doença. Pelas portas e ruas da cidade accender-se-iam grandes fogueiras d'alecrim, e a camara devia fazer grande provisão d'esta planta, não só para esse fim, mas para a vender, pelo preço do custo, a quem a quizesse [1].

A epidemia devia ter recrudescido havia pouco tempo, porquanto, em 25 de setembro, D. João II dizia estar informado de que n'alguns logares da Beira e outros por onde haviam entrado os judeus de Castella se fallecia de peste e mandava á cidade que não os deixasse entrar sem averiguar se vinham de logares sãos [2].

A epidemia declinou em Lisboa no anno de 1493. N'esse anno, tendo um physico, mestre Josep, afiançado que havia peste na cidade, a camara degradou-o [3]. Ora parece que o medico alguma razão tinha para essa affirmação; pelo menos uma carta regia de 1496, datada em 31 de julho, refere-se á existencia d'uma pestilencia recente em Lisboa e ao impedimento de Aldeia Gallega por esse motivo [4]. Seriam talvez estes os ultimos rebates da doença.

É tempo de procurar determinar a natureza de tão longa epidemia, se uma só era. Julga Vieira de Meirelles que a doença em principio viesse da Italia e fosse uma terrivel febre

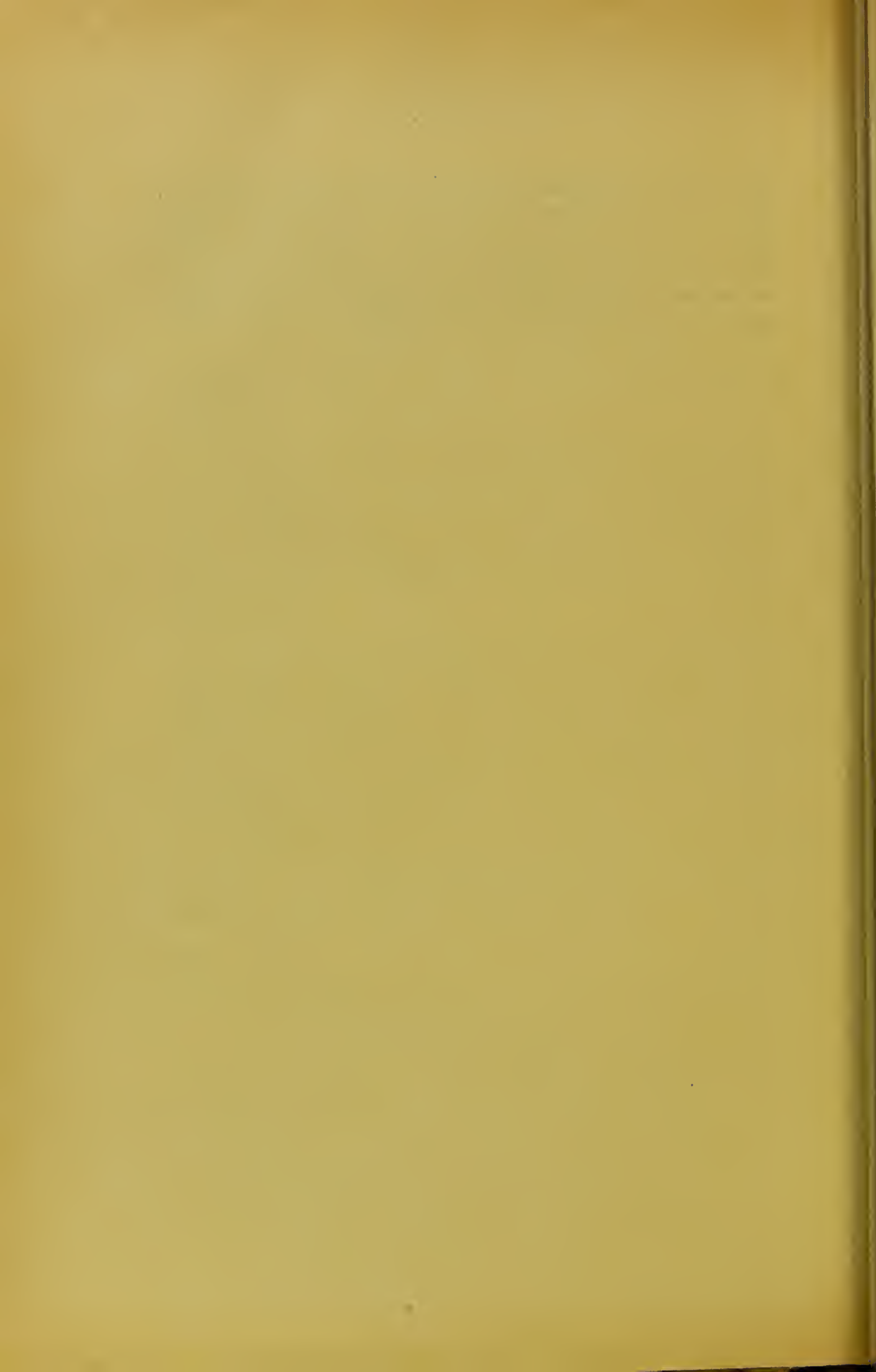
---

[1] Carta regia de 16 d'outubro de 1492, in Oliveira, op. cit., I, pag. 461.

[2] Carta de D. João II, de 25 de setembro de 1492, in Oliveira, op. cit., pag. 461.

[3] Carta de D. João II, de 3 de setembro de 1493, in Oliveira, op. cit., I, pag. 460.

[4] *Livro antigo de cartas e provisões*, I, fl. 74, do Archivo da Camara Municipal do Porto.

pestilencial e contagiosa que ali se desenvolveu em 1478 ou fosse uma exacerbação da epidemia que anteriormente devastára o reino, aggravada agora pela fome que reinava. Mas depois a doença deve ter sido o tabardilho ou febre punticular que grassára temerosamente em Hespanha e que os judeus trouxeram quando entraram no nosso paiz.

TERCEIRO PERIODO

DA CREAÇÃO DOS ESTUDOS CIRURGICOS NO HOSPITAL DE TODOS OS SANTOS Á REFORMA DA UNIVERSIDADE

(1504 — 1772)

CAPITULO I

O Hospital de Todos os Santos

Marcamos para começo d'este periodo da historia da medicina patria a creação dos estudos cirurgicos no Hospital de Todos os Santos. Justo é, portanto, que nos occupemos d'este estabelecimento justamente celebre.

A mais antiga das noticias que pudemos colligir a respeito d'este hospital deve-se a Ruy Diaz d'Ysla, escriptor a quem teremos de consagrar um paragrapho especial na historia da pathologia cirurgica. O livro do escriptor andaluz é de 1539, mas o seu testemunho refere-se a uma época muito anterior, visto que diz algures que viveu com D. Manuel, o qual falleceu, como é geralmente sabido, em 1521. Devemos ter a sua descripção, portanto, como quasi coeva da fundação do hospital.

Em varios pontos do seu livro se refere Diaz d'Ysla á sumptuosidade do edificio que diz levar em muitas cousas vantagem a todos os hospitaes da Europa. Tinha tres enfermarias collocadas de modo que todos os doentes podiam ouvir missa do leito. Por baixo d'ellas, estendiam-se outras duas, muito espaçosas, onde se acolhiam os peregrinos e os pobres

que andavam esmolando pela cidade. Annexos ao hospital, construira-se um forno, atafonas, capoeira, pombal, lavadouro e casa de lenha, tudo installado com largueza e magnificencia.

Funccionava dentro do hospital um recolhimento para creanças engeitadas. Os doentes que se tornavam incuraveis eram transferidos para dois hospitaes cuja administração andava ligada á do Hospital Real de Todos os Santos.

O pessoal medico comprehendia dois medicos e dois cirurgiões, afóra um *mestre que curava o morbo serpentino* e era o auctor do livro que extractamos.

Era enormissima a affluencia de doentes, e por todos os meios se procurava tirar do hospital o maximo partido para allivio da humanidade enferma. Refere Diaz d'Ysla que mais d'uma vez foi em companhia do provedor Gonçalo de Miranda pelas portas das egrejas e mosteiros, á procura dos infectados de syphilis para os trazer para o hospital, coisa que o curioso andaluz não viu praticar em parte alguma, e para elle demonstrava a grandeza da instituição [1].

Outra descripção tambem quasi contemporanea da creação do Hospital Real, comquanto não tanto como a de Diaz d'Ysla, é a do dr. Francisco de Monçon que n'elle residiu e mais tarde foi professor de theologia na Universidade de Coimbra.

---

[1] *Con priuilegio imperial* | *y del rey de Portugal.* |

Tractado cõtra el mal | *serpentino: que vulgarmen* | *te en España es llamado* | *bubas q̃ fue ordenado* | *en el ospital de todos* | *los santos d Lisbo* | *na:* fecho por ruy | diaz de ysla.

No fim lê-se: *Fue impresso en la* | *muy noble y muy leal ciudad de Se* | *uilla, en casa de Domenico de* | *Robertis impressor de li* | *bros. Acabo se a ve* | *ynte y siete de* | *setiẽbre año* | *de MD* | *XXXIX.*

O exemplar unico d'este livro que existe em Portugal pertence-me, por offerta do meu collega e amigo Eduardo Abreu. Não o viu o snr. Alfredo Luiz Lopes ao escrever o seu livro sobre o *Hospital de Todos os Santos,* mas publicam trechos extensos da obra do cirurgião andaluz os historiadores da medicina hespanhola, Morejon e Chinchilla. N'ella buscamos os materiaes para a noticia que sobre o *Hospital de Todos os Santos* publicamos nos *Archivos de historia da medicina portugueza,* III, 1888-89, pag. 144 e 179.

Monçon diz que o Hospital de Todos os Santos não era inferior aos mais famosos hospitaes que havia na christandade, como eram o dos hespanhoes em Roma, o do Espirito Santo em Sena, o de S. Thiago na Galliza e o do Cardeal em Toledo.

Estava situado n'uma enorme praça, como outra se não encontraria facilmente, e a sua fabrica era tamanha que a fachada a tomava de lado a lado. Na frontaria avultava a porta da egreja que era toda de jaspe, e para a qual levava uma escadaria que lhe dava grande magestade.

No interior havia quatro pateos, rodeados de varandas, em que se cultivavam arvores de fructo e uma horta de tão grande extensão que dava hortaliça bastante para consumo do hospital, além de grande porção de fructa d'espinho.

As enfermarias tinham grande largueza e amplidão e, segundo Monçon, não eram mais bem edificadas as salas reaes. O seu numero era o mesmo que no tempo de Diaz d'Ysla. Uma d'ellas era destinada aos doentes que reclamavam soccorros de cirurgia; outra continha os doentes de medicina; e outra albergava as mulheres, quaesquer que fossem os soccorros que reclamassem. Apartada d'estas, havia outra enfermaria onde, em aposentos separados, se tratavam as mulheres e homens que apresentavam doenças syphiliticas ou venereas.

Estas eram as enfermarias ordinarias; mas excepcionalmente, e, quando ellas não podiam conter a grande quantidade de doentes que affluia ao hospital, abriam-se outras tres.

Em quartos, eram tratadas pessoas da mais elevada condição que se acolhiam áquella santa casa.

A disposição das enfermarias é muito elogiada por Monçon que n'ella encontra de notar que cada cama tinha por cima um cubiculo para guardar a roupa dos doentes e que era possivel por meio de portas falsas retirar os cadaveres dos que falleciam sem que dessem por tal os seus visinhos. Vêr-se-ha adiante como isto se conseguia.

Além das dependencias a que se refere Diaz d'Ysla, e da botica que, do mesmo modo que todas as officinas publicas, era de *gran magestad,* conta o illustre professor de theologia que havia um aposento para o tratamento dos loucos.

O numero de medicos era o mesmo que vimos anteriormente. Logo de manhã juntavam-se todos com o provedor e, abrindo-se as portas do hospital, examinavam os doentes que solicitavam a entrada, não se recusando a ninguem que carecesse de soccorros.

Além d'isso, davam-se consultas e esclarecimentos sobre as suas doenças a quem os reclamava, para o que pessoas muito honradas, mas sem recursos, remettiam ao hospital as urinas que eram examinadas pelos physicos.

O governo do hospital andava em mão d'um provedor tirado da confraria de Santo Eloy, acompanhado por dois ou tres padres da mesma ordem [1].

Ministra esclarecimentos de maior valor o *Summario de noticias de Lisboa,* de Christovam Rodrigues d'Oliveira, publicado em 1551. Em todo o caso, no principal, concorda com as descripções de Diaz d'Ysla e do dr. Francisco de Monçon.

O hospital tinha então tres enfermarias muito extensas, e duas um pouco mais pequenas. Das tres primeiras, uma destinava-se aos feridos e outros doentes que reclamavam soccorros cirurgicos; outra aos febricitantes do sexo masculino, sendo a terceira para os do sexo feminino. As duas enfermarias mais pequenas estavam reservadas para os doentes affectados de males contagiosos. Em todas estas enfermarias havia noventa e oito leitos.

Por baixo d'estas galerias ficava uma albergaria vastissima em que se abrigavam todos os pobres.

Tinha a mais um *criandario* ou hospicio de creanças engeitadas, com amas pagas pela administração; quando

---

[1] Extraído de Francisco Monçon, *El principe Christiano.* O exemplar que vimos d'esta obra não tem frontispicio, mas pela subscripção sabe-se que foi impresso em 1544. Existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa, onde aliás existem outras edições da mesma obra.

O trecho referente ao Hospital de Todos os Santos foi transcripto nos *Archivos de historia da medicina portugueza,* IV, 1894, pag. 20.

estas creanças chegavam á idade adulta, eram entregues a mestres ou a mulheres que lhes ensinavam algum officio ou mister [1].

Uma noticia que data de 1584 menciona tambem a existencia d'uma *casa de orates* em que eram recolhidos os infelizes alienados e a que se referira já o dr. Monçon. Como eram tratados não o diz o documento de que vimos haurindo estas informações, mas não será inexacta supposição crêr que, se é certo que os primeiros manicomios foram estabelecidos em Hespanha, os mesmos meios de cura empregados lá se seguissem entre nós.

Na vida de S. João de Deus, escripta por Antonio de Govea, encontramos noticia do tratamento então dispensado aos alienados. «A principal cura que se faz aos loucos é com a disciplina; porque se o castigo, diz Aristoteles, póde dar entendimento, tambem o poderá curar: a experiencia tem acreditado esta cura» [2]. Era pois naturalmente este o systema tambem empregado entre nós.

Além das enfermarias de que temos fallado, havia quartos destinados a pessoas abastadas, e outra sala para doenças incuraveis, onde eram conservados até á morte os que a ella se recolhiam.

Havia enfermeiros e enfermeiras para tratamento dos doentes d'um e outro sexo. A disposição das enfermarias era curiosa: «Cada doente tem o seu cubiculo de tal maneira disposto, que os cadaveres dos fallecidos são occultamente remo-

---

[1] Christovam Rodrigues d'Oliveira, *Summario, em que brevemente se contem algumas cousas assim Ecclesiasticas, como Seculares, que ha na Cidade de Lisboa.* Lisboa, 1755, pag. 60. A primeira edição é de 1551. — Maximiano Lemos, *O Hospital Real de Todos os Santos*, in *Medicina Contemporanea*, IV, 1886, pag. 227. — Alfredo Luiz Lopes, *O Hospital de Todos os Santos*. Lisboa, 1890, pag. 143.

[2] *Vida y muerte del bendito Padre Ivan de Dios*, por D. fr. Antonio de Govea. Madrid, 1624, pag. 28 v.

vidos por uma porta falsa para que os doentes com o medo da morte não desanimem » [1].

O Hospital de Todos os Santos foi incendiado em 1601: por occasião da reparação foi accrescentado, ficando disposto do modo seguinte. Tinha a fórma d'uma cruz de quatro braços iguaes, ficando-lhe nos quatro angulos claustros em numero igual, havendo no meio de cada um d'elles um poço. Em torno do hospital havia uma horta com dois tanques que serviam para a lavagem da roupa dos doentes.

Um dos braços da cruz era formado por uma egreja notavel pela sua riqueza. Entrava-se para ella por uma escadaria enorme cuja frente dava para o Rocio.

No outro braço, que ficava para o lado direito, estava a enfermaria de S. Cosme para os feridos; tinha cento e trinta e tres palmos de comprido, vinte de largo e trinta de altura, e comportava apenas dezoito leitos para enfermos, e dois para os ajudantes de enfermeiros.

No braço, diametralmente opposto a este, ficava a enfermaria de mulheres, com a invocação de Santa Clara. Esta enfermaria tinha as mesmas dimensões da primeira, e comprehendia vinte leitos.

Finalmente, no braço que ficava opposto á egreja, estava situada a enfermaria dos febricitantes, com o nome de S. Vicente. Tinha ella cento e cincoenta e sete palmos, e de altura e largura as mesmas dimensões das outras. Encerrava vinte e dois leitos.

O que, porém, modificava um pouco estas excellentes disposições era a maneira como se achavam arranjadas as enfermarias, porquanto os leitos estavam mettidos dentro d'uns arcos, ficando livres os corredores, para maior limpeza, diz fr. Nicolau d'Oliveira.

---

[1] Lisboa em 1584, in *Archivo Pittoresco*, VI, pag. 87. Transcripto nos *Archivos de historia da medicina portugueza*, III, 1888-89, pag. 32. Refere a mesma disposição Pedro de Mariz, *Dialogos de varia historia*, II, pag. 80 da edição de 1749. A primeira é de 1594.

Além d'estas enfermarias havia: a de S. Damião com vinte e dois leitos; a dos camarentos com quatorze; a dos feridos com quarenta e cinco e algumas vezes mais. O corredor das *mulas* tinha sete leitos; o dos camarentos sete e o dos feridos treze. Para as doidas havia quatro casas e para os loucos cinco.

A casa disposta para tratamento das enfermidades secretas das mulheres tinha vinte e cinco leitos, e o corredor doze e algumas vezes mais.

Para as doenças de igual natureza no sexo masculino, comportavam a enfermaria e o corredor setenta e sete camas.

Outra enfermaria, de convalescentes, tinha doze doentes, e, finalmente, a de S. Diogo trinta.

Parece, pois, que as excellentes disposições das tres primeiras enfermarias não existiam nas outras, visto que tambem eram aproveitados os corredores para se collocarem novas filas de camas. E diz-nos o informador que temos seguido que a população do hospital augmentava durante o verão e que n'essa occasião se estabeleciam mais leitos pelos corredores das enfermarias, em prejuizo das condições hygienicas do hospital.

A sua população era em média de trezentos e vinte e quatro doentes, mas augmentava muito, e no anno de 1620 attingira a enorme cifra de seiscentos.

Deve notar-se que a mortalidade orçava por um quinto dos doentes entrados. No anno comprehendido entre o dia de todos os Santos de 1616 e igual dia de 1617, tinham sido recebidos tres mil e vinte e seis doentes, por ser pequeno o movimento hospitalar; d'estes enfermos curaram-se dois mil cento e cincoenta e um, morreram seiscentos e vinte e ficaram existindo duzentos e cincoenta e cinco.

O pessoal medico era ainda muito exiguo. Havia dois *physicos* que ganhavam 40$000 reis mensaes, e tres cirurgiões que venciam igual quantia e moravam dentro do hospital para poderem acudir a qualquer occorrencia imprevista.

Os enfermeiros e enfermeiras, comquanto em numero mais

razoavel, não bastavam tambem para as necessidades do serviço hospitalar. O hospital pagava apenas a tres enfermeiros e cinco enfermeiras, mas o numero dos primeiros avolumava-se pelos praticantes que eram sete nas enfermarias de cirurgia e oito nas de medicina.

Não será destituido de interesse vêrmos agora a maneira de receber e admittir os doentes.

Todos os dias pela manhã, no verão ás seis horas e no inverno ás sete, juntava-se o provedor com os physicos, mordomos e enfermeiros, bem como com dois religiosos da Agonia e iam todos visitar as enfermarias. Vistos os doentes, o provedor dirigia-se com os medicos e cirurgiões a uma casa chamada das aguas, porque era reservada para a inspecção das urinas dos individuos que desejavam ser admittidos no hospital.

Ahi eram examinados os doentes e, segundo o parecer dos medicos, levados á egreja e confessados pelo cura, depois do que eram repartidos pelas enfermarias, onde se faziam os assentos relativamente á naturalidade, idade, estado e mais particularidades que lhes diziam respeito.

As dietas eram variadas e em geral reparadoras. As carnes gastas no hospital eram carneiro e gallinha. Gastavam-se em média por mez 70$000 reis em carneiros; trinta gallinhas por dia; e quinze duzias d'ovos tambem diariamente.

Como era construida a tabella das dietas, ou até se a havia, não podemos dizer, mas os almoços eram geralmente formados por descaídas de gallinha, ou por laranjas, ou por assucar rosado, dando-se aos que se achavam mais debilitados caldo de gallinha com gemmas d'ovos [1].

---

[1] As noticias aqui reproduzidas são tiradas de fr. Nicolau de Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa, 1620. Aproveitaram-se dos elementos por elle fornecidos: Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, v, pag. 477; Ferraz de Macedo, *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, XXXVI, 1872, pag. 155; Alfredo Luiz Lopes, op. cit.

Com esta descripção conforma-se a publicada em Francisco Herrera, *Libro de la Vida y Marauillosas virtudes del Sieruo de Dios Bernardino de Obregon*... Año 1633, pag. 147 e seg.

Tal era o Hospital Real de Todos os Santos no primeiro quartel do seculo XVII.

O hospital pouco se modificou em todo este seculo; e a quem lêr a *Corographia portugueza*, do padre Antonio Carvalho da Costa, causará de certo extranheza a descripção do Hospital de Todos os Santos, tão conforme á anteriormente apresentada, que levaria a suppôr ter sido mera copia da de fr. Nicolau d'Oliveira [1].

O movimento dos doentes é que tinha augmentado consideravelmente, dizendo fr. Francisco de Santa Maria, que n'elle entravam em cada anno seis mil doentes [2].

Outro incendio se ateia no Hospital Real em 10 de agosto de 1750. D'um testemunho contemporaneo transcrevemos a narração do facto. « Começou este lastimoso incendio em umas poucas de aparas das obras, na casa que chamam das tinas, que é onde se aquenta agua para os banhos dos doentes. D'alli foi discorrendo até á casa do Irmão maior, e Ermida dos enfermeiros, em que havia já dois rombos, que faziam já saír pela Sacristia muito fumo e não pouco fogo. Foi-se logo communicando á enfermaria de S. Cosme e Damião; d'aqui ás casas dos doidos e dos mortos, e á enfermaria de S. Pedro: não perdoou a sua violencia á de S. Lourenço, ardendo agora o seu nome, como em outro similhante dia o seu bemdito corpo: chegou ás duas de S. João de Deus e de S. Francisco de Sales, sitas ambas superiormente á vivenda das amas dos engeitados. Passou d'alli á enfermaria de S. Francisco Xavier, pegando tambem no novo corredor de S. Camillo de Lélis; e já ardia com summa voracidade na habitação dos feridos, convalescença e casa da Anatomia. Chegou á cosinha, ás enfermarias de Santa Clara e de Santa Joanna, das mulheres feridas e doidas. Ameaçou tambem a de Santa Maria Magdalena; mas, como logo diremos, sem effeito ».

. . . .

---

[1] O terceiro volume da *Corographia portugueza* saíu á luz em 1712.

[2] *Céo aberto na terra*. Lisboa, 1697, pag. 280.

*

«Foi o fogo fazendo seu effeito na casa dos engeitados, e ardia já na parte posterior da Capella-mór da Egreja; não se lhe pôde acudir, assim pela falta de agua, como pela sua grande altura que não podia ser dominada das bombas; e mandando-se alli abrir um rombo, como se não cortou, como fôra de melhor effeito, até os frechaes das paredes, tanto ficou sendo inutil, e frustranea esta diligencia, que passando o incendio a discorrer pelas naves da Egreja abaixo, se communicou ao Côro, ás casas do Fidalgo, e da Fazenda. Outra infelicidade. Estava no pateo uma notavel quantidade de madeira de pinho para a estacaria das obras: de cima caíam incessantemente muitos tições; estes ateados n'aquella materia, passaram a fazer o damno mais formidavel, passando a queimar-se a botica, as casas do Cirurgião do banco, de José Elias, dos porteiros, debaixo e de cima, do Padre Thesoureiro e do Padre Secretario José da Fonseca. Quando as amas dos meninos se quizeram pôr em salvo, já o fogo, que andava no pateo não dava lugar; pelo que lhes foi necessario saír por casa de Antonio Nogueira; e pelas janellas do Embaixador de Castella, que cáem para a horta, se tiraram os berços, camas e mais moveis» [1].

Os doentes foram primeiro recolhidos no convento de S. Domingos, indo as amas para a casa do Senado. Mas logo em seguida foram transferidos para o palacio do conde da Ribeira, onde permaneceram por algum tempo. D. João V cedeu para o seu transporte as suas magnificas berlindas, e a nobreza e o clero de Lisboa mostraram grande zelo por esses desventurados.

O terremoto de 1755 destruiu completamente e reduziu a

---

[1] *Relação verdadeira e individual do formidavel incendio, que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa, em 10 de agosto, d'este anno de 1750.* Lisboa, na officina de Manoel Soares, anno de 1750.

Este opusculo foi reproduzido por Eduardo Abreu, na sua *Noticia de dois documentos raros relativos ao Hospital Real de Todos os Santos,* publicada nos *Archivos de historia da medicina portugueza,* I, pag. 54, e em *separata.*

cinzas a grandiosa fabrica do Hospital Real de Todos os Santos, já então reparado dos desastres que soffrera [1].

Não foi facil n'esta occasião, em que escasseavam os soccorros de toda a especie, obter immediatamente um edificio onde fossem recolhidos os desgraçados que haviam buscado asylo e remedio aos seus males n'aquelle estabelecimento de caridade. Os que não morreram na espantosa catastrophe foram trazidos, diz o padre João Baptista de Castro, «para baixo das cabanas do Rocio onde estiveram quasi tres semanas expostos ao rigor do tempo».

Passaram depois para umas cocheiras que pertenciam ao conde de Castello Melhor, e ficavam fronteiras ao palacio do conde de Povolide. Ahi estiveram ainda por algum tempo, mal accommodados, como sempre succede em installações provisorias como aquella [2].

Em 1763, já se achavam no mesmo hospital do Rocio, tendo-se concluido as enfermarias mandadas fazer por D. José e que, a despeito da sua vastidão, eram insufficientes para conter o grande numero de doentes que ahi se pretendiam acolher [3]. Deviam mesmo achar-se alli installados os doentes antes d'esta data, como o prova um relatorio, que o enfermeiro-mór Jorge Francisco Machado de Mendonça apresentou em 1761 ao Marquez de Pombal, em que dá conta dos serviços por elle prestados ao Hospital de Todos os Santos.

O hospital comprehendia então dezoito enfermarias, quinze para homens e quatro para mulheres.

Das enfermarias para os individuos do sexo masculino

---

[1] Antonio d'Oliveira Freire, na *Descripçam corografica do reyno de Portugal,* publicada em Lisboa em 1739, apresenta-nos o hospital nas mesmas condições das descripções anteriores.

[2] Padre João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal,* III. Lisboa, 1763, pag. 318. Refere-se a este incendio fr. Claudio da Conceição, *Gabinete Historico,* XII, pag. 3.

[3] Baptista de Castro, op. cit., pag. 319. — Alfredo Luiz Lopes, op. cit., pag. 147.

oito haviam sido destinadas para os febricitantes; tinham os nomes de S. Francisco, S. Camillo, S. Sebastião, S. Bernardo, S. Cosme, S. Damião, Santo Agostinho e S. Carlos. Uma outra, chamada de S. Jorge, devia receber os *deplorados*. Tres acolhiam os feridos, as de S. Diogo, S. Caetano e S. Vicente. A de Santo Amaro tinha apenas os individuos portadores de alguma deslocação. Finalmente, havia uma enfermaria para os alienados, a de S. João de Deus, e outra para os syphiliticos, a de S. José.

Das enfermarias destinadas aos individuos do sexo feminino havia tres destinadas ás febricitantes: tinham as invocações de Nossa Senhora do Carmo, Santa Clara e Santa Catharina. Outra, que recebera o nome de Santa Isabel, destinava-se ás *deploradas*.

O movimento do hospital era bastante grande. No anno que vai de 1 de julho de 1758 até igual dia de 1759 entraram 9:827 doentes, em cujo numero são comprehendidos os presos que eram tratados no hospital por ordem real. Curaram-se 8:319 e morreram 1:508, mortalidade elevadissima que não abona muito nem a hygiene nem o estado da medicina n'aquella época.

O numero das entradas decompunha-se em 8:438 homens, 1:114 mulheres e 275 presos. Dos primeiros curaram-se 7:140, das mulheres 916 e dos presos 263; morrendo respectivamente de cada uma das tres categorias 1:298, 198 e 12 individuos.

A mortalidade era, portanto, para os homens de 15,3 por 100; de 17,7 para as mulheres; e de 4,5 para os presos, o que é certamente para admirar, attendendo a que as condições hygienicas em que estes se achavam collocados, eram certamente peores do que aquellas em que se encontravam os outros doentes.

Passando ao modo como se realisava o serviço clinico, a visita aos doentes era feita duas vezes por dia, de manhã e de tarde. Havia um medico de semana encarregado da acceitação dos doentes, o qual se devia demorar no hospital por mais uma hora de manhã e outra de tarde para o caso possivel de qualquer doente solicitar a entrada. Parece que fóra d'estas

horas não se acceitava ninguem no hospital; pelo menos um edital do enfermeiro-mór Mendonça diz que aquella providencia tem em vista que o doente «não tenha a mortificação de esperar para outra visita». O cirurgião que estivesse de mez acompanharia o medico na acceitação da manhã.

As horas da visita eram, no verão, pela manhã ás sete e de tarde ás tres, e no inverno, pela manhã ás oito e de tarde ás duas.

Quando se aggravava a doença d'algum dos enfermos recolhidos no hospital, reuniam-se os medicos em conferencia, dando parte ao enfermeiro-mór das resoluções que haviam tomado.

Não se prestava grande attenção aos doidos e feridos. Os medicos só os visitavam quando eram chamados, e quem sabe se acudiriam sempre ao chamamento. De 1761 em diante, a visita passou a ser diaria, fazendo os medicos este serviço alternadamente dois dias na semana.

Os cirurgiões faziam o curativo dos doentes diariamente, entrando de serviço ás semanas.

O pessoal clinico do hospital era constituido por quatro medicos e oito cirurgiões, entre os quaes se contavam o *anatomico* Pedro Dufau, o oculista David Filippe Stuard, e dois mestres de cirurgia.

Não será sem interesse mencionarmos alguns esclarecimentos sobre as dietas. As gallinhas consumidas no hospital durante um anno elevaram-se á enorme cifra de 33:990, o que dá uma média de 93. Estas gallinhas importaram, no anno que de julho de 1758 foi a junho de 1759 em 7:616$040, ou sejam 20$865 reis por dia, somma enorme, se se attender á época que consideramos.

Póde mesmo affirmar-se que as dietas consistiam em grande parte em carne de gallinha. Parece que se consumia grande quantidade de leite de vacca, de burra e de cabra.

Ao passo que no mez de julho de 1758 se gastavam 667$835 reis em gallinaceos, em todas as outras despezas do hospital, comprehendendo louça, expediente de secretaria, ordenados de ajudantes e mestres de capella, despendiam-se

492$460 reis. Havia tambem singularidades notaveis. No livro de que estamos tirando estes desalinhados apontamentos, menciona-se a despeza de 39$520 reis pagos ao mestre pasteleiro José Antonio, de pasteis e assados de vitella para os doentes.

O regimen interno tinha vicios de importancia. Algumas das providencias do enfermeiro-mór Mendonça dão-nos a conhecer abusos notaveis que por elle foram corrigidos.

Não havia a precisa cautela na remoção dos cadaveres. Deixavam-n'os corromper, e não raras vezes os roedores domesticos n'elles saciavam a voracidade.

Graças a uma antiga disposição do hospital, transformára-se este n'uma verdadeira hospedaria, porquanto enfermeiros e mais pessoal inferior recebiam em sua casa os amigos, que ficavam ás sopas do hospital. Em junho de 1758, chegaram a prender-se dentro d'elle alguns ladrões.

Os enfermeiros e ajudantes tratavam de se distraír da sua monotona occupação de aturar doentes. De noite fugiam pelos telhados, e, quando o não faziam, desatavam a jogar e a tocar differentes instrumentos.

No hospital não havia um unico instrumento de cirurgia. Quando eram precisos, pediam-se emprestados, mas é claro que nem sempre se encontravam quando eram reclamados por urgente necessidade de serviço.

O detestavel costume de vender os espolios dos mortos era, e já de muito tempo, seguido no Hospital de Todos os Santos. O fato que deixavam era, no tempo que consideramos, arrematado por um trapeiro, a razão de 2$500 reis por mez.

Muitos d'estes abusos foram cortados durante a administração do enfermeiro-mór Mendonça, outros persistiram durante muito tempo [1].

Ficou deshabitado desde a expulsão dos jesuitas o magnifico edificio que haviam occupado. Tratou-se logo de o af-

---

[1] Jorge Francisco Machado de Mendonça, *Pelo breve memorial expõe... o regimen que tem estabelecido no Hospital Real de Todos os Santos...* Lisboa, 1761, *passim*.

feiçoar para servir de hospital e o architecto Manuel Caetano de Sousa foi encarregado d'essa tarefa. Do plano das novas construcções nada se conclue de importante para se aquilatar do regimen interno. Encontra-se n'elle a menção d'uma casa de banhos, d'outra destinada ao ensino da anatomia, d'uma enfermaria especial para o tratamento dos alienados, mas todas estas disposições que levariam a acreditar n'um maior desenvolvimento dado aos serviços hospitalares ficaram quasi completamente por fazer. O documento d'onde extraímos esta noticia termina por estas simples mas eloquentes palavras: Pouco foi o que se fez de tudo isto [1].

Em 3, 4 e 5 de abril de 1770, foram os doentes transferidos para o novo hospital que recebeu o nome de S. José, em homenagem ao rei que concedeu o edificio [2]. Para esta mudança, executada sob a direcção do enfermeiro-mór Furtado de Mendonça, concorreu nobreza e clero com notavel solicitude. Os doentes de maior perigo foram transportados em macas e esquifes pelos religiosos de Lisboa. Os enfermos que inspiravam menos receio foram levados em seges que para tal fim foram emprestadas por muitos devotos.

Diz o snr. Alfredo Luiz Lopes que n'esta mudança não se gastou coisa alguma, antes muitos nobres ao conduzirem os enfermos deixaram avultadas esmolas ao hospital [3].

---

[1] F. D. d'Almeida e Araujo, *Chronicas monasticas*, no *Panorama* de 1856, pag. 366.

[2] Carta regia de 26 de setembro de 1769.

[3] Alfredo Luiz Lopes, op. cit., pag. 148.

CAPITULO II

Organisação do ensino medico na Universidade e fóra d'ella

Um dos acontecimentos mais importantes da nossa historia litteraria foi a reforma da Universidade realisada por D. João III, depois de a haver transferido para Coimbra em 1537 [1]. Divergem os historiadores sobre os motivos que leva-

---

[1] Com os elementos que fornecem as *Notas ineditas de Francisco Leitão Ferreira ás Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra,* publicadas no *Instituto,* XIV, 1871, é possivel construir uma *Tabula Legentium* para o periodo que vai desde o principio do seculo XVI até á transferencia da Universidade para Coimbra.

1506 — Lente de prima de medicina o dr. João do Rego. Lente de vespera de medicina — mestre Affonso, doutor por Montpellier, o *Doutor da Ilha.*

1508 — Diogo Freixenal, bacharel em medicina, substitue mestre Affonso.

1513 — É este o ultimo anno da regencia do dr. João do Rego. É substituido pelo dr. João Fernandes que a rege até 1518.

1518 — Agostinho Micas — lente de prima de medicina, pelo fallecimento do dr. João do Rego. Mestre Gil — lente de Vespera, pela renuncia de mestre Affonso, nomeado physico-mór.

1524 — Ausentando-se mestre Gil, obtem a substituição por opposição o dr. Diogo Franco.

1526 — O mesmo mestre Gil obtem a cadeira de prima. Dr. Diogo Franco, lente de vespera.

Estes professores serviram até á transferencia.

ram o rei a ordenar esta transferencia, já projectada de ha muito. Attribuem uns o facto a considerar o bulicio da côrte pouco proprio para aquelles que se dedicam a estudos que demandam persistencia e applicação; outros á comparação feita por elle entre os estudos de Santa Cruz de Coimbra, muito florescentes quando o monarcha visitou esta cidade em 1527, e o estado da Universidade de Lisboa [1].

Em 1 de março de 1537 já a Universidade estava em Coimbra [2] e em 16 de julho mandava D. João III que, emquanto a não provesse de novos estatutos, se continuasse a reger pelos de D. Manuel.

Nas casas do reitor D. Garcia d'Almeida, junto á porta de Belcouce, se accommodaram tres faculdades, sendo uma d'ellas a de medicina; nas escólas de Santa Cruz, ficaram artes e theologia [3]. No anno seguinte, as aulas dos medicos eram trasladadas para Santa Cruz, pela relação que a medicina mantinha com as artes. Em 1544, todas as disciplinas se liam nos Paços reaes [4].

O que revela em D. João III o firme proposito de elevar o nivel dos estudos universitarios foi o convidar para professores individuos de subido merito, alguns dos quaes eram n'esse tempo muito afamados na Europa; e, como se isto não bastasse, subsidiava alguns estudantes que cursavam as universidades extrangeiras.

Poucos foram os professores que acompanharam a Universidade na sua transferencia, e de medicina nenhum [5].

Como era tenção de D. João III reformar completamente a Universidade antes de mandar novos estatutos, foi augmentan-

---

[1] Serra de Mirabeau, op. cit., pag. 705. — Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 381.

[2] Alvará d'esta data citado em Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 455.

[3] Mirabeau, op. cit., pag. 706. — Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 455.

[4] Carta de 16 de janeiro de 1538, in Theophilo Braga, op. cit., pag. 457. — Carta de 22 d'outubro de 1544, na mesma obra, pag. 459.

[5] Mirabeau, op. cit., pag. 707.

do o numero de cadeiras, á medida que lhe foram apparecendo professores idoneos. No anno lectivo de 1537-1538 a faculdade de medicina teve uma unica cadeira, a de Prima, e um unico professor, o portuguez Henrique Cuellar. A cadeira de Vespera foi creada por alvará regio de 25 d'abril de 1538, e para ella veiu Thomaz Rodrigues da Veiga, que deveria ter começado a ensinar em 1538-1539.

Parece que a cadeira de Avicena foi instituida em 1540, para ser dada a Antonio Barbosa, que não pôde demorar-se mais do que o anno lectivo de 1540-1541, visto que por alvará de 17 d'outubro de 1541 veiu substituil-o Luiz Nunes. Luiz Nunes não se demorou tambem na Universidade. Em 1545 já a sua cadeira era occupada por Francisco Franco, natural de S. Filippe de Jativa.

Ficando, por esta época, vaga a cadeira de Prima pelo fallecimento de Cuellar, vem occupal-a em 1545 Rodrigo Reynoso, castelhano, que na Italia estudára com Leoniceno e os restauradores da medicina hippocratica. A este tempo, já a faculdade de medicina tinha uma cadeira menor, ou *cathedrilha,* regida por Cosme Lopes.

No anno de 1547, apparece entre os professores da Universidade o celebre Antonio Luiz, regendo uma cathedrilha de Galeno e outra d'Aristoteles, mas não foi longa a sua carreira professoral.

A cadeira de anatomia foi creada em 1556, sendo chamado para ella Affonso Rodrigues de Guevara, que tambem a breve trecho a abandonou em troca de maiores proventos que se lhe offereceram na capital do reino [1].

Finalmente, em 1557, foi instituida uma cadeira de cirurgia, regida cumulativamente pelo mesmo Guevara.

---

1 Veja-se a este respeito o ms. de Francisco Carneiro de Figueiroa, *Memorias da Universidade de Coimbra,* existente na Bibliotheca Publica do Porto, e o excellente artigo de Pedro A. Dias, *A Universidade em Coimbra:* Os primeiros mestres da faculdade medica, 1537-1556, in *Archivos de historia da medicina portugueza,* v.

Foi assumpto controverso entre os differentes historiadores se D. João III deu estatutos á Universidade em 1544. Em face, porém, das investigações de Theophilo Braga, nenhuma duvida póde hoje existir de que existiram [1]. Faltam infelizmente os que dizem respeito á medicina, mas a serie de providencias contidas em diversos documentos emanados do poder central, em seguida a 1537, constitue um corpo importante de legislação, ao qual, depois de ordenado convenientemente, não competiria mal o nome de estatuto.

Um dos primeiros cuidados de D. João III foi ordenar que nas aulas e dentro dos geraes se não fallasse outra lingua que não fosse a latina. O rei, que se deleitava ouvindo esta lingua, não admittia que outra se casasse com a gravidade dos estudos universitarios. Terminada a lição, os lentes faziam circulo á porta dos geraes, onde liam e respondiam ás perguntas que os escolares lhes faziam [2].

D'algumas das providencias adoptadas infere-se que dominavam em D. João III tendencias centralistas, invalidando os gráus tomados n'outras universidades. Determinava que os estudantes que, depois de terem feito os cursos da Universidade, fossem buscar o gráu de bacharel ou licenciado a Estudos extrangeiros não tivessem em Portugal as honras e liberdades inherentes a este gráu [3]. Ordenava que os bachareis que tinham vindo de Salamanca e não queriam cursar as aulas ficassem sujeitos ao estatuto que dizia que «todo o studante que estiver na Universidade ouça liçam de prima da sciencia em que fôr graduado, e não o comprindo assi que não guoze do privilegio do studo, nem lhe aproveitem os cursos que fizer» [4]. Em resposta a uma consulta do reitor, resolvia que os bachareis d'outras uni-

---

[1] Veja-se *Historia da Universidade de Coimbra*, II, pag. 113.

[2] Regimento dos Lentes e Estudantes, de 9 de novembro de 1537, in Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 403.

[3] Alvará de 18 de julho de 1538, in Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 467.

[4] Alvará de 5 de novembro de 1539, no mesmo livro e pagina.

versidades que se quizessem graduar em Coimbra ficassem sujeitos, nos exames de licenciado, ás mesmas prescripções que regulavam os dos alumnos da nossa Universidade, que de modo algum se desejava collocar em condições inferiores ás d'aquelles. Apenas se levava em conta aos bachareis vindos de fóra o tempo que tinham cursado nos Estudos de que provinham [1]. Estabelecia as precedencias que competiam aos doutores e licenciados no extrangeiro, mandando que nos actos publicos ficassem «abaixo dos da Universidade, segundo seus gráus e antiguidades» [2]. Na matricula na Universidade, admittia a prova testemunhal da frequencia nos estabelecimentos extrangeiros [3].

Por outro lado, aos professores que mandára vir de França e de Italia equiparava-os aos que, tendo estudado em Lisboa ou Coimbra, haviam ascendido ao magisterio. O alvará de 2 de novembro de 1537 diz o seguinte: «ei por bem por algumas justas causas que a isso me movem e por julgar de fazer graça e mercê aos letrados que vierem de outras Universidades a ler cadeiras n'essa Universidade, pera com melhor vontade venham, que os lentes que lerem na dita Universidade de Coimbra cadeiras suas com salairo se guardem os privilegios, preeminencias e faculdades dos gráos que teveram segundo as sciencias e faculdades em que forem graduados, e suas antiguidades como fôr direito, sendo graduados em Universidade de Studo geral, e que os não precedam os graduados na Universidade que foi de Lisboa ou de Coimbra [4]. N'uma resposta dada a uma consulta do reitor, e datada de Lisboa aos 16 de maio de 1538, determinam-se as mesmas precedencias para os doutores feitos em Lerida e outras similhantes universidades [5].

---

1 Alvará de 13 d'abril de 1538, in Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 467.

2 Alvará de 27 de setembro de 1540, na mesma obra, I, pag. 468.

3 Alvará de 3 de novembro de 1539, in ibid., I, pag. 468.

4 Alvará de 2 de novembro de 1537, in op. cit., I, pag. 468.

5 Op. cit., I, pag. 469.

São de notar os cuidados que mereceram a D. João III os professores extrangeiros, do que se póde ter uma ideia exacta, vendo no livro do snr. Theophilo Braga as recommendações que faz para a recepção do dr. Martim d'Aspilcueta, e os esforços que envidava por levantar o ensino universitario, corrigindo os abusos que n'elle se haviam introduzido. Haja vista o alvará de 23 de setembro de 1538, em que se refere que «aas vezes acontece os lentes nas lições que lêm e nos autos publicos que se fazem dizerem palavras de que os outros lentes ou letrados que nos ditos autos estã presentes recebem escandalo, e assi os ditos lentes *nas lições que lẽ se poẽ a contar historias fóra da materia da liçã ẽ que guastã ho tempo sem proveito,* ei por bẽ que ho lente que cada huua das ditas cousas fezer por cada vez perqua ho ordenado da liçã daquelle dia, e se for em outro auto tãbẽ perqua ho ordenado da liçã de huũ dia. Notificovolo assi e mando que mandees ao bedel que lhe aponte as ditas perdas dos ditos ordenados...» [1]. Foi este alvará notificado ao conselho dos lentes em 10 de outubro, explicando este facto a minuciosa regulamentação das disciplinas de cada curso [2], excepto as de medicina.

Como resultado d'estas determinações foram marcados os textos que se deviam lêr nas diversas cadeiras. Na medicina ha motivo para suppôr que fossem os seguintes:

Cadeira de Prima	Tegne de Galeno, De locis aflectis — nos primeiros tres annos.
	De morbo et symptomate, no quarto.
	De differentiis febrium, no quinto.
	De simplicibus, no sexto.
Cadeira de Vespera	Aphorismos de Hippocrates.
	O nono ad Almansorem.
	De ratione victus, de Hippocrates.
	Epidemias e prognosticos.

---

[1] Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 469 e 470.

[2] O snr. Theophilo Braga publíca as disposições relativas ás Decretaes, Codigo, Digesto Velho e Instituto, Canones e Leis.

Cadeira de Avicena.
Cadeira de Noa: Anatomia.
Cathedrilha de Galeno [1].

Por ultimo, ninguem podia curar de medicina, se não fosse licenciado em artes e tivesse cursado oito annos de estudo de medicina em Coimbra, os seis annos que pelo estatuto da Universidade se requeriam, e os dois annos para aprender a pratica de curar, andando em companhia de qualquer medico que exercesse a clinica na cidade [2]. No numero de annos que durava o curso estava certamente o segredo da emigração dos estudantes medicos para Salamanca.

É difficil estabelecer a frequencia que tiveram os cursos medicos na Universidade em seguida á reforma, por não ter sido devidamente explorado o archivo da Universidade. Por um documento de 1540, sabe-se que esta era frequentada por 612 estudantes, mas os medicos apenas figuram na mesquinha cifra de 10 [3].

N'uma carta de Diogo de Murça de 12 de agosto de 1550, lê-se que, no acto lectivo que findára, se haviam feito apenas quatorze actos publicos de medicina, sendo sete de bachareis correntes e formados e os outros sete de um licenciado [4]. O mesmo fr. Diogo escrevia em 19 de agosto do mesmo anno pedindo que se reformasse a physicatura, sem o que a faculdade de medicina ficaria sem alumnos [5].

As providencias tomadas por D. João III dariam certamente optimos resultados se, como veremos, posteriormente se

---

1 Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 475. Na cadeira de Noa, o texto era o livro de Galeno, *De usu partium*. Na cadeira de Avicena estudava-se pelo menos a Fen quarta do primeiro livro. Na cathedrilha de Galeno lia-se o livro de *Methodo medendi*.

2 Lei de 4 de novembro de 1545, in Almeida, *Collecção citada*. O estudo das Artes, por alvará de 6 de abril de 1548, devia fazer-se no Collegio das artes. Theophilo Braga, op. cit., II, pag. 267.

3 Theophilo Braga, op. cit., I, pag. 466.

4 Idem, II, pag. 186.

5 Idem, II, pag. 231.

lhe não oppuzessem outras influencias. Por agora, lembremos que em 1559 foram dados novos estatutos á Universidade [1], e logo em 1564 ou 1565 [2] outros, contra cuja dureza o corpo docente representou, sem conseguir que as suas disposições fossem derogadas. Quaes ellas fossem, não se sabe, e o snr. Mirabeau, que examinou o archivo da Universidade, não achou exemplar algum d'esses estatutos, que provavelmente foram remettidos para Lisboa, por occasião da reforma realisada por Filippe I.

Não tem essa falta grande importancia para nós, porque vamos vêr que os estatutos de 1591 não fazem mais do que repetir, no que é essencial, o que era disposto por D. João III.

Segundo estes estatutos, para ser admittido á frequencia da faculdade de medicina era necessario ser licenciado em artes na Universidade, bem como possuir os livros adoptados para o ensino [3].

O curso comprehendia seis cadeiras, distribuidas pelos seis annos que durava, mas não se julgue que correspondia a cada anno uma só cadeira, succedendo pelo contrario estudarem-se todas n'alguns annos do curso.

Assim, no primeiro anno, bastaria que os alumnos assistissem ás aulas de Prima e de Terça, comquanto pudessem estudar todas as cadeiras; no segundo e terceiro, cursariam obrigatoriamente as seis aulas; no quarto e quinto, frequentavam as cadeiras de Prima, Vespera, Terça e Noa; finalmente, no sexto, só era obrigatoria a cadeira de Prima [4].

N'estas cadeiras, porém, não se ensinavam as mesmas dis-

---

[1] Mirabeau, op. cit., pag. 712. — J. Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Litterarios e Scientificos,* I, pag. 452.

[2] A primeira data é indicada por Mirabeau, op. cit., pag. 712; a segunda, por J. Silvestre Ribeiro, op. cit., pag. 456.

[3] *Estatvtos da Vniversidade de Coimbra, confirmados por Elrei D. Phelippe... em o anno de 1591.* Imp. por Antonio de Barreira, 1593, liv. III, tit. XLIX.

[4] Liv. III, tit. XLIX, §. 1.º

ciplinas a todos os cursos. Na cadeira de Prima ensinava-se o *Tegne* de Galeno e os livros *de locis affectis,* nos tres primeiros annos; no quarto, os tratados *de morbo et symptomate;* no quinto, os dois livros *de differentiis febrium,* e por ultimo no sexto, a parte da obra de Galeno intitulada *de simplicibus* [1]. São exactamente estas as disposições que a respeito de textos se presume com relação á reforma de D. João III.

O mesmo succede na cadeira de Vespera, sem a mais ligeira alteração [2].

Na cadeira de Avicena, determinava-se que esses textos fossem a *Fen prima quarti* e a *quarta primi*, e nos 4.º e 5.º a *Fen prima primi* e a *segunda primi* [3].

Na cadeira de Noa ou de Anatomia, lêr-se-iam os livros de Galeno *de usu partium,* assim como duas lições semanaes de cirurgia. O professor era, além d'isto, obrigado a fazer dissecções geraes e parciaes, sendo as primeiras tres vezes por anno e as segundas seis [4]. É de crêr que fosse isto proximamente o que D. João III estabelecera. Guevara, o primeiro professor de anatomia na Universidade, deixou uma obra que a seu tempo será estudada, em que defende Galeno contra André Vesalio, o que tende a provar que era o livro de *usu partium* o que servia para o ensino anatomico.

Finalmente, nas duas cadeiras restantes, que se denominaram menores, por opposição ás primeiras que constituiam as chamadas maiores, liam-se: na primeira, os livros de Galeno *de crisibus* e *de diebus criticis* nos dois primeiros annos, e os

---

1 Liv. III, tit. V, §. 20.

2 Liv. III, tit. V, §. 21.

3 Liv. III, tit. V, §. 22. O *Canon* de Avicena acha-se dividido em livros, e cada um d'elles n'um certo numero de *Fen*. A Fen prima quarti trata *de febribus*. A Fen quarta primi intitula-se: *De divisione modorum medicationum secundum ægritudines universales*. A Fen prima primi trata *de definitione medicinæ et subjectis ejus et rebus naturalibus*. Finalmente, a segunda primi occupa-se *de divisione ægritudinum et causarum et accidentium universalium*.

4 Liv. III, tit. V, §. 23.

de naturalibus facultatibus, de pulsibus, ad tyrones e *de inequali intemperie* nos restantes tres annos; e na segunda, os livros que tratam do *methodo medendi* (do 7.º ao 12.º) e *de sanguinis missione* nos dois primeiros annos; e nos outros tres, visto que o sexto apenas obrigava á frequencia da cadeira de Prima, os livros *de temperamentis, ars curativa ad Glauconem et quod et quando purgare conveniat* [1].

Além d'isto, os estudantes eram obrigados a visitar o hospital da cidade, emquanto o não havia da Universidade, acompanhando os lentes de Prima, Vespera e Avicena. Terminada a visita, o professor daria consultas aos doentes que se lhe apresentassem, diante dos alumnos, podendo nomear assistentes, d'entre os bachareis, aos que em razão da gravidade da doença não podessem comparecer, não sendo possivel a esses bachareis ensaiar tratamento algum sem manifesta approvação dos lentes.

Além d'estas visitas á enfermaria de medicina, o lente de Anatomia levaria os alumnos ás de cirurgia, onde curaria os doentes, o que indica um certo cuidado pela parte cirurgica do curso [2].

Os estudantes, para obterem o gráu de bacharel, tinham de fazer tres especies d'actos: um no fim do 3.º anno e outro no fim do 4.º, de nove conclusões, e um ultimo no fim do 5.º, em seguida ao qual receberiam o gráu e ficariam formados, o que os não habilitava para exercerem a clinica, sem cursarem o 6.º anno e fazerem um acto de pratica [3].

A maneira de fazer estes actos de conclusões era a seguinte: tomaria o alumno para objecto d'ellas nove das materias de maior difficuldade theorica, assentando sobre cada uma duas proposições; e sobre ellas o padrinho, bem como todos os doutores e bachareis, argumentariam, o primeiro em todas

[1] Liv. v, §§. 24 e 25.
[2] Liv. III, tit. LV, §. 7.º
[3] Liv. III, tit. XLIX, §. 5.º

*

as conclusões e os ultimos em qualquer d'ellas á sua escolha [1].

As causas, porém, mudavam um pouco se se tratava do acto de bacharel formado, porque para esse era necessario provar que o candidato frequentára tres annos a clinica hospitalar e no exame do 6.º anno apresentaria umas conclusões sobre assumptos praticos, depois de defender as quaes todos os doutores votariam sobre o seu merito. Para isso distribuia-se a cada doutor um papel em branco e outro em que declarava julgar que o candidato devia ser esperado por mais um anno, e conforme houvesse maioria d'uma ou d'outra especie de papeis na votação, assim o alumno adquiria ou não o direito de curar sem embaraço algum. Este modo de votar era o que então se chamava *por penitencia* [2].

Os estatutos providenciavam tambem sobre a maneira de tomar o gráu de licenciado. Para o receber, era o bacharel formado obrigado a frequentar mais quatro annos, no primeiro dos quaes ouviria a lição de Prima e frequentaria o hospital, limitando nos restantes os seus estudos a esta parte pratica. No fim do setimo e oitavo annos, tinha de fazer um acto de conclusões, e lêr uma lição de ponto que, no primeiro, versava sobre os livros de Hippocrates, e, no outro, sobre os de Galeno. Finalmente, no ultimo anno fazia dois actos: um chamado dos *Quodlibetos,* em que o candidato tinha de explicar uma questão proposta pelo presidente, o lente de Prima, e de ser argumentado por oito doutores; o segundo, chamado *regio,* consistindo proximamente na repetição d'aquelle acto.

Terminadas estas provas e passados tres dias, o reitor fazia reunir os doutores que votavam sobre o merito do candidato que, sendo approvado, era admittido ao exame privado, que versava sobre as obras de Hippocrates e sobre o volume quarto de Galeno.

---

[1] Liv. III, tit. LI, §§. 1.º, 2.º, 3.º e 4.º
[2] Liv. III, tit. LI, §. 7.º

Depois d'isto, seguiam-se as ceremonias que até certo ponto se conservam ainda no estabelecimento a que nos vimos referindo [1].

Por ultimo, regulavam os estatutos os actos a que eram obrigados os que tivessem estudado em universidades extrangeiras e desejassem habilitar-se com o curso da nossa. Contar-se-lhes-iam oito mezes por cada anno que tivessem estudado, o que dava em resultado começarem os que já eram bachareis o seu curso na segunda tentativa e os doutores serem considerados bachareis formados [2].

Estes estatutos foram levemente modificados em 1597, mas na parte que diz respeito á medicina julgamos que nenhuma alteração se deu. O snr. Mirabeau diz que as modificações versaram principalmente sobre negocios da capella, arrecadação da fazenda, etc. [3]

Em 1612, novos estatutos foram remettidos á Universidade, que pouco differem dos precedentes e conservam a maior parte das suas disposições. Na medicina, porém, algumas modificações foram introduzidas, de que vamos mencionar as mais importantes.

Relativamente ás materias que deviam lêr-se nas differentes cadeiras, ordena-se n'elles que o professor de Vespera que tinha de lêr o livro *ad Almanzorem* se limitasse á exposição do methodo curativo das enfermidades [4].

A anatomia mereceu um pouco menos de cuidado do que até ahi, visto que apenas se fazia cada anno uma demonstração anatomica n'um cadaver humano que o hospital de Coimbra tinha de fornecer para esse fim [5]; mas exigia-se que esta

---

[1] Liv. III, tit. LII e respectivos §§.

[2] Liv. III, tit. LXVIII e seu §. 1.º

[3] Mirabeau, op. cit., II, pag. 713.

[4] Reformaçam dos estatvtos feita no anno de MDCXII, in *Estatutos da Vniversidade de Coimbra,* confirmados por Elrey nosso Sñr o 4.º em o anno de 1653 impr. por mandado e ordẽ de Manuel de Saldanha. Coimbra, officina de Thomé Carualho, 1654. §. 101.

[5] §. 103.

cadeira fosse estudada desde o 1.º anno, em vez da de Terça, que os anteriores estatutos exigiam para prova do 1.º anno [1].

No acto do 6.º anno, que versava sobre assumptos praticos e era a habilitação final para se poder exercer a clinica, a reformação estabeleceu que os alumnos fossem interrogados sobre os meios de curar qualquer doença, no intuito de se obter uma prova mais completa da sua sufficiencia [2].

Além d'isto, impunham-se penas aos que usassem da medicina sem terem estudado na Universidade, comquanto n'esta disposição não fossem comprehendidos aquelles a quem o physico-mór désse auctorisação para isso, nas localidades onde não houvesse medicos letrados, na conformidade da provisão de 12 de maio de 1608, de que adiante fallaremos [3].

Finalmente, em 1641, foram confirmados por D. João IV uns estatutos que correm impressos [4] e que apenas differem dos de 1597 em conterem as alterações feitas pela reformação de 1612. Foram estes os que lhe serviram de lei até á reforma executada nos fins do seculo XVIII.

Tentando apreciar a legislação que se refere ao ensino medico na Universidade motivos haverá para louvores, principalmente se a compararmos com a legislação anterior, e com a que regulava a visinha e rival universidade de Salamanca. Não deve o historiador dirigir-se nas suas apreciações pelo espirito do seu tempo, mas forcejar por attender devidamente ás condições da época que tente pôr em evidencia.

A reforma de D. João III, augmentando o numero de cadeiras e chamando para ellas professores justamente celebres, elevou o ensino entre nós e augmentou a differença entre a nossa Universidade e a de Salamanca. Nos termos da lei de 4 de novembro de 1545, o diploma de bacharel em

---

1 §. 108.

2 §. 111.

3 §§. 121 e 122.

4 *Estatutos da Vniversidade de Coimbra* confirmados por Elrey nosso Sñr. Dom João o 4.º em o anno de 1653. Coimbra, off. de Thomé Carualho, 1654.

medicina só se podia obter em Coimbra depois de se cursarem as aulas respectivas durante seis annos, e de se praticar dois annos a clinica d'um medico que exercesse em Coimbra, e para a matricula exigia-se a licenciatura em Artes.

Ora, em Salamanca, quando nós augmentavamos as difficuldades do curso e ampliavamos o numero de cadeiras, facilitava-se a obtenção do curso, diminuindo o tempo de frequencia.

Nos estatutos approvados em Claustro pleno em 14 de outubro de 1538 lê-se, no titulo VIII, que se intitula *De lo que an de leer los catedraticos de teologia y medicina y filosofia natural y moral y como han de oyr en estas faculdades:* «El Catedratico de Prima de Medicina leerá la parte de Avicena que la mayoria de los oyentes le pediere.

«Cada estudiante medico despues de Bachiller en Artes oirá, los dos primeiros años de Medicina, una leccion de Filosofia natural, sin lo que no será admitido al Bachillerato en Medicina. Despues que hubiere oido tres cursos de Medicina practique medio año cursando con alguno de los Doctores ó Licenciados de la Universidad y sin probar este tiempo de practica no se le dé el grado».

Dos titulos XXXVIII e XLIII conclue-se que havia dois professores de medicina: de Prima e de Vespera; e esta disposição ainda subsistia em 20 de junho de 1617 [1].

E se de Salamanca lançarmos os olhos para as outras universidades hespanholas, veremos que lá se procurava attrahir alumnos facilitando o curso, ao passo que entre nós se aggravavam exigencias que só podiam dar como resultado procurar-se o diploma onde menos custava adquiril-o. Em Sevilha as cadeiras de medicina eram tres; em Toledo duas; em Saragoça tres, e a unica universidade hespanhola, em que o numero de cadeiras era superior ao de Coimbra era a de Alcalá [2]. Ir a Hespanha cursar as aulas, obter o diploma de bacha-

---

[1] Vidal y Diaz, op. cit., pag. 73, 83, 84 e 127.

[2] Morejon, *Hist. Bibliografica de la medicina española*, II, pag. 15 e seg.

rel e vir fazer em Portugal o exame de habilitação perante o physico-mór levava dois ou tres annos [1]. Compare-se isto com o que a legislação exigia aos estudantes da Universidade.

Tudo se conspirava, portanto, para estorvar a reforma. Ás causas que tolheram o nosso movimento litterario e scientifico na segunda metade do seculo e que o prof. Pedro Dias succintamente expõe nas seguintes palavras: «O circulo das fogueiras inquisitoriaes que, apenas entrados em Portugal, os (aos professores mandados vir para a Universidade) separava do commercio scientifico com os outros paizes, a falta de liberdade de exposição dos pensamentos, a prohibição do emprego de certos meios de estudo já então proclamados como indispensaveis pela evolução scientifica, que se operava além dos Pyreneus, paralysavam a boa vontade dos que se compenetrassem dos seus deveres e quizessem ser homens da sua época» [2] juntaram-se condições especiaes do exercicio medico que deviam desviar os alumnos do nosso primeiro estabelecimento d'instrucção, além d'outros factores de decadencia especial.

Já dissemos com que facilidade relativa se obtinha o gráu de bacharel em medicina na universidade de Salamanca, onde o iam buscar os nossos conterraneos. Ahi estava uma das causas da aspiração de alumnos para o extrangeiro; mas sommava-se a esta influencia e poderosamente a facilidade com que o physico-mór passava cartas que davam direito ao exercicio medico. Ouçamos outra vez a opinião de fr. Diogo de Murça: «O physico mor... lhes passa cartas para poderem curar, ainda que não sejam aqui graduados, e a muitos as passa que

---

1 «Os studantes de Medicina se vão os mais delles graduar de bachareis a Salamanca, e isto como tem dous ou tres annos de Medicina...» (Carta de Diogo de Murça, de 12 d'agosto de 1550, in Theophilo Braga, op. cit., II, pag. 187).

2 Pedro A. Dias — *Rodrigo de Castro, Apontamentos para a biographia do creador da gynecologia*, nos *Archivos de historia da medicina portugueza*, I, pag. 74.

nem aqui nem em outros pontos sam graduados, emquanto o physico-mór isto fizer, V. A. nom tem Faculdade de Medicina em Coimbra, e muitos pouquos sam os que perseveram até o cabo, donde nascem os physicos que chamam *Mata-sanos* e *ychacorvos,* que não sabem cousa alguma. Muito grande serviço de Ds. seria e de V. A. e bem d'estes reynos o Physico-mór receber satisfação do interesse que nisto lhe vay, se com direito póde aver, e cessar de usar desta maneyra de passar cartas a pesoas indoctas e nom graduadas, em que soo os graduados de Coymbra curassem no reyno, conforme a ley que V. A. sobre isso tem feito. Sobre isto screvi o anno passado a V. A. e nom se fez nada, e multiplicam-se pelo feito estes *Mata-sanos,* que disse, que depois são máos de tirar».

Ponham-se portanto em evidencia: a expulsão dos judeus, o estabelecimento da inquisição, a influencia dos jesuitas a aniquilar o pensamento; mais tarde a jornada d'Africa e a sujeição a Castella a sorverem as forças vivas da nação; mas na avaliação das causas que prejudicaram o ensino medico da Universidade junte-se-lhes a facilidade com que obtinham cartas os bachareis de Salamanca e ainda os *idiotas* que não haviam sido graduados em parte alguma. Se alguem persistia n'um curso tão longo como o de Coimbra, quando tão facilmente se podia subtrahir a tanto trabalho, só por isso devia considerar-se benemerito da instrucção medica.

Por outro lado, ligava-se á profissão medica uma falsa ideia d'indignidade, derivada talvez de se considerarem os individuos que a exerciam como christãos novos ou judeus. Não era errada a suspeita, e quasi todos os professores chamados para a Universidade por D. João III tinham inclinação manifesta para o judaismo. A perseguição aos christãos novos em Coimbra foi violenta por vezes [1]. Era difficil a vida n'aquella cidade, reinava a intriga, desapparecera a tranquillidade. Como progrediriam assim os estudos medicos?

---

[1] Theophilo Braga, op. cit., II, pag. 466.

A preparação em Artes, sobretudo depois que o ensino se realisava no collegio dos jesuitas, era uma mera formalidade. O que se procurava era habilitar com certidões os alumnos que tinham de frequentar medicina [1]. Sem alicerce de qualidade alguma como poderia o alumno aproveitar os beneficios do ensino universitario?

No provimento das cadeiras o suborno campeava infrene. No principio do seculo XVII, os abusos haviam-se tornado intoleraveis, e reclamaram providencias rigorosas.

Como se não bastasse tudo isto, entre os proprios lentes lavrava accesa discordia, odio violento que se exacerbava pelas çurras nas votações dos provimentos das cadeiras [2]. De muitos d'elles póde dizer-se ainda que, sobretudo nos fins do seculo XVI, haviam descurado muito as elevadas funcções que desempenhavam.

Os estatutos de 1591 e as suas differentes reformas, sobre os quaes se póde fazer um juizo mais seguro, manifestam tendencias pouco felizes, entre as quaes merece menção especial o pouco desenvolvimento dado ao ensino da anatomia.

Um dos factos capitaes que a reforma de 1544 trouxe comsigo foi o impulso dado aos estudos anatomicos então completamente abandonados entre nós, e veremos que Guevara, no pouco tempo que esteve em Coimbra (1556-1561), desempenhou convenientemente a tarefa que lhe foi confiada.

Segundo todas as probabilidades, o livro de texto era o *De usu partium* de Galeno que, sendo uma das maiores glorias d'aquelle grande homem, tinha sido em parte invalidado para a sciencia pelas diligencias dos mestres italianos. Já Guevara manifestára a tendencia de restabelecer o texto galenico contra as affirmações dos que o accusavam de inexactidão; depois da sua saída, a persistencia do livro de Galeno como texto não póde ser considerada como elemento de progresso no es-

---

[1] Theophilo Braga, op. cit., II, pag. 401.

[2] Idem, II, pag. 601.

tudo d'uma sciencia cujo livro não póde ser outro senão o cadaver humano.

As dissecções anatomicas, cujo proveito ninguem póde hoje discutir, nunca tiveram em Coimbra grande desenvolvimento. Os estatutos de 1591 dizem que haveria por anno seis parciaes e tres geraes, e é provavel que esta disposição tivesse como fonte qualquer provisão do tempo em que Guevara leu na Universidade [1]. A pouco se limitava, portanto, a parte pratica do ensino; mas o seu valor ainda era mais exiguo, porque as dissecções provavelmente se effectuavam em animaes. A reformação de 1612 diz que as que se faziam em *outros sujeitos*, que não os cadaveres humanos, *não eram de consideração*, o que faz suppôr o que affirmamos.

Esta conjectura é confirmada completamente por uma devassa mandada tirar em 1619 sobre o estado disciplinar da Universidade. Era então professor de anatomia o dr. Martim Gonçalves. Ora, do depoimento d'alguns estudantes resulta que se não faziam as «notomyas geraes e particulares». Uma unica que se effectuára no anno anterior havia sido feita em um carneiro. Não existia theatro anatomico, e as dissecções faziam-se em casa do professor, nas raras vezes que se faziam. Nem ferros cirurgicos havia. De tal modo haviam caído em desuso os trabalhos anatomicos que em 1623-1624 Manuel Alves Carrilho pedia que se lhe désse uma conducta para «fazer anathomia em corpos humanos ou animaes». E havia uma cadeira grande para ser ensinada esta disciplina! [2]

Outro defeito, e não menos grave, das reformas universitarias foi o de tenderem a escravisar o pensamento, manten-

---

[1] A. d'Almeida cita um Alvará Regio de 23 de setembro de 1596 dirigido ao corregedor da comarca de Coimbra para entregar os cadaveres dos justiçados ao dr. Rodrigo de Reinoso, lente de Prima da Universidade. A data não póde de modo algum ser essa, e ha razões para crêr que seja 1556; por outro lado, a pessoa a quem se mandam entregar não ensinou anatomia, e apenas devia intervir como director da faculdade.

[2] Theophilo Braga, op cit., II, pag. 533, 535, 539, 773 e 787.

do-o ligado por dois seculos aos textos de Galeno, Avicena e Hippocrates. Toda a investigação scientifica ficou reduzida aos commentarios sobre estes auctores, e esses commentarios por vezes são meras paraphrases do texto a que se referem.

Se, porém, se compararem as disposições legislativas nos dois seculos a que nos referimos com as antigas, o progresso é tão evidente que seria loucura insistir em o demonstrar.

Uma disposição que deveria fazer prosperar os estudos medicos foi o estabelecimento de pensões aos estudantes de medicina, comquanto no seu estabelecimento se não attendesse ao merito ou ás condições pecuniarias dos alumnos, mas sim á maior ou menor pureza de sangue christão. A intolerancia religiosa, que por tantos outros modos se manifestava, traduzia-se por mais este facto.

Foi D. Sebastião quem pela carta de 20 de setembro de 1568 determinou que houvesse sempre na Universidade trinta estudantes de medicina e cirurgia christãos velhos, recebendo 20$000 reis de pensão annual. Esta disposição foi caíndo lentamente em desuso até ser renovada por Filippe III de Hespanha que accrescentou 4$000 reis á pensão que os estudantes recebiam, estendendo-se tambem aos que desejavam estudar pharmacia [1].

N'uma provisão de 18 de fevereiro de 1606, estabelecia-se a quota com que devia contribuir cada uma das povoações do reino para a *Arca dos Medicos*, e, graças a uma cobrança rigorosa, havia sempre em cofre fundos avultados que permittiam adiantamentos aos professores para impressão de livros, etc.

Apesar da excellencia da disposição, os seus beneficios foram muito pequenos: a sua influencia, diz Theophilo Braga, foi nulla no desenvolvimento da frequencia de estudantes na faculdade de medicina, e no desenvolvimento da sciencia [2].

---

1 Regimento dos medicos e boticarios christãos velhos, de 7 de fevereiro de 1604, in Estatutos da Universidade de 1653.

2 Theophilo Braga, op. cit., II, pag. 783.

A escolha dos partidistas foi sempre origem das maiores discordias em Coimbra, e pela devassa de 1619, a que nos referimos, sabe-se que os concursos eram verdadeiras traficancias, impedindo-se de votar os lentes christãos novos.

Por se reconhecerem os inconvenientes apontados, pensou o reformador D. Francisco de Bragança em crear um *Collegio dos Medicos christãos-velhos.* A mesa da Consciencia e Ordens não approvou o plano a que obedecia, mas como D. Francisco instasse, e mostrasse a falta de medicos que havia por todo o reino, ordenou-se que se instituisse o *Collegio,* mas a ordem não chegou a ter cumprimento.

Se, na Universidade, os estudantes medicos tinham de cursar por longos annos as aulas, e depois ainda haviam de seguir a pratica de qualquer clinico por dois annos para obterem o seu diploma, vimos que se admittia outra cathegoria de medicos que obtinham carta de habilitação simplesmente depois d'um exame tal ou qual perante o physico-mór.

O regimento dado a este funccionario em 25 de fevereiro de 1521 estabelece algumas providencias novas sobre este assumpto. O exame de habilitação era feito perante um jury constituido pelo physico-mór, presidente, e por dois facultativos da real camara, ou por um apenas, se em Lisboa não estivesse mais nenhum.

O exame comprehendia uma parte theorica e outra pratica: a primeira consistia n'um exame vago feito pelos tres facultativos; a segunda limitava-se a provar o candidato por meio de testemunhas que havia praticado dois annos com physicos approvados e legalmente auctorisados para exercerem a clinica. Além d'isto, o physico-mór deveria levar comsigo o examinando tres ou quatro vezes ás visitas aos doentes para conhecer melhor da sua sufficiencia. Terminado o exame, e mostrando-se o candidato razoavelmente conhecedor das differentes partes da medicina, passava-se-lhe uma carta que o auctorisava a exercer clinica sem impedimento algum.

D'este exame não ficavam dispensados os nacionaes ou extrangeiros que tendo cursado as universidades extranhas

desejavam clinicar no nosso paiz. A unica excepção admittida era em favor dos doutores e licenciados na Universidade de Lisboa, para os quaes era diploma de habilitação a carta de formatura que haviam obtido.

Como, porém, no dizer do alvará, havia logares onde não podiam estabelecer-se medicos examinados, as mulheres e homens que ahi tivessem colhido praticamente alguns conhecimentos vinham perante o physico-mór que, se os testemunhos de sufficiencia lhe mereciam confiança, lhes passava uma licença em que designava o tempo durante o qual podiam fazer uso dos seus conhecimentos, o logar onde exerceriam a clinica e as enfermidades de que podiam tratar.

Por outro lado, o documento que vimos extractando claramente demonstra que se procurava accentuar cada vez mais a distincção entre a medicina e a cirurgia, marcando-se penas para os cirurgiões que exerciam medicina e para os medicos que exerciam a cirurgia [1].

A facilidade com que se obtinham as cartas de habilitação passadas pelo physico-mór dava na pratica os resultados que se podem suppôr. Tão graves eram os inconvenientes que as côrtes de 1535 tiveram de se occupar do assumpto. N'um dos seus capitulos pediram que todos os physicos e cirurgiões do reino fossem examinados na Universidade de Lisboa, e só depois de approvados n'esse exame pudessem receber a carta de habilitação passada pelo physico ou cirurgião-mór.

Parece que estes funccionarios eram mais avidos dos honorarios que recebiam pelas cartas do que zelosos no cumprimento dos seus deveres. Por isso, o povo dizia nas suas reclamações que se faziam muitas cartas erradas com perigo das vidas «não olhando o que nisso vay ao povo senão a seu bem particular que he leuar hũ marco de prata».

Não obtemperou o rei a tão justa reclamação; pelo contrario, respondeu que se não podia prover n'este assumpto

---

1 Collecção Almeida citada.

como era requerido; que as disposições legislativas em vigor eram as mais proveitosas, mas que ainda havia de regular melhor este caso [1].

Se, n'um periodo de dez annos, não houve documentos legislativos relativos ao exercicio da medicina que o tempo fizesse desapparecer, a maneira como se providenciou parece uma irrisão para as justas reclamações do povo. Já citamos o alvará de 4 de novembro de 1545. Este documento mandava que os alumnos da Universidade só podessem receber cartas de habilitação do physico-mór depois de haverem praticado dois annos com qualquer medico. Isto equivalia a reduzir o curso universitario, que aliás durava seis annos, a coisa nenhuma, porquanto a carta de habilitação se obtinha simplesmente com os dois annos de pratica, sem necessidade do curso. Triumphava a cubiça do physico-mór [2].

Alarmou-se legitimamente o reitor e conselho da Universidade. Fizeram subir reclamações ao poder real sobre este objecto, e em 20 de março de 1565 obtiveram a reparação que lhes era devida. Determinava-se n'um alvará d'essa data que os bachareis formados na faculdade de medicina pudessem livremente curar sem embaraço algum.

A Universidade não podia dar-se por satisfeita por ter conquistado para os seus filhos regalias que de direito lhes pertenciam, porque essas regalias eram uma illusão, desde o momento que abundavam os medicos *idiotas* que tolhiam o exercicio da clinica aos diplomados. Era tamanho o seu numero que Henrique Jorge Henriques o computa em dois mil em todo o reino [3]. E entrariam n'este numero as mulheres que curavam com hervas, as que tratavam das feridas, etc.?

Emquanto este estado de coisas se conservasse, inutil era pensar que o ensino universitario se podia desenvolver. Os alumnos faltavam nas aulas, a frequencia era diminutissima,

---

[1] Collecção Almeida cit.

[2] Mesma collecção.

[3] *Retracto del perfecto medico*. Salamanca, 1595, pag. 110.

tudo indicava uma decadencia assombrosa que cada vez mais se accentuaria se não surgissem providencias decisivas.

Surgiram, mas ainda incompletas. O alvará de 12 de maio de 1608 determinou que o physico-mór não pudesse dar licença a medicos idiotas para exercerem clinica onde houvesse medicos graduados pela Universidade de Coimbra; mas nada obstava a que o fizesse onde os não havia. Os medicos graduados em universidades extrangeiras ficavam sujeitos ao exame perante o physico-mór, e seriam considerados como idiotas para todos os effeitos [1]. Onde ia a consideração que tinham merecido os graduados em Salamanca?

As disposições d'este alvará passaram integralmente para a reformação dos estatutos universitarios de 1612 e vigoraram até ao reinado de D. José, em que, por occasião da reforma, se ordenou que nunca mais se consentisse o exercicio da medicina aos que não houvessem frequentado a Universidade.

Vemos portanto que, do mesmo modo que no periodo antecedente, havia duas especies de medicos: uns que frequentavam apenas a clinica d'um facultativo qualquer e com um exame perante o physico-mór ficavam habilitados a exercer a medicina, outros que precisavam d'um curso bastante longo na Universidade para o fazerem.

A educação medica dos filhos da Universidade era deficiente, já o fizemos notar, e mais se tornou á medida que o ensino se immobilisou no culto de Hippocrates e Galeno, sem acompanhar os progressos medicos: mas, pondo de parte os inconvenientes que d'ahi resultavam, é certo que o legislador exigia dos alumnos provas de competencia sufficientes, quer em theoria quer em pratica, quando, além dos seis annos do curso, ordenava que seguissem a clinica d'um medico approvado por espaço de dois annos.

Contrasta este procedimento com o havido com os medicos idiotas, que, para obterem licença de curar, se muniam

---

[1] Collecção Almeida cit.

apenas da certidão de haverem acompanhado por dois annos um clinico legalmente habilitado, e sobretudo é revoltante a injustiça quando se lhes davam iguaes direitos aos que tinham os diplomados em Coimbra.

Mesmo depois de se restringir áquelles a área do exercicio da profissão, é contestavel a conveniencia de individuos habilitados incompletamente exercerem uma profissão qualquer. Mas, em abono da verdade, note-se uma circumstancia que até certo ponto justifica estas concessões prejudiciaes á saude publica: o curso da Universidade era comparativamente muito longo, e povoações havia em que não convinha aos medicos formados em Coimbra estabelecerem residencia. Ora, entre deixal-as completamente abandonadas de soccorros em materia tão importante como é a saude publica e mandar-lhes individuos com alguns conhecimentos medicos, o legislador optou pela segunda resolução. E não admira que os povos os recebessem bem, porque a ignorancia e superstição eram tamanhas, que os proprios poderes publicos davam por vezes provas da mais vergonhosa credulidade. Sirva de exemplo o alvará de 13 de outubro de 1654, em que D. João IV concede uma pensão de 40$000 reis annuaes a um soldado que *curava com palavras* as enfermidades que grassavam no exercito do Alemtejo! [1]

LISTA DOS PROFESSORES DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE

Lentes de Prima

1537-1545 — Henrique Cuellar.
1545-1557 — Rodrigo Reynoso.
1558-1579 — Thomaz Rodrigues da Veiga.
.... — Francisco Rodrigues Cassam (?)
1589-1609 — Balthazar d'Azeredo.

[1] Almeida, Collecção citada.

1615-1623 — Antonio Gomes.
1623-.... — João Bravo Chamiço.
1632-1644 — Manuel d'Abreu.
1644-.... — Thomaz Serrão de Brito.
1654-1659 — Pedro de Sousa e Cunha.
1659-1662 — Antonio Pacheco Fabião.
1662-1667 — Diogo da Cruz.
1671-1685 — Antonio Mourão Toscano.
1685-1701 — Antonio Mendes.
1704-1706 — Bento da Cruz Freire.
1706-1713 — Balthazar Rodrigues Cabral (*do Cazal ?*)
1716-1717 — Antonio d'Abreu Bacellar.
1717-1726 — José d'Amorim.
1726-.... — Manuel Francisco.
1738-1753 — Manuel dos Reis e Sousa.
1759-1772 — Alvaro Antunes das Neves.

Lentes de Vespera

1539-1557 — Thomaz Rodrigues da Veiga.
1558-1577 — Jorge de Sá Sotto-Mayor.
1578-1585 — Fernão Rodrigues Cardoso.
1589-.... — Pedro Alvares.
1602-1615 — Antonio Gomes.
1615-1624 — João Bravo Chamiço.
1632-1644 — Thomaz Serrão de Brito.
1645-1654 — Pedro de Sousa e Cunha.
1655-1659 — Antonio Pacheco Fabião.
1659-1662 — Sebastião Jorge Froes.
1662-1667 — Manuel Guedes Escachana.
1667-1671 — Antonio Mourão Toscano.
1671-1685 — Antonio Mendes.
1695-1704 — Manuel Mendes de Sousa Trovão.
1704-1706 — Balthazar Rodrigues Cabral (*do Cazal?*)
1706-.... — Antonio Simões da Silva.
1716-1717 — José de Amorim.
1717-1726 — Manuel Francisco.
1726-.... — Manuel da Cruz.
1735-1738 — Manuel dos Reis e Sousa.
1759-1772 — Antonio Amado de Brito.

Lentes de Terça, em que tambem se leu Avicena

1540-1541 — Antonio Barbosa.
1541-1544 — Luiz Nunes.

1545-1555 — Francisco Franco.
1556-1560 — Diogo de Contreiras.
1560-1564 — Francisco Lopes Netto.
1564-1568 — Francisco Carlos.
1568-1574 — Manuel de Crato (*de Crasto?*)
1574-1577 — João Lopes Netto.
1577-1578 — Fernão Rodrigues Cardoso.
1579-1581 — Balthazar Correia.
1581-1583 — Francisco Botelho.
1583-1589 — Balthazar Azeredo.
1589-1592 — Ignacio Ferreira.
1592-1602 — Antonio Gomes.
1602-.... — Pedro de Barros Pinto.
1615-.... — Gonçalo de Paiva.
1634-1645 — Pedro de Sousa e Cunha.
1645-1655 — Antonio Pacheco Fabião.
1659-1662 — Diogo da Cruz.
1662-1664 — Fernando Magro Freire.
1664-1667 — Manuel Carreira Marrio (*Mattoso?*)
1667-1671 — André d'Oliveira Lobo.
1671-1691 — Manuel Rodrigues do Valle.
1691-1695 — Manuel Freyre.
1695-1697 — Manuel Moreira.
1697-1704 — Bento da Cruz Freire.
1705-1706 — Antonio Simões da Silva.
1706-1716 — Antonio d'Abreu Bacellar.
1717-1726 — Manuel da Cruz.
1726-.... — Ignacio do Valle.
1759-1772 — Antonio José da Silva.

Lentes de Anatomia

1556-1561 — Affonso Rodrigues de Guevara.
1596-por subs. — } João Bravo Chamiço.
1601-1614 — }
1615-1619 — Martim Gonçalves Coelho.
1620-.... — Manuel d'Abreu.
1633-1634 — Pedro de Sousa e Cunha.
1634-1645 — Antonio Pacheco Fabião.
1646-1656 — Fernando Magro Freire.
1656-1659 — Sebastião Jorge Froes.
1659-1662 — Manuel Guedes Escachana.
1662-1664 — Manuel Carreira Marrio (*Mattoso?*)
1664-1666 — Antonio Mourão Toscano.

*

1666-1671 — Antonio Mendes.
1671-1691 — Manuel Freire.
1697-1704 — Balthazar Rodrigues Cabral (*do Cazal?*)
1706-1716 — José d'Amorim.
1717-1726 — Ignacio do Valle.
1726-1735 — Manuel dos Reis e Sousa.
1759-1772 — Francisco Lopes Teixeira.

Lentes de Crisibus

1577-1582 — Gaspar Manso Leitão.
1582-1583 — Balthazar d'Azeredo.
1584-1589 — Pedro Alvares.
1590-1592 — Antonio Gomes.
1592-1602 — Pedro de Barros Pinto.
1604-1615 — Gonçalo de Paiva.
1618-1632 — Manuel d'Abreu.
1633-1656 — Sebastião Jorge Froes.
1656-1659 — Diogo da Cruz.
1659-1662 — Fernando Magro Freire.
1662-1664 — Antonio Mourão Toscano.
1665-1666 — André d'Oliveira Lobo.
1672-1691 — Antonio Pimentel da Costa.
1693-1695 — Manuel Moreira.
1697-.... — Antonio Simões da Silva.
1706-1717 — Manuel Francisco.
1717-1726 — Manuel dos Reis e Sousa.
1726-.... — João Pessoa da Fonseca.

Lentes de Methodo

1546-1557 — Cosme Lopes Netto.
1558-.... — Alvaro Nunes.
1568-.... — Lourenço Rodrigues.
1575-.... — Ruy Coelho.
1577-.... — Gaspar Manso Leitão.
1579-.... — Gaspar Mendes.
1582-1583 — Pedro Alvares.
1583-1589 — Ignacio Ferreira.
1589-1592 — Pedro de Barros Pinto.
1592-1596 — Domingos Dias de Figueiredo.
1596-.... — Antonio Alves do Amaral.
1603-1606 — Pedro Freire d'Andrade.

1606-1614 — Martim Gonçalves Coelho.
1618-1632 — Thomaz Serrão de Brito.
1633-1656 — Diogo da Cruz.
1656-1659 — Manuel Guedes Escachana.
1662-.... — Manuel Carreira Marrio (*Mattoso?*)
1688-1693 — Manuel Mendes de Sousa Trovão.
1693-1697 — Bento da Cruz Freire.
1698-1706 — José de Amorim.
1706-1717 — Manuel da Cruz.
1717-1726 — Antonio Duarte Ferreira.
1726-.... — Luiz Freyre de Magalhães.

Lentes de Cirurgia

1557-1561 — Affonso Rodrigues de Guevara.
1596-1601 — João Bravo Chamiço.
1622-1631 — Manuel Alves Carrilho.
1633-1646 — Fernando Magro Freire.
1650-1656 — Manuel Guedes Escachana.
1665-1666 — Manuel Rodrigues do Valle.
1671-.... — João Bernardes de Moraes.
1678-.... — Manuel da Costa Baptista.
1698-1706 — Antonio d'Abreu Bacellar.
1706-1717 — Ignacio do Valle.
1717-1726 — João Pessoa da Fonseca.
1726-.... — Bento Gomes dos Santos.
1759-1772 — José dos Santos Gato.

Condutarios com privilegios de Lentes

1603 — Gonçalo de Paiva.
1636 — Gaspar Pires de Figueiredo.
1666 — Manuel Freire.
1667 — Antonio Pimentel da Costa.
1668 — Luiz Soares.
1672 — Gregorio Lopes.
1683 — Fernão Dias Pereira.
1684 — Manuel Moreira.
1693 — Athanasio Lourenço Netto.
1693 — Balthazar Rodrigues Cabral (*do Cazal?*)
1693 — José de Amorim.
1693 — Antonio Simões da Silva.
1706 — Manuel dos Reis e Sousa.

1706 — João Pessoa da Fonseca.
1706 — Antonio Duarte Ferreira.
1709 — Luiz Freire de Magalhães.
1717 — Manuel Monteiro da Fonseca.
1717 — Bento Gomes dos Santos.
1727 — Manuel Simões Pinheiro.
1727 — Manuel Dias Ortigão.
1727 — Amaro Rodrigues da Costa.
1727 — João Duarte.
1727 — Manuel de Carvalho.
1737 — Bernardo d'Almeida Torres.
1742 — Alvaro Antunes das Neves.
1742 — Antonio Amado de Brito.
1742 — Antonio José da Silva.
1751 — Francisco Lopes Teixeira.
1754 — José dos Santos Gato.

Condutarios sem privilegios

1604 — Simão Roubão da Costa.
1665 — Manuel Freire.
1665 — Antonio Pimentel da Costa.
1706 — José da Cruz Freire.
1706 — Luiz Freire de Magalhães.
1737 — Alvaro Antunes das Neves.
1737 — Antonio Amado de Brito.
1737 — Antonio José da Silva.
1742 — Francisco Lopes Teixeira.
1751 — José dos Santos Gato.
1756 — Manuel de Miranda.
1756 — Bernardo José da Costa.
1756 — Francisco Antonio Peres.
1756 — Manuel Cordeiro Calhau.
1756 — José das Neves e Sousa.
1756 — Antonio Gomes Machado.
1759 — Antonio José Francisco d'Aguiar.
1759 — Manuel Antonio Sobral.

Lentes de Vacações

.... — Cosme Lopes Netto.
1547 — Jeronymo Henriques.

1553-1555 — Francisco Lopes Netto.
1555 — Ambrosio Nunes.
1556 — Francisco Carlos.

Cathedrilhas extraordinarias

1547 — Antonio Luiz — cathedrilha de Galeno e de Aristoteles.
1548 — Antonio Luiz — cathedrilha de Galeno.
1565 — Manuel de Crato (*de Crasto ?*)
1572 }
1577 } — Fernando Rodrigues Cardoso.
1589 — Henrique Jorge Henriques, lente de pratica.

CAPITULO III

Organisação do ensino cirurgico no Hospital de Todos os Santos e fóra d'elle

O ensino cirurgico que, no periodo antecedente, se reduzia a muito pouco, tende a centralisar-se no Hospital de Todos os Santos, e do mesmo modo que havia uma faculdade de medicina em Coimbra, assim parece ter havido a ideia de crear n'elle um curso regular de cirurgia.

Bem limitado era o ensino no hospital quando foi creado, mas, com o decorrer do tempo, realisaram-se progressos notaveis nos estudos cirurgicos.

Lembremos que, pelo regimento do hospital, o cirurgião interno era obrigado a lêr todos os dias uma lição aos dois *moços* que havia de ter, e que nenhuma outra disposição se conhece em relação a este ponto nos primeiros tempos da existencia do hospital.

No meado do seculo XVI foi muito ampliada esta disposição. Os registros do hospital dão noticia d'um alvará de 20 de novembro d'este anno, em que se nomeia o dr. Duarte Lopes para lêr n'elle uma lição de Guido de Chauliac que deveria durar uma hora, estabelecendo ao mesmo tempo que aquelle professor se demorasse no hospital durante meia hora mais, para rebater as duvidas que os estudantes tivessem. Ao

mesmo tempo, era obrigado a fazer as dissecções anatomicas que fossem necessarias e se lhe ordenassem, nos corpos dos fallecidos no hospital e nos justiçados [1].

A aula de cirurgia continuou funccionando regularmente, e, como se demonstrasse o seu proveito, e por outro lado se reconhecesse que, na falta de professores habeis, os cirurgiões não attingiam conhecimento desenvolvido na sua arte, restringiu-se o exercicio da cirurgia aos que estudavam no hospital de Lisboa. É o que diz o alvará de 26 de julho de 1559, que assigna ao curso a duração de dois annos, e só exceptua da sua frequencia no Hospital de Todos os Santos os que já o tivessem em Coimbra, Salamanca ou Guadalupe [2].

Pouco depois começava Guevara o seu curso em Lisboa que, dadas as circumstancias que possuia o professor, devia ser muito frequentado.

Não se conservaram por muito tempo em vigor as disposições do alvará de 26 de julho de 1559 que, se por um lado tinha a vantagem de exigir aos cirurgiões um curso de dois annos no maior hospital do reino, onde havia professores habeis, padecia por outra parte do gravissimo inconveniente de obrigar a viagens custosas e dispendiosissimas os que se quizessem consagrar á pratica cirurgica. Acaso se póde alcançar que essa disposição tivesse valor em Lisboa, ficando os restantes cirurgiões do reino livres de tal obrigação.

Pelo menos, o que se póde affirmar com certeza, é que já no regimento de 12 de dezembro de 1631 se não encontra vestigio algum de tal disposição.

Segundo este documento, para o exame de habilitação, era indispensavel que o candidato conhecesse a lingua latina

---

[1] As fontes de que nos soccorremos são: Bernardino Antonio Gomes, *Instrucção medica em Portugal,* na *Gazeta medica de Lisboa* de 1860 e 1861; Maximiano Lemos, *O Hospital Real de Todos os Santos,* na *Medicina Contemporanea* de 1886; Alfredo Luiz Lopes, *Hospital de Todos os Santos,* Lisboa, 1890, e J. A. Serrano, *Tratado de osteologia humana,* Lisboa, 1895.

[2] Collecção de Antonio d'Almeida, no *Jornal de Coimbra.*

e houvesse praticado no hospital da terra, e, não o havendo, provasse ter seguido a clinica de qualquer cirurgião, por espaço de quatro annos.

Datam do fim do seculo algumas providencias a respeito do curso de cirurgia do Hospital de Todos os Santos. Em 15 de abril de 1693 determinava-se que os praticantes de cirurgia ou barbeiros não pudessem ser admittidos nos cursos do hospital sem pelo menos saberem lêr e escrever, e o regimento de 1 de julho de 1694 estabeleceu que o curso de cirurgia não podia ser frequentado por mais de noventa alumnos, que estudariam por espaço de cinco annos, praticando nas enfermarias [1].

Quando, porém, o ensino no hospital começa a tomar incremento notavel, é quando se separa o estudo da anatomia do da cirurgia propriamente, o que acontece em principios do seculo XVIII, sendo em 20 de novembro de 1704 nomeado Luiz Chalbert Falconet para lente de anatomia. Falconet ou Falconete era filho de paes francezes, mas nascera em Setubal; estudára medicina e cirurgia em Reims e lá certamente adquiriu a competencia a que deveu o logar.

O seu alvará de nomeação é documento bastante de que os estudos anatomicos haviam decaído muito, quando diz: «tendo consideração á grande falta que ha em este Reyno da noticia da Anathomia que se precisa para a arte de surgia, e ainda para a da medecina».

De facto o ensino da cirurgia estava reduzido a tão pouco que Pyres de Sousa, em 1696, dizia ter chegado a arte cirurgica a tal miseria *que se vê hoje usada de pessoas que não sabem bem lêr* [2].

O modo como se fornecia o ensino consta d'umas instrucções que se conservam no registro do hospital. Diz-se n'ellas

---

[1] Alfredo Luiz Lopes, op. cit., pag. 29.

[2] *Exame chirurgico,* annexo á *Chronographia medicinal das Caldas de Alafoens.* Lisboa, 1696. *Ao leitor.*

que haveria duas lições por semana, ás terças e quartas-feiras, com anatomias praticadas nos cadaveres dos fallecidos no hospital e dos enforcados. Se estas demonstrações tinham de ser prolongadas por mais d'um dia, descontavam-se outros tantos nos dias lectivos da semana seguinte.

Da maneira como Falconet regeu a sua cadeira, não restam vestigios; sabe-se apenas que n'ella se conservou até 1709 em que morreu. Em 1721, já apparece outra nomeação para professor de anatomia, a do catalão D. Antonio de Monravá e Roca.

Segundo nos informa o prof. Serrano, o curso de Monravá durava tres annos, com lições quatro dias por semana, cada uma de tres horas, repartidas pelo modo seguinte: n'uma hora ditava-se e escrevia-se a apostilha, n'outra explicavam-se e tiravam-se as duvidas, na ultima demonstrava-se no cadaver presente o que se dictára e explicára. Havia, além d'isso, todos os dias, ensino pratico na enfermaria de S. José. O professor poucas vezes o regeu, porque em 1732 foi aposentado, dizendo o alvará de nomeação do seu successor que o ensino do medico catalão se havia mostrado de pouca utilidade.

Não ficou elle inactivo depois da reforma. Continuou escrevendo, discursando, leccionando, dando demonstração de uma grande actividade. Não será ocioso, rememorar a maneira como fornecia o ensino na famosa Academia das Quatro Sciencias, creada depois da sua aposentação, e de que passamos a dar noticia, fundados n'um documento que nos deixou o proprio Monravá.

N'um aposento estavam armados vinte e quatro cubiculos, a que elle dá o nome de *occultos*. Cada *occulto* compunha-se de uma cadeira e uma banca, rodeados e tapados por quatro cortinas. Sobre a mesa alguns livros, tinteiro e um candieiro acceso. Em cada um dos cubiculos, tomava logar um alumno que, em virtude da disposição adoptada, se não podia distraír com a vista dos condiscipulos. Na frente de todos, de modo a abraçal-os com a vista, estava o professor.

«Disposição é esta primorosa, diz o proprio Monravá, para que a vista de varios objectos não perturbem (*sic*) aos

entendimentos, no ouvido das vozes da explicação do Mestre, e nas duvidas ou respostas dos mesmos discipulos».

Eram objecto do ensino as quatro faculdades seguintes: a anatomia, a cirurgia, a physica experimental e a medicina. Projectava o professor, em 1739, juntar-lhes a botanica, em que explicaria as virtudes das hervas e medicamentos simples e compostos, levando depois os alumnos a praticar pelas hortas e campos, e a *optica,* em que ensinaria theorica e praticamente «como se faz a vista e como se perde» e, no que respeitava ás doenças dos olhos, faria «quantas operações manuaes ha que fazer n'elles e se explicará pelo Mestre, como se fazem, melhor que por ninguem, na operação com a agulha, para as cataractas».

Realisavam-se as lições tres dias na semana, nas segundas, quartas e sextas-feiras. Começavam ás seis horas da tarde e só terminavam ás duas horas da manhã. Nas duas primeiras horas era estudada a *anatomia.* Estas duas horas eram empregadas, a primeira em decorarem os estudantes a lição anteriormente marcada, e a segunda em a recitarem. O professor explicava os pontos difficeis e fazia dissecções, ou em corpos vivos ou em cadaveres humanos.

Similhantemente se procedia das oito ás dez horas da noite, tempo consagrado ao estudo da cirurgia. Os praticantes decoravam em silencio a lição, que depois repetiam, fazendo por essa occasião o professor alguma operação manual.

Seguia-se o ensino da physica do mesmo modo fornecido, salvo que, em vez da operação, finalisava a lição com algum «experimento physico».

Terminava a interminavel lição com a *medicina.* Na primeira hora decorava-se a postilha que havia sido ditada na vespera, dava-se a lição e postilhava-se de novo para o dia seguinte. Monravá explicava todas as duvidas, e praticava sobre uma ou outra enfermidade supposta, da mesma maneira que se estivesse em presença de qualquer doente.

Terminava a lição pelas duas horas da madrugada. «Então, diz Monravá, todos os discipulos buscam o retiro para dormir (ao estylo bellico) e esperar que appareça a luz do

sol, em cujo tempo se abrem as portas e cada qual se vá para sua casa».

No decorrer d'estes trabalhos propunha-se o medico catalão verdadeiras maravilhas. Ao cabo de tres annos promettia elle aos seus discipulos que saberiam tanto como elle, ou talvez mais. Este *talvez mais* era um cumulo de modestia, visto como assevera n'outra parte que apresentava no seu curso «novas ou novissimas doutrinas do mesmo mestre (Monravá) no especulativo e no pratico, certas e invenciveis, pelas quaes ficará reprovada toda a cirurgia e medicina dos modernos».

A pontualidade era de rigor; quem se não apresentasse até ás seis horas em ponto, para entrar na aula, encontrava as portas fechadas; como tambem quem estivesse dentro só podia saír no dia immediato, ao romper da aurora. Eram prohibidas aos alumnos tres coisas: «palrar uns com os outros, comer alguma cousa, e tomar tabaco».

Tudo vem providenciado no regulamento de que vimos dando noticia. Depois de ter marcado as circumstancias em que os occultos se devem conservar abertos ou fechados, Monravá estabelece uma disposição, a que receamos tirar o pittoresco sabor, não a transcrevendo por extenso. É a seguinte:

«Que por quanto entre os discipulos sempre ha alguns menos cuidadosos, se esses forem perseguidos do somno, no tempo das oito horas da lição, para sua vigilancia está posto um sino que, como a sentinella, dará vozes de tanto em tanto, pelo cuidado de dois discipulos semanarios, que pegando por duas cordas, puxarão pelo badalo, cujos golpes não pouco retumbam aos ouvidos dos dormentes».

Para terminarmos esta noticia do curso de Monravá, falta dizer que os alumnos eram divididos em tres classes: communitarios, decuriões e decretados. Só aos primeiros se applicavam em todo o rigor os estatutos; os segundos, ás semanas, ajudavam o professor nas operações e experiencias de physica, quando as não executavam sósinhos, e tomavam as lições aos seus condiscipulos menos adiantados, além de vigiarem pela disciplina do curso; os terceiros, por demasiado sabedores, não tinham necessidade de observar com rigor a disciplina es-

tabelecida, assistindo apenas ás lições com o fim de se instruirem mais [1].

Succedeu a Monravá Bernardo Santucci, natural de Cortona, que havia estudado em Bolonha e fôra medico da princeza da Toscana. No decreto que o nomeia [2], diz D. João V que tinha d'elle excellente informação no que dizia respeito a sciencia e capacidade; e é realmente fóra de toda a duvida que adiantou notavelmente o conhecimento da anatomia entre nós, do que ficou documento no livro que sobre ella escreveu e de que teremos occasião de fallar.

Mandava ainda o decreto que nenhum praticante fosse approvado pelo cirurgião-mór do reino, sem que apresentasse certidão de Bernardo Santucci, em que este declarasse que, pelo que respeitava á anatomia, o julgava capaz de exercitar a arte de cirurgia.

Esta providencia ficou completamente sem effeito, ou apenas applicavel aos cirurgiões de Lisboa e circumvisinhanças.

O curso dirigido por Santucci, não só dedicado aos praticantes mas aos medicos e cirurgiões, tinha tres lições por semana que duravam desde as oito horas da manhã até ao meio dia. Os mezes de dezembro e janeiro eram consagrados ao estudo da anatomia universal. Nos mezes de fevereiro a março, ensinava a anatomia particular, mostrando como se movem as differentes partes do corpo e a acção, fórma e inserções dos musculos. De abril a maio, ensinava a circulação do sangue e a angeologia, e em junho e julho a arthrologia e osteologia, repetindo as lições relativas aos ossos o maior numero de vezes possivel. Durante todo este praso, o ensino era feito no cadaver, e no resto do anno em preparações feitas e convenientemente conservadas por Santucci.

---

1 Estes esclarecimentos são extraídos da *Noticia curiosa do novo e grave Estilo com que se ensina toda a Materia scientifica, pertencente á Medicina, na Escola do Doutor D. Antonio de Monravá e Roca, Lente Regio Jubilado de Anatomia do Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa, etc., da qual he Presidente e Fundador que se começou a publicar em 5 de janeiro de 1739.*

2 Decreto de 4 de fevereiro de 1732, in Collecção Almeida.

O estudo no cadaver e a malquerença de Monravá levantaram tal opposição ao novo professor, que D. João V mandou que até nova ordem se suspendessem as anatomias nos corpos mortos, declarando tres dias depois o secretario d'estado que podiam continuar as *lições na postilla*. Santucci, desgostoso, não continuou o curso e retirou-se de Portugal [1].

Vê-se portanto que o curso do Hospital de Todos os Santos tinha duas cadeiras, sem a frequencia das quaes os praticantes não podiam ser submettidos a exame perante o physico-mór. Para a cadeira de cirurgia havia sido nomeado, em abril de 1731, um homem de quem muito se esperava e cuja vida terminou por uma catastrophe altamente dramatica — Isaac Elliot.

Isaac Elliot nasceu em Constantinopla pelos annos de 1695, tendo por pae um calvinista francez, natural da Picardia, que, tendo emigrado, chegou a ser commandante de spahis no imperio ottomano, e morreu n'um campo de batalha. Depois de ter estudado medicina á custa do logar-tenente do grão-vizir, viajava pela Europa para se instruir quando em 1717 se encontrou em Corfu com o conde do Rio que o trouxe para Portugal. Mal chegou a Lisboa, foi nomeado cirurgião-mór do exercito, com patente de coronel de cavallaria e adquiriu grande nomeada. A ella deveu acompanhar os cardeaes Nuno da Cunha e Pereira de Lacerda quando estes, em 1721, embarcaram para Roma, com o fim de assistirem ao conclave que ia escolher successor para Clemente XI, recentemente fallecido.

Regressando a Lisboa, foi nomeado cavalleiro professo da ordem de Christo, distincção rarissima na sua classe por essa época, e mais tarde, em 1723, foi agraciado com uma tença de 200$000 reis.

Em abril de 1731, como dissemos, foi encarregado de dirigir no hospital uma escóla para os cirurgiões de partido, mas nenhum proveito adviria do seu curso, porquanto n'esse

[1] Alfredo Luiz Lopes, op. cit., pag. 38.

mesmo anno se deu o facto a que ha pouco alludimos. Ou por motivo de ciumes ou por requintada malvadez, Isaac Elliot, auxiliado por um creado, assassinou n'este mesmo anno a mulher e um frade trino que encontrou em colloquio com ella. Preso e julgado, não lhe foi admittida a defeza que apresentára de ter vingado a sua honra, e foi executado em 10 de janeiro de 1733. Ao subir á força declarou peremptoriamente acreditar na innocencia das suas victimas, declaração que foi proclamada do alto da força e depois impressa e distribuida profusamente [1].

Depois que Santucci se retirou, a cadeira de anatomia só foi provida em 21 de abril de 1750 no cirurgião francez Pedro Dufau, que tinha exercido a sua arte no exercito da rainha da Hungria e acompanhára o marquez de Pombal quando este regressára de Vienna d'Austria.

Faltam-nos, para ajuizarmos da organisação do ensino, as instrucções que lhe foram fornecidas, mas no livro de Jorge Francisco Machado de Mendonça, que já aproveitamos, encontram-se noticias bastante desenvolvidas sobre este assumpto.

Quem desejava frequentar as aulas de anatomia ou de cirurgia apresentava ao enfermeiro-mór do hospital um requerimento em que não especificava o professor que preferia, e que podia ser qualquer dos cirurgiões do hospital. A secretaria tinha todo o cuidado em matricular as estudantes pelos differentes professores, de modo que houvesse para estes igualdade de trabalho e lucro. Em caso algum, poderia ser o numero superior a trinta, salvo se fossem precisos mais para assistirem convenientemente aos doentes.

Como habilitação preliminar, exigia-se apenas que os praticantes soubessem lêr e escrever, o que seria comprovado por occasião da matricula.

O ensino da cirurgia era na sua essencia a pratica dos

---

[1] A vida de Isaac Elliot fórma o entrecho do romance de Camillo Castello Branco — *A Caveira da Martyr*. Em notas a este livro vêm as peças mais importantes do processo d'aquelle celebre cirurgião.

curativos no hospital. Os estudantes entravam nas enfermarias acompanhando os respectivos professores, faziam cuidadosamente os pensos das feridas e ouviam as reflexões que a proposito de cada caso lhes eram feitas.

O estudo da anatomia tambem se fazia no cadaver, e praticava Dufau repetidas dissecções, a que assistiam, além dos praticantes, muitos medicos e cirurgiões que se desejavam instruir em anatomia. As lições eram em dias alternados.

Comprehende-se que assim fossem mais perfeitos os conhecimentos dos praticantes; mas um escriptor coevo dá conta de que Dufau só ensinava de inverno, e que os alumnos esqueciam no estio o que tanto trabalho lhes havia custado na outra estação [1].

Em 1764, ha noticia da creação d'uma nova cadeira de operações e ligaduras, para a qual foi nomeado o cirurgião Filippe José de Gouveia, que por dois annos regera gratuitamente esse curso, antes de ser creado legalmente. Já então estava jubilado Pedro Dufau, e Gouveia era nomeado cirurgião da mesma enfermaria de que havia sido encarregado o cirurgião francez.

As condições que devia respeitar no seu ensino eram as seguintes:

«Será obrigado a curar todos os doentes, que lhe forem destinados para a enfermaria de que he encarregado.

«Continuará a ensinar a todos os praticantes de Cirurgia do Hospital Real todas as operações de Cirurgia nos cadaveres, em que não houver doenças contagiosas, repetindo-as muitas vezes, e applicando-lhes as ligaduras proprias e particulares a cada uma d'ellas.

«Depois de bem instruidos os ditos praticantes, lhes fará executar as mesmas ligaduras para que possam em casos similhantes fazer o uso d'ellas.

«Os mestres de cirurgia serão obrigados a mandar todos

---

[1] Manuel José Leitão, *Cirurgia*, I. Lisboa, 1788, pag. 357.

os seus respectivos praticantes á aula de operações e ligaduras.

«Não será pago do seu ordenado sem que apresente certidões, assim do Enfermeiro-mór do mesmo Hospital, como do Cirurgião-mór do reino, por que conste — da primeira, que assiste continuamente — e pela segunda, que cumpre com as obrigações, de que o tem encarregado para o melhor serviço do mesmo Hospital, e utilidade e adiantamento da Arte de Cirurgia» [1].

Ao mesmo tempo que Gouveia era encarregado de ensinar as operações de grande e pequena cirurgia, era escolhido para reger a cadeira de anatomia um notavel cirurgião portuguez, Manuel Constancio, que se deve considerar como o restaurador dos estudos anatomicos entre nós, e cuja influencia se póde considerar como decisiva.

A seu tempo virá tratarmos d'este ponto. Proseguindo nas averiguações sobre o modo de fornecer o ensino, estudemos as providencias que lhe foram dadas por occasião do seu despacho.

Constancio era obrigado a fazer um curso inteiro de anatomia todos os annos, principiando em 1 de novembro e terminando em fevereiro, e a fazer demonstrações anatomicas a que tinham obrigação de assistir os praticantes.

O restante do tempo era empregado em explicar, em face do esqueleto, a anatomia aos alumnos, verificando se tinham bastante conhecimento do que havia sido ensinado.

Nos outros hospitaes do reino, ensinava-se tambem a cirurgia, mas sem o desenvolvimento que tinha em Lisboa. No Porto, por exemplo, pondo de parte conjecturas mais ou menos fundamentadas, sabemos que em 1641 se forneciam conhecimentos cirurgicos no hospital da Misericordia. Um assento da mesa da Santa Casa, datado n'esse anno, notícia que se mandou reprehender o cirurgião Antonio Sucarello por mandar

---

1 Transcrevemos este documento da *Historia dos estabelecimentos scientificos*, de J. Silvestre Ribeiro, I, pag. 311.

fazer o curativo das feridas pelos praticantes [1]. Este Antonio Sucarello Claramonte era homem habil na cirurgia, perito em destillações e na confecção de balsamos, unguentos e essencias, mas tornára-se notavel sobretudo «na cura de carnosidades, pedra e arterias picadas». Por este motivo foi nomeado, em 4 de junho de 1647, cirurgião do partido do Senado lisbonense, por haver falta de quem possuisse taes conhecimentos na cidade banhada pelo Tejo. A cidade, porém, pouco tempo pôde aproveitar-se dos conhecimentos do notavel cirurgião, visto que este falleceu a 9 de setembro de 1649 [2].

Fôra para desejar que todos os cirurgiões fossem sujeitos ao curso do Hospital de Todos os Santos, apezar de incompleto como era. Não succedeu assim, porque é mais que problematico que, mesmo quando se quiz restringir o exercicio da cirurgia aos que cursassem n'aquelle estabelecimento, se conseguisse tornar effectiva a disposição da lei.

Recorda-se o leitor de que, nos termos do regimento do cirurgião-mór do reino de 25 de outubro de 1448 e da sentença de 17 de março de 1486, um simples exame perante o cirurgião-mór dava o direito ao exercicio da clinica cirurgica [3]. Nada d'isso foi alterado fundamentalmente no periodo que estudamos, mas o regimento do cirurgião-mór de 12 de dezembro de 1631 estabelece um certo numero de providencias novas que convem rememorar.

D'este documento conclue-se que o alludido funccionario ia visitar o paiz por mandado real, guardando n'essa inspecção as instrucções seguintes:

O cirurgião-mór assentaria n'um livro os nomes de todos os cirurgiões a quem passasse provisões. A pena em que incorriam os que exercitavam illegalmente a cirurgia era a mul-

---

[1] José Fructuoso Ayres de Gouveia Osorio, *Noticia biographica do Conselheiro Francisco d'Assis Sousa Vaz*. Porto, 1873, pag. 11.

[2] Freire d'Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, v, pag. 75 e seg.

[3] Vid. pag. 80.

*

ta de 10$000 reis, mas quando fossem reincidentes seriam desterrados para fóra de villa e termo. Os que sangrassem sem haverem sido examinados pagariam de multa dez cruzados. Finalmente, a penalidade das parteiras e das pessoas que, sem licença, «concertavam braços e pernas e davam suadouros, tiravam dentes e curavam doidos», era de dois mil reis.

O exame de habilitação era feito por maneira differente da seguida até alli. Em vez de ser unicamente o cirurgião-mór o examinador, este funccionario escolheria dois cirurgiões com os quaes formaria o jury de exames. Á prova não seriam admittidos senão os que soubessem latim e tivessem praticado no hospital da localidade e, não o havendo, provassem que tinham estudado quatro annos com algum cirurgião. Do jury não podia fazer parte quem houvesse ensinado o praticante de cirurgia.

Para os exames de sangria escolheria o cirurgião-mór dois barbeiros que com elle formariam a mesa de exame. O candidato a sangrador, para ser admittido, devia ter estudado dois annos e demonstraria praticamente os seus conhecimentos.

Similhantemente seriam examinadas as parteiras e os algebristas, passando o cirurgião-mór a todas estas diversas cathegorias de cirurgiões os titulos respectivos, por cada um dos quaes receberia uma determinada quantia, variavel com essas cathegorias.

Independentemente d'estes individuos, outros havia, diz o alvará, que sabiam curar certas enfermidades particulares, como alporcas, chagas, feridas simples e outras similhantes sem serem cirurgiões. Tambem esses seriam examinados em presença de duas pessoas que soubessem curar [1].

Assim permaneceram as coisas durante algum tempo. A ideia, porém, de organisar em Lisboa uma escóla modelo de cirurgia parece ter feito grande impressão em D. João V, que na realidade, como teve occasião de vêr-se, fez todos os es-

---

[1] Collecção Almeida citada.

forços para dotar o Hospital Real de Todos os Santos com excellentes professores que, com grande dispendio, tinha mandado vir do extrangeiro.

Em 1732 era professor de anatomia n'aquelle estabelecimento Bernardo Santucci, que no desempenho das suas obrigações foi zeloso e solicito. D. João V determinou por um decreto de 4 de fevereiro d'esse anno que nenhum praticante pudesse ser examinado pelo cirurgião-mór, sem que lhe apresentasse certidão de Santucci, em que este declarasse que, pelo que dizia respeito á anatomia, o julgava capaz de exercer a cirurgia.

Mas, como anteriormente, esta disposição deixou de ser cumprida. D'uma provisão datada de 1740, apenas oito annos depois, vê-se que os exames continuavam a ser feitos como determinava o regimento de 1631, apenas com a differença de que, para evitar o trabalho e gastos que tinham os praticantes de cirurgia em virem fazer os exames a Lisboa, era o cirurgião-mór do reino auctorisado a nomear commissarios que, em companhia d'outros cirurgiões, se encarregavam de proceder aos exames [1].

Esta disposição era já antiga, como se conclue dos dizeres da citada provisão: «e assim tambem fôra servido conceder aos mesmos Cirurgiões-Móres faculdades para poderem nomear por todas as terras cirurgiões approvados, os quaes com outros cirurgiões... pudessem fazer os exames áquellas pessoas que queriam seguir e exercitar esta arte». Em nada repugna a supposição de que, immediatamente ao regimento de 1631, se determinasse essa nomeação de delegados, com os quaes se podia fazer o serviço de exames com maior facilidade e commodidade dos praticantes.

O ensino da cirurgia n'este periodo vê-se que melhorou. Se em parte o modo de habilitação se conservou estacionario, não é menos certo que tinhamos um hospital de primeira ordem, onde professores habilitados iniciavam os estudantes na

---

[1] Provisão de 17 de agosto de 1740, in Collecção Almeida.

pratica cirurgica, e onde anatomicos de notavel merito os ensinavam a perscrutar no cadaver as relações que os orgãos mantêm entre si.

Que a organisação do ensino não era a mais adequada e que a falta de preparação dos alumnos se devia fazer sentir notavelmente julgamol-o verdadeiro, mas a variedade de casos que os praticantes tinham de vêr e um methodo rigoroso no ensino da anatomia, pelo menos durante o tempo em que alguns dos professores o dirigiram, fizeram levantar notavelmente o nivel dos estudos cirurgicos em Portugal. Como veremos, a litteratura de então mostra-nos grande numero de escriptores dedicados a este ramo das sciencias medicas, alguns dos quaes tinham cursado no Hospital de Todos os Santos.

Deve todavia dizer-se desde já que as condições que, logo em seguida ao seculo XVI, determinaram uma decadencia notavel da instrucção em Portugal se fizeram sentir durante muito tempo nos estudos cirurgicos, e para vêrmos até que ponto isto chegou, bastará dizer que, pouco antes de 1761, no grande Hospital de Todos os Santos, não havia um unico instrumento de cirurgia [1].

Mas este ponto ha de ser mais desenvolvido no decurso d'este trabalho.

---

1 Jorge Francisco Machado de Mendonça, op. cit., pag. 16.

CAPITULO IV

A Renascença. — Factos por que se affirma na historia da medicina portugueza. — Circumstancias que obstaram ao progresso dos estudos medicos. — Exame das doutrinas reinantes no seculo XVI: Anatomia; Pathologia cirurgica; Therapeutica; Pathologia medica; Hygiene e Deontologia medica.

O movimento intellectual da Renascença, que é opinião de criticos illustres ter tido escasso reflexo na nossa historia litteraria, não deixou de se manifestar na medicina nacional.

O seculo XV tinha sido fecundo em importantes acontecimentos. A tomada de Constantinopla em 1453 fez affluir á Italia grande numero de sabios que ensinaram o grego e traduziram para latim algumas obras de Hippocrates. Data d'essa época a descoberta d'alguns manuscriptos que se haviam extraviado por completo, taes como as obras de Celso, de Paulo d'Egino, etc.

A descoberta d'estes manuscriptos seria, porém, de pequena utilidade para as sciencias medicas, se pouco antes se não realisasse a invenção da imprensa (1440). D'este modo cada um dos manuscriptos conquistados não teria apenas o pequenissimo numero de leitores que a maior ou menor somma de copias lhes podia assegurar, mas podia ser largamente espalhado e por um preço limitadissimo. Assim se foram vulgarisando os classicos. Veiu em primeiro logar Celso, se-

guiu-se-lhe Galeno, imprimiu-se a obra toda de Avicena; de Hippocrates, porém, apenas se publicaram alguns pequenos fragmentos.

Concorrentemente, a descoberta da America em 1492, trazendo comsigo uma doença nova, ou pelo menos com novas particularidades no seu desenvolvimento, devia produzir uma influencia salutar nos espiritos, obrigando-os a julgarem por si, em vez de se limitarem aos commentarios mais ou menos felizes dos auctores antigos.

A descoberta d'um novo caminho para as Indias devia igualmente acarretar desenvolvimento notavel á parte pharmacologica da medicina, tornando mais faceis as viagens áquellas fertilissimas regiões que desde então começaram a ser exploradas scientificamente.

A restauração da Universidade e a creação do Hospital de Todos os Santos creavam condições favoraveis ao desenvolvimento da instrucção medica no nosso paiz. A excellencia dos professores escolhidos, trazidos da Italia, da França e da Hespanha, contribuiria poderosamente para este resultado.

A Renascença affirma-se, na historia da medicina, no seculo XVI. Para a emancipação das letras e das artes bastam, como diz Daremberg, o genio, a inspiração e um meio propicio; mas para uma sciencia tão vasta como a que cultivamos, é necessario que descobertas successivas, experiencias concordantes venham determinar uma d'estas transformações radicaes a que nunca poderia chegar o espirito mais poderoso, quando abandonado aos seus proprios recursos. Tal a razão por que chronologicamente a Renascença scientifica vem retardada sobre a litteraria e artistica.

Estudando este movimento no campo das sciencias medicas, descobrem-se como seus elementos principaes o renascimento da medicina hippocratica e o desenvolvimento dos estudos anatomicos. Entre nós, deve-se-lhes juntar a exploração da flora da India, trazendo novas e valiosas conquistas para a therapeutica.

O renascimento da medicina hippocratica em Portugal deve-se principalmente, como haverá occasião de vêr, ao medico

francez Pedro Brissot, que, emigrando da sua patria, se acolheu á nossa. Secundaram-n'o os professores Antonio Luiz, Cuellar, Reinoso e Rodrigues da Veiga. Mais tarde, Garcia Lopes ha de criticar as proprias doutrinas hippocraticas, com uma independencia fóra do commum.

A restauração dos estudos anatomicos, ou antes a sua introducção no nosso paiz, é devida principalmente a um extrangeiro, Affonso Rodrigues de Guevara, o professor de anatomia da Universidade, que mais tarde passou a ensinar em Lisboa no Hospital Real de Todos os Santos. Já a esse tempo, porém, nacionaes haviam feito esforços para darem a esta parte da medicina a importancia a que tem inquestionavel direito.

O que é obra exclusivamente nacional é a exploração scientifica das producções indianas. Thomé Pires, Garcia da Horta e Christovão da Costa foram os primeiros que deram a conhecer ao mundo moderno as variadas producções d'aquellas feracissimas regiões. Os trabalhos de Garcia da Horta e Christovão da Costa encontraram em Charles de l'Ecluse um vulgarisador de tal importancia que, sem elle, certamente não teriam a influencia que tiveram na medicina europêa. Não o escondamos, confessando assim ao sabio botanico a divida de gratidão que para com elle contraímos.

Se estes são os factos mais importantes pelos quaes se affirma entre nós a Renascença dos estudos medicos, ha de vêr-se que não são os unicos. Não querendo sacrificar em demasia a um patriotismo enthusiasta, seria em todo o caso injustiça flagrante não lembrar, n'este curto prologo ao estudo minucioso dos escriptores medicos do seculo XVI, os trabalhos de Rodrigo de Castro e Henrique Jorge Henriques.

Rodrigo de Castro deve ser considerado, como lhe chama um seu illustre biographo, o creador da gynecologia. Na sua obra foram forragear, ainda em nossos tempos, os mais distinctos cultores d'esta especialidade. Os materiaes que serviram á construcção d'este importante monumento scientifico foram colhidos na sua maior parte no nosso paiz. Além do seu merecimento intrinseco, é portanto uma obra verdadeiramente nacional.

O *Retrato del perfecto medico* é um livro que não teve igualmente muitos analogos na litteratura medica. D'uma erudição vastissima tanto litteraria como scientifica, este codigo deontologico abraça um sem numero de questões, qual d'ellas mais importante. Nas suas paginas muito ha que estudar ainda hoje, tal é a profundeza de vistas, a vastidão de horisontes que abre ao espanto do leitor. Morejon fórma d'esta obra um juizo tão elevado que suspeita que Gregory o copiou, ao occupar-se do mesmo assumpto: «y en efecto, si se coteja una y otra obra, se verá la semejanza que hay entre los dos, hasta en el orden de las materias que se esplican en cada capitulo, aunque aquel no desempeñó su objecto tan bien y cumplidamente como Enriquez... Ultimamente, si comparamos la obra que acabo de mencionar, con las de los modernos estranjeros que han escrito sobre el mismo asunto, observaremos que la doctrina de nuestros españoles en nada es inferior a la de aquellos, puestò que contiena cuanto puede apetecerse y hay digno de estudiarse. Ojalá que todos los medicos jovenes se persuadiesem de la importancia de la moral que aquellas obras encierran, para que de este modo puedan merecer el honroso titulo de medicos filosofos y cristianos, y no el de *medicastros* con que los marca el sabio y virtuoso Huffeland!» [1]

Em poucas palavras esboçamos a physionomia da medicina portugueza no seculo XVI. Tambem rapidamente exporemos as causas que tolheram o seu desenvolvimento ulterior e soffrearam quasi na origem o impulso de renovação. Essas causas nada têm de particular para a medicina: foram as que se exerceram sobre toda a actividade productiva da vida nacional.

A expulsão dos judeus foi certamente um dos factores mais poderosos da decadencia em que caíram os estudos medicos. Eram os judeus em extremo dados ás letras e sciencias e em Portugal alguns sobresaíram por notaveis merecimentos.

---

[1] Morejon, op. cit., II, pag. 165 e 166.

Decretada a sua expulsão, muitos abandonaram o territorio onde haviam nascido, emquanto outros, ou porque os seus interesses o reclamavam, ou porque lh'o pedia a propria consciencia, abjuraram e entregaram-se á pratica do christianismo.

A guerra que moveram depois aos *christãos novos* o povo fanatisado e o clero corrompido, que lançava como meio de convencimento do potro e da fogueira, é um dos espectaculos mais odiosos que o seculo XVI em seu meado nos offerece. Essa guerra afugentou do nosso paiz homens que são hoje das suas glorias mais legitimas. Circumscrevendo-nos ás sciencias cuja historia intentamos, bastará citar Amato Lusitano, Luiz Nunes, Dionisio, Manuel Brudo, Rodrigo de Castro, Estevão Rodrigo de Castro, etc.

Estes homens, além d'outros que se torna ocioso enumerar, deveriam, no nosso paiz, actuar profundamente no desenvolvimento das doutrinas medicas, se a fatal influencia da intolerancia religiosa, a mais violenta de todas as intolerancias, os não obrigasse a retirarem-se do paiz, como unico meio de segurança individual.

O estabelecimento da Inquisição não prejudicou o desenvolvimento da instrucção apenas pelo modo que fica indicado. Considerando toda a actividade do pensamento como uma heresia e dispondo de poder efficaz, não para a aniquilar, mas para se oppôr á sua expansão, o terrivel tribunal tolhia todo o progresso, toda a innovação parecia suspeita, a simples troca de ideias era um facto punido cruelmente. Bastará citar a vida de Damião de Goes como exemplo do que dizemos. A acceitação por parte de Portugal do *Index expurgatorio,* creado pelo papa Leão X, mais accentuou esta reacção contra o espirito novo, suffocando-o por tal fórma que Alexandre Herculano pôde escrever do seculo XVI «seculo corrupto e feroz, de que ainda hoje o absolutismo, ignorante do seu proprio passado, ousa gloriar-se, e que, tendo por inscripção no seu adito o nome obsceno do papa Alexandre VI, e por epitaphio em seu termo o nome de Philippe II, póde, em Portugal, tomar tambem para padrão que lhe assignale metade do curso o nome

de um fanatico, ruim de condição e inepto, chamado D. João III» [1].

Outra influencia notavelmente accentuada e que actuou concordantemente com a anterior foi a dos jesuitas. É certo que a sua perniciosa intervenção tem sido exaggerada, mas na realidade prejudicou consideravelmente o desenvolvimento das sciencias. Apoderando-se lenta, mas completamente do ensino, tornando, por meio de multiplicadas reformas dos estatutos da Universidade, effectiva e permanente a sua dominação, os jesuitas aproveitaram-se d'ella para paralysarem qualquer tentativa de progresso e de renovação. A philosophia aristotelica que elles concorreram para conservar nas nossas escólas, tambem a seu turno immobilisou o espirito em luctas e pugnas completamente estereis.

O *Compendio Historico,* desejoso de imputar apenas aos jesuitas a decadencia em que as sciencias estavam entre nós nos fins do seculo XVI, anda erradamente. Mostramos já a influencia da expulsão dos judeus e do estabelecimento da inquisição, mas lembraremos tambem, sem nos demorarmos na sua apreciação, que o abalo da monarchia portugueza em Alcacer-Quibir deprimindo o espirito publico, e o começo da dominação castelhana, concorreram para este abatimento. Por outro lado, já indicamos a respeito da Universidade, circumstancias locaes que a collocavam em condições de não poder satisfazer tão completamente como era para desejar a missão que lhe estava confiada. A cubiça e a avareza da physicatura-mór do reino faria o resto.

ANATOMIA

Os estudos anatomicos inaugurados no Hospital Real de Todos os Santos, logo na sua creação, desenvolveram-se no

---

[1] *Historia da origem e estabelecimento da inquisição,* 3.ª edição, 1879, III, pag. 353.

meado do seculo, em que foram nomeados professores de anatomia Duarte Lopes e Pedro Lopes Cardoso. Mais se estenderam e progrediram depois que D. João III creou uma cadeira de anatomia em Coimbra e a confiou a Affonso Rodrigues de Guevara.

Guevara era natural de Granada, e depois de ter estudado em Siguenza, onde tomou o gráu de licenciado [1], foi para a Italia e ahi se demorou dois annos, aperfeiçoando-se no estudo da anatomia. Voltando a Hespanha forcejou por que se vulgarisasse esta sciencia na peninsula, e, depois de consultadas as universidades de Alcalá e Salamanca, que foram de opinião que a anatomia era necessaria não só ao cirurgião mas tambem ao medico, obteve uma cadeira na universidade de Valladolid.

Durou o primeiro curso vinte mezes e deveria ter começado em 1548 [2]; a elle assistiu grande numero de medicos e cirurgiões illustres, entre os quaes Daza Chacon e Bernardino Montana de Monserrate que, de 70 annos e molestado da gotta, compareceu em todas as lições [3].

---

[1] Franeiseo Carneiro de Figueiroa, *Memorias da Universidade de Coimbra*, in *Annuario da Universidade*, 1878-79, pag. 235. — Bernardino Montana de Monserrate, no seu livro *De la anatomia del cuerpo humano*, Valladolid, 1551, fol. III, chama-lhe apenas baeharel.

[2] Fixo esta data pelas razões seguintes: Se Daza Chaeon assistiu ao curso de Guevara, deveria ter sido entre a sua chegada a Hespanha em 1548 na companhia do imperador Maximiliano e a retirada d'este prineipe. Ora, para que o medieo de Granada fizesse um eurso de vinte mezes antes de ir a Coimbra em 1550 é indispensavel marear em 1548 o eomeço d'esse eurso. Talvez se possa tambem tomar, eomo confirmação do que affirmamos, dizer Montana de Monserrate, poueo antes de 1551, que quem quizer aprender anatomia vá a Montpellier, Bolonha ou Valladolid, *d'onde agora nuevamente se comiença a hazer muy artificiosamente, con autoridad del consejo de Su Magestad, por el bachiller Rodrigues* (fol. III da *Anatomia del cuerpo humano*). Se não é illusão nossa, a palavra *nuevamente* é a ehave do enigma. Guevara ensinára vinte mezes até 1550, viera a Portugal n'este anno, e voltando a Hespanha novamente eomeçára a ensinar.

[3] Prologo do livro de Guevara.

Ahi o foi surprehender o convite de D. João III offerecendo-lhe grandes honorarios para vir ensinar na Universidade de Coimbra que havia reformado. Veiu Guevara a Portugal em 1550 [1] e na presença do rei e da rainha D. Catharina, de quem mais tarde foi medico, manifestou os seus conhecimentos anatomicos, dissecando o coração d'um animal por espaço de tres horas. Não ficou ainda entre nós d'esta vez.

Encontramol-o em 1552 e 1554 em Valladolid [2]; mas, no 1.º de outubro de 1556, accedendo aos desejos do monarcha portuguez, começou a ensinar em Coimbra, regendo uma cadeira de medicina, juntamente com a de anatomia [3]. Existiria de certo entre nós o mesmo horror ás dissecções anatomicas que fez dizer a João Valverde ser *cosa fea entre Españoles despedaçar los cuerpos muertos* [4]. O que é certo é que, referindo-se Guevara por varias vezes, no livro de que vamos dar conta, a dissecções feitas em cadaveres humanos, e marcando geralmente os logares em que as realisou, nunca diz tel-as effectuado na nossa Universidade, o que põe em duvida que em Coimbra ensinasse anatomia no cadaver humano, ou pelo menos e mais provavelmente leva a suppôr que raras vezes recorreu entre nós a este meio de estudo [5].

Pouco tempo permaneceu o medico de Granada na Universidade. Transferindo a sua residencia para Lisboa, foi nomeado, em 21 de outubro de 1561, para o logar de physico do

---

1 Dedicatoria á rainha D. Catharina.

2 Pag. 257 e 269 do seu livro.

3 Livro II dos Conselhos do Archivo da Universidade, fol. 258. Devemos á obsequiosidade do exc.mo snr. dr. Mirabeau a cópia do documento que nos permitte affirmar o que se lê no texto.

4 Juan Valverde, *Historia de la composicion del cuerpo humano*. Roma, 1556 — Dedicatoria.

5 As referencias a dissecções em Coimbra no livro de Guevara são duas: uma é a que já fica citada, em que relata a dissecção do coração d'um certo animal; outra é a seguinte: «At nos hunc pugnantium ex diametro renunsitum, nom solum hic in vniversitate Conimbrica, in vno aut altero animali animaduertimus, doctissimos que ad stantes viros ut oculatissimè inspicerent monuimus...», pag. 269.

Hospital Real de Todos os Santos, sendo ao mesmo tempo encarregado de ensinar a anatomia aos praticantes. Ahi permaneceu até 1578, em que foi escolhido para acompanhar D. Sebastião á Africa, mas, se o fez, como é provavel, não teve a sorte do desditoso monarcha, e regressou a Portugal [1].

A ultima noticia que d'elle obtivemos dá-o como vivo ainda em 1584, anno em que Filippe I lhe fez differentes mercês, em attenção a serviços prestados por occasião d'uma epidemia [2].

Guevara deu á luz duas obras, uma das quaes é rara e a outra impossivel de encontrar [3].

A primeira [4] — a unica que vimos — é uma defeza de Galeno nos pontos em que Vesalio o impugnou, e como que a amostra d'um trabalho de maior folego que Guevara havia começado a escrever sobre os livros do medico de Pergamo que tratam da utilidade das partes [5].

---

[1] Alfredo Luiz Lopes, *O Hospital de Todos os Santos*, pag. 15.

[2] J. A. Serrano, *Tratado de osteologia humana*, I. Lisboa, 1895, pag. XIX.

[3] É assumpto controverso entre os bibliographos se existe uma obra de Guevara com o titulo *De re anatomica*, impressa em Coimbra em 1592. Na nossa dissertação inaugural pronunciamo-nos pela negativa, suppondo, com Morejon, que se tratasse d'uma nova edição do livro que vamos analysar, impresso em 1559. Estamos hoje persuadidos do contrario, principalmente pelo testimunho de Camillo Castello Branco, que não citava de falso. No *Regicida*, pag. 27 e 28 da 3.ª edição, ha uma referencia ao livro de Guevara *De re anatomica*, pag. 488, columna 1.ª Ora a obra de que vamos fallar tem 298 paginas e mais 14 innumeradas de prefacios, e 9 tambem innumeradas de indices, etc., e não é impressa em duas columnas. A *De re anatomica* é portanto obra differente.

[4] Alphonsi | Rod. de gueuara | Granatensis, | *In Academia Conimbricensi* | *rei medicæ* | *professoris, & Inclytæ Reginæ medici* | *physici, in pluribus ex ijs quibus* | *Galenus impugnatur ab An* | *drea Vesalio Bruxelēsi* | *in cōstructione & vsu* | *partium corporis* | *humani, de* | *fensio:* | *Et nonnullorum quæ in anatome deficere* | *videbantur supplementum.* Conimbricæ. | Apud Joan. Barrerium. Typographū Regium MDLIX. (Existe nas Escólas Medicas do Porto e Lisboa).

[5] Prologo do livro de Guevara.

Acha-se dividida em tres livros [1]. No primeiro occupa-se de pequenas discrepancias entre Galeno e Vesalio a respeito da descripção de alguns ossos, prova que o medico de Pergamo conhecia perfeitamente o orgão do ouvido, e que este satisfaz ao fim para que foi creado, colligindo-se que fizera dissecções em cadaveres humanos para estudar este assumpto; occupa-se da descripção dos musculos, pondo em relevo o que lhe haviam feito reconhecer as dissecções que fizera em Valladolid, e demonstrando por vezes que Galeno e Vesalio se enganaram, como succede quando trata dos musculos que movem as palpebras, e quando descreve os do abdomen, fundado em observações suas; e finalmente expõe a physiologia da respiração, detendo-se na explanação do papel das costellas e dos musculos intercostaes. Nos diversos capitulos que formam este livro, ao contrario dos intentos que Guevara manifesta de defender Galeno das accusações de Vesalio, o que prevalece é o que a observação do cadaver lhe havia revelado, e essa nem sempre é favoravel a qualquer dos dois grandes anatomicos cuja contenda pretendia derimir.

Entremos no livro segundo. N'esse se occupa o medico de Granada das tunicas das veias e do papel d'estas na sanguinificação, havendo praticado vivisecções com o fim de resolver este ponto; falla da origem da veia cava, propondo-se resolver se nasce do coração ou do figado, e decidindo que tem como origem esta viscera, cujo papel na hematose encarece; procura estabelecer as indicações da sangria n'algumas doenças, e entre ellas na pleuresia, questão sobre todas grave, pela divergencia que a esse respeito havia entre as doutrinas dos arabes e dos gregos; refere-se ás valvulas das veias [2] cujo estudo profundára; descreve com minuciosidade os seios da dura-mater e dá ideia exacta da distribuição das arterias no

---

[1] Os dois historiadores de medicina hespanhola, Morejon e Chinchilla, dizem que a obra contém apenas dois livros. Haverá alguma edição n'estas condições?

[2] Vejam-se adiante estas duas questões.

cerebro; expõe as opiniões reinantes sobre o sentido do olfacto e impugna-as, passando a tratar das pulsações cerebraes nas creanças, e mostrando estarem subtrahidas á influencia da vontade; finalmente, occupa-se ainda de particularidades anatomicas relativas aos nervos optico e auditivo. Como no primeiro livro, expõe a doutrina de Galeno e Vesalio, mas a opinião por que se decide nem sempre se accorda com a de qualquer d'elles, manifestando um espirito de independencia scientifica que, a despeito do receio com que se evidencía, é para assignalar.

No terceiro livro, occupa-se do peritoneu, mostrando que na sua descripção havia inexactidões em Galeno e Vesalio; trata do estomago e dos intestinos, e, fallando de glandulas, diz ter observado a lactação no homem, n'uma povoação de Hespanha chamada Illana [1]; descreve o figado, e na sua descripção refere-se ás dissecções que realisára em Valladolid; expõe a anatomia do baço e dos rins, soccorrendo-se do que vira em Coimbra e na Hespanha nos animaes e no homem [2]; passa a occupar-se da fabrica dos olhos, manifestando conhecimentos não vulgares na sua descripção; e termina por apontar algumas inexactidões de pequena monta commettidas por Vesalio.

A obra de Guevara deve parecer, por esta singela exposição, descozida e sem nexo. Em grande parte assim é; mas o reparo não tem grande valor, desde que nos recordemos de que se não trata d'um trabalho didactico, mas d'um livro de critica, em que o auctor segue a ordem de antemão indicada pela obra que trata de analysar. Quando se não julgue producente esta circumstancia attenuante, o defeito fica largamente compensado pela exactidão com que são feitas algumas descripções, pela imparcialidade com que critíca e sobretudo pela independencia com que se emancipa — incompletamente é certo — do fetichismo galenico de que dão prova a maior parte

[1] Pag. 246.
[2] Pag. 269.

dos escriptores medicos do seculo XVI. Por justificada temos portanto a opinião de Morejon, que diz que esta obra é «digna de todo o elogio, e curiosissima, e que a sua leitura póde abater o orgulho de alguns presumpçosos que pensam que antes d'elles nada se sabia, principalmente em anatomia» [1]. Nenhum fundamento se encontra na asserção de Chinchilla de que a obra de Guevara é copiada de Valverde [2]; e, ainda que o fosse, a todos poderia o facto causar estranheza, excepto áquelle historiador que affirma haver razões para suppôr que aquelle collaborou na obra d'este [3], asserção igualmente infundada e até desmentida pela leitura das obras dos dois anatomicos.

Recentemente o professor Serrano aprecia a obra de Guevara pela fórma seguinte: «Em summa bastaria o inferir-se d'este livro que o professor conimbricense possuia de raiz as obras de Galeno e os trabalhos de Vesalio, para dever affirmar-se que conhecia ao mesmo tempo a velha e a nova anatomia. Ora, se accrescentarmos que a sua sciencia tinha um fundo de observação pessoal, colhida em dissecções humanas e animaes — o que é comprovado, a não deixar duvidas, por multiplas passagens — póde afoitamente ter-se por certo que Affonso de Guevara foi homem superior no ramo que exercitou» [4].

Fallando-se de anatomia, occorre logo o nome d'um portuguez, notavel por muitos outros titulos, João Rodrigues de Castello Branco, mais conhecido pelo nome de Amato Lusitano.

Amato Lusitano nasceu em 1511, em Castello Branco [5]. Nada pudemos averiguar sobre os seus ascendentes, mas

---

1 Morejon, *Historia Bibliografica de la medicina española*, III, pag. 93.
2 *Historia de la medicina española*, II, pag. 61.
3 Op. cit., II, pag. 88.
4 J. A. Serrano, op. cit., pag. XXIII.
5 Fim da cur. 100 da Cent. 4.ª; *In Dioscoridis Enarrationes*, ed. de Lugduni apud Viduam Balthazaris Arnoletti, 1558, lib. II, en. 157, pag. 404.

da familia apura-se que tinha dois irmãos, um dos quaes se chamava Pedro Brandão e residia em Almeida [1] e o outro José Amato [2]; e um sobrinho Brandão, nascido em Santarem, que por instancias do tio foi estudar philosophia e medicina para a Italia, onde se encontrou com elle, e exerceu mais tarde a medicina em Bristol [3].

Muito novo ainda foi para Salamanca [4], onde os èstudantes portuguezes tinham uma especie de collegio com a invocação de Santa Maria da Veiga [5]. Ahi teve como professores Pintiano que lhe ensinou *boas letras* [6]; Pontano e Olivarès que o exercitaram na cirurgia [7] e o celebre Alderete que lhe explicou medicina [8].

Se teve a felicidade de encontrar mestres illustres, contou por companheiros homens que depois haviam de illustrar o proprio nome, e o do paiz que lhes dera origem. Foram elles o portuguez Luiz Nunes que, depois de ter sido professor nas Universidades de Lisboa e Coimbra, foi para Antuerpia [9]; Christovam Orosco a quem se devem algumas obras de medicina e que veiu a ser cathedratico da faculdade em que estudára [10], salientando-se a todos André Laguna que os hespanhoes justamente consideram como uma das suas maiores glorias scientificas [11].

Aos dezoito annos, e portanto em 1529, confiaram-lhe os

---

[1] *In Dioscoridis,* lib. IV, en. 157, pag. 711.

[2] Cent. 4.ª, cur. 49.

[3] Cent. 5.ª, cur. 4, 6, 16; e cent. 6.ª, cur. 55. Além d'estes membros da sua familia a quem Amato se refere, Barbosa Machado diz que Filippe Montalto foi irmão d'elle. Na *Optica* d'este escriptor, unica obra que d'elle vimos, nada encontramos que confirmasse esta asserção.

[4] Cent. 1.ª, cur. 11 e passim.

[5] *In Diosc.,* lib. I, en. 110, pag. 148.

[6] Id., lib. III, en. 94, pag. 512.

[7] Cent. 6.ª, cur. 100.

[8] Cent. 1.ª, cur. 11 e passim.

[9] *In Diosc.,* lib. I, en. 137, pag. 191.

[10] Id., lib. III, en. 87, pag. 505. — Morejon, op. cit., II, pag. 270.

[11] Cent. 1.ª, cur. 3, etc.

*

seus mestres de cirurgia duas enfermarias nos hospitaes de Santa Cruz e Santa Branca, o que dá testemunho bastante da elevada consideração em que era tido [1], devendo pelo mesmo tempo ter concluido o seu curso medico, como já concluira o cirurgico.

N'esse mesmo anno de 1529, deu entrada em Portugal, em companhia do seu amigo Luiz Nunes [2]. Pouco depois, estava em Santarem, onde na presença de grande numero de homens dados ás letras defendeu, no convento de S. Domingos, umas conclusões publicas [3].

Desde essa época viajou por todo o paiz, havendo noticia de ter estado em Coimbra, Santarem, Esgueira, proximo de Aveiro, Lisboa, Sabugal, Estremoz, Oeiras, Abrantes, Guarda, Evora, Almeida, Niza e Alcacer do Sal [4]. É de crêr que o motivo que o levava a emprehender estas viagens fosse conhecer as plantas indigenas de que mais tarde havia de mostrar tanto conhecimento.

Sobre os motivos que o levaram a abandonar a patria, não erram os que attribuem este facto a receio á inquisição. Os judeus conheciam o que se passava na côrte de Roma e Amato, como elle proprio diz, presagiava o que estava para acontecer [5] aos christãos novos como elle era, depois que foi assignada em 1531 a bulla que creava a inquisição em Portugal [6].

---

1 Cent. 6.ª, cur. 100.

2 *Diosc.*, lib. I, enc. 137, pag. 191. — Luiz Nunes, a 4 de dezembro de 1529, já era substituto de philosophia na Universidade de Lisboa.

3 Cent. 4.ª, cur. 70.

4 Respectivamente são citadas estas localidades em *Diosc.*, lib. IV, en. 157, pag. 711; Cent. 1.ª, cur. 47; Cent. 2.ª, cur. 39; Cent. 2.ª, cur. 31; *Diosc.*, lib. II, en. 105, pag. 338; Id., lib. I, en. 158, pag. 220; Id., lib. II, en. 77, pag. 309, Id., lib. II, en. 129, pag. 373; Cent. 3.ª, cur. 13; Cent. 3.ª, cur. 56; *Diosc.*, lib. IV, en. 157, pag. 711; Id., lib. II, en. 157, pag. 404; Id., lib. V, en. 119, pag. 804.

5 *Diosc.*, lib. I, en. 137, pag. 191.

6 A inquisição foi creada em Portugal por uma bulla de 17 de dezembro de 1531. Foi suspensa pelo breve de 17 d'outubro de 1532; e novamente posta em vigor pela bulla de 23 de maio de 1536.

A sua saída do paiz deve ter-se effectuado em 1534, e tudo leva a crêr que a ultima localidade em que residiu foi Lisboa, onde clinicou e onde conheceu o cirurgião portuguez Filippe, verdadeiro ou supposto inventor do methodo de curar os apertos da urethra pelas velinhas [1].

Fixou a sua residencia em Antuerpia, em 1534; e ahi permaneceu sete annos [2] durante os quaes exerceu largamente a clinica e teve occasião de travar relações com grande numero de medicos e homens notaveis que alli residiam ou lá foram parar. Ahi conheceu aquelle celebre Dionysio que tinha sido physico-mór de D. Manuel e cujo nome anda ligado á questão do tratamento da pleurisia pela sangria que ha de ser tratada n'este livro [3], ahi travou conhecimento com seu filho Manuel Brudo, a quem se deve um tratado notavel sobre dietetica [4]; ahi tratou Luiz Vives, o grande humanista hespanhol, [5] d'um rheumatismo gottoso das mãos; ahi conheceu Severino Christiano, medico dinamarquez de grande nomeada que estudára em Paris [6] e Jeronymo, medico portuguez que, por mandado real, foi para a India [7]; e ahi tratou, entre outras pes-

---

[1] Este ponto parece averiguado pela referencia que Amato faz á tomada de Tunis por Carlos v, em 1535, *eo ferè anno quo Tunetum... Cæsaris auspiciis subjecta est;* mas a saída não póde ser marcada mais tarde do que em 1534, porque n'este anno estabeleceu residencia em Antuerpia, como se verá. Oppõe-se a esta chronologia uma passagem d'Amato. Na Centuria 5.ª, cur. 78, diz elle: «*Qui mecum olim, ab hinc vigesimum quintum annum, Oceanum navigavit, nunc Pisaurum venit*». Sendo isto escripto provavelmente em 1556, tenderia a fixar-se a saída do medico portuguez em 1531; mas nada prova que a navegação pelo Oceano fosse a sua partida para o extrangeiro e, sendo-o, era impossivel achar-se em Lisboa pouco mais ou menos ao tempo que Tunis caíu.

[2] *Diosc.*, lib. I, en. 137, pag. 191.

[3] Cent. 1.ª, cur. 2.ª

[4] *Diosc.*, lib. II, en. 101, pag. 334.

[5] Cent. 1.ª, cur. 99.

[6] *Diosc.*, lib. IV, en. 91, pag. 741.

[7] Id., lib. IV, en. 91, pag. 741. Seria talvez o medico Jeronymo Dias que a Inquisição queimou em Goa em 1543.

soas, aquelle Manuel Cirne, feitor de D. João III, que lhe deu de honorarios pelo tratamento d'umas simples febres terçãs trezentos ducados d'ouro [1].

Durante a sua residencia em Antuerpia, deu á luz, com o nome de João Rodrigues de Castello Branco, a sua primeira obra [2] que é um commentario sobre os dois primeiros livros de Dioscorides, e em que dá conta de muitas plantas indigenas de Portugal, ao mesmo tempo que menciona as producções das ilhas de S. Thomé e Madeira [3] e d'outras possessões portuguezas. Mais tarde, adoptou o nome de Amato Lusitano, á similhança do que em todos os tempos fizeram homens dados ás letras [4]. Durante o tempo que residiu na Belgica foi a Lovaina [5] e a Mechlen (Malines) [6].

Em 1541, deixa Antuerpia, seduzido pelas promessas de Hercules d'Este, duque de Ferrara. Desembarcando provavelmente em Genova [7], fixa a sua residencia em Ferrara, onde professa a medicina, explicando os textos de Hippocrates e Galeno [8]. Ahi trava amizade com Antonio Musa Brasavola, o grande medico, tão honrado pelo rei de França Francisco I [9], e com João Baptista Canano, illustre professor de anatomia, a quem se deve um tratado apreciado sobre os musculos [10]. Of-

---

1 Cent. 1.ª, cur. 3.ª

2 *Index Dioscoridis.* | *En candide Lector.* | *Historiales Di* | *oscoridis campi. Exegemataque sim-* | *plicium, atque eorundem Collationes* | *eum his quæ in officinis habentur, ne-* | *dum medicis, & Myropolio-* | *rum Seplasiariis, sed bona* | *rum literarum studio-* | *sissimis perqvam* | *necessarium* | *opus,* | Joanne Roderico Caste- | lialbi Lusitane autore | Excvdebat Antverpiæ vi | dua Martini Cæsaris MDXXXVI. |

O unico exemplar que vimos e de que temos conhecimento pertence á Bibliotheca Publica d'Evora.

3 *Diosc.,* lib. II, en. 77, pag. 310.

4 Id., lib. I, en. 166, pag. 230.

5 Cent. 3.ª, cur. 65.

6 *Diosc.,* lib. III, en. 81, pag. 499.

7 Id., lib. I, en. 148, pag. 205.

8 Cent. 6.ª, cur. 24.

9 Cent. 1.ª, cur. 92.

10 *Diosc.,* lib. II, en. 47, pag. 278.

ferecia-se-lhe ensejo em Ferrara para profundar os estudos botanicos a que era affeiçoado. Havia n'esta cidade um jardim magnifico pertencente ao opulento Marcos Pio, onde se encontravam plantas de raridade extrema, e de propriedades notaveis, e Amato aproveitou-se d'esta felicissima circumstancia [1]. Por outro lado, as suas relações de amizade com Canano permittiam-lhe investigar os segredos anatomicos, e vamos vêr que de facto a sciencia da organisação do homem lhe deveu grandes cuidados [2]. Não conhecendo os cirurgiões d'esta cidade a pratica das escarificações, Amato introduziu-as na cirurgia corrente [3].

Em maio de 1547 deixa Ferrara, e, tendo rejeitado promessas valiosas que lhe foram feitas para que fosse exercer a clinica na Romania e na Polonia, principalmente pelos receios que lhe causava o frio excessivo do seu clima [4], vai estabelecer residencia em Ancona [5], depois d'uma curta permanencia em Veneza, onde tratou Diogo de Mendonça, embaixador de Carlos V [6] e conheceu alguns dos medicos mais illustres d'esta cidade, taes como Orsato, Bartholomeu Labioso e Victor Trincavella, um dos restauradores da medicina grega na Italia [7].

Em Ancona permaneceu por algum tempo, e ainda ali o encontramos em maio de 1550 [8], mas n'este mesmo anno passou a Roma, onde clinicou e tratou entre outras pessoas o papa Julio III [9], em companhia do seu ex-condiscipulo André Laguna, que então estava no apogeu da sua nomeada. Não foi longa a sua permanencia em Roma. Ainda lá estava em 1 d'abril

---

1 *Diosc.*, lib. I, en. 1, pag. 4.
2 Cent. 1.ª, cur. 52.
3 Cent. 1.ª, cur. 18.
4 *Diosc.*, lib. V, en. 40, pag. 756.
5 Id., pag. 112, v.
6 Cent. 1.ª, cur. 1.ª
7 Cent. 2.ª, cur. 74.
8 Cent. 2.ª, cur. 20.
9 Cent. 4.ª, cur. 19.

de 1551 [1], mas no anno seguinte temol-o de novo em Ancona [2].

Na ida e na volta passou por Florença que talvez fosse ponto forçado do seu itinerario [3], e ahi publicou a primeira das suas *Centuriæ curationum medicinalium.*

Eil-o em Ancona exercendo outra vez a clinica, tendo ensejo de encontrar e tratar o poeta portuguez Eduardo Gomes, notavel pela sua traducção de Petrarcha [4].

Demorar-se-ia por muito tempo n'esta cidade e n'ella talvez acabaria tranquillamente os seus dias, se não fosse a perseguição de que foi alvo da parte dos agentes de Paulo IV que recentemente subira ao solio pontificio e se mostrava rigorosissimo na repressão dos judeus. Vê-se obrigado a fugir, e na precipitação da fuga perde, além de riquezas e cabedaes, dois importantes manuscriptos, um dos quaes era o da Centuria 5.ª das suas curas medicinaes, que mais tarde pôde rehaver, e outro um *Commentario sobre a 4.ª Fen do livro primeiro d'Avicena* — que nunca se publicou [5].

A fuga realisou-se nos fins de 1555 [6] para Pesaro, onde Amato contava com a protecção de Guido Ubaldo, quarto duque de Urbino, de quem diz que na direcção da guerra era Marte, e Trajano na administração da justiça [7].

É Pesaro, cidade nobre e magnifica, rica em producções do solo de toda a especie: o seu clima é suave; o ar que alli se respira salubre e clemente, a brisa que a bafeja amena e branda. Tinha as condições necessarias para dar acolhida a um peregrino como Amato; mas ou fosse illudido nas suas esperanças de protecção, ou fosse esta baldada e inefficaz, o illustre medico pouco tempo esteve em Pesaro, tendo saído de

---

1 Fim da Centuria 2.ª, cur. 100.

2 Cent. 3.ª, cur. 57.

3 Cent. 2.ª, cur. 20, 49 e 78, e Cent. 3.ª, cur. 19, 43 e 52.

4 Cent. 5.ª, cur. 19.

5 Dedicatoria da Cent. 5.ª

6 Vigebat... solsticium hyemale, cent. 5.ª, cur. 73.

7 Cent. 5.ª, cur. 69.

lá entre fins de maio de 1556 e março de 1557 [1]. Em Pesaro achava-se então o cirurgião Abrahão Aloya, judeu portuguez, que assistiu com Amato a um gigante do Senegal [2].

Atravessando o Adriatico, transporta-se a Ragusa, cidade da Dalmacia, cujo senado lhe fizera em tempo offerta de grandes estipendios, que Amato recusára, como aos da Polonia e Roumania [3]. Mas a sua permanencia n'esta cidade foi curta e Amato continúa a sua vida de peregrinações, achando-se em 1559 em Salonica, na Turquia europêa, d'onde data n'este anno as suas duas ultimas Centurias.

Dera-se por então um facto importante, e que talvez explique esta retirada de Ragusa. Amato publicára em 1553 os seus Commentarios sobre Dioscorides, que em occasião opportuna serão analysados, e em que por vezes increpára Mattiolo de inexactidão, em termos que raras vezes se afastam do respeito e consideração que deve haver em polemicas scientificas. Não procedeu assim o medico italiano que, dementado pela colera, publicou um libello accusatorio contra o nosso conterraneo, em que lhe faz as mais odiosas imputações, e sobretudo uma que, nos tempos em que era feita, equivalia a uma sentença de morte, a de judaizar. A *Apologia adversus Amatum Lusitanum* é de 1558; por essa época se deve ter realisado a saída de Amato de Ragusa para Salonica. A coincidencia não póde deixar de impressionar, tanto mais que Mattiolo era um d'estes homens que não poupam os adversarios, antes procuram levantar-lhes sempre obstaculos e contrariedades. Haja vista a carta, que Morejon affirma ter visto, em que elle se dirige a D. Pedro Carnicer, proto-medico que foi dos reis catholicos, na persuasão de que tinha auctoridade sobre o nosso compatriota, e rogando-lhe que o contivesse na vehemencia das suas producções [4].

---

[1] Em fins de maio de 1556 estava em Pesaro (Cent. 5.ª, cur. 98); em 8 de março de 1557 achava-se em Ragusa (Cent. 6.ª, cur. 12).

[2] Cent. 5.ª, cur. 95.

[3] *Diosc.*, lib. v, en. 44, pag. 756.

[4] Morejon, *Historia bibliografica de la medicina española*, I, pag. 68.

Qualquer que tenha sido a influencia de Mattiolo nas desventuras de Amato, o medico portuguez, durante a sua residencia em Salonica, nenhum motivo tinha para occultar as suas crenças. Declara-se judeu e entrega-se ás praticas da sua religião. Protegido pelo seu correligionario Guedaliah Jachiia, aflue-lhe a clinica e honorarios [1]. Mas estava escripto que o destino do nosso Amato havia de ser sempre miseravel. A peste desenvolve-se em Salonica e o nosso medico morre gloriosamente — que outra gloria maior não existe na nossa profissão — assistindo aos empestados, em 21 de janeiro de 1568 [2].

Agora que esboçamos a biographia de João Rodrigues de Castello Branco, é tempo de vêrmos quaes os seus trabalhos anatomicos. Antes, porém, de proseguirmos, faremos notar que não se referem estes estudos ao nosso paiz e que foram feitos quando Amato residia no extrangeiro e sobretudo quando, em Ferrara, se havia ligado com o anatomico João Baptista Canano.

Em differentes observações suas, vêmos notado que procedeu ou fez proceder a autopsias cadavericas que, por um lado, lhe permittiam assentar opinião sobre particularidades d'anatomia normal, e, por outro, lhe faziam reconhecer as alterações pathologicas.

Em Ferrara, abriu a cavidade uterina d'uma mulher, a cujo parto fatal havia assistido, e observou que encerrava duas creanças de sexo differente, o que então se não admittia, e, de companhia com Canano, verificou que o utero não tinha varios compartimentos, como geralmente se suppunha [3].

Em Ancona, tendo um architecto de Paulo III succumbido a um ferimento na região epigastrica, fez abrir o cadaver e observou que a parte inferior do estomago estava rasgada [4]. Por outro lado, affirma ter dissecado animaes e numerosos

---

1 Prologo da 7.ª Centuria.

2 Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, I, pag. 128.

3 Cent. 1.ª, cur. 27.

4 Cent. 1.ª, cur. 67.

corpos humanos com o fim de verificar as descripções dos orgãos, e obter conhecimento particular d'elles, e ainda para investigar particularidades da distribuição de vasos e determinar a sua funcção [1].

Do dominio da anatomia pathologica, encontramos em Amato a observação d'uma creança que tinha na fronte uma excrescencia cornea, cuja base se continuava com a substancia do cerebro [2]; observou as alterações devidas á pericardite villosa [3]; e descreve dois monstros, um dos quaes era um feto de tres para quatro mezes, hirsuto e pilloso, que tinha quatro olhos, dois narizes, quatro orelhas e labios disformes; o outro uma creança de seis annos, que em 1552 se andava mostrando pela Italia, e na região umbilical apresentava um tumor similhante a outra creança em que se distinguiam dois braços, duas coxas, testiculos e glande pela qual estava quasi sempre saíndo urina [4]. Observou, em Pesaro, uma mulher que apresentava entre as coxas um tumor volumoso, do peso de vinte e cinco libras, e pela morte da paciente, dissecou cuidadosamente a producção morbida, mostrando as relações que tinha com as differentes visceras abdominaes [5].

Poderiamos alongar mais as citações se a nossa attenção não fosse chamada para um assumpto de maior importancia, qual vem a ser a descoberta das valvulas das veias. Esta descoberta é geralmente attribuida a Fabricio d'Acquapendente que em 1574 as demonstrou, notando que estavam sempre voltadas para o lado do coração. Muito antes de Fabricio, em 1547, tinha-as entrevisto Amato; mas as suas observações estão evidentemente eivadas d'erros anatomicos e physiologicos. Discutindo se na pleurisia se deve sangrar do lado da inflammação ou do opposto, e apresentando razões para sustentar

---

[1] Cent. 4.ª, cur. 100.
[2] Cent. 1.ª, cur. 51.
[3] Cent. 3.ª, cur. 43.
[4] Cent. 3.ª, cur. 57.
[5] Cent. 5.ª, cur. 88.

que a extracção do sangue se deve fazer do lado affectado, diz que a veia azygos apresenta valvulas na sua abertura na veia cava, e que essas valvulas, permittindo ao sangue caminhar d'esta para aquella, se oppõem efficazmente ao movimento em sentido inverso. Para o reconhecer, cortou a veia cava na sua parte superior, soprou para a inferior, por meio d'uma cannula, e notou que toda esta parte se intumescia assim como a azygos; o que não succedia se, cortada esta veia, se soprasse por ella. Concluiu Amato que, desde que o ar não podia seguir da veia azygos para a cava, menos o podia fazer o sangue, o que era devido ao estorvo que lhe oppunham as valvulas. Praticára esta experiencia mil vezes, tendo feito dissecar em 1547, em Ferrara, doze corpos humanos e de animaes, na presença de grande numero de doutores, ficando todos convencidos do facto, que foi verificado por João Baptista Canano [1].

Ha aqui dois erros, como todos notaram, um no que diz respeito á direcção da corrente sanguinea, outro no que se refere á presença das valvulas na abertura da veia azygos. Quanto ao primeiro, o que temos a dizer em abono do nosso conterraneo é apenas que é difficil a qualquer homem emancipar-se das doutrinas reinantes na sua época. O segundo precisa de algumas explicações. O processo de investigação empregado por Amato era evidentemente sujeito a erros. Succede mesmo que as suas experiencias não se verificaram, e assim o notou Guevara que nunca pôde conseguir o intumescimento das veias nas condições em que o medico portuguez affirma tel-o observado [2]. Resta o facto material. Tambem esse não é verdadeiro, e logo o fez notar o professor de anatomia em Coimbra que nunca pôde vêr as valvulas no orificio da azygos,

---

1 Cent. 1.ª, cur. 52; Cent. 5.ª, cur. 70.

2 Sprengel (*Hist. de la med.*, III, pag. 55) explica o facto, dizendo que Amato insufflou tão violentamente a veia cava que rompeu as valvulas da azygos; e por outro lado que o diametro da veia cava, por consideravel, se oppunha ao seu intumescimento, quando o ar era insufflado pela azygos.

apezar de se não ter poupado a esforços para as demonstrar, levando a effeito dissecções numerosas em homens, cães, macacos, carneiros, etc. [1] Mas se a azygos não tem valvulas na sua abertura, apresenta um pouco mais abaixo, por cima da embocadura do tronco das veias intercostaes direitas, uma valvula que póde fechar quasi completamente o lume do vaso. Seria a essa valvula que se referiria Amato? Não nos atrevemos a pronunciar-nos pela affirmativa.

PATHOLOGIA CIRURGICA

A pathologia cirurgica, como a medica, não conta geralmente no seculo XVI senão commentarios sobre os textos de Galeno. Apenas, os registros de observações clinicas contêm factos por vezes bem recolhidos, cuja apreciação em todo o caso só a medo se separa da auctoridade dos medicos gregos. Deve todavia notar-se que, tendo apparecido uma doença nova, ou pelo menos que assim foi por muitos considerada, forçoso foi attender mais á observação, pondo de parte o principio da auctoridade.

O estudo da pathologia e therapeutica cirurgicas levar-nos-ha a considerar Diaz de Ysla, Amato Lusitano, Alvaro Nunes e Rodrigo de Castro.

Ruy Diaz de Ysla, nasceu em Baeza, na Andaluzia [2], pelos annos de 1462 [3]. Nada nos diz elle de positivo sobre a localidade em que fez os seus estudos cirurgicos, mas refere que se dedicára ao tratamento da syphilis em muitos povos de Cas-

---

[1] Guevara, op. cit., pag. 164 e 165.

[2] *Tractado contra el mal serpentino*, ed. de 1539, fl. 3 v.

[3] Infere-se isto de uma passagem da edição de 1542, vista por Chinchilla. Diaz d'Ysla diz que quando acabou a sua obra tinha 75 annos. Na edição de 1539 esta passagem vem alterada e diz *yo quando acabe este libro hauia quando lo comece quarenta años*, fl. 35. O livro estava terminado em 1537.

tella e Aragão, e que vira alguns dos mais notaveis hospitaes da Europa [1].

Diaz d'Ysla começou a tratar da syphilis pelos annos de 1497 [2] assistindo, segundo diz, a algumas pessoas que tinham vindo na armada de Christovão Colombo e a outras que haviam adoecido em Barcelona onde, affirma, se observaram os primeiros casos de syphilis na Europa [3].

Acaso teria colhido o que sabia em Sevilha, onde primeiro se curou ordenadamente esta doença, como circumstanciadamente nos refere.

Reinavam em Hespanha Fernando e Isabel, e porque vissem os medonhos estragos que a doença causava, mandaram aos seus proto-medicos que no hospital de S. Salvador de Sevilha procurassem encontrar-lhe remedio. Juntaram-se-lhes outros collegas e todos trabalharam durante sete ou oito mezes com este fim. No seu empenho, gastaram *un cuento de medecinas lexativas,* sem colherem resultado algum. Disseram-n'o aos reis catholicos. Era grande o terror produzido pela doença, terror que havia augmentado pela morte d'um illustre medico, Francisco de Gibra Leon, que tinha sido assistido por clinicos famosos, como o dr. Hogeda, o dr. Aragonez e o dr. Infante. N'estas circumstancias, os medicos opinaram que se procurassem os individuos que algum conhecimento pratico tivessem do tratamento da doença e se lhes entregassem os pacientes. Soube o conde de Cifuentes que um tecelão de mantas, chamado Gonçalo Diaz, usava d'umas fricções com que conseguia bons resultados e mandou-o chamar, encarregando-o de assistir aos enfermos. Os resultados da applicação do medicamento foram favoraveis, e assim ficou por muito tempo o tecelão no hospital de S. Salvador [4].

---

1 Proemio, fl. *2* v. erradamente marcada 3.

2 Fl. 63 v. erradamente marcada 53.

3 Idem.

4 Fl. 38.

É provavel que tivesse vindo para Lisboa em 1507 [1], sendo pouco tempo depois encarregado do tratamento dos syphiliticos no Hospital de Todos os Santos. Deve-se ter isso realisado em 1511, porquanto diz que foi cirurgião assalariado de D. Manuel por espaço de dez annos [2].

Pelo fallecimento do monarcha, ausentou-se do paiz ou pelo menos abandonou o serviço hospitalar, voltando a elle em 1524 e encarregando-se da enfermaria de cirurgia que deixou por motivo d'uma epidemia que grassou na cidade; mas em 1528 voltou ao exercicio da clinica hospitalar, tratando outra vez dos syphiliticos até 1537 [3].

O Hospital de Todos os Santos offerecia a Diaz d'Ysla largo campo para o estudo da sua especialidade. A população hospitalar era muito grande, e o cirurgião hespanhol computava em vinte mil os individuos affectados da segunda especie de *morbo serpentino* que tinha tratado, grande parte dos quaes entre nós [4]. Dizia elle que no Hospital de Todos os Santos se curava maior numero de syphiliticos do que em nenhum outro hospital da Europa [5], e já em logar opportuno se viu a descripção que faz da magestosa fabrica d'aquella casa.

O livro de Diaz d'Ysla é pois fructo da experiencia de largos annos e, a despeito da origem do seu auctor, deve considerar-se como verdadeiramente portuguez, porque no nosso paiz colheu o seu auctor os materiaes da obra. Se a intitulou *Fructo de Todos os Santos* [6] foi porque no hospital de Lis-

---

[1] Fl. 50 v.

[2] Fl. 2 erradamente marcada 3.

[3] Fl. 61 v. erradamente marcada 51.

[4] Fl. 4 v.

[5] Proemio, fl. 2 v.

[6] O livro de Diaz d'Ysla que temos presente é de grande raridade e d'elle só vimos o exemplar que nos pertence, por generosa dadiva do nosso amigo dr. Eduardo d'Abreu. O seu titulo é o seguinte:

Con priuilegio imperial | y del rey de Portugal.

Tractado cõtra el mal | serpentino: que vulgarmen | te en España es

boa a concebeu e executou, desde a primeira até á ultima linha [1].

O primeiro capitulo d'esta obra é consagrado á origem da syphilis, e Diaz d'Ysla é partidario convicto da importação americana.

Diz elle que a doença appareceu em Hespanha no anno de 1493 na cidade de Barcelona e que d'ahi se generalisou por todo o mundo. Tinha por origem a ilha hespanhola descoberta por Christovão Colombo, cuja tripulação voltou para Hespanha affectada de syphilis, que attribuia aos rudes trabalhos do mar. Chegando Colombo a Hespanha, encontrou os reis catholicos em Barcelona, e como ahi se demorasse a dar conta da sua viagem, começou a doença a generalisar-se pela cidade, causando grande pasmo e terror. No anno de 1494, o rei Carlos de França invadiu a Italia e ao tempo que n'ella entrou com a sua hoste, *yvan muchos españoles en ella inficionados d'esta enfermedad.* Começam os francezes a suppôr que os ares napolitanos eram os causadores da doença e baptisam-n'a com o nome de mal de Napoles. E os italianos, como nunca haviam visto uma epidemia d'esta natureza, chamam-lhe mal francez. E assim foi succedendo que á medida que a doença

---

llamado | bubas q̃ fue ordenado | en el ospital de todos | los santos d Lisbo | na: fecho por ruy | diaz de ysla.

Subscripção: *Fue impresso en la | muy noble y muy leal ciudad de Se | uilla en casa de Dominico de | Robertis impressor de li | bros. Acabose a ve | ynte y siete de | setiẽbre año | d. Md | XXXIX.*

No prologo o titulo é modificado para *Tractado llamado fruto de todos los sanctos contra el morbo serpentino de la ysla Española.*

Ha outra edição d'este livro que, segundo Chinchilla, tem o seguinte titulo:

Tractado llamado Fructo de todos los Sanctos, contra el mal serpentino venido de la Isla española, fecho y ordenado en el grande y famoso hospital de todos los Sanctos de la insigne y muy nombrada ciudad de Lisboa: dirigido al muy alto y poderoso Señor D. Juan el tercero de este nombre, por Ruiz Diaz de Ysla, vecino de Sevilla. Sevilla 1542.

1 Fl. 61 v. erradamente marcada 51.

se generalisava, cada povo lhe chamava um nome em harmonia com a origem que lhe suppunha.

Bubas, a denominaram em Castella; mal de Castella em Portugal; mal dos portuguezes na India, etc. Diaz d'Ysla chama-lhe mal serpentino da Ilha hespanhola, porque não encontra outra coisa com que comparar a sua fealdade senão com a serpe, e para lembrar constantemente a sua origem. Encarece a sua contagiosidade e gravidade, lembrando que não houve povo de cem visinhos no qual a mortalidade não fosse de dez pessoas, e faz notar que a syphilis foi completamente desconhecida dos antigos, excepto por Plinio, que a descreveu sob o nome de mentagra.

Occupa-se no capitulo seguinte da definição e differentes especies de syphilis. Admitte tres especies, primeira, segunda e terceira, differindo umas das outras pela differente gravidade.

A primeira especie comprehende as primeiras manifestações d'esta doença, e caracterisa-se por bubões ou abcessos indolentes, e sem prurido, de cura relativamente facil, visto que se curam 98 por 100 dos infectados; a segunda apresenta-se sob a fórma de ulceras e apostemas, annos depois da apparição das bubas; a terceira consiste nos symptomas da segunda, mas acompanhados de febre, dôres mais ou menos intensas, perda de forças e consumpção.

Entre a primeira e a segunda especie ha differenças radicaes que Ysla terminantemente estabelece do modo seguinte: a primeira especie é mais contagiosa que nenhuma outra doença; a segunda não é contagiosa nem se apega de modo algum, ainda que haja toda a communicação do mundo.

Mesmo que se cure muito bem a primeira especie, não se impede o apparecimento da segunda. Esta tem cura perfeita, por meio do mercurio e do guaiaco.

A distincção d'estas duas especies assentava no exame de vinte mil doentes que d'esta ultima fórma lhe haviam passado pelas mãos.

Assignala as similhanças existentes sob o ponto de vista da pathologia geral entre a syphilis e a raiva, o que denota qualidades de observador.

Occupa-se em seguida da etiologia, e combate a ideia de que a syphilis se origina do movimento dos astros, da influencia dos signos e planetas, porque nunca viu que ella procedesse d'outra coisa que não fosse o contagio. Não serve de argumento em contrario o facto de apparecer a doença em religiosos e donzellas de honestissima vida, porque o contagio se effectua não só por contacto carnal, mas pelas relações directas com objectos procedentes de syphiliticos ou que houvessem estado em contacto com elles.

A symptomatologia da primeira especie consiste na apparição no penis ou nos orgãos genitaes da mulher do que hoje chamamos cancro duro, e elle chama *ulceracion y bogaje, o tumor y buba.*

Estas manifestações são seguidas ou acompanhadas de papulas na pharynge com difficuldade na deglutição; de adenites inguinaes e dôres nos hombros e outras partes do corpo, terminando pela apparição das erupções cutaneas que são as manifestações mais evidentes.

Segue-se o prognostico e n'elle se refere a que a doença apresenta quatro periodos: principio, augmento, estado e declinação, affirmando que em igualdade de circumstancias tem prognostico mais favoravel quando accommette no verão do que no inverno.

A quatro indicações ha que attender no tratamento da syphilis.

Preenche-se a primeira indicação com uma hygiene excellente e principalmente com um bom regimen alimentar. Para attender á segunda, é necessario ter presente o periodo em que se acha a doença. No principio, mas só depois de passado algum tempo após a apparição dos accidentes primarios, convem a administração dos purgantes. Quanto ás manifestações cutaneas, nem se devem tocar nem levantar com as unhas, porque então alastram e generalisam-se.

Occupa-se d'estas manifestações nas suas variadissimas sédes. Todas ellas propõe que sejam tocadas com uma solução de sublimado, ou com nitrato acido de mercurio ou chloreto de prata. Quando no membro viril surjam ulcerações,

devem merecer mais attenção do que em qualquer outra parte. Se apparecem na parte exterior devem curar-se com nitrato acido de mercurio que tem virtudes maravilhosas, mas se a sua séde é a parte interna do prepucio, lavam-se com agua de Lanfranco [1] e, se não bastar, recorre-se ás fricções mercuriaes.

Se a ulceração se torna sordida e corrosiva, acudir-se-lhe-ha promptamente com as unturas, sendo inuteis outras applicações.

Occupa-se da paraphimosis, e, como esta accommette sobretudo os pletoricos, aconselha no seu tratamento a sangria e applicações locaes calmantes, que cederiam o logar ao cauterio e ás fricções, em caso de insuccesso dos primeiros meios.

Trata depois da phimosis complicada de ulcerações internas. Proscreve a operação, mas sobretudo o processo seguido no seu tempo que consistia na incisão do prepucio com uma tesoura, processo que tinha o inconveniente de deixar a um e outro lado da glande tumefacções que prejudicavam o coito. Em vez d'este tratamento, aconselha o uso de pomadas cuja base é o sublimado, e sendo urgente a operação, pratica-a do modo seguinte: dá primeiro uma incisão longitudinal, cortando em seguida em torno, o mais proximo possivel do sulco balano-prepucial.

Entra depois em considerações sobre os meios prophylaticos da syphilis. Quanto á preservação individual, tudo se limita a lavagens feitas com agua ou urina, mas opina que se adoptem nas differentes povoações medidas que obstem á disseminação do mal. Todas ellas deviam ter um cirurgião de partido que examinasse semanalmente as meretrizes, não consentindo que nenhuma das que fosse encontrada com syphilis exercesse a sua profissão por espaço d'um anno, a não ser em casos excepcionaes. Para esse fim, seria reclusa em casa de

---

[1] A agua de Lanfranco era uma solução de ouropimento e verdete em vinho branco.

*

quem tivesse por cargo a sua inspecção, ou n'um hospital ou carcere. É tambem de opinião que as meretrizes deviam usar um traje especial que as distinguisse das outras mulheres, e ter uma carta de sanidade, sem a qual podiam ser presas em qualquer parte que se achassem. A inspecção era estendida ás creadas das estalagens e tavernas, onde não se receberia mulher alguma que não levasse certificado de sanidade.

Á quarta intenção satisfazia-se com praticas hygienicas que tinham em vista melhorar a constituição.

O capitulo terceiro tem pouco interesse, referindo-se aos individuos de constituição deteriorada pela invasão dos accidentes syphilicos.

Occupa-se no quarto capitulo da segunda especie de syphilis. No principio, encontram-se na sua symptomatologia as dôres nas articulações e ao longo dos ossos dos braços e pernas, que se exacerbam de noite; mas tarde, surgem as erysipelas, phleimões, exostoses, hydroceles e emphysemas.

O prognostico d'esta fórma de syphilis é grave, porquanto, não sendo tratada conveniente e opportunamente, dá em resultado a corrosão das fauces e do nariz, ao passo que, feito o tratamento a tempo, é a doença de cura mais facil que se póde encontrar. Esse tratamento consiste no uso do pau santo, (*Guaiacum sanctum, L.*) fricções mercuriaes, levadas até ao ponto de produzirem abundante salivação, e os seus effeitos são de tal natureza que affirma que no seu tempo nunca este meio falhou.

A pratica das fricções é sujeita a numerosos preceitos: Diaz d'Ysla extensamente os declina, ao mesmo tempo que enumera desenvolvidamente as differentes manifestações syphiliticas que n'este periodo se observam. N'este ponto, como de resto em todo o livro, a cada passo se refere ao que tinha visto no Hospital de Todos os Santos, em companhia de grandes physicos e cirurgiões.

A parte relativa á therapeutica é baseada no que tinha visto na sua longa pratica. Attribuindo á doença o que razoavelmente se devia imputar á cura, Diaz d'Ysla refere casos de

fracturas dos ossos por demasiada fragilidade d'estes orgãos, bastando ligeiros movimentos, como o de levar um copo á bocca, ou o de cobrir-se com uma capa para produzir estas lesões. Produz observações de tysica syphilitica, dizendo que no hospital onde residira por tão longo tempo se procedia á autopsia logo que os doentes falleciam [1].

Saltamos o capitulo quinto e entramos no seguinte que se occupa da terceira especie de syphilis. A sua symptomatologia consiste em febre contínua, consumpção, sêde, anorexia, edemas dos membros inferiores, diarrhea e dôres generalisadas. Acompanham-se estes symptomas de ulceras que põem a descoberto os ossos. O prognostico é similhante ao da segunda especie: para quem se submette ao tratamento pelo guaiaco e pelo mercurio, é benigno; gravissimo, para quem o não faça. O tratamento consistia na dieta apropriada, nas fricções mercuriaes até á salivação, em applicações locaes variaveis com a séde das manifestações syphiliticas, no uso do guaiaco e ainda em banhos geraes.

O capitulo seguinte occupa-se d'aquelles doentes que por debilidade excessiva não podem submetter-se a um tratamento tão severo com a regularidade que elle reclama. Em taes casos não differia essencialmente a cura; o que se fazia era contemporisar, e applicar o mercurio conforme as circumstancias do doente o permittiam.

Um dos capitulos mais importantes debaixo do ponto de vista historico é o oitavo, em que se occupa o medico andaluz da fórma como se devem dar as fricções. Consta de dezoito preceitos que resumiremos tão summariamente quanto possivel.

O tratamento póde fazer-se em qualquer época, mas é preferivel para os ricos tempo frio e para os pobres tempo quente. Varía a duração das fricções com a fórma de affecção

---

[1] Diaz d'Ysla diz: *luego como el paciente falecia se procurava la anothomia*, pag. 20.

syphilitica que se tem a combater. Varía igualmente com a idade. Os sitios de preferencia para a applicação são os pulsos, os cotovêlos, os hombros, os quadris, os joelhos, a articulação tibio-tarsica, o ventre e o dorso. As fricções devem ser diarias, mas se ao cabo de tres dias não houver salivação serão duas por dia. Em caso algum, o seu numero seria superior a dezoito, não havendo fluxo pela bocca, e o modo de applicação variava de doente para doente, conforme as circumstancias que n'elles se davam. É de notar que, em harmonia com as doutrinas humoraes reinantes, a salivação era considerada como uma valvula de segurança, e, emquanto não apparecia, devia ser-se muito cuidadoso na applicação do mercurio.

Quando a lingua está empolada e augmentada de volume a uvula, devem suspender-se as fricções.

Proporciona a quantidade do mercurio á constituição dos doentes. Estabelece o regimen a que hão de ficar sujeitos, não marcando dieta emquanto duram as fricções, mas sendo rigorosa em seguida á sua terminação.

O capitulo nono é uma exposição de regras geraes « em que está todo o segredo d'esta cura e até hoje se tem ignorado». O syphilitico deve fugir do coito; resguardar-se do ar durante o tratamento; abster-se de lavar as mãos e pés, ao menos por trinta dias; evitar purgas e sangrias; e ter prudencia no uso do vinho e de certos alimentos.

O capitulo seguinte trata dos effeitos do pau casto que o mesmo é que o guaiaco, mas outras especies ou variedades têm virtudes analogas. Refere-se a uma india que foi mandada enforcar pelo commendador de la Rez, primeiro governador da Ilha hespanhola e que dizia possuir o segredo do tratamento da syphilis; mas acredita que a raça modifica consideravelmente a doença e que os indios mais facilmente se curam que os europeus. Estabelece preceitos para o uso do guaiaco que se podem reduzir a ser preferivel dal-o em tempo quente, em casa abrigada, a guardar o leito, e não molhar pés nem mãos durante o tratamento, a não tomar bebidas nem alimentos frios, a guardar um regimen conveniente e a não usar purgan-

tes. Ao mesmo tempo enumera os caracteres do pau santo, mostrando como se distingue o de boa qualidade, e marcando as dóses em que se deve empregar. N'esta parte refere-se a *un palo que aora tráen de la China por la via de Portugal* [1].

Occupa-se o capitulo duodecimo do formulario, e o ultimo trata de todas as duvidas que se podem offerecer. É uma especie de acclaração de variados dizeres da obra. As primeiras paginas são uma descripção do Hospital de Todos os Santos que aproveitamos para a descripção que d'elle fizemos. Outras são relativas á historia da syphilis. Como estas passagens são interessantes, não nos seja levado a mal que nos demoremos com ellas, visto não terem sido postas em evidencia pelos historiadores da medicina hespanhola Chinchilla e Morejon.

Diz Diaz d'Ysla que ha quem duvide de que a doença apparecesse na hoste do rei Carlos de França no anno de 1494, por importação americana, como ficou dito no principio d'esta noticia; mas quer apresentar uma razão que convencerá os discretos e vem a ser «que el año de 1504 me fue dada por scripto toda la cura que los indios fazian para esta enfermedad segun que yo la tengo scripto»; ora, se elles conheciam tão bem a doença e o modo de a tratar, sendo a gente «mas insensible que nunca se ha visto» e nenhum outro povo a conhecia, é porque a doença viera da Ilha hespanhola. «Porque de todo tengo larga esperiencia que he curado personas que la tuvieron en la dicha armada y cure personas que adolescieron en Barcelona».

Segue-se explicar a razão por que se deu o nome de bubas á doença, e esta explicação deverá ser tida em conta por aquelles que se occuparem da historia da syphilis. Transcrevel-a-hemos por inteiro, attento que não tem grande extensão:

---

[1] Deve ser a *Cordia sebestena* ou a *C. Mixa*. Não encontramos na edição que temos presente a observação a que se refere Chinchilla a pag. 209 do primeiro volume, o que, além d'outros indicios, nos leva a crêr que ha differenças d'algum valor entre esta edição e a de 1542 de que se serviu o historiador hespanhol.

«La causa porque en Castilla le llamaron bubas y fue desta manera que obra de x años antes que la enfermedad fuesse aparecida no sabian las mugeres echar otras maldiciones a fijos y entenados y criados sino dezilles de malas bubas mueras: tollido te veas de bubas: malas bubas te coman los ojos, y a cabo de x años que esto assi se cursava vino esta enfermedad: y como fazia aquellos efectos de morir-se los hombres y tollir-se y comer se las caras uvo lugar de quedar el mal con este nombre».

Tal é a obra de Diaz d'Ysla, em que ha muito de aproveitavel, a despeito de algumas abusões. Como documento para a historia da syphilis é de primeira ordem, e deverá ser estudado cuidadosamente pelos que a tiverem de fazer, sendo para lamentar que o professor Manuel Bento de Sousa, ao occupar-se tão primorosamente d'este assumpto, não pudesse vêr a obra, tendo de julgar pelas noticias de Morejon e Chinchilla.

A symptomatologia da doença é exposta excellentemente e quasi que em nada differe da que os melhores tratadistas modernos apresentam. A sua primeira, segunda e terceira especie não correspondem ao que hoje chamamos accidentes primarios, secundarios e terciarios. Os accidentes primarios e secundarios formam a primeira especie de syphilis; a segunda especie constitue a syphilis terciaria; a terceira especie é formada pelos accidentes tardios d'esta ultima fórma. Estabelecida esta correspondencia, é notavel o modo como expõe as differentes manifestações correspondentes a estes periodos.

Viu-se como, superior ás tendencias maravilhosas do seu tempo, não admitte como causa de syphilis senão o contagio, e como teve uma intuição da verdadeira natureza da doença, assimilhando-a á raiva.

No tratamento, o mercurio é empregado *larga manu* e ninguem póde dizer que os preceitos que regulam a sua applicação, e sobretudo a pratica de levar as uncções até á salivação abundante, sejam de applaudir. Mas n'este objecto maiores abusos se commetteram, e Ysla em certos casos não insiste no tratamento mercurial, recommendando que se respeite a constituição do doente e por ella se regule a applicação. Debaixo

d'este ponto poderá acceitar-se a proposição de Morejon de que este escriptor tem indubitavelmente o merito de haver feito uso moderado do mercurio; pois se não foi o primeiro a quem deve a medicina esta descoberta, mas a outros hespanhoes mais antigos, sem embargo aplanou o terreno para se administrar com maior extensão e aproveitamento.

Foi o livro de Diaz d'Ysla que educou os cirurgiões portuguezes na cura d'esta terrivel doença e em trabalhos posteriores (Madeira Arraes, Fonseca Henriques, etc.) fazem-se-lhe repetidas e muito honrosas referencias. A isso, e á circumstancia de ser escripto n'um hospital portuguez e baseado em observações colhidas em Portugal deve o logar que occupa na nossa historia de medicina nacional [1].

As *Centuriæ medicinalia* de Amato Lusitano são uma collecção valiosa de observações de cirurgia e medicina. Notaremos aqui as curas mais notaveis do dominio da clinica cirurgica e a seu tempo faremos o mesmo para as referentes á clinica medica. Adoptamos a ordem em que são apresentadas as observações nas centurias, o que facilitará grandemente qualquer trabalho de verificação.

Amato praticou frequentes vezes escarificações e ensinou a pratical-as aos cirurgiões de Ferrara que as desconheciam até ao seu tempo [2]; observou um caso de hypospadias n'uma creança e projectava introduzir pelo orificio por onde ella urinava, situado entre os testiculos, uma tenta canula com uma agulha para perfurar a glande [3]; nos casos de cancro, rejeita a ustão depois da amputação, e mostra que um tratamento palliativo dá melhores resultados do que a applicação do ferro, do cauterio actual ou dos causticos que viu seguida de ulceras

---

[1] Occupam-se de Ruy Diaz d'Ysla, além dos indicados, Chinchilla, op. cit., I, pag. 200; Morejon, op. cit., II, pag. 286; Leitão, *Cirurgia*, I; Gomes de Lima, *Memorias Chronologicas*, pag. 320; M. Bento de Sousa, *A syphilis*, pag. 29 e seg., etc., etc.

[2] Cent. 1.ª, cur. 18.

[3] Cent. 1.ª, cur. 23.

medonhas que determinavam a morte [1]; viu n'um velho calculos urethraes que impediam a saída da urina e que foram extraídos por meio de uma especie de urethrotomia externa [2]; observou, como dissemos, uma creança com uma saliencia cornea na fronte, cuja excisão determinou a morte, por se continuar na parte interna com a substancia do cerebro [3]; nos casos de empyema, aconselha que se faça a incisão no segundo espaço inter-costal por se ter convencido pelas demonstrações de um irmão de Vesalio, que se não póde ferir assim o diaphragma [4]; e insurge-se contra a doutrina reinante no seu tempo, e que datava de muito longe, em virtude da qual se podia reconhecer o sexo do embryão [5].

Na Centuria 2.ª encontramos, como mais dignas de nota: a observação d'um caso de luxação do coccyx n'um individuo que montava habitualmente a cavallo, curada pela operação manual [6]; a de uma fistula recto-vaginal cujo tratamento não menciona [7]; a de um caso de verdadeira elephantiase dos arabes terminado pela cura [8]; a de um caso de verrugas nas mãos curadas pela acção do calor produzido por sarmentos accesos [9]; a de uma hermaphrodita, que, sendo ao principio considerada mulher, houve de ser tida como homem pelo desenvolvimento dos orgãos genitaes, mas ficou sempre sem barba [10]; a de um individuo que introduzia no estomago barro, correias e vidros partidos [11]; a de uma aphonia determinada pela corrosão dos nervos recorrentes pelo sublimado corrosi-

---

[1] Cent. 1.ª, cur. 31.
[2] Cent. 1.ª, cur. 42.
[3] Cent. 1.ª, cur. 51.
[4] Cent. 1.ª, cur. 61.
[5] Cent. 1.ª, cur. 70.
[6] Cent. 2.ª, cur. 5.
[7] Cent. 2.ª, cur. 10.
[8] Cent. 2.ª, cur. 34.
[9] Cent. 2.ª, cur. 38.
[10] Cent. 2.ª, cur. 39.
[11] Cent. 2.ª, cur. 69.

vo, usado intempestivamente [1]; a de uma ferida do craneo produzida por uma espada que penetrára fundamente no cerebro e apesar d'isso não arrastou a morte do doente [2]; a de um caso de hydrocele tratado pela incisão repetida [3]; a de um tumor scirrhoso do collo do utero e da eversão d'este orgão [4]; e a de uma hemorrhagia nasal abundantissima com restabelecimento completo do paciente [5].

Na Centuria 3.ª refere um caso de mordedura da vibora em que a sucção do veneno não pôde evitar accidentes mortaes [6]; produz uma observação de cancro mammario curado pela extirpação, seguida da applicação do ferro em braza [7]; cita um caso de ferida do abdomen com hernia do epiploon, que elle curou pela gastrorraphia, precedida da laqueação e excisão da parte herniada [8]; refere observações de pterigions curados pela cauterisação com agua forte e pela applicação de gemma de ovo [9]; e apresenta um caso de pica e malacia n'uma mulher gravida, sustentando que estes appetites desvairados são seguidos de defeitos physicos nos filhos das mulheres que os soffreram [10].

Logo no principio da Centuria 4.ª encontra-se uma observação notavel de apertos de urethra, curados pelo uso das vélinhas. Dá este caso logar a que Amato se occupe da historia d'este meio de tratamento, e nós acompanhal-o-hemos n'este caminho, onde teremos de encontrar alguns nossos compatriotas.

Parece hoje demonstrado que o uso das vélinhas remonta

---

[1] Cent. 2.ª, cur. 70.
[2] Cent. 2.ª, cur. 83.
[3] Cent. 2.ª, cur. 84.
[4] Cent. 2.ª, cur. 88.
[5] Cent. 2.ª, cur. 100.
[6] Cent. 3.ª, cur. 14.
[7] Cent. 3.ª, cur. 32.
[8] Cent. 3.ª, cur. 60.
[9] Cent. 3.ª, cur. 82.
[10] Cent. 3.ª, cur. 86.

aos primeiros tempos da cirurgia, mas os antigos não conheciam a entidade anatomica que nós designamos pela palavra estrictura, e se empregavam as vélinhas era simplesmente para desembaraçar a urethra obstruida por um obstaculo passageiro, ou repellir para traz um calculo engasgado no collo da bexiga.

Só no seculo XVI comprehenderam os cirurgiões o partido que se podia tirar d'ellas para destruir os obstaculos permanentes da urethra e alargar o seu calibre.

Segundo Amato Lusitano, o inventor das vélinhas foi o celebre professor da universidade de Salamanca, Alderete, que lhe ensinou a maneira de se servir d'ellas. Amato empregou o novo methodo de tratamento em Lisboa, n'um individuo de vinte e cinco annos, que tinha militado em Africa e na Asia e, por motivo de uma blenorrhagia, havia contrahido uma estrictura urethral. Acompanhou-o no tratamento um cirurgião portuguez chamado Filippe, que ao depois vulgarisou o methodo e o applicou, com grandes proventos, n'algumas das capitaes da Europa. Amato affirma isto terminantemente e invoca o testemunho de alguns individuos que assistiram ao tratamento, dois dos quaes eram os medicos Luiz Nunes e Jorge Henrique e o terceiro o celebre astronomo Manuel Lindo. Este caso é referido ao anno de 1534 que, pelo que dissemos, deve ser tido como o ultimo que Amato passou no nosso paiz [1].

Portanto, a versão do illustre medico dá como inventor do methodo Alderete, Amato como seu vulgarisador em Lisboa e Filippe como seu continuador; e esta versão afigura-se-nos plausivel, como igualmente se afigurou a Sprengel, visto que, não attribuindo Amato a si proprio a gloria da invenção, mas a um seu mestre, nenhum motivo de valor o poderia levar a alterar a verdade [2].

---

[1] Morejon e Sprengel dizem 1541, o que é evidentemente um erro, porquanto n'esse anno já o medico portuguez residia em Ferrara, depois de ter estado sete annos em Antuerpia.

[2] Cent. 4.ª, cur. 19.

Amato escrevia isto entre julho de 1552 e 1553, e já a esse tempo o seu illustre condiscipulo André Laguna dera á luz em Roma o opusculo *Methodus cognoscendi, extirpandique nascentes in vesicæ collo carunculas,* cuja primeira edição é de Roma, em 1551, por Valerio e Luiz Doricos [1]. N'este opusculo, Laguna dá como inventor do methodo o cirurgião Filippe que conhecera em Roma e que communicára o segredo a elle Laguna e ao seu companheiro João Aguilera, medico do papa Paulo III. Esta versão de André Laguna foi geralmente acceite pelos escriptores do seculo XVI que se occuparam d'este assumpto: apezar da contradicta d'Amato, são todos accordes em attribuir a Philippe a invenção das vélinhas. Citaremos, como mais explicitos, os cirurgiões hespanhoes, João Calvo e Francisco Diaz, ás obras dos quaes vamos buscar o complemento d'esta noticia.

Filippe apparece, nos livros citados, como cirurgião de Carlos V, ao tempo que este estava na Allemanha. O grande rei soffria de apertos de urethra que por vezes tolhiam por completo a saída da urina. Havendo-se reconhecido que a difficuldade na micção não dependia de calculos, Filippe foi levado a suppôr que existiam na urethra verrugas ou saliencias que urgia destruir, á similhança do que succede com as verrugas do tegumento externo. Fixou-se em adoptar o caustico potencial, e como era necessario leval-o á séde do aperto, lembrou-se de empregar uma vélinha de cera, com o seu pavio, de modo que não pudesse quebrar-se, mas affeiçoar-se com facilidade á fórma da urethra; como, porém, receasse que a acção do caustico fosse energica em demasia, empregava antes e depois injecções de substancias adstringentes e emollientes.

Serviu de praticante a mestre Filippe um boticario de Roma que, mal se tornou conhecedor d'aquelle segredo, partiu para a sua cidade natal, onde ganhou grande nomeada e

---

[1] Não vimos este livro; citamos por Morejon. Chinchilla refere-se a uma edição de Veneza em 1548, mas na mesma pagina dá a entender que tal edição não existe. (Op. cit., I, pag. 368).

muito dinheiro. Estava ao tempo alli outro pharmaceutico, e esse portuguez, chamado Affonso Dias, que, mal teve conhecimento do novo methodo therapeutico, veiu a Hespanha, a Valladolid, onde estava a côrte, e começou a applical-o no anno de 1552. Foi tal o exito obtido que, achando-se na côrte os procuradores do reino, resolveram dar-lhe grande salario, encarregando-o de vulgarisar e ensinar o seu methodo. N'esse intuito percorreu o Aragão e Valencia, e de facto grande numero de cirurgiões colheram d'elle as principaes bases do tratamento. Deve notar-se que o methodo empregado por Filippe e seguido pelos seus continuadores consistia na introducção até ao aperto da vélinha que ficava deformada, em restabelecer o seu calibre com uma massa caustica e deixar esta nova vélinha na urethra por espaço de vinte e quatro horas [1]. Com os progressos dos tempos, o methodo foi-se aperfeiçoando, comquanto permanecesse por muito tempo a ideia de applicar os causticos para a destruição das estricturas.

Nada temos a oppôr á narração que fazem os dois cirurgiões hespanhoes do primeiro emprego das vélinhas. Faremos notar apenas que algumas lacunas existem, mesmo quando se queira attribuir a Filippe a invenção do methodo. Assim, tendo Laguna conhecido Filippe em Roma, nem João Calvo nem Francisco Diaz nos referem esta circumstancia e attribuem a um boticario d'aquella cidade a generalisação do methodo. Por outro lado, e em abono da versão de Amato, ao tempo em que este reivindicava para o seu mestre a gloria de inventor das vélinhas, Filippe ainda era vivo e residia em Damasco, podendo portanto rebater o que encontrasse de inexacto nas asserções de Amato. Mas, adopte-se a versão que se quizer, o que fica assente é que a portuguezes se deve a invenção ou a

---

[1] Juan Calvo, *Primera y segunda parte de la cirugia universal y particular del cuerpo humano,* Valencia, 1703, por Vicente Cabrera, pag. 337. A 1.ª edição é de Sevilha, 1580 (Morejon).

Francisco Diaz — *Tractado nuevamente impresso de todas las enfermedades de los Riñones, Vexiga y Carnosidades de la verga, y vrina.* Impresso em Madrid por Francisco Sanchez, año de 1588.

vulgarisação do methodo. Amato, Filippe e Affonso Dias são crédores de consideração, ainda quando não fossem mais do que continuadores do professor de Salamanca.

São dignas de nota, na mesma Centuria, a historia d'uma gravidez devida á fecundação pelo sperma derramado n'um banho [1]; a d'uma ferida penetrante do thorax seguida de pleurisia, curada por uma larga incisão [2]; e ainda a d'um hydrocele, tratado tambem por uma larga incisão, seguida de applicação de substancias irritantes [3].

Encontramos na Centuria 5.ª a curiosa observação d'um individuo que apresentava na abobada palatina uma abertura produzida por ulceração syphilitica, que grandemente prejudicava a emissão da voz, e que Amato remediou substituindo o osso destruido por uma placa d'ouro [4]; e a referencia d'um caso de tumor da região inguinal, do peso de vinte e cinco libras, cuja natureza não é facil determinar [5].

Na Centuria 6.ª, a unica observação relativa á cirurgia que nos parece ter interesse é a d'um rapaz de dez annos, a quem appareceu subitamente na raiz do membro uma dureza que parecia devida a um calculo e que effectivamente desappareceu com a expulsão d'uma pedra [6].

Na Centuria 7.ª encontramos um caso de gravidez em que o semen foi transportado accidentalmente por uma mulher casada que com outra se dava ao tribadismo [7]; uma observação notavel de tumor da região epigastrica [8]; um caso de tetano traumatico produzido por ferida do pé [9]; e a menção

---

[1] Cent. 4.ª, cur. 36.
[2] Cent. 4.ª, cur. 37.
[3] Cent. 4.ª, cur. 84.
[4] Cent. 5.ª, cur. 14.
[5] Cent. 5.ª, cur. 88.
[6] Cent. 6.ª, cur. 91.
[7] Cent. 7.ª, cur. 18.
[8] Cent. 7.ª, cur. 23.
[9] Cent. 7.ª, cur. 66.

d'uma epidemia de conjunctivites que observou em 1560 em Salonica [1].

A maior parte das observações indicadas merecem attenção por mais do que um titulo. As outras mesmo, se não têm o interesse das que mencionamos, mostram que Amato era um pratico muito esclarecido, d'uma erudição muito variada, qualidades estas que em parte são prejudicadas pela superstição de que por vezes dá provas. Mas, qual foi o homem, por maior merecimento que tivesse, que não pagou tributo á credulidade da época em que viveu?

Não deixaremos passar sem menção o pequeno livro de Alvaro Nunes. Segundo Barbosa Machado, Alvaro Nunes era natural de Santarem, onde nasceu em 1560. Foi medico do Archiduque d'Austria Alberto, em cuja companhia esteve em Lisboa, acompanhando-o depois á Antuerpia, onde grangeou reputação de grande medico e morreu em 9 de dezembro de 1603.

Alvaro Nunes deixou umas *Annotationes* á obra do cirurgião hespanhol Francisco Arceu, *De recta curandorum vulnera* [2]. Da leitura d'ella nada se conclue em confirmação do que fica escripto senão que gozava grandes creditos em Antuerpia, onde residia: Bento Arias Montano elogia-lhe os meritos em phrases calorosissimas.

Quanto ao valor das annotações de Alvaro Nunes, é reduzido. Geralmente, o medico portuguez limita-se a comprovar o texto d'Arceu, a apontar um ou outro caso clinico, e isto sempre muito resumidamente.

---

[1] Cent. 7ª, cur. 80.

[2] O exemplar que vimos na Bibliotheca Nacional de Lisboa tem o titulo seguinte:

De recta | curandorum | vulnerum | ratione. | et | Aliis ejus artis præceptis libri II. | Francisco Arcaeo | Fraxinalensi. | Doctore Medico & Chirurgo, auctore. | Ejusdem | De febrium curandorum ratione. | Amstelodami. Ex officina Petri vanden Berge, in vico (vúlgo) | de Blauweburgival, sub signo montis Parnassi | A.º 1658.

Vimos apenas esta edição na Bibliotheca Nacional de Lisboa; mas os bibliographos mencionam outra d'Antuerpia, 1564.

É de notar, porém, que sendo Francisco Arceu considerado como um dos mais illustres praticos da Hespanha no seculo XVI e devendo-se-lhe notaveis progressos na cirurgia, a escolha do commentador é demonstração de que merecia aos seus contemporaneos altissimo conceito.

Rodrigo de Castro nasceu em Lisboa em 1546 [1], tendo por pae um christão novo, tambem medico, chamado André Fernandes [2]. A profissão medica era exercida por outros membros da sua familia, taes como seu tio materno Manuel Vaz, que foi physico de D. João III, D. Sebastião, D. Henrique e D. Filippe I [3], e outro seu tio e homonymo que mereceu a honra de ser mandado tratar o soberano de Fez, quando este, apezar de estar em guerra comnosco, pedia lhe mandassem um medico habil para o tratar d'uma doença de que soffria [4].

Outros esclarecimentos de menos importancia se encontram nos livros de Rodrigo de Castro a respeito da sua familia. Tinha um irmão Francisco da Costa, que andava peregrinando longe da patria, e duas irmãs: uma casada, Leonor Paes [5], e outra, provavelmente solteira, Beatriz de Castro [6].

Muito novo foi para Salamanca, onde estudou a cirurgia com o celebre professor André Valcacer [7], e a medicina com Rodrigo de Sorea e Pedro Bravo que tinham em grande conta os merecimentos do medico portuguez [8].

Recebido o gráu de doutor, Rodrigo de Castro voltou á patria, exercendo a clinica em Evora e Lisboa.

---

[1] Pedro Dias — *Rodrigo de Castro, Apontamentos para a biographia do creador da gynecologia*, in *Archivos de historia da medicina portugueza*, I, II e III. Esta excellente biographia tem de ser consultada por todos os que se occupem de Rodrigo de Castro.

[2] *Medicina mulierum*, ed. de Hamburgo, 1617, pars II, pag. 352.

[3] Idem, pars II, pag. 48.

[4] *Medicus politicus*, pag. 167, ed. de Hamburgo, 1614.

[5] *Medicina mulierum*, pars I, pag. 148.

[6] *Medicus politicus*, pag. 158 e 159.

[7] *Medicina mulierum*, pars II, pag. 115.

[8] Idem, pars II, pag. 515; *Medicus politicus*, pag. 82 e 83.

Em Evora devia ter sido curta a sua permanencia, se não se limitou a uma viagem de recreio ou a uma simples visita de clinico, em exercicio da sua profissão. Diz-nos elle que em 1577 vira n'esta cidade um rapaz carcunda e sem braços que escrevia com os pés [1]; e tambem lá conheceu dois gemeos netos d'uma irmã do jurisconsulto Alvaro Paes, cuja similhança era tão extraordinaria, que a mãe só pela voz os podia distinguir [2].

Em Lisboa foi outro e mais longo o seu tirocinio. Pondo de parte a cirurgia, cujo estudo tanto desvelo lhe merecera, mas a cuja pratica se não podia dedicar pela aversão que lhe causavam as feridas e operações [3], consagrou-se desde os seus primeiros annos de vida medica ao estudo das doenças das mulheres, colhendo a maior parte dos materiaes para a obra que mais tarde publicou sobre este assumpto.

No exercicio da clinica adquiriu dentro em pouco grandes creditos, como o provam os seguintes factos por elle narrados.

Quando Filippe II reuniu em 1588 no porto de Lisboa a *invencivel armada,* destinada a invadir a Inglaterra, diz-nos o medico portuguez que grande numero de soldados e marinheiros, com medo ao mar e á guerra, fingiam se doentes, mettiam-se na cama e mandavam-n'o chamar, tendo como certo que, se conseguissem illudil-o e elle attestasse as suas doenças, facilmente obteriam a baixa [4].

Houve no seu tempo em Lisboa uma mundana, cuja casa era frequentada por individuos de elevada gerarchia, e cuja belleza fascinava solteiros e casados. D'ahi se originou grande escandalo, e o governo entendeu que o melhor meio de atalhar o mal era obrigal-a a saír da cidade, com destino ás provincias ultramarinas. Oppôz-se ella, com todas as protecções de que dispunha, a tão violenta solução, e quando andava em di-

---

1 *Med. mul.*, pars I, pag. 141.
2 Idem, pars I, pag. 134.
3 *Med. pol.*, pag. 68.
4 Idem, pag. 251.

ligencias para obter annullação ou commutação da pena, recebeu ordem immediata de embarque. Valeu-se então da astucia e simulou um abortamento, mettendo-se na cama e derramando nas roupas sangue misturado com leite. Chamado Rodrigo de Castro, com a esperança de o illudir e obter d'elle a confirmação da doença simulada, este descobriu logo a fraude, e não houve supplicas, empenhos, ou dinheiro que conseguissem do illustre medico que fosse connivente no dolo [1].

Mais, porém, que tudo isto, dá claro testemunho da elevada consideração que mereceu ter sido convidado por Filippe II para passar ás Indias orientaes, com grandes honorarios e privilegios, um dos quaes era a independencia da jurisdicção do vice-rei, para procurar plantas e outros simplices, continuando as pesquizas de Garcia da Horta e Christovão da Costa. Não acceitou Rodrigo da Costa a proposta por motivos de valor, esperando que pessoa mais competente se desempenhasse d'esta incumbencia [2].

Gozando tão elevada consideração, que motivos o poderiam levar a saír da patria? Certamente não podiam ser outros que não as suas crenças religiosas, e judiciosamente conjectura o professor Pedro Dias que a sua saída se realisasse pouco depois de 1588, porquanto no anno anterior Filippe II suscitou a fiel observancia das leis contra os judeus promulgadas por D. João III.

Saíndo de Portugal, é muito provavel que se dirigisse para Antuerpia, o que é attestado pelas numerosas referencias que faz aos costumes e doenças das mulheres belgas [3]. Que residiu n'outra cidade que não Hamburgo, onde fixou residencia, é claramente indicado por elle [4].

Seja como fôr, deve ter chegado a Hamburgo em 1596 e encontrou a cidade devastada pela peste, de que mais tarde

---

[1] *Med. pol.*, pag. 251 e 252.
[2] Idem, pag. 194.
[3] *Med. mul.*, pars II, pag. 119, 480, 509, etc.
[4] *Med. pol.*, pag. 193.

havia de dar noticia. Dar-lhe-ia isso ensejo de se tornar conhecido, mas outro facto lhe daria maior nomeada. Adoecera Margarida d'Alefeld, mulher de Balthazar d'Alefeld, governador de Flensemburgo. Chamado Rodrigo de Castro para a tratar, conseguiu debellar a doença de que soffria aquella nobre senhora, adquirindo a gratidão e favor d'esta familia, cujos obsequios deixou lembrados n'um dos seus livros [1].

Pouco depois da sua chegada a Hamburgo casou com uma judia portugueza, Catharina Rodrigues. Mereceu ella grande affecto a Rodrigo de Castro, mas a sua união foi pouco duradoura, porque morreu na flôr da idade, deixando vivos dois filhos, dignos herdeiros do nome de seu marido. Succumbiu á febre puerperal que se desenvolvera por occasião do seu terceiro parto [2].

Depois d'este acontecimento, vendo-se privado de uma companheira que lhe era tão cara, Rodrigo de Castro, lembrando-se da miseranda condição da mulher que, além das molestias communs, está sujeita ás do sexo, começou a colligir os materiaes da obra que immortalisou o seu nome, e que se intitula *De universa mulierum medicina.*

Mais tarde, quasi septuagenario, occupando-se da educação dos filhos e receando não a vêr terminada e portanto não lhes poder dar conselhos relativos ao exercicio da profissão medica, fructo da sua larga experiencia, escreveu em 1614 o *Medicus politicus,* que, como bem diz o seu biographo, deve ser considerado como o seu testamento medico.

Enganou-se nos seus receios de morte proxima. Ainda viveu dilatados annos, tendo a satisfação de vêr os filhos desfructando de consideração no exercicio da profissão medica [3].

Divergem os historiadores e bibliographos sobre a data do seu fallecimento. J. Rodrigues de Castro affirma que foi em 20 de janeiro de 1627 e Barbosa Machado no anno seguinte.

---

[1] Prologo da *Med. mul.,* 1.ª edição.
[2] *Med. mul.,* pars 1, pag. 163 e 164.
[3] Bento de Castro e Daniel de Castro.

Ambos erraram, e se nos não é licito marcar a época exacta em que se deu esse acontecimento, podemos affirmar que Rodrigo de Castro era ainda vivo em 16 de julho de 1629. Assim o prova uma carta sua, inserta no tomo I das obras de Zacuto Lusitano, em que affirma que a idade provecta, o estudo continuado e provações crueis lhe tinham alanceado a alma, de modo que nem podia escrever e ser prestavel aos amigos [1]. Foi a ultima noticia que do nosso compatriota pudemos obter.

A obra capital de Rodrigo de Castro é a que versa sobre as doenças das mulheres e é ella a que temos a apreciar n'esta altura do nosso trabalho [2]. Acha-se dividida em duas partes, sendo a primeira consagrada á anatomia e physiologia dos orgãos genitaes da mulher, e a segunda á pathologia e clinica respectivas.

No primeiro livro, trata do prestimo da mulher para a conservação da especie, expõe a anatomia do utero, e orgãos genitaes externos, citando a proposito do hymen casos de simulação de virgindade e a proposito dos vicios resultantes do excessivo desenvolvimento do clitoris o facto de ter visto cas-

---

[1] Esta carta foi attribuida sem fundamento pelo snr. Pedro A. Dias a Estevão Rodrigo de Castro.

[2] Roderici à Castro, Lusitani, philosophiæ ac medicinæ doctoris per Europam notissimi, *De universa mulierum medicina, novo et antehac a nemine tentato ordine opus absolutissimum, et Studiosis omnibus utile, Medicis vero pernecessarium. — Pars prima Theorica. Quatuor comprehensa libris in qvibus cuncta quæ ad mulieris naturam, anatomen, semen, menstruum, conceptum, uteri gestationem, fœtus formationem, et hominis ortum attinent, abundantissime explicantur — Cum triplici indice. — Primo Capitum totius operis. Secundo Dubiorum et Problematum, quæ pleraque pulcherrima, utilissima ac jocundissima passim inserta sunt. Tertio Eorum quæ toto opere scitu digniora habentur.*

Cum gratia et privilegio S. Cæsareæ Majestatis. Hamburgi. In Officina Frobeniana. Excudebatur typis Philippi de Ohr, 1603. Fol.

Pars secunda, sive Praxis. Quatuor contenta libris, in qvibus mulierum morbi universi, tam, qui cunctis fœminis sunt communes, quam, qui virginibus, viduis, gravidis, puerperis, et lactantibus peculiares, singulari ordine traduntur, subinde que variæ sterilitatis species, earumque naturæ, causæ, signa, et curationes, distincta et accurata methodo edocentur. Additis insuper singulis fere ca-

tigar em Lisboa mulheres que se entregavam ao tribadismo, descreve os ovarios, e os vasos e nervos do utero, as relações que estes orgãos mantêm, e insurge-se contra o erro vulgar no seu tempo e de que ainda hoje se encontra vestigio na medicina popular de que são possiveis deslocações uterinas que acarretem dispnea e outros phenomenos analogos por compressão, occupa-se da anatomia das mulheres, e faz vêr as differenças existentes entre o esqueleto do homem e o da mulher, descreve as membranas envolventes do feto, a placenta e o cordão umbilical, e termina comparando os orgãos genitaes d'um e outro sexo e encontrando entre elles similhanças notaveis.

Começa o segundo livro, discutindo se existe semen na mulher e affirmando a sua existencia, encontrando confirmação d'este asserto na producção de *hybridos* com caracteres intermedios aos do pae e da mãe, e, referindo-se á influencia da hereditariedade, cita entre outros factos um de transmissão do labio leporino que vira em Salamanca n'um Godscalco Flores e em seu filho; occupa-se do papel dos testiculos, e estabelece uma classificação medico-legal dos differentes casos de impo-

---

pitibus ejusdem authoris scholiis, quibus, quæcunque circa fœmineos morbos curandos dubia, aut controversa hactenus apud medicos fuerant, brevissime deciduntur, ab eisque non parva lux cunctis aliis morbis profligandis accessit, ut pote quibus pleraque Hippocratis et Galeni difficilima loca universaque fere ars medica illustratur.

Cum triplici indice. Primo Capitum totius operis. Secundo Dubiorum, sive controversiarum. Tertio Eorum quæ scitu digna visa sunt. Cum gratia & Privilegii S. Cæsarea Majestatis. Hamburgi ex officina Frobeniana Escudebatur tispis Philippi de Ohr.

Além da edição princeps vimos as seguintes:

Altera editio auctior et emendatior. Hamburgi ex Bibliopolio Frobeniano, 1617.

Tertia editio. Hamburgi ex Bibliopolio Frobeniano, 1628.

Venetiis, Apud Paulum Baloninum, 1644.

Quarta editio. Hamburgi Apud Zachariam Hertelium Bibliop. Anno 1662.

Quinta editio. Coloniæ Agrippinæ, sumptibus Servatii Noelhen. Anno 1689.

tencia; trata dos menstruos, suas causas, inconvenientes da sua abundancia e da sua diminuição e suppressão, combate os auctores que attribuem qualidades nocivas ao sangue menstrual, e referindo-se a Plinio, que affirma haver na India mulheres que concebem dos cinco aos sete annos, contesta esta asserção, porquanto os portuguezes que n'aquellas regiões penetraram nada viram que a confirmasse; e conclue apresentando as razões por que a mulher póde conceber sem que seja menstruada, abonando-se com casos da sua pratica, um dos quaes havia sido o de D. Joanna, condessa de Villa Franca e senhora da ilha de S. Miguel.

Occupa-se o livro terceiro do coito e da concepção. Começa por definir o que seja coito, e expõe as causas que a elle convidam, os seus fins, os seus effeitos quando moderado e quando excessivo; apresenta preceitos relativos ao acto venereo; ventila se é possivel fecundarem-se individuos de diversos generos; trata da concepção, expondo minuciosamente os signaes da gravidez; compara os sexos, opinando que a mulher não é inferior ao homem, debaixo de qualquer ponto de vista; estuda a similhança especifica e individual, citando casos notaveis de parecença, entre os quaes o dos sobrinhos do jurisconsulto Alvaro Vaz, de Evora, e em contraposição occupa-se de desvios do typo normal, intentando uma classificação das monstruosidades, e produzindo factos de sua observação, como o de uma creança da Guarda, que vira em Evora, em 1577, carcunda e sem braços; occupa-se do hermaphroditismo e da superfetação, combatendo a opinião corrente no seu tempo que os gemeos não podiam ser de sexo differente, abonando-se com o que se dava na sua propria familia, em que seus irmãos Francisco da Costa e Leonor Paes eram de um mesmo parto; occupa-se da evolução do feto, n'um e outro sexo, e consigna erradas noções sobre o desenvolvimento do coração e do figado, terminando por discorrer sobre a época em que existe alma racional no feto, reservando prudentemente esta questão para os theologos.

Occupa-se o livro quarto do parto e do leite. Começa por definir o que seja parto e suas causas, investiga as razões

por que na mulher a expulsão do feto se effectua com dôr, e consigna a observação de que as belgas e allemãs parem com facilidade; diz como se deve contar o tempo da prenhez e as difficuldades que se encontram por vezes n'essa contagem; discute a influencia da lua e do sol no parto, affirmando que a mulher se allivia á mesma hora que concebe e que é essa a razão da frequencia dos partos nocturnos; apresenta calculos astronomicos relativos ao tempo do parto, explica os partos de sete e oito mezes e dá as razões por que geralmente as creanças de oito mezes são menos viaveis que as de sete; affirma que as mulheres peninsulares são em geral fracas e pouco fecundas, estando sujeitas a partos laboriosos, o que attribue ao uso da agua que produz a esterilidade; occupa-se do parto e suas causas, signaes, cuidados com o recemnascido, etc.; expõe os caracteres d'um bom leite, e as differenças que póde haver na sua qualidade, preconisa enthusiasticamente a amamentação materna, e rejeita as amas de grandes seios, mostrando os seus inconvenientes e dizendo que por tal motivo viu n'um mesmo anno duas creanças suffocadas, uma portugueza e outra belga.

A segunda parte da obra é seguramente mais interessante. No primeiro livro, consagrado ás doenças communs das mulheres, trata em primeiro logar das causas que podem impedir o fluxo menstrual, e que são a imperfuração do collo uterino, as adherencias dos grandes labios e a continuidade do hymen, fallando em materia de diagnostico da applicação do especulo; occupa-se da amenorrhea, mostrando que nem todas as mulheres que soffrem esta doença são estereis; trata das hemorrhagias supplementares quando falta o fluxo mensal, citando o caso da condessa de Villa Franca, D. Joanna, que Rodrigo de Castro curou, apesar d'ella lançar muito sangue pela bocca quando lhe faltavam as regras; occupa-se da suspensão da menstruação, preconisando no seu tratamento as escarificações recommendadas por Oribasio e que eram pratica corrente em Portugal; trata das hemorrhagias uterinas, aconselhando no seu tratamento as injecções vaginaes com substancias adstringentes, e referindo-se em materia de ali-

mentação ao caldo de miolo de pão, muito empregado em Portugal; incidentemente falla dos meios de combater as hemorrhagias e elogia as vantagens do esterco de burro reduzido a pó, meio posto em pratica muitas vezes por seu tio Manuel Vaz, medico da camara dos reis portuguezes; occupa-se da dismenorrhea, nas suas differentes fórmas, aconselhando no seu tratamento, além d'outros meios, injecções antisepticas; e na leucorrhea elogia os banhos sulfurosos, além d'outras applicações locaes.

Uma secção especial é consagrada ao estudo dos tumores das mammas. Sob esta designação comprehende a simples inflammação, o edema, a escrofula, o scirrho e o carcinoma, e a hypertrophia d'estes orgãos. A respeito do scirrho entende ser este um dos tumores do seio em que a extirpação póde dar melhores resultados, e que a ferida operatoria póde ser curada por primeira intenção, procedendo-se previamente á costura; no cancro, recommenda muita prudencia nos meios empregados, porquanto qualquer irritação é seguida de maus resultados, e inclina-se a acreditar que é uma doença transmissivel por contagio; no tratamento da hypertrophia das mammas, menciona a compressão por meio de ataduras como um meio ás vezes perigoso, assim como o uso de fôrmas de chumbo com o mesmo fim.

Em todos estes capitulos, ha muito de observação pessoal. Citaremos os exemplos seguintes: no que diz respeito á mammite, combate a opinião de Galeno, Brasavola e Guido, não só pelo que lêra n'outros auctores, mas pelo que vira n'um belga, filho de Simão de Konig; sobre tumores escrofulosos refere um caso tambem visto por elle em que a compressão determinou um abcesso volumoso que causou a morte da paciente; etc., etc.

No livro segundo, são estudadas as doenças que accommettem principalmente as viuvas e solteiras. Divide-se em tres secções. A primeira occupa-se das affecções uterinas propriamente ditas e como taes considera a hysteria, que combate com antispasmodicos, citando casos de sua pratica, um dos quaes se refere a Margarida d'Alefeld; a anemia e chlorose,

dando na therapeutica uma parte importante aos preparados de ferro; as dispepsias, a cardialgia e a pneumatose que se podem desenvolver por lesões uterinas, recommendando que, apezar do tratamento causal, se deve fazer therapeutica symptomatica, e prescrevendo uma alimentação conveniente, da qual faziam parte os vinhos peninsulares, preferiveis com este fim aos da Italia; nevralgias diversas e principalmente a enxaqueca, em cuja etiologia cita o uso de preparados irritantes que as mulheres usavam nos cabellos; as colicas uterinas; o prurido vulvar e o furor uterino; e a debilidade uterina que se manifesta pela falta do appetite venereo, eructações, perturbações da menstruação, etc. N'alguns d'estes padecimentos recommenda o uso da agua destillada de cassia-fistula verde, que lhe fôra remettida por Eduardo Mendes, protomedico da India oriental.

A secção segunda é dedicada ao estudo das doenças locaes do utero. Como taes estuda o prolapso uterino, tratando largamente dos processos de reducção e contenção, e não recuando, nos casos acompanhados de ulcerações, em separar a parte ulcerada, por meio do ferro ou do cauterio actual, conforme lhe ensinára o seu professor André Valcacer, e reduzindo a parte restante; e descreve os desvios do utero, em cujo diagnostico se vê terem tomado importancia a exploração da vagina e do collo uterino, effectuada por matronas sob a direcção do medico.

Na secção terceira estuda a *nymphea,* nome sob o qual designa o desenvolvimento excessivo do clitoris e pequenos labios e que não deve confundir-se com o que denomina *cauda* e parece ser o polypo uterino; cita observações proprias d'esta ultima doença, e indica a therapeutica, em que entra a applicação dos causticos e o ferro, se bem que julga a operação sangrenta perigosa se interessa o clitoris. Considera a hydropesia e a tympanite uterinas, dando no tratamento d'esta ultima grande importancia a um emplastro de oleo de louro, arruda, cominhos, etc., muito empregado pelas mulheres portuguezas. Occupa-se das metrites, distinguindo a que tem por séde o collo da que tem por séde o corpo do orgão, e mostra

a difficuldade que ha em a distinguir da erysipela que póde accommetter o utero, tornando-se quasi sempre mortal. Trata dos tumores malignos do utero, scirrho e carcinoma, recommendando apenas tratamento palliativo; e estudando em capitulos successivos diversas excrescencias do utero, assim como as fistulas, chagas, gangrena, vermes e calculos (tumores fibro-calcareos) que se formam n'este orgão. Ao occupar-se das fistulas, aconselha o emprego do ferro candente e das substancias causticas, e na gangrena recommenda a excisão das partes mortificadas por meio do escalpello.

Os primeiros capitulos do livro terceiro são consagrados ao estudo da esterilidade, em que Rodrigo de Castro admitte varias especies: natural, por falta de actividade do sperma, por doenças do utero ou dos seus annexos, e por impropriedade da idade. Em capitulo separado, é estudada a impotencia do homem para o coito ou para a geração. No tratamento, aconselha grande numero de substancias hoje abandonadas por completo, mas, referindo-se á alimentação, cita como vantajosos preparados culinarios genuinamente nacionaes e dá larga parte ás aguas sulfurosas, d'entre as quaes as de Benavente têm menção muito especial.

A secção seguinte é dedicada ao estudo das doenças das mulheres durante o periodo de gravidez. Como taes, estuda a concepção monstruosa, as molas, a gravidez falsa, a pica, em cujo tratamento aconselha, conforme era usado pelas mulheres portuguezas, o grão de bico torrado com sal, o fastio, o vomito e as nauseas, as dôres de ventre, a palpitação e a syncope, etc., etc. São de notar a descripção que apresenta da albuminuria e edemas gravidicos, o capitulo das hemorrhagias uterinas, e ainda o que trata das indicações da sangria nas gravidas, em que cita casos de observação propria favoraveis ao emprego d'este meio de tratamento.

O ultimo livro estuda as doenças das puerperas e das mulheres que amamentam. Na primeira secção, descreve o parto, mencionando costumes e praticas do seu tempo entre as mulheres portuguezas; assim é citado o uso das fachas em seguida ao parto, o das fatias douradas, feitas com ovos, cina-

momo e mel, etc. Occupa-se em seguida do feto morto e da operação cesareana, sem que todavia cite caso algum da sua pratica em abono d'esta ultima. Trata do aborto e do parto vicioso e difficil, fallando na pratica da versão e citando casos de observação propria em que vira enormes lacerações do perineo. Consagra capitulos especiaes á retenção das secundinas e de molas, assim como ás dôres que acompanham a retracção do utero, e termina estudando as hemorrhagias *post partum,* e a retenção dos lochios, a cujas consequencias succumbira, na flôr da idade, sua mulher Catharina Rodrigues.

A segunda secção é preenchida com o estudo das doenças que, comquanto accommettam as puerperas, são communs ás outras mulheres. Como taes são estudadas a febre puerperal, a leucorrhea, o vomito, as doenças agudas, os edemas, as metrites, as ulcerações uterinas, e a estrictura da vagina. Um dos capitulos mais interessantes é aquelle em que estuda a loucura puerperal, em que cita casos da sua observação e entre elles o de uma senhora portugueza que, todas as vezes que gravidava, era accommettida de perturbações mentaes que desappareciam depois do parto.

Finalmente, a ultima secção é consagrada á escolha das amas, ao exame do leite, á sua abundancia, ao seu defeito e ainda aos cuidados a dar aos recemnascidos.

A obra de Rodrigo de Castro é, como se vê da exposição que fizemos, rica de factos e de observação. Beaugrand é de opinião que, apezar de ter sacrificado ás superstições do seu tempo, Rodrigo de Castro mostra n'este livro as qualidades de methodo e o espirito pratico que o distinguem [1].

Chinchilla affirma que a obra do nosso compatriota obteve o suffragio de todos os medicos da sua época e acredita que ainda no nosso seculo merece consulta da parte dos que quizerem escrever sobre doenças das mulheres [2]. O mais

---

1 Art. Castro (Rodrigo de), in *Dictionnaire encyclopédique de Dechambre,* 1.ª serie, vol. XIII.

2 *Hist. de la medicina española,* I, pag. 82.

completo dos seus biographos, o professor Pedro Dias, escreveu a seu respeito: «Rodrigo de Castro é a meu vêr uma das individualidades mais distinctas, ou, talvez, o vulto mais grandioso da medicina portugueza.

«Não foi certamente um talento extraordinario, uma d'aquellas *estranhezas*, que, como diz um poeta nosso, — *de tempos a tempos produz a natureza, — de dar iguaes engenhos já cançada* —; mas ninguem poderá negar-lhe uma intelligencia superior, um notavel bom senso, um dom de observação admiravel, um criterio distincto, um caracter honestissimo, e um singular amor pela sciencia que professou.

«Como escriptor não foi talvez brilhante como Zacuto, nem dotado de uma erudição pasmosa como este, como Henrique Jorge Henriques e outros; mas, escreveu com elegancia e notavel clareza, manifestando no seu dizer conhecimentos profundos e variados.

«Será porventura motivo de reparo a insistencia com que nos seus escriptos procura inculcar-se original; lembrarei, porém, que nos deixou a obra, ainda hoje, mais notavel da litteratura medica portugueza, e que, quando falla dos seus serviços á sciencia, não o faz com a ostentação e jactancia de outros que valiam muito menos.

«Referindo-se a collegas, ou tendo de criticar as opiniões de outros escriptores, é sempre com benevolencia e ás vezes com expressão de respeito, bem longe d'aquelle espirito satyrico, que uma ou outra vez se descobre nas obras do illustre mas vaidoso Zacuto.

«Ao contrario da grande maioria dos medicos do seu tempo, fanaticos sectarios de alguma das doutrinas medicas reinantes, ensina-nos que o medico deve ser eclectico, e que, similhante ás abelhas, ha de procurar o mel em todas as flôres em que o possa encontrar.

«Reclamando a soberania da razão e da experiencia já, ha tres seculos, dizia que a medicina é *ars cum ratione et experientia faciendæ, conservandæ que sanitatis.*

«Foi, ha pouco, arguido de ter por vezes sacrificado á superstição e credulidade do seu tempo, não se lembrando o cri-

tico de que nunca existiu homem realmente superior á sua época [1].

«No exercicio da profissão foi ainda distincto pela probidade e desinteresse. Gozando de grandes creditos, e tendo occasião de ajuntar cabedal, não enriqueceu.

«Homem de sciencia e educação, era com estes que folgava de encontrar-se, chegando a escrever que de melhor vontade tratava gratuitamente nas suas doenças os sabios e as pessoas bem educadas do que, mesmo a troco de avultada retribuição, prestava serviços clinicos aos ignorantes, aos que julgam que honra é pequice, e áquelles que não sabem distinguir o bom medico do que de medico só tem o nome.

«Os serviços, que prestou á medicina, deram-lhe direito a um logar entre os grandes mestres da sciencia nunca contestado, e antes cada vez mais affirmado pela justiça com que vemos o seu glorioso nome, e notaveis escriptos celebrados ainda na litteratura medica dos nossos dias.

«Foi portuguez pelo nascimento e tambem pelo affecto. A ausencia da patria, e talvez aggravos n'ella recebidos, não suffocaram no coração do nosso insigne compatriota este nobilissimo sentimento. Em todas as suas obras declara com orgulho a sua nacionalidade, e n'ellas é sempre com affeição, e por vezes com enthusiasmo, que se refere *nostris lusitanis*» [2].

THERAPEUTICA

A therapeutica reveste n'este seculo uma feição especial. A recente descoberta d'um novo caminho para a India, tornando mais faceis as relações com aquella região, despertou o desejo não só de estudar melhor as suas producções como o de tirar d'ellas o maximo proveito.

---

1 Beaugrand, art. cit. do *Dictionnaire encyclopédique.*

2 Pedro A. Dias — *Rodrigo de Castro, Apontamentos para a biographia do creador da gynecologia,* in *Archivos de historia da medicina portugueza,* II, pag. 101.

A sua fauna e flora variadas foram estudadas, e o resultado immediato d'estes estudos foi applicar-se á therapeutica a maior parte das substancias que os orientaes nos mandavam. Deveu-se esta feição especial da therapeutica a Garcia da Horta, mas reclama a justiça dizer que alguem o tinha precedido, se bem que não com o exito com que elle o fez depois.

No *Livro* de Duarte Barbosa; no *Roteiro* de Alvaro Velho; no *Lyvro dos pesos da Ymdia* de Antonio Nunes, e em geral em todas as narrações de viagem dos primeiros que peregrinaram na India encontram-se, a par de noticias sobre os costumes dos povos orientaes, informações, por vezes preciosas, sobre os seus productos da flora e fauna indianas.

Destaca-se entre elles Thomé Pires.

Thomé Pires, natural de Leiria e pharmaceutico de D. Affonso, filho de D. João II, ou d'este rei, como querem outros, foi mandado á India como feitor das drogarias, no anno de 1511. No exercicio das suas funcções, correu differentes paragens, tendo estado em Cananor, Cochim e Malaca, e exerceu n'esta ultima cidade o cargo de escrivão e contador da feitoria.

Achava-se em 1514 em Malaca, mas tendo sido, no anno seguinte, nomeado governador da India, Lopo Soares d'Albergaria, tratou este de mandar um embaixador ao rei da China e a escolha recaíu em Thomé Pires. A partida realisou-se em 1516, mas, antes d'ella, escreveu o illustre pharmaceutico a D. Manuel uma extensa carta sobre as drogas medicinaes que affluiam áquelles mercados.

Saíndo de Cochim, embarcou n'uma armada de que era capitão Fernão Peres d'Andrade. A armada teve de ir a Malaca para carregar generos commerciaes, e, por contrariedades que surgiram em viagem, só conseguiu chegar á China em 1517.

O embaixador e a comitiva desembarcaram em Cantão e foram recebidos com demonstrações festivas. Fernão Peres fez o seu commercio e voltou, deixando satisfeitos os chins com a nossa gente. Apparelhou-se outra armada com destino á China

em 1518, levando por capitão Simão d'Andrade, irmão de Fernão Peres. Thomé Pires ainda não tinha partido para o interior, por não ter vindo ordem real para que fosse. Tendo ido novas instancias e perguntado miudamente o rei pelas nossas coisas, resolveu-se que o embaixador partisse, e assim succedeu em janeiro de 1520, seguindo rio acima em tres navios de remos, á maneira de fustas. Quatro mezes depois, chegou á provincia de Nankim, e como o rei da China lhe mandasse dizer que o fosse esperar a Pekim, partiu para esta cidade onde chegou em janeiro de 1521. Ahi se encontrou com o rei, mas este recebeu por essa occasião noticias em desabono das intenções dos portuguezes, e que levavam a acreditar que Thomé Pires era um impostor e não um enviado do rei de Portugal. Em razão d'isto, resolveu que nunca mais entrasse no palacio o desventurado pharmaceutico portuguez.

Não sorriu melhor fortuna a Thomé Pires com a morte do rei da China succedida dentro em pouco tempo. O seu successor mandou que o embaixador fosse novamente para Cantão, e se enviasse recado a Malaca para que se entregasse esta cidade ao seu legitimo rei, e emquanto isto se não fizesse, se conservasse em custodia Thomé Pires. Occorreram, entretanto, graves acontecimentos em Cantão, que acabaram de irritar os chins contra os portuguezes, de modo que, ao chegar o embaixador a esta cidade, foi preso e morreu na cadeia.

É esta a versão de João de Barros, mas, no que diz respeito á morte de Thomé Pires, ha divergencia entre os nossos historiadores da India. Gaspar Correia diz que o rei da China, passado o agastamento, o mandou soltar e folgou de fallar com elle, mas nunca mais o deixou voltar para a patria; e Fernão Mendes Pinto refere que n'uma cidade da China encontrára uma mulher que lhe disse chamar-se Ignez de Leiria e ser filha de Thomé Pires, o qual, em seguida a um levantamento que houvera em Cantão, fôra preso com doze homens que trazia, e todos haviam sido açoutados e submettidos a tratos. Haviam morrido cinco; os sobreviventes foram apartados uns dos outros para diversos logares. A Thomé Pires coubera em sorte para degredo aquella terra, onde casára com a

mãe d'ella e a fizera christã, e vinte e sete annos haviam vivido juntos.

Castanheda, talvez mais escrupuloso, diz: «el-rei da China mandou prender ao nosso embaixador e os outros que estavam com elle e mandou que estivessem apartados uns dos outros, e que lhe fosse tomada a sua fazenda, escripta e avaliada: e dizem uns que com tristeza adoeceu, e morreu o embaixador; outros, que morreu com peçonha. E porque eu não pude saber as particularidades d'isto o digo assi em somma» [1].

A carta que escreveu a D. Manuel em 27 de janeiro de 1516, considerada por Pedro José da Silva como em nada inferior aos *Coloquios dos simples* de Garcia da Horta e como levando-lhe até vantagem na concisão e clareza, está longe de merecer elogios d'esta ordem. É uma simples enumeração das drogas que encontrou, sem a menção das suas propriedades, lembrando uma flora em que, tendo sido omittidos os caracteres botanicos, se mencionasse apenas o habitat. Occupa-se da herva lombrigueira (*Artemisia maritima,* var., *A. Steckmanniana,* Besser.), do ruibarbo (*Rheum officinale,* Baillon), da canna-fistula (*Cassia fistula,* Linn.), do incenso (gomma resina do *Boswellia Carterii,* Birdw.), do opio (succo concreto do *Papaver somniferum,* Linn.), da galanga (rhizoma da *Alpinia officinarum,* Hance, ou da *Alpinia galanga,* Wild.), do turbith (*Ipomœa turpethum,* R. Brown), dos mirabolanos (fructos da *Terminalia belerica,* Roxb., e da *Phyllanthus emblica,* Linn.), do aloes (*Aloe abyssinica,* Linn., e *Aloe perryi,* Baker), do espiquenardo (rhizoma do *Nardostachys jatamansi,* D. C.), do esquinanto (*Andropogon laniger,* Desf.), do bdellio (succo gommo-resinoso do *Balsamodendron africanum,* Arn.), da myrrha (succo gommo-resinoso da *Commiphora myrrha,* Engler), da

[1] Os traços biographicos e citações que fazemos são extrahidos do *Elogio historico e noticia completa de Thomé Pires,* por Pedro José da Silva. Lisboa, 1866.

mumia, do ispodio (concreção siliciosa, depositada na *Bambusa arundinacea,* Retz), do tincal (borato de soda), da alquitira (exsudação do *Astragalus verus,* Oliv.), dos rubis, da sarcocolla (succo gommo-resinoso da *Penæa sarcocolla,* Linn.), do betel (*Piper betle,* Linn.), da zedoaria (*Curcuma zedoaria,* Roxb.), do estoraque liquido (*Liquidambar orientalis,* Miller), e do aljofre (*Meleagrina margaritifera,* Linn.).

Ao lado do nome d'estas substancias, mencionam-se os logares em que se encontram, merecendo notas especiaes dois medicamentos: o opio e a mumia.

Sobre o primeiro, refere o costume dos homens abastados da India, que consistia em comerem todos os dias a quantidade de uma avelã, e dá ideia da intoxicação chronica produzida por esta substancia, intoxicação que diz caracterisar-se pela somnolencia, pela abstracção e desvairamento, pela vermelhidão dos olhos e pelo incitamento á luxuria. A proposito da mumia [1] traz uma observação curiosa, n'um tempo em que ella era considerada como remedio para uma quantidade extraordinaria de enfermidades, consistindo em dizer, ao mencionar a burla de alguns mercadores que vendiam por mumia carne de camello tostada, que não crê que aproveite mais uma do que a outra.

Eis em toda a sua simplicidade o que é a carta de Thomé Pires. Não podemos suppôr que influisse nos destinos da medicina portugueza, porquanto se conservou por muito tempo sepultada n'um archivo, e porque a menção de substancias, sem a indicação dos seus usos medicinaes, podia levar algum curioso a estudar as suas propriedades, mas... nada mais.

Influencia por certo decisiva não só na medicina portu-

---

[1] A verdadeira mumia, diz Thomé Pires «he hua vmydade dos corpos mortos desta maneira: como ho homem morre, alimpano das tripas e fresura, e lamçam lhe demtro mirra e aloces, e tornam no a coser, e meteno asy em sepulchros com furacos: esta mistam com a vmydade do corpo corre e apanhase, e este liquor se chama momia».

gueza mas na pratica geral d'esta sciencia foi a exercida pela obra de Garcia da Horta sobre as substancias medicinaes da India [1]. Garcia da Horta, segundo Barbosa Machado, nasceu em Elvas, ignorando-se por completo o anno em que veiu ao mundo, e os nomes dos paes. Novo ainda, partiu para Hespanha, onde estudou em Salamanca e Alcalá [2]. Calcula o seu recente biographo, o snr. conde de Ficalho, que isto se effectuasse entre 1510 e 1515, suppondo que primeiro se dirigisse a Salamanca e em seguida a Alcalá [3]. Deve ter voltado ao reino em 1525, tendo antes obtido o gráu de licenciado, e não o de doutor como alguns dizem. De sciencia certa, sabe-se que fez em 1526 perante o physico-mór o exame a que eram obrigados os que, tendo frequentado universidades estrangeiras, desejavam praticar no paiz. Exerceu a clinica em Castello de Vide [4], d'onde saíu em 1530 para reger na Universidade de

---

[1] *Coloquios dos Simples, e drogas he cousas mediçinais da India, e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes a mediçina, pratica, e outras cousas boas, pera saber — Impresso em Goa, por Joannes de endem aos X dias de Abril de 1563.* O exemplar que vimos d'esta rarissima obra pertence ao dr. José Carlos Lopes.

2.ª *edição feita, proximamente pagina por pagina, pela primeira.* Lisboa, na Imprensa Nacional, 1872. Esta edição foi dirigida por F. Ad. de Varnhagen.

Edição publicada por deliberação da Academia real das sciencias de Lisboa, dirigida e annotada pelo Conde de Ficalho, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891. — Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

[2] Dimas Bosque, Prologo dos *Coloquios,* edição Ficalho, I, pag. 10 e 11; Coloquio, II, do aloes, I, pag. 24; Coloquio XLIII, da pedra diamão, II, pag. 201; Coloquio LVIII, que trata de algumas coisas que vieram á noticia do auctor, II, pag. 379.

[3] Conde de Ficalho, *Garcia da Horta e o seu tempo.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, pag. 20. A lista dos portuguezes que o snr. conde de Ficalho aventa serem conhecidos de Garcia da Horta nas universidades que frequentou tem de ser reduzida. Pelo menos Amato Lusitano, Luiz de Lemos e Henrique Jorge Henriques devem ser eliminados.

[4] Carta de exercicio da medicina de 10 de abril de 1526, publicada pela primeira vez por Pedro José da Silva na *Gazeta de Pharmacia,* 1867, pag. 45, mas com a data errada. Conde de Ficalho, op. cit., pag. 36.

Lisboa a cadeira de *Summulas,* designação abreviada de um livro de Pedro Julião [1].

Não foi longa a sua carreira professoral: em março de 1534 já a cadeira era regida por outro professor, porquanto Garcia da Horta embarcou a 12 d'este mesmo mez para a India, em companhia do seu amigo e protector Martim Affonso de Sousa. Em setembro, lançou ferro na barra de Goa, no surgidouro das naus do reino, e desde então a sua vida passou-se inteira nas regiões orientaes [2]. Como a armada em que ia fosse mandada para o norte, com o fim de vigiar a costa de Cambaya, o nosso illustre medico, acompanhando-a, teve ensejo de vêr o templo de Elephanta, sendo o primeiro europeu que nos dá noticia de algumas das suas feições [3]. Mas, tendo sido chamado Martim Affonso de Sousa a Baçaim, Garcia da Horta assistiu, a 23 de setembro de 1534, ao contracto de paz feito entre Nuno da Cunha, governador da India, e o embaixador do rei de Cambaya [4].

Os primeiros mezes de 1535 passou-os Garcia da Horta ou em Baçaim, ou cruzando na costa do norte, vindo depois para Chaul invernar em abril ou principio de maio [5]. Depois acompanhou Martim Affonso a Diu, quando este a tomou, a instancias do sultão Bahádur, e ahi edificou uma fortaleza [6]. Durante a sua residencia em Diu, teve occasião de estudar grande numero de producções que ahi affluem e constituiram objecto de alguns dos seus *Coloquios.*

---

1 Garcia da Horta, licenciado em medicina, foi provido na cadeira de philosophia natural por encommendação do conselho em 5 de novembro d'este anno de 1530, e a leu até ao 1.º de março de 1534 por estar de partida para a India. (*Notas ineditas de Francisco Leitão Ferreira ás Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra* no *Instituto,* vol. XIV. Coimbra, 1871, pag. 281).

2 Conde de Ficalho, op. cit., pag. 83.

3 *Coloquios* — Coloquio LIV, do turbit., II, pag. 341.

4 Conde de Ficalho, op. cit., pag. 91.

5 Idem, pag. 92.

6 *Coloquios* — Coloquio LIV, do turbit., II, pag. 339.

Como Bahádur soubesse que o seu competidor Humayun ia em retirada para Dehhi, pediu o auxilio de Martim Affonso para o perseguir. Accedeu o capitão portuguez, mas a diligencia não foi bem succedida e a expedição teve de voltar para Diu. Garcia da Horta acompanhou Martim Affonso em todas estas correrias e ainda quando este em 1536 partiu de Diu para Goa, onde se demorou todo o verão [1]. Mas, tendo chegado más noticias do Malabar, o governador expediu Martim Affonso para lá, e em sua companhia levava o seu medico e amigo. Martim Affonso ia procurar resolver uma contenda entre o rajá de Cochim e o rajá de Calicut e levou toda a estação chuvosa de 1536 em observação e escaramuças, sendo a principal aquella a que deu logar a tomada do repelim de que Garcia da Horta foi testemunha presencial [2].

Pouco depois d'estes acontecimentos, Martim Affonso foi chamado a Diu por Nuno da Cunha, mas não se sabe se o illustre medico o acompanhou, sabendo-se ao contrario que passou toda a estação das chuvas de 1537 em Cochim [3].

Pelos fins de 1537, saíu Martim Affonso ao mar, em busca de uma numerosa armada de paráos reunida pela colonia moura de Calicut, e commandada por Paichi Marcar. Duas vezes escapou este ao capitão-mór, até que foi alcançado a leste do cabo Comorim, em Beadala. Deu-se então uma batalha importante, a que ficou o nome d'esta ultima localidade, sendo muito provavel que Garcia da Horta fosse testemunha presencial d'esse successo [4].

Terminada a empreza de Beadala, Martim Affonso dirigiu-se ao porto de Colombo, na ilha de Ceylão. Acompanhava-o Garcia da Horta [5], que assim teve occasião de estudar al-

---

[1] *Coloquios* — Coloquio XXVII, de duas maneiras de hervas, II, pag. 15; Coloquio XXXVI, do musgo e melam da India, II, pag. 140.

[2] Idem — Coloquio XV, da canela, I, pag. 205.

[3] Ficalho, op. cit., pag. 130.

[4] *Coloquios* — Coloquio XV, da canela, I, pag. 205.

[5] Idem, pag. 214. — Coloquio XLII, do pao da cobra, II, pag. 182; Coloquio XLIV, das pedras preciosas, II, pag. 217.

gumas das suas producções. Pouco se demoraram, elle e o seu amigo, em Colombo, porquanto Martim Affonso voltou á costa do Malabar, onde andou cruzando, até que em abril de 1538 se veiu acolher a Cochim, ou foi invernar a Goa [1].

Entretanto os rumes preparavam-se para atacar Diu, ao mesmo tempo que Coje Çafar levantava contra esta cidade todas as forças do Guzerate. Martim Affonso foi logo chamado a Goa por Nuno da Cunha, e planeavam ir em soccorro a Diu quando chegou á India o vice-rei D. Garcia de Noronha [2].

A fraqueza d'este vice-rei determinou a partida de Martim Affonso para a Europa, em seguida a uma empreza de pouca gloria para quem a dirigiu.

A partir de 1538, Garcia da Horta fixa a sua residencia em Goa, e apenas faz algumas viagens a Bombaim, a Ahmednagger, a Dowlutábad, a Chacan e a Quidur [3].

Voltando, porém, á India o seu amigo Martim Affonso de Sousa, como governador, saíu de Goa em 1543 para Cochim e de Cochim para Beadala. A expedição foi pouco brilhante, como de pouca valia era o motivo que a determinava. Garcia da Horta acompanhou esta expedição, e demorou-se por algum tempo na ilha das Vaccas, depois chamada pelos hollandezes ilha de Delft [4]. Quando Martim Affonso regressou, estava terminada a vida aventurosa de Garcia da Horta.

Medico do hospital d'el-rei, e talvez physico-mór de alguns dos vice-reis que governaram a India, a sua vida passou-se tranquillamente, cercado de consideração dos seus compatriotas, estimado dos principes indianos e nomeadamente d'aquelle Nizamaluco que considerava como seu verdadeiro amigo [5].

---

1 Ficalho, op. cit., pag. 135.

2 Idem, pag. 135 e 136.

3 Coloquio XXXIV, das mangas, II, pag. 101.

4 Coloquio XV, da pedra bezar, II, pag. 232. Vid. a nota respectiva do snr. conde de Ficalho.

5 Coloquio X, do ber., I, pag. 119.

Quando publicou os *Coloquios* em 1563, estava velho, mas a vida não o abandonou immediatamente [1].

Christovão da Costa, desembarcando na India em companhia de D. Luiz d'Athaide, em outubro de 1568, ainda o pôde conhecer, mas d'ahi em diante perde-se-lhe o rasto por completo [2].

Os *Coloquios dos simples e drogas medicinaes* são um dos livros que mais honram a medicina nacional, e da sua influencia na medicina europeia são prova bastante as traducções e commentarios das suas obras que se consumiram com pasmosa velocidade.

O que a sua leitura immediatamente faz conhecer é a pasmosa erudição do seu auctor. Desde os mais antigos aos mais modernos, Garcia da Horta conhecia todos os naturalistas que haviam dado alguma noticia das producções da India. Versára os auctores gregos e romanos; estudára os livros dos arabes e acompanhára o movimento scientifico europeu da primeira metade do seculo XVI, com tal dedicação que na sua

---

[1]
E vêde carreguado
De annos, letras, e longa experiencia
Um velho que insinado
Das Gangeticas Musas na sciencia
Podaliria subtil, e arte siluestre,
Vence o velho Chiron de Achilles mestre.

(Camões, *Ode ao Conde de Redondo*).

«Pois são de homem que do principio da sua edade até autorisada velhice...» (Prologo do Licenciado Dimas Bosque).

«E como eu nam posso andar todas as terras, nem me dão licença os que a terra governão pera yr fora donde residem, porque se querem de mim por minha velhice». (Coloquio XII, de duas maneiras de camfora e das carambolas, pag. 151).

[2] Prologo do *Tractado de las Drogas*, de que adiante nos havemos de occupar.

obra são citados livros publicados na Europa apenas dois ou tres annos antes [1].

Já aqui é de notar, e o snr. conde de Ficalho bem o põe em evidencia, que a erudição de Garcia da Horta é subordinada á especialidade a que se dedicára. Conhecia a sciencia do seu tempo, mas conhecia melhor os trabalhos dos naturalistas. «Áparte uma ou outra obra de interesse geral, os livros citados pertencem á sua sciencia predilecta; e essa sciencia não é a medicina considerada em globo, mas pura e simplesmente a materia medica, e a botanica com ella relacionada. Ao passo que o medico portuguez cita brevemente Hippocrates ou Celso, refere-se a cada momento a Dioscorides ou Plinio». E a orientação do seu espirito mais se accentua nos logares citados de cada um dos auctores que consultou. O que d'elles conhece bem é a parte que se occupa dos simples, e principalmente dos vegetaes; tudo o mais não lhe merece a mesma importancia, ou põe-n'o de parte.

Enganar-se-ha, porém, quem o suppozer um erudito apenas. Garcia da Horta estava de posse d'um methodo scientifico rigoroso e arvorava a observação em criterio infallivel nas sciencias naturaes. N'este sentido, é um homem superior á sua época, porquanto, quando os mais avançados apenas faziam consistir a sua ousadia em preferir aos commentadores de Galeno o texto de Hippocrates, expurgado das alterações que lhe haviam feito soffrer, Garcia da Horta emancipa-se do respeito pela auctoridade e a sua divisa é esta: *eu vi*. Tambem o meio em que vivia dava-lhe uma certa liberdade de pensar e de exprimir o seu pensamento. Em Hespanha — é elle que o diz — certamente se não atreveria a affirmar coisa alguma contra os

---

[1] A lista organisada pelo snr. conde de Ficalho e publicada de pag. 285 a 298 do livro *Garcia da Horta e o seu tempo*, e aproveitada pelo snr. Theophilo Braga na sua *Historia da Universidade*, pag. 433 e seg., tem de ser augmentada com alguns nomes, taes como Murcello Virgilio, Bernardino de Laredo, Fra Bartholomeo e Fra Angelo Palla, etc., já indicados na excellente edição de Garcia da Horta, dirigida pelo snr. conde de Ficalho.

gregos e nomeadamente contra Galeno [1], mas nos sertões indianos, livre de peias, no seio d'uma vegetação livre e luxuriante, que importava o que haviam dito Dioscorides e Plinio, Avicena e Galeno, os antigos e os modernos? *Não me ponhaes medo com elles, eu vi* [2].

Encarando o livro de Garcia da Horta pelo lado botanico, é elle fonte de noticias copiosas sobre as plantas indianas, de algumas das quaes não havia noticia, havendo das outras errada informação. Do estudo feito pelo snr. conde de Ficalho resulta que a arvore triste (*Nyctanthes Arbor-Tristis,* Linn.), o negundo (*Vitex Negundo,* Linn.), o nimbo (*Melia Azadirachta,* Linn.), a *Aegle Marmelos,* Correia, que dava os marmellos de Bengala, os paus da cobra, um dos quaes era a *Rawdolphia sepentina,* Benth, foram pela primeira vez descriptos pelo illustre medico portuguez e com bastante precisão para hoje poderem ser identificados. Mais, porém, do que na descripção de plantas novas se torna evidente a sagacidade do nosso compatriota na resolução de questões intrincadas pelas informações inexactas que havia sobre algumas producções vegetaes. O snr. conde de Ficalho demonstra cabalmente esta asserção pelo exame dos capitulos que se referem aos myrobalanos, á camphora, ao manná, ao benjoim e aos cardamomos.

Quanto aos myrobalanos, começa Garcia da Horta por assentar que este nome não correspondia no seu tempo ao que os gregos e latinos designavam por elle. Desbravado assim o terreno, occupa-se dos verdadeiros myrobalanos da India, falla do famoso medicamento *tinepala,* composto de tres d'estes fructos, e procede á sua classificação, distinguindo cinco categorias: *citrinos, indicos, bellericos, quebulicos* e *emblicos.*

Esta classificação, que mais ou menos ainda se vê em livros modernos, nada tem de original. Mas o que é proprio de

---

[1] Coloquio XXXII, da maçã e noz, II, pag. 84.
[2] Coloquio IX, do benjuy, I, pag. 105.

Garcia da Horta é a descripção dos caracteres das plantas que fornecem aquelles fructos, dizendo que as que dão os quatro primeiros têm o que hoje chamamos folhas simples, ao passo que a que dá os emblicos tem as folhas finamente recortadas, á maneira dos fetos. Ora estas observações foram reconhecidas como perfeitamente exactas.

Da camphora havia no tempo de Garcia da Horta noticias colhidas principalmente em Accio e nos escriptores arabicos. Havia então duas especies principaes de camphora: a da China e a de Burnéo e Sumatra. Da arvore que fornece a primeira sabia pouco Garcia da Horta, mas da que fornece a segunda tinha obtido noticias certas. Diz-nos que essa planta, a que chamamos hoje *Dryobalanops Camphora,* Colebrooke, era uma arvore alta «de boa copa e aprazivel á vista», o que é exacto e não menos que a camphora é uma gomma, e não miolo, vendo-se exsudar pelas fendas da madeira, o que pessoalmente observára.

O manná, no seu tempo, vinha da Sicilia e bem o conhecia elle. Mas, no Oriente foi encontrar novas qualidades, não descriptas ainda. Nenhuma era propriamente da India, mas da provincia de Usbeque, nome debaixo do qual Horta parece abranger o Afghanistan, parte da Persia e outras regiões da Asia central, d'onde vinha e ainda vem o manná para a India. Horta descreve tres mannás: o Xirquest, o tiriamjabin, e outro que vinha a Goa por mar sob o aspecto de «mel alvo coalhado».

O *Xirquest* é um «rucio que cae d'aquellas arvores ou gomma que nasce d'ellas», e esta indicação é exacta, a começar no nome, que ainda hoje se dá á exsudação d'uma planta da familia das Rosaceas, a *Cotoneaster Nummularia,* Fisch et Mey. O *tiriamjabin* é o *turanjabin* dos modernos, produzido por uma planta espinhosa da familia das Leguminosas, a *Alhagi Camelorum,* Fisch. Horta apurou que era gomma ou resina e dos espinhos da planta que a produzia concluiu que seria uma especie de cardo. Finalmente, o manná similhante a *mel alvo coalhado* deve ser o que exsuda do tronco dos tamargueiros sob a excitação produzida pela picada d'um insecto espe-

cial. Berthelot, tendo tido recentemente occasião de observar um specimen d'este manná, comparou-o ao xarope grosso amarellado. Em tudo quanto se refere ao manná se evidencía a exactidão das descripções do nosso compatriota.

Grande confusão e obscuridade reinava a respeito do benjoim. Garcia da Horta aclara parte d'estas incertezas. Sabe que em Sião ha o bom benjoim amendoado, e em Java e Sumatra outros de menor preço, comquanto d'estas ultimas terras viesse tambem uma especie muito boa chamada «benjoy de boninas». Da arvore de Sião nada conhecia, mas da arvore de Java, Sumatra e Malaca sabia que a *Stiray benzoin,* Driander, era alta, de boa sombra, regular, com «seus ramos bem ordenados», tendo folhas menores que as do limoeiro, não tão verdes, e brancas na pagina inferior. Averiguára isto, mandando vir de Malaca ramos e folhas mettidos em vinagre. Assim conseguiu ser o primeiro a dar sobre esta droga indicações lucidas e comprehensivas [1].

«Grande meada temos para desempeçar», diz Garcia da Horta ao tratar dos cardamomos, e de facto era essa uma das intrincadas meadas do tempo. Não conseguiu Horta desembaraçal-a por completo, mas tendo ido a Cochim um judeu da Turquia, obteve d'elle informações que completou por occasião de visitar no interior um irmão do famoso Verido (Kasim Verid). Achavam-se á venda na India duas especies de cardamomo, o cardamomo maior e o cardamomo menor, mas só este era produzido na terra, vindo o outro da ilha de Ceylão, unica parte onde nasce. É isto perfeitamente exacto: o cardamomo menor procede da *Elletaria cardamomum,* Maton, espontanea pelas mattas do Canará e do Malabar, e o maior procede d'uma variedade bem marcada da mesma especie, que só se encontra espontanea na ilha de Ceylão [2].

---

[1] Cf. Fluckiger e Hanbury, cit. pelo snr. conde de Ficalho, op. cit., pag. 261.

[2] O que dizemos no texto é um resumo das paginas 335 a 363 da obra do snr. conde de Ficalho.

Justificadissima é, pois, a opinião d'uma das primeiras auctoridades scientificas dos nossos dias, em tudo quanto se refere á historia da materia medica, o sabio professor allemão dr. Fluckiger:

«Os *Coloquios* são sobretudo notaveis pela riqueza das informações e pelas descripções muito circumstanciadas. Ninguem descreveu ainda as drogas indianas com mais cuidado, nem reuniu sobre ellas informações mais aproveitaveis do que fez Garcia. Sempre que se tratar da historia das drogas indianas será necessario recorrer a Garcia da Horta; apesar dos seus defeitos, que pela maior parte se devem attribuir ao seu tempo, os *Coloquios* occuparão um logar de honra na historia da Pharmagnose» [1].

Naturalmente, na obra d'um especialista, tudo quanto não pertence á especialidade se apresenta como menos importante do que o resto. Assim succede effectivamente com o livro de Garcia da Horta.

Não é isto dizer que, no estabelecimento das indicações para o emprego dos medicamentos, não haja demonstração de conhecimentos notaveis e que mais d'um capitulo não podesse ser modernisado com pouco trabalho, pouco mais do que o de actualisar a linguagem. Mas isto ainda entrava nos dominios da sua especialidade, visto que elle só era um botanico, porque era um pharmacologista.

Portanto, fóra d'este campo, pouco se encontra de importante n'este livro, a não ser a descripção da colera asiatica que é a primeira, devida á penna d'um escriptor medico. Ainda assim, citarei a sua opinião sobre a origem da syphilis, questão sobre a qual não será demais produzir qualquer novo testemunho.

A colera asiatica parece ser conhecida desde as mais remotas antiguidades, encontrando-se referencias a esta doença em livros indús.

---

[1] Cit. pelo conde de Ficalho, op. cit., pag. 366.

Depois que as viagens dos portuguezes chamaram a attenção para a India, a primeira noticia da doença, e essa bem resumida, encontra-se na *Vida* de João de Empoli, um florentino que andou na armada dos Albuquerques. Se essa é a primeira noticia, nenhuma comparação póde fazer-se entre ella e a que Gaspar Correia apresenta nas suas *Lendas da India,* com referencia ao anno de 1543. A citação é longa, mas é de rigor n'este trabalho:

«N'este inverno [1] ouve em Goa huma dor mortal, que os da terra chamam moryxy, muy geral a toda calidade de pessoa, de minino muy pequeno de mama até velho de oitenta annos, e nas alimarias e aues de criação da casa, que a toda cousa vivente era muy geral, machos e femeas; a qual dôr dava na criatura sem nenhuma causa a que se pudesse reputar, porque assy vinha aos sãos como aos doentes, aos gordos como aos magros, que em nenhuma cousa deste mundo tinha resguardo. A qual dor daua no estamago, causada de frialdade segundo affirmauão alguns mestres; mas depois se affirmou que lhe nom achauão de que tal dôr se causasse. Era a dôr tão forte, e de tanto mal, que logo se conuertia nas sustancias de forte peçonha, a saber: d'arrauesar, e beber muyta agoa, com deseqamento do estămago, e cambra que lh'encolhia os neruos das curuas, e palmas dos pés, com taes dôres que de todo o enfermo ficava passado de morte, e os olhos quebrados, e as unhas das mãos e dos pés pretas e encolheitas. Á qual doença os nossos fisiquos nunca acharam cura; e durava o enfermo um só dia, e quando muyto huma noyte, de tal sorte que de cem doentes nom escapauão dez, e estes que escapauão erão alguns por lhe acudirem muy em breve com mezinhas de pouqua sustancia, que sabião os da terra. Foy tanta a mortandade n'este inverno que todo o dia dobrauão sinos, e enterrauão mortos de doze e quinze e vinte cada dia; em tan-

---

[1] Verão de 1543 — Gaspar Correia chama-lhe inverno por causa das chuvas e ventos reinantes.

ta maneira que mandou o Governador que se nom tangessem sinos nas igrejas, por nom fazer pasmo á gente. E por esta ser huma doença tão espantosa, morrendo hum homem no esprital d'esta doença de moryxy o Governador mandou ajuntar todolos mestres, e o mandou abrir, e em todo o corpo de dentro lhe nom acharão mal nenhum, sómente o bucho encolheito, e tamanino como huma muela de gallinha, e assy enverrugado como coiro metido no fogo. Ao que disserão os mestres que o mal d'esta doença daua no bucho, e o encolhia, e fazia logo mortal. E porque hauia grande apressão no enterramento dos mortos, que os crelgos da sé nom podiam tanto soprir, então o bispo dom Affonso d'Albuquerque [1] repartio freguezias pola cidade, e fez freguezias Santa Maria do Rosario e Santa Maria da Luz; sobre que tiverão muytos debates, porque os crelgos da sé nom quizerão consentir que as freguezias levassem os dizimos de seus freguezes» [2].

A esta epidemia de 1543 devia assistir Garcia da Horta e seria até um dos mestres que se prestaram para a autopsia, mas no seu livro nada diz a esse respeito. Nos *Coloquios* está elle conversando com o dr. Ruano quando o mandam chamar da parte de D. Jeronymo para lhe vêr um irmão. A chamada é feita com toda a urgencia, e Horta pergunta ao pagem que doença é e ha quanto tempo invadiu o doente. — É *morxi* e ha duas horas que adoeceu. E como Ruano pergunta que doença é esta, Garcia da Horta responde:

«Acerqua de nós he *colerica passio;* e os Indianos lhe chamão *morxi;* e nós corruptamente lhe chamamos *mordexi;* e os Arabios lhe chamão *hachaiza,* posto que corruptamente se lea em Rasis *saida.* Cá he mais aguda que em nossas terras, porque commummente mata em vinte e quatro oras; e eu já vi pessoa que não durou mais que dez oras, e os que mais duram sam quatro dias; e, porque não ha regra sem exçeisam, vi um homem com muyta costancia de vertude, que viveo vin-

[1] Deve ser D. João.

[2] *Lendas da India,* IV, pag. 288.

te dias, sempre arrevesando colora curginosa, e emfim morreo» [1].

E logo em seguida expõe a symptomatologia nos termos seguintes:

«O pulso tem muyto sumerso, que poucas vezes se sente; muyto frio, com algum suor tambem frio; queixase de grande incendio e calmosa sede; os olhos sam muyto sumidos; nom podem dormir; arrevesam, e saem muyto, até que a vertude he tam fraca que nam póde expelir cousa alguma; tem caimbra nas pernas...» Esta descripção, apesar de summaria, é de uma exactidão muito para notar, e basta comparal-a com os modernos tratadistas para o leitor se convencer do que dizemos.

É tambem digno de nota o tratamento que Horta preconisa para a colera, em que são satisfeitas a maior parte das indicações que hoje dirigem a therapeutica d'esta doença.

Promove a actividade dá pelle, excitando-a por meio do calor e das fricções com pannos asperos; applica os vomitivos que, comquanto hoje geralmente abandonados, foram recommendados quasi nos nossos dias por Trousseau e Grisolle; seguidamente faz uso das preparações opiadas, que ainda hoje constituem a base do tratamento da colera; recommenda o uso do pau da cobra, em que estão comprehendidas plantas do genero *Strychnos*, etc. Evidentemente, não podia Garcia da Horta deixar de pagar tributo á credulidade da época, e vemos encarecida a efficacia da pedra bezoar no tratamento da colera, mas os mais illustres medicos do seu tempo davam iguaes demonstrações.

Garcia da Horta refere-se tambem, mas ligeirissimamente, a uma fórma de colera que ainda hoje se chama secca, e a que elle dá o nome de *mordexi secco*, mas não enumera os seus symptomas e apenas esboça o tratamento a instituir [2].

---

[1] Coloquio XVII, do costo e da colerica passio, I, pag. 261.
[2] Idem, pag. 266.

Julgamos conveniente, pelo menos debaixo do ponto de vista historico, mencionar a sua opinião sobre a origem da syphilis, comquanto façamos notar que o seu modo de vêr não tem a importancia que merecem os auctores de trabalhos mais proximos da apparição da terrivel epidemia da syphilis. Garcia da Horta é, como Diaz d'Ysla, defensor da importação americana. Eis o que diz a tal respeito: «As boubas não se chamam *frangue* senão *frïngui*, as quaes boubas não são ácerqua dos naturaes da terra infamadas; porque do principio as tiveram cá e no Brazil, e nas vossas chamadas Indias; e não falta quem diz, dos vossos estoriadores, que vieram das vossas Indias; vindo d'ellas os Castelhanos no anno de 1493, hum anno depois do que foram a Napoles, pera ajudar em guerra a el-rei D. Fernando de Napoles, e que as apegaram a muytas mulheres cortesans, e ellas as apegaram aos Italianos da terra e dahi lhe chamaram *morbo napolitano;* e vendose os Italianos infamados com este nome, lhe chamaram *enfermidade franceza;* e porque avia lá muytos Espanhoes e Castelhanos, lhe chamaram os nossos Portuguezes *sarna castelhana* e nisto não ha mais que falar» [1].

Poderiamos agora alongar as citações, se tivessemos em vista encarecer o valor do livro de Garcia da Horta, mesmo n'aquillo que não se refere á botanica e á pharmacologia. Será desnecessario e contradictorio, visto como dissemos que é debaixo d'este ponto de vista que os *Coloquios* devem ser considerados e apreciados.

Succede com os livros o mesmo que com as pessoas, em cujo destino circumstancias fortuitas exercem notavel influencia. O livro de Garcia da Horta, apesar do seu enorme valor, cairía depressa no esquecimento e com certeza não teria attingido no extrangeiro a celebridade que obteve, se não passasse em Portugal e se demorasse em Lisboa o illustre botanico Charles de l'Ecluse, mais conhecido pelo seu nome la-

---

[1] Coloquio XXXIV, das mangas, II, pag. 107.

tinisado de Clusio. Comquanto extrangeiro, foram taes os serviços prestados por elle á sciencia portugueza, que nos não deve ser levado a mal que extractemos de um dos seus biographos alguns pormenores da sua vida.

Charles de l'Ecluse nasceu na cidade d'Arras em 1526, sendo filho de Miguel de l'Ecluse, senhor de Watenes, e de sua mulher Guilhermina Quineaut.

Estudou primeiro em Gand, d'onde passou para Lovaina. Os seus estudos tiveram a principio por objecto o direito; e, quando saíu d'esta ultima universidade, aos vinte e dois annos, foi á Allemanha ouvir o celebre jurisconsulto Oldendorp, e o mais celebre ainda Melanchton. Proseguindo nas suas viagens de instrucção, L'Ecluse foi parar a Montpellier, onde travou relações com o afamado medico e botanico Guilherme Rondelet, em cuja casa se demorou tres annos. Fixou-se desde esse momento a sua vocação, e L'Ecluse, abandonando de todo o direito, devotou-se por completo ao estudo das sciencias naturaes e nomeadamente da botanica.

As suas excursões de naturalista realisaram-se primeiro pela França meridional, e depois pela Suissa e parte da Allemanha, indo fixar residencia temporaria em Antuerpia. No anno de 1563, saíu de novo e viajou pela Belgica, norte e oeste da França, e continuou caminho até á Peninsula iberica. Demorou-se em Lisboa, e teve ensejo de estudar as nossas plantas, de algumas das quaes dá noticias aproveitaveis. Na volta das suas viagens foi chamado a Vienna d'Austria pelo imperador Maximiliano II, para dirigir o jardim imperial; nem assim o abandonou o gosto pelas viagens scientificas, visto que herborisou nos annos seguintes pela Austria e Hungria, com licença especial do imperador [1].

Havemos de relembrar os serviços prestados por Clusio ao estudo das producções naturaes do nosso paiz. Por agora, o

---

[1] Estes dados biographicos são extraídos do livro do snr. conde de Ficalho, *Garcia da Horta e o seu tempo*, pag. 369 e seg.

nosso fito é relacionar os seus trabalhos com os de Garcia da Horta. Diz-se que, viajando em Portugal, encontrou n'uma estalagem d'aldeia ou teve ensejo de examinar em Lisboa um exemplar dos *Coloquios dos Simples*. Devia dar-se isto em 1564 ou principios de 1565. Clusio viu logo o interesse que esse livro possuia e resolveu traduzil-o, o que realisou, publicando em 1567 a primeira edição da sua versão. Mas é realmente uma versão? Não é; é um resumo, um epitome, como elle proprio diz.

Desappareceu a fórma dialogal, desappareceu a maior parte das referencias á vida que Garcia da Horta levou pela India, e com isto o que o livro tem de pittoresco e vivido.

Mas se o interesse litterario assim foi diminuido, Clusio conservou todas as indicações scientificas dos *Coloquios* e dispôl-as methodicamente, tornando muito mais facil a sua leitura e as referencias, substituiu uma obra, escripta em lingua quasi desconhecida, e cheia de erros, por um pequeno livro latino, de manejo facil e accessivel a todos os eruditos. Bem diz a tal respeito o snr. conde de Ficalho: «Confrontando o que os *Coloquios* perderam em originalidade com o que ganharam em publicidade e auctoridade scientifica, é incontestavel que a memoria de Garcia da Horta deve muito, deve mesmo muitissimo a Charles de l'Ecluse».

Clusio não se limitou a traduzir e a ordenar melhor o que Horta havia escripto. Addicionou-lhe, a titulo de commentarios, alguns esclarecimentos que havia colhido. Na edição de 1572 [1], que temos presente, ao tratar do agalocho (*lignum aloes*) accrescenta algumas palavras que demonstram ter visto o fructo d'esta arvore em Lisboa; viu tambem n'esta ci-

---

[1] *Aromatvm et simplicivm aliqvot medicamentorvm apvd indos nascentivm historia: Primum quidem Lusitanica lingua per Dialogos conscripta, D. Garcia ab Horto, Proregis Indiæ Medico, auctore. Nunc verò Latino sermone in Epitomen contracta, & iconibus ad vivum expressis, locupletioribusq, annotatiunculis illustrata a Carolo Clvsio Atrebate. Antuerpiæ — Ex officina Christophori Plantini, Architypographi Regii. CIϽ IϽ LXXIII.*

dade a pimenta branca; teve nas mãos vasos feitos de cocco das Maldivas; viu bananeiras a que os lisbonenses chamavam *figueiras bananas*, etc. Além d'isto, n'uma ou n'outra parte, mas sempre com respeito, modifica n'essas notas algumas das asserções do medico portuguez, baseado em novas affirmações ou aproveitando subsidios que Horta deixára de parte. Entre estes, mencionemos o que aproveitou de Amato Lusitano, que Horta só uma vez cita em toda a sua obra.

A acolhida feita ao livro de Clusio foi excellente, e bem demonstra o interesse que então se ligava ás explorações scientificas do Oriente. Em poucos annos consumiram-se cinco edições [1], e fizeram-se traducções em differentes linguas [2].

Ao tempo que Clusio conscienciosamente vulgarisava os trabalhos de Garcia da Horta, João Fragoso apropriava-se dos trabalhos d'este illustre medico, sem ter uma palavra de reconhecimento e louvor para elle. Na sua obra *Discursos de las cosas aromaticas* [3], tudo quanto se refere ás coisas da India foi colhido nos *Coloquios* e, se nos não enganamos, o nome de Garcia da Horta uma só vez apparece a abonar o que d'elle foi extraído, sendo apenas o seu nome incluido na lista dos auctores consultados. E todavia não foram os caracteres historicos naturaes dos productos indianos as unicas coisas que

---

[1] As indicadas pelo snr. conde de Ficalho são de Antuerpia — Ex officina Christophori Plantini, 1567 — Mesma cidade e typographia, 1574 — Mesma cidade e typographia, 1579; Antuerpiæ — Ex officina Plantiniana, 1593.

Além d'estas edições vem incluido o epitome dos *Coloquios* na obra *Caroli Clusii Atrebatis Aulæ Cæsareæ quondam familiaris Exoticorum Libri decem: Quibus animalium, Plantarum, Aromatum, aliorum que peregrinorum Fructuum historiæ describuntur: Item Petri Belonii Observationes eodem Caroli Clusii interprete. Series totius operis post præfationem indicabitur. Ex officina Plantiniana Raphelengii, 1605.*

[2] Veja-se a este respeito o livro do snr. conde de Ficalho.

[3] *Discvrsos de las cosas Aromaticas, arboles y frutales, y ochas muchas medicinas simples que se traen de la India Oriental, y siruen al vso de medicina. Avtor el licenciado Juan Fragoso medico, y cyrugiano de su Magestad.*

Con privilegio. Impresso en Madrid en casa de Francisco Sanchez. Año 1572.

*

Fragoso transcreveu; as noticias sobre as pessoas com quem Garcia tratou, as lendas que ouvira da bocca dos indios, algumas das observações sobre acontecimentos que presenciou, tudo passa sem referencia para os seus *Discursos*. Accrescenta-lhe, é certo, um certo numero de pormenores sobre as producções encontradas na America, e é quasi tudo o que de novo se encontra no seu livro, se novo é o que se abona apenas no testemunho d'outros, e rarissima vez na observação pessoal. Fragoso nunca penetrou na India e nunca abandonou o continente europeu: o que viu foram producções trazidas pelos mercadores ou plantas vindas a grande custo para os jardins dos grandes de Hespanha e nomeadamente para o jardim real.

Entre as producções que tiveram por origem os *Coloquios* merece menção especial o *Tratado de las Drogas* de Christovão da Costa. A biographia d'este illustre portuguez acha-se feita por um distincto professor de medicina cuja modestia não sei se me relevará revelar-lhe o nome, o dr. José Carlos Lopes. Seguil-a-hemos passo a passo, aproveitando apenas uma ou outra passagem que aquelle erudito collega não quiz aproveitar ou lhe passou despercebida [1].

Christovão da Costa nasceu em Tanger, Ceuta ou Moçambique, no dizer de differentes biographos.

Elle, nas suas obras, diz-se africano, sem designar a terra da sua naturalidade. Descendia de familia illustre, visto que um amigo que prefacia o livro *Tratado em loor de las mujeres* allude ao seu *buen nascimiento* e á sua *noble condicion* [2].

Segundo o testemunho de Manuel Severim de Faria [3], Christovão da Costa estudou medicina em Coimbra, mas não

---

[1] *Archivos de historia da medicina portugueza*, II, pag. 33, 90 e 111.

[2] *Tratado | en loor de las | mvjeres | y de la Castidad, Onestidad, Constancia, Silen- | cio y Insticia: con otras muchas particu- | laridades, y varias historias. | Dirigido A la Serenissima Seunora Infanta Donna | Catalina d'Avstria. | Por Christoual | Acosta Africano | Fortior est qui se, quam qui fortissima vincit | Con privilegio | In Venetia. MDXCII. | Presso Giacomo Cornetu.*

[3] *Noticias de Portugal*. Lisboa, 1655, pag. 208.

nos diz a época em que o fez, e difficil senão impossivel será apural-a hoje.

Terminado o curso, permaneceu algum tempo em Portugal, visitando alguns logares, talvez com o fim de colher plantas medicinaes. No *Tratado de las Drogas* ha referencias ás palmeiras do Algarve [1], menciona a apparição do ambar em Peniche [2], e fallando do aloes diz: *en muchos logares de Portugal he visto esta yerva tan amarga como la que yo gusté en la India, y de tanto y peor olor* [3].

Em 1568, embarcou na comitiva do vice-rei D. Luiz de Athayde, desembarcando em Goa em outubro d'esse anno [4]. Levava-o á India o desejo de buscar *por diversas regiones y Provincias sabios y curiosos de quien pudesse aprender cada dia algo de nuevo:* e sobretudo *ver la diversidad de Plantas que para la salud humana Dios ha criado.* Favoreceu-o a Providencia, visto que teve ensejo de encontrar em Goa, carregado de annos, o illustre Garcia da Horta, *varon grave, de raro y peregrino ingenio, cujos loores dexo para mejor occasion, por ser tantos, que quando pensasse aver dicho muchos, serian mas los que me auria dexado* [5].

É provavel que Christovão da Costa recebesse do nosso compatriota esclarecimentos valiosos que o auxiliassem no seu emprehendimento.

Se Christovão da Costa embarcou com o vice-rei D. Luiz d'Athayde, não estava ligado ao seu serviço como medico ou apenas serviu como tal durante a viagem. Ao passo que o vice-rei ficava residindo em Goa, d'onde só havia de saír em 12

---

[1] Cap. XIII, de la palma y de su fructo, pag. 106.

[2] Cap. XXVI, del ambar, pag. 216.

[3] Cap. XXV, del azivar, pag. 199. No *Tratado em loor de las mujeres,* refere-se a logares e pessoas de Lisboa, o que leva a crêr que ahi residisse por bastante tempo. Pag. 130 e 130 v.

[4] Antonio Pinto Pereira, *Historia da India no tempo em que a governou o Viso-Rei D. Luiz de Ataide.* Coimbra, 1617, pag. 7. — Manuel de Faria e Sousa, *Asia Portugueza,* II. Lisboa, 1674, pag. 464.

[5] *Tratado de las Drogas — Al lector.*

de novembro de 1569 com destino a Onor e Braçalor [1], o medico africano partia para a costa do Malabar, residindo em Cochim n'este mesmo anno de 1569, onde exercia as funcções de medico do hospital real. Acaso, acompanharia Martim Affonso de Miranda que, pouco tempo depois da chegada de Luiz de Athayde a Goa, saíu a cruzar na costa do Malabar, onde foi ferido, recolhendo em meado de 1569 a Cochim, onde morreu [2]. Pelo menos, é muito para notar-se a coincidencia da viagem d'este illustre capitão com o que se apura a respeito da que realisou o medico africano. A pouca distancia de Cochim demoram Cranganor e Tanor, que ainda hoje conservam os nomes por que eram designadas no seculo XVI. Nas suas immediações herborisou Christovão da Costa n'esse mesmo anno de 1569. Na estampa da pimenta, escreve por baixo que colhera a folha d'esta planta nos bosques de Cranganor, e fallando do sandalo, affirma ter visto uma essencia a que na India se chamava *Sambarane* n'aquella cidade e na de Tanor.

Não vale a pena accumular mais citações, mas d'uma infere-se que n'esta ultima cidade estava em novembro de 1571, o que leva a crêr que nos dois primeiros annos da residencia na India, a sua vida se passou em Cochim e nas cercanias.

Em Cochim estava ainda quando D. Luiz d'Athayde ahi veiu nos fins d'este anno procurar ensejo favoravel para partir para Portugal (setembro de 1571 a janeiro de 1572) [3].

Desde essa época, não é possivel acompanhar tanto como temos feito o nosso illustre compatriota. Naturalmente, estendeu algum tanto as suas peregrinações botanicas pelo Malabar e ahi foi feito captivo [4]. O captiveiro passar-se-ia na Africa, e na China [5]; mas, tendo a fortuna de escapar aos

---

1 Antonio Pinto Pereira, op. cit., pag. 55.

2 Idem, pag. 8.

3 Idem, pag. 160.

4 *Tratado de las Drogas* — Cap. II, de la pimenta, pag. 24.

5 Prologo de Juan da Costa no *Tratado de las Drogas.* — Prologo do *Tratado em loor de las mujeres*, pag. 5 v. e 6.

maus tratos dos barbaros, é provavel que visitasse Cantão [1], onde residiam as auctoridades portuguezas, para voltar novamente a Cochim, d'onde partiu para a Europa [2].

Não é possivel fixar a época em que se deu esta partida, mas sabe-se que escolheu Burgos, na Hespanha, para sua residencia e ahi exerceu por algum tempo a medicina [3]. Já lá estava em 1577 e ahi permaneceu até que se recolheu á Serra de Tyrses, onde escreveu sobre as felicidades do estado de solidão [4].

Diz Moreri que Christovão da Costa morreu em 1580 [5]; mas Innocencio, fundando-se em se ter publicado em 1592 o *Tratado em loor de las mujeres,* affirma, com razão, que ainda vivia n'esse anno [6].

Christovão da Costa deixou differentes obras, mas uma só nos interessa, o *Tratado de las Drogas* [7]. Differem os differentes bibliographos na apreciação do livro, mas, a despeito do enthusiasmo com que alguns o encarecem, a verdade manda dizer que pouco n'elle se encontra de novo, sendo na maior parte copiado litteralmente dos *Coloquios* de Garcia da Horta. Resgata, porém, o plagiato, enchendo o seu predecessor de louvores, e confessando muitas vezes que d'elle colheu o que escreve, mas ainda quando o não faz, a doutrina exposta pertence ao medico europeu. A pretensão confessada de ser o

---

[1] *Tratado de las Drogas* — Cap. XLIV, del reobarbaro, pag. 287; cap. XXXIII, de la canfora, pag. 251.

[2] Idem — Cap. XLVII, del turbit, pag. 362.

[3] Dedicatoria do *Tratado de las Drogas* ao Senado de Burgos.

[4] Barbosa Machado — *Bibliotheca Lusitana,* I, pag. 572.

[5] *El gran Dicc. Hist.,* III, pag. 480.

[6] *Dicc. Bibliographico Portuguez,* II, pag. 480.

[7] O titulo completo é: *Tractado de las Drogas y medicinas de las Indias Orientales, con sus plantas debuxadas al biuo por Christoual Acosta medico y cirujano que las vio ocularmente. En el qual se verifica mucho de lo que escriuio el Doctor Garcia de Orta. Dirigido a la muy noble y mui mas leal ciudad de Burgos cabeça de Castilla y Camara de Su Magestad. Em Bvrgos. Por Martin de Victoria impressor de Su Magestad. MDLXXVIII. Con priuilegio.*

livro escripto *de visu,* ao passo que o de Garcia da Horta foi feito sobre informações, não a podemos acceitar de modo algum, a não ser que tenhamos de admittir que este illustre medico se rodeára d'um corpo de informadores de tanta exactidão que, passados annos, a sua descripção dos differentes simples era reconhecida como absolutamente perfeita e quasi nenhuma alteração se lhe podia fazer. A opinião que deve ficar com relação ao valor da obra de Christovão da Costa é a expressa pelo snr. conde de Ficalho: « o seu livro é, no fundo, uma versão hespanhola dos *Coloquios,* condensada e arranjada ».

As substancias novas de que trata a pouco mais ascendem de meia duzia. As observações reduzem-se a ter visto e desenhado algumas plantas que aliás haviam sido descriptas por aquelle illustre medico. E por vezes dá mostras d'uma credulidade de que Horta se emancipára, como quando nos refere a respeito dos elephantes anecdotas fabulosas e risiveis.

O livro de Christovão da Costa foi, como o de Garcia da Horta, traduzido por Clusio que lhe accrescentou algumas notas, que não têm a importancia das que illustram os *Coloquios* [1]. A traducção de Clusio vulgarisou a obra e em seguida á sua publicação, appareceram outras versões em italiano e francez [2]. D'este modo persistiu e até se generalisou a feição que assignalamos á therapeutica n'este seculo.

---

1 *Christophori A Costa, Medici et Cheirvrgi, Aromatum et medicamentorum in Orientali India nascentium Liber: Plurimum lucis adferens iis quæ a Doctore Garcia de Orta in hoc genere scripta sunt. Caroli Clusii Atrebatis opera ex Hispanico sermone Latinus factus, in Epitomen contractus, & quibusdam notis illustratus. Antverpiæ — Ex officina Christophori Plantini, MDLXXXII.*

Ha outra edição de Antuerpia, 1593, e Varnhagen menciona as de 1579, 1597 e 1605, que o dr. José Carlos Lopes não conseguiu vêr, nem nós tão pouco.

2 Veja-se conde de Ficalho, op. cit., e *Archivos de historia da medicina,* II, pag. 90 e seg.

O desejo de levar de seguida a exposição dos trabalhos sobre os medicamentos exoticos fez com que não mencionassemos na devida altura, determinada por uma exacta chronologia, dois livros interessantes sobre as plantas indigenas. Deve-se o primeiro ao illustre portuguez, já tantas vezes citado n'estas paginas, Amato Lusitano, e o segundo ao eminente botanico Charles de l'Ecluse que ha um momento abandonamos.

A obra de Amato Lusitano é um commentario sobre os livros de Dioscorides que tratam da materia medica [1].

Comprehende grande numero de plantas exoticas, mas o maior numero são producções que se encontram no nosso solo. As acclarações e annotações de Amato são feitas sobre trabalhos recentes de Matthiolo, Leoniceno, Ruellio, Laguna, Brasavola, etc., mas consignam o resultado das suas herborisações feitas principalmente no nosso paiz, como poderá reconhecer quem tiver lido as paginas que consagramos á sua biographia. Esta paixão pelas plantas acompanhou o nosso compatriota por toda a parte onde esteve ou passou, e, a bem dizer, em todas as paginas se encontra noticia de ter encontrado esta ou aquella planta, na occasião em que passava n'esta ou n'aquella localidade. Na descripção das substancias exoticas, tambem Amato procurou obter esclarecimentos fidedignos, principalmente no que dizia respeito ás producções das possessões portuguezas. Para isso, não poupava diligencias: aqui

---

[1] *In Dioscoridis Anazarbei de medica | materia libros qvinqve | enarrationes ervditissimæ | doctoris Amati Lvsitani medici | ac philosophi celeberrimi, | quibus non solum officinarum Seplasia | riis, sed bonarum etiam literarium stu | diosis utilitas adfertur, quum pas- | sim simplicia Græce, Latine, Italice, Hispanice, Germa- | nice & Gallice pro | ponantur. | Cum Privilegio Illustriss. Senatus Veneti ad decennium. | Venetiis, MDLIII.*

In Dioscoridis Anazarbei de medica materia libros qvinqve, Amati Lvsitani Doctoris medici ac Philosophi Celeberrimi enarrationes eruditissimæ. Accesserunt huic operi præter Correctiones Lemmatum, etiam Adnotationes R. Constantini, Necnon simplicium picturæ ex Leonharto Fuchsio Jacobo Dalechampio, atque aliis. Lugduni Apud Viduam Balthazaris Arnoleti 1558.

era um pharmaceutico erudito que lhe mostrava um exemplar d'uma planta; além, era um amigo que o presenteava com um producto extranho, mas especialmente examinava as drogas que os navegantes portuguezes e venezianos traziam á Europa. Sobre o cinamomo publicava o que ouvira a um individuo que estivera vinte annos em Ceylão; sobre o costo podia escrever *de visu*, porque um certo Francisco Lusitano lhe dera em Ancona a raiz d'esta planta, colhida na India; sobre a myrrha consultára os portuguezes que regressavam do Oriente, etc., etc. Estudára em Antuerpia as plantas existentes no jardim dos frades franciscanos, em Ferrara as do magnifico horto de Marcos Pio, e assim procurava enriquecer-se de novos conhecimentos que passaram na integra ao seu livro.

Sobre o valor das suas observações, é hoje difficil formar juizo, porquanto seria preciso comparar uma por uma as suas descripções das plantas com outras auctorisadas feitas na actualidade para se poder afferir da exactidão com que estão feitas, o que não podiamos fazer, a não ser para algumas das mais conhecidas. Lembremos, porém, e isso nos servirá para remediar esta lacuna, que botanicos taes como Charles de l'Ecluse e R. Constantino emittiram opiniões favoraveis ao trabalho do nosso compatriota e que são innumeros os escriptores que citam com elogio os *Commentarios*.

Apartou-se d'esta corrente geral Matthiolo que, magoado com algumas referencias de Amato, publicou a *Apologia adversus Amatum*, em que o illustre medico de Castello Branco é accusado com uma violencia sem precedentes, chegando a levantar contra elle a accusação perigosa de que Amato era judeu. Já atraz nos referimos a esta pendencia. Amato, fugindo, promettia responder ás insinuações e doestos de Matthiolo, mas não o fez, certamente por se lhe não mais offerecer occasião para isso, na vida errante e agitada que levou. Devemos, porém, notar que se Matthiolo conservou uma reputação de pharmacologista que resistiu aos seculos decorridos até hoje, e na qual desapparece a do nosso compatriota, escriptores da época puzeram frequentes vezes em conflicto as opiniões dos dois

medicos, decidindo-se em favor do nosso compatriota. Christovão da Costa, a respeito da canella, disse que Matthiolo não tinha razão em increpar Amato, sendo n'este caso *digno de reprehension* [1]; n'outra parte, fallando do lacre, approvava uma correcção feita pelo nosso compatriota a Dioscorides [2]. Garcia da Horta, na unica vez que a elle se refere, diz que uma sua asserção foi aproveitada por Matthiolo [3]. Charles de l'Ecluse mais do que uma vez se apoia no testemunho de Amato como sendo digno de todo o credito, etc., etc. [4]

Ao terminarmos este estudo da therapeutica no seculo XVI impõe-se-nos como um dever dizermos duas palavras sobre os trabalhos d'este illustre botanico a respeito das plantas espontaneas ou cultivadas do nosso paiz. Dissemos precedentemente que Charles de l'Ecluse encontrára o livro de Garcia da Horta, na sua viagem á peninsula. Esta viagem tinha por fim estudar as plantas que n'ella habitam e realisou-se em 1564, demorando-se o illustre sabio entre nós até ao anno seguinte [5]. A sua peregrinação botanica comprehendeu principalmente o sul do reino. As plantas que descreve foram colhidas, pela maior parte, nos arredores de Lisboa (Cascaes, Cintra, Rio Frio, Aldeia Gallega), mas estendeu as suas herborisações para o sul até Serpa, seguindo pelas margens do Guadiana, e para o norte até Coimbra, d'onde não passou [6]. Na sua permanencia entre nós, esteve mais ou menos ligado com Damião de Goes [7], e pôde examinar grande numero de vegetaes

---

[1] *Tratado de las Drogas* — Cap. I, de la canela, pag. 18.

[2] Idem — Cap. XVI, del lacre.

[3] *Coloquios dos simples* — Col. XV, da canela, etc., fol. 61, v.

[4] *Rariorum aliquot stirpium... Historia*, pag. 74 e 78, etc., etc.

[5] Idem, lib. I, cap. I, pag. 13, e lib. II, cap. XX, pag. 307.

[6] Consta isto de grande numero de paginas, o que não permitte citações abonatorias.

[7] *Rariorum aliquot stirpium... Historia*, lib. I, cap. IX, pag. 45, e lib. I, cap. XVIII, pag. 75.

raros na quinta d'um fidalgo portuguez, D. Fernando Coutinho [1].

Das investigações feitas na peninsula saíu um livro que merece attenta leitura da parte dos nossos botanicos [2]. É uma relação das plantas notaveis e raras que encontrou, feita com exactidão e acompanhada de innumeras gravuras que facilitariam o trabalho de identificação a quem o tentasse. Não tem pretenções a ser uma flora hispano-lusa, nem esse foi o intuito do seu auctor, mas é certamente o primeiro trabalho da botanica descriptiva, feito debaixo do ponto de vista historico-natural relativamente ao nosso paiz [3]. N'este ponto, o livro de Charles de l'Ecluse afasta-se muito da obra de Amato Lusitano. Este é um pharmacologista que applica os conhecimentos historico-naturaes possuidos á determinação das substancias medicinaes; aquelle estuda as plantas pelas plantas e apenas de leve menciona as suas applicações. Seria interessante estudar quaes foram as descriptas pela primeira vez por Charles de l'Ecluse d'entre as que observou em Portugal, mas para isso faltam-nos os recursos necessarios. Essa tarefa, além do interesse historico que possuiria, era um dever de gratidão para um sabio que honrou o nosso paiz com os seus trabalhos e a quem a sciencia nacional deve tão relevantes serviços [4].

PATHOLOGIA MEDICA

A pathologia medica no seculo XVI é representada no nosso paiz por commentarios sobre os tratados de Hippocra-

---

[1] *Rariorum aliquot stirpium... Historia*, lib. I, cap. XXXIII, pag. 131, e lib. II, cap. X, pag. 280.

[2] *Caroli Clvsii atrebat. Rariorum aliquot stirpium per Hispanias observatarum Historia Libris dvobvs expressa : Antuerpiæ, ex officina Christophori Plantini MDLXXVI.*

[3] Cf. Pedro José da Silva, *A botanica medica em Portugal*, no *Correio Medico*, V, 1875, pag. 52.

[4] A botanica medica era muito cultivada por portuguezes no seculo XVI. André Laguna, nos seus *Commentarios a Dioscorides*, confessa que muito o ajudaram o dr. Luiz Nunes, medico da serenissima rainha de França e o pharmaceutico Simão de Sousa.

tes e Galeno e por registros de observações clinicas. N'esses livros assignala-se como phenomeno dominante a restauração da medicina hippocratica, em harmonia com o que succedia por essa época na Italia e em França, d'onde veiu o impulso director do movimento. Pedro Brissot, a quem de direito cabe a honra d'essa iniciativa entre nós, era francez, e os professores que em Coimbra ensinaram a medicina, propagando a doutrina de Cos, Cuellar e Reinoso, haviam estudado no estrangeiro, sendo provavel que o ultimo tivesse sido disciplo de Leoniceno, um dos restauradores da medicina grega em Italia [1].

Pedro Brissot nasceu na Vendea, em Fontenay le Comte, no anno de 1478, recebeu o gráu de doutor pela Faculdade de Paris em 27 de maio de 1514 e morreu em Evora em 1522. Conhecedor dos erros da medicina arabica, emprehendeu collecionar as versões gregas e as traducções latinas dos medicos gregos, comparal-as e restabelecer a sua verdadeira lição. Assim, na Escóla de Pariz, quasi toda arabista, explicou publicamente os livros de Galeno, em vez dos textos de Avicena e Rhasis. Mas o que mais contribuiu para lhe dar grande reputação foi o papel que tomou n'uma questão que hoje nos faz sorrir: a de saber de que lado se devia sangrar na pleuresia, e, contrariamente ao que geralmente se fazia pela auctoridade dos arabes, Brissot, fundado em textos de Hippocrates, sangrava do mesmo lado em que existia a lesão. No fundo da questão, outra mais importante se agitava:

---

[1] Amato Lusitano, referindo-se a Reinoso, diz que elle veiu de Italia e que o encontrou em Almeida; (*In Dioscoridis, ed. 1558; lib. 4, en. 157*); e por outro lado Alvaro Gomes de Castro no seu livro *De Francisci Ximenii Cisnerii... vita et rebvs gestis, Libri octo*, publicado na *Hispaniæ Illustratæ Francofurti. Apud Claudium Marnium et Hæredes Johannis Aubrii. MDCIII*, refere-se a outro individuo do mesmo appellido, José Reinoso, que foi professor em Alcalá, e veiu de Italia, onde estudára com Leoniceno. D'ahi o que dizemos no texto, visto que nos parece provavel que fossem parentes os dois Reinosos. Veja-se sobre Reinoso: Pedro A. Dias, *A Universidade de Coimbra*, in *Archivos de historia da medicina portugueza.*

a substituição do humorismo arabigo-galenico, então reinante, pela doutrina hippocratica em toda a sua pureza.

Saíndo do seu paiz em 1518, Brissot percorreu a peninsula, com o proposito de colher plantas medicinaes, e fixar residencia em Evora, projectando, segundo diz Amato Lusitano, seguir até á India para estudar os productos naturaes d'aquellas regiões [1]. Tendo adoecido D. Manuel, e havendo sido chamado o medico de Pariz para o tratar, sangrou o monarcha do lado doente e elle escapou, apezar do que dizia Dionysio, physico-mór do reino, que pretendia que o rei morreria por não ter sido sangrado do lado opposto ao da doença. Este Dionysio, sobre o qual ainda ha pouco nada se sabia, acaba de receber grande luz das investigações feitas pelo dr. Sousa Viterbo no Archivo nacional. Diz-se que Dionysio fôra medico de D. Manuel, mas d'isso não encontrou documento confirmativo o illustre collega a quem nos referimos; o que fica provado das suas pesquizas é que Dionysio foi medico do cardeal D. Affonso, filho de el-rei D. Manuel, e exerceu o mesmo cargo de physico e cirurgião junto de D. João III e de sua mulher a rainha D. Catharina, recebendo por esse motivo diversas mercês [2].

É de suppôr que Dionysio fosse judeu ou pelo menos christão novo e a essa circumstancia se deve attribuir provavelmente a sua saída do reino. O que é certo é que Amato Lusitano, em Antuerpia (1534-1541), encontrou o illustre medico portuguez á cabeceira d'um doente que tratou [3], e diz que elle chegára pouco antes áquella cidade.

Ao passo que isto se dá, o snr. Sousa Viterbo publíca

---

1 «... *Brissotus Gallus, qui quum apud Lusitanos ageret, ut inde ad Indos, cupidus cognoscendi rerum novarum, navigaret...*» (Amato Lusitano, *In Dioscoridis*, ed. 1558, pag. 61).

2 Sousa Viterbo, *Noticia sobre alguns medicos portuguezes ou que exerceram a sua profissão em Portugal.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, pag. 15 e seg.

3 Cent. 1.ª, cur. 2.

um documento de 1548 que tende a demonstrar que elle estava em Portugal por essa época [1].

Voltando á contenda sobre a sangria na pleuresia, escreveu por essa occasião Dionysio uma memoria em que demonstrava a sua affeição ao arabismo [2], e Pedro Brissot outra, em que o hippocratismo renascente era defendido com calor e enthusiasmo [3]. Esta polemica devia ser um factor importante para a restauração da medicina grega entre nós [4].

Anteriormente á estada de Brissot em Portugal, um minorista da ordem de S. Francisco, Bernardino de Laredo, viera tratar de D. João II, que se achava doente, recebendo remuneração condigna do serviço prestado, além

[1] Dionysio deixou um filho, Manuel Brudo, que deu á luz em Antuerpia um livro com o titulo seguinte:

Liber de | *ratione victvs* | *in singvlis febribvs* | *secundum Hippoc. Brudo Lusitano* | *autore ad Anglos* | *Verte pagellam contento-* | *rum series sese offerret.* | Uma sereia cercada por um texto grego. | *Venetiis MDXLIIII.*

Tem a seguinte subscripção:

Venetiis, apud hæredes Petri Rovani & Socios. Mense Aprilis MDXLIIII.

Manuel Brudo, que se vangloría de ser lusitano e filho de Dionysio, exercera a clinica em Inglaterra, fazendo referencias no seu livro a Calais e Londres. Por outro lado residiu tambem em Antuerpia, onde o conheceu Amato.

[2] Este livro, segundo Barbosa Machado, baseado n'uma citação de Monardes, intitulava-se: *An in Pleuritide debeat Sanguis emitti ab eodem latere, unde dolor pungit, an ex opposito?* Barbosa Machado não viu este livro e depois d'elle nenhum bibliographo attesta a sua existencia. Gomes de Lima suppõe que apenas foi uma carta extensa.

[3] *Petri Brissoti* | *Doctoris Parisiensis me-* | *dici philosophiq; præstantissimi apo-* | *logetica disceptatio, qua docetur* | *per quæ loca sanguis mitti* | *debeat in viscerũ inflammationi-* | *bus pre-* | *sertim in pleuritide. Parisiis — Ex officina Simonis Colinaei MDXXV.* 77 folhas innumeradas. Ha outra edição que possuimos de *Basileæ, in ædibus Thomæ Wolffii, MDXXIX.*

[4] Veja-se sobre este ponto o *Compendio historico,* pag. 307; artigo Brissot in Dechambre, *Dictionnaire encyclopédique,* tom. x da 1.ª serie. — Amato Lusitano, Cent. 1.ª, cur. 2. — Rebello da Silva, *Historia de Portugal,* v, pag. 258. — Sprengel, *Hist. de la medicine,* III, pag. 38 e sobretudo a *Vita Petri Brissoti* por Renato Moreau (1630).

do titulo de medico real. Retirou-se para Guadelupe, onde escreveu uma obra de pharmacia, o *Modus faciendi,* de que Morejon dá conta e que no seu tempo teve certa voga, e a essa obra reuniu uma traducção dos Aphorismos de Hippocrates. Como esse livro foi publicado em 1521, isto é, quatro annos antes do de Brissot, poderia crêr-se que a Laredo se deveria este renascimento da medicina hippocratica, tanto mais que Morejon diz que elle estivera em Portugal durante muito tempo; todavia, creio não ter andado precipitadamente attribuindo a Pedro Brissot esta influencia, em primeiro logar porque elle, morrendo em 1522, deveria ter escripto a sua obra pouco mais ou menos ao tempo que Laredo; em segundo logar, porque a discussão travada entre um physico-mór e um medico tal como Brissot deveria chamar mais as attenções do que um livro que porventura entrasse em Portugal; em terceiro logar porque Laredo esteve no nosso paiz por pouco tempo, retirando-se para Guadelupe immediatamente e não continuou a viver em Portugal, como se lê em Morejon [1].

Fosse como fosse, o que é certo é que o impulso estava dado. Os livros de Hippocrates foram estudados e o gosto pela sua leitura foi-se introduzindo lenta e gradualmente.

É assim que sabemos terem sido escriptos em Portugal commentarios sobre Hippocrates por Antonio Luiz, Cuellar, Rodrigues da Veiga e Garcia Lopes.

Antonio Luiz, medico natural de Lisboa, deve ter nascido no ultimo quartel do seculo XV. Dizem alguns que elle estudou em Salamanca [2], mas é possivel que haja confusão n'este ponto com outro Antonio Ludovico que, segundo diz Vidal

1 Os elementos para a biographia de Laredo, aproveitados n'este estudo, foram tirados da *Chronica da Ordem de S. Domingos,* por Wading, d'onde Nicolau Antonio aproveitou o que quiz, sendo este a seu turno explorado por Morejon, com mais precipitação do que a costumada. Isto explica os resultados differentes a que chegamos.

2 Morejon, *Historia bibliografica de la medicina española,* II, pag. 298. — Conde de Ficalho, *Garcia da Horta e o seu tempo,* pag. 20.

y Diaz, era frade da ordem de S. Francisco e antes professor de direito civil e canonico na universidade de Salamanca [1]. Barbosa Machado affirma que elle recebeu as insignias doutoraes em Coimbra, onde mais tarde foi professor, tomando conta da cadeira, segundo diz o douto abbade de Cever, em 4 de março de 1547 [2], o que parece mais conforme com a verdade do que a asserção dos que affirmam que elle ensinava em 1544 [3].

Antonio Luiz é o representante entre nós d'aquelles hellenistas que fizeram o movimento da Renascença pela erudição. Como é geralmente sabido, o conhecimento da lingua grega era rarissimo no Occidente, e andavam de mão em mão commentarios adulterados e infieis; a affluencia á Italia dos sabios de Constantinopla tornou possivel a revisão dos textos, que assim se depuraram dos erros de que andavam pejados. Ora Antonio Luiz, versadissimo nas linguas grega e latina, pôde estudar Galeno e Aristoteles no original e foi certamente este o seu papel na reforma universitaria de D. João III.

Independentemente, porém, d'esses trabalhos que dentro em pouco serão apreciados, Antonio Luiz deixou espalhados no seu livro *De re medica* algumas annotações a alguns aphorismos de Hippocrates, pequenos commentarios em que a doutrina do medico grego é seguida em todo o seu rigor, com aquella cegueira que durante muito tempo inutilisou os resultados da propria investigação.

Os commentarios de Henrique de Cuellar [4] sobre os tres

---

[1] Vidal y Diaz, *Memoria historica de la Universidad de Salamanca*, pag. 454.

[2] Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, I, pag. 311.

[3] Dr. Mirabeau, *Medicina administrativa* do dr. J. Ferreira de Macedo Pinto, 2.ª parte, pag. 709.

[4] Morejon, Chinchilla e L. Hahn (*Dictionnaire encyclopédique*, de Dechambre) chamam-lhe Francisco. Não sei onde viram tal, porque os exemplares que examinamos em Lisboa, na Bibliotheca Nacional e na da Academia Real das Sciencias têm o nome de Henrique. Eis o titulo da sua obra:

Enrici a Cuellar me- | dice facultatis professoris | primi: opus insigne:

livros dos prognosticos são extremamente notaveis. Pouco se apura da biographia d'este illustre medico. Sabe-se que era portuguez [1], que nasceu pelos annos de 1483 [2] e que foi chamado do estrangeiro onde estava para vir reger na Universidade a cadeira de prima de medicina, de que tomou posse, segundo Barbosa Machado, em 2 de maio de 1537 [3]. Ainda occupava a sua cadeira em 1543, mas é de crêr que fallecesse no anno seguinte, visto que a sua cadeira já em 1545 era occupada por Rodrigo de Reynoso.

Realça o valor dos commentarios de Cuellar o facto de terem precedido quarenta e quatro annos os de Duret que lhe grangearam o nome de Hippocrates francez, e ainda a circumstancia de que o nosso compatriota publíca primeiro o texto hippocratico, depois o texto de Galeno, servindo-se da traducção do florentino Lourenço Laurentiano, e por ultimo as suas proprias reflexões sobre um e outro, ao passo que Duret largamente forrageou nos commentarios de Galeno sem os citar.

A admiração de Cuellar por Hippocrates era incondicional e as doutrinas do medico grego são expostas com toda a clareza, o que é affirmado por Thomaz Rodrigues da Veiga, n'uma carta que precede o livro. Como Cuellar foi um dos medicos que D. João III mandou vir para ensinar em Coimbra, é de crêr que conseguisse accentuar no animo dos alumnos o res-

---

ad li- | bros tres predictionum | Hippocr. Cõmento etiã | Gal. aposito et exposito. | Anotationes eiusdem sup. | primo libro que interlegẽ | dum occurrere. | Nec non svmmarivs | index eorvmqve | opvs continent. | Conimbrie | Cũ gratia et Priuilegio | MDXLIII.

Colophon: Explicit presens opvs primi & secundi & tertii libri Predictionum Hip. Cõmento etiã Gal. cũ Annotatio, ac singulari et noua expositio ne nunquam visa castigatũ ac diligentissime correctũ. Apud inclitã Conimbricã. Ex offi. Johãnis aluari & Johãnis barrerii Calcographor. Nono Cal. April. Anno MDXLIII.

1 A pag. 8 do seu livro diz Cuellar: «*Sic in navigatione nostrorum lusitanorum in indiam ostenditur clare gubernantis prudentia*».

2 Prologo de Thomaz Rodrigues da Veiga.

3 *Bibliotheca Lusitana*, II, pag. 147.

peito e o gosto pelo estudo das obras do velho de Cós. Esta influencia é mais ou menos frisada por todos os historiadores que d'elle se occupam [1], esquecendo-se todavia muitos de que nem sempre Cuellar adopta cegamente as opiniões de Hippocrates, mostrando as contradicções em que por vezes caíu, e oppondo-lhe outras vezes as suas opiniões, baseadas em factos por elle observados, mas dos quaes a maior parte nenhum interesse apresentam.

Garcia Lopes era natural de Portalegre, e verosimilmente judeu [2]. Estudou medicina em Salamanca, onde teve como professores um tal Medina, hoje desconhecido [3], Agostinho Lopes, igualmente desconhecido [4], e o celebre Ambrosio Nunes que n'esse tempo, ainda era simples doutor e não lente d'aquella universidade [5]. Terminado o seu curso, voltou á patria e exerceu a clinica em Lisboa, onde conquistou grandes creditos e adquiriu relações com pessoas altamente collocadas [6]. Ahi estava quando teve a honra de ser consultado sobre se conviria a D. Sebastião, então de sete annos, mudar de residencia de Lisboa para Santarem [7].

Nada sabemos sobre as circumstancias que determinaram a sua saída de Portugal, mas se admittirmos o que atraz fica dito em relação ás suas crenças religiosas, fica sufficientemente explicada. Realisou-se esta saída para fóra da patria pouco antes de 1564, e o medico portalegrense fixou a sua residencia em Antuerpia, onde, entre outros compatriotas, encon-

---

[1] Fallam de Cuellar, além dos citados, Barbosa Machado, II, *Compendio Historico*, etc.

[2] Baseamos esta asserção na circumstancia de se entregar á leitura de livros prohibidos, como diz no seu livro a pag. 20 v., aproximando-a do facto de ter saído do paiz para Antuerpia.

[3] Pag. 75 v. dos seus *Commentarios*.

[4] Pag. 61.

[5] Pag. 75 v.

[6] Pag. 7.

[7] Pag. 8 v. e pag. 54.

trou irmãos e um sobrinho de Thomaz Rodrigues da Veiga [1].

Garcia Lopes não permaneceu constantemente em Antuerpia, visitou Lovaina [2], passou em Orleans em direcção a Paris, onde encontrou um medico Brito, extremamente obsequioso e hospitaleiro [3]. De volta á terra que escolhera para residencia e onde a fortuna lhe não sorriu muito, segundo parece, perde-se-lhe completamente o rasto.

O medico de Portalegre deu á luz um livro que tem pouco volume e, se não possue grande valor intrinseco, tem como documento historico importancia real. N'esse livro, que é uma miscellanea de commentarios sobre assumptos varios, alguns têm por objecto textos de Hippocrates, e o primeiro capitulo sobre a gotta, e os que dizem respeito ao aphorismo XIII sobre as epidemias e XIV sobre as causas do aborto, estão n'este caso [4].

O enthusiasmo de Garcia Lopes pela obra de Hippocrates excede, se é possivel, o do precedente, e a cada passo lhe tece os mais alevantados elogios, proclamando-o principe de todos os medicos pela peculiar elevação do seu animo. Não se imagine, porém, que a cegueira, de que tantos outros deram provas n'este seculo, fosse tambem partilhada por este medico; não faltam logares em que diga que Hippocrates se enganou e em que lhe contraponha o que lhe ensinou a propria experiencia. É por este motivo que julgamos o livro de Garcia Lopes de valor real como documento historico, porque frisa bem um dos estadios que caracterisam o movimento da Renascença: abandono dos arabes pelos textos depurados de Galeno; abandono de Galeno pelo naturalismo de Hippocrates; critica e exame dos textos gregos em nome da razão e da experiencia.

---

1 Pag. 80 v.

2 Pag. 62 v.

3 Pag. 55 v.

4 *Garciæ Lopii Lvsitani, portalegrensis medici, Commentaria de varia rei medicæ lectione, Medicinæ studiosis non parum utiles. Antverpiæ, Apud Viduam Martini Nutii. An. MDLXIIII.*

Além dos commentarios sobre Hippocrates em que a sua doutrina é preferida á de Galeno, para depois ser criticada á luz da razão e da experiencia, a litteratura medica apresenta-nos n'esta época uma serie de estudos inspirados nas doutrinas galenicas. Teremos de referir-nos n'esta altura do nosso trabalho a Antonio Luiz, a Thomaz Rodrigues da Veiga e a Garcia Lopes, mas accentue-se desde já que não é um mesmo espirito o que inspira estes commentarios.

Já dissemos algumas palavras sobre Antonio Luiz. Os seus conhecimentos da lingua grega indicavam-n'o naturalmente para interprete dos canones da medicina. O amigo de Jeronymo Cardoso, de João de Barros e de Diogo d'Aljaro [1] lançou mãos á obra e traduziu para a lingua latina ou commentou varios escriptos de Galeno, de Hippocrates, de Aristoteles e de Avicena.

Foi, porém, a Galeno que deu a preferencia nos seus estudos e foi nas suas obras que mais forrageou, podendo dizer-se que a obra do medico de Pergamo se acha condensada nos livros do nosso compatriota [2].

---

[1] Crêmos ser este o medico Diogo, a quem Antonio Luiz dedica o tratado *De usu spirationis.*

[2] São os seguintes:

1.º *Antonii | Lodovici Me- | dici Olyssiponẽsis Pro- | blematum libri quinq: opvs | absolutũ, & | facũdũ, & va- | rium, multijugaque erudi- | tione refertissimum. | Olyssipone. | MDXXXIX.* — In folio. Titulo impresso dentro de uma portada gravada em madeira.

Colophon:

Excvssvm est hoc problema | tvm opvs divino favente | nvmine. Olyssippone men | se Janvario, anno | a Virgineo | partv. MDXL.

Em pagina separada a divisa do impressor Luiz Rodrigues.

2.º *Antonii | Lodovici | medici Olyssip | ponensis. | De oc | cvltis proprietatibus, Libri | quinque. | Opus præclarissimum. | Olyssippone | MDXL.* — Fol. Titulo impresso dentro d'uma portada igual á da obra precedente.

Colophon:

Impressvm est hoc opvs de Occvl- | tis Proprietatibus, & liber de Pudore, Antonii Lodovici medici Olyssipo- | nensis, mense Martio anno domini MDXL | Olyssipone.

Confusamente, sem ordem apparente, se é que ha algum fio occulto a relaccionar os differentes tratados, passam diante do leitor questões relativas á anatomia, á physiologia, á therapeutica, á pathologia, agitando-se de permeio problemas philosophicos de maior ou menor importancia. Umas vezes, Antonio Luiz limita-se a traduzir e ao que nos parece, pela comparação com a traducção moderna de Daremberg, sempre com lucidez e perfeita comprehensão do original; outras vezes, o texto galenico é acompanhado de ligeiras reflexões, condensado, resumido, mas sempre o espirito do commentador se accorda com o do commentado.

Os *Problematum libri* são cinco. Divide-se o primeiro em seis secções, contendo problemas relativos ao homem, á physica, á paixão pelos prazeres de Venus, ás idades, tempos, habitos e temperaturas, aos animaes e ás plantas.

No verso d'esta folha vem a divisa do impressor Luiz Rodrigues.

3.º *Antonii Lodovici medi-* | *ci olyssipponensis de re* | *medica opera quæ* | *hic seqvntvr.* | *Erotematum siue cōmentariorum in libros de crisibus Galeni libri tres.* | *Erotematũ numeri ternarij libri sex in quibus tota fere ars medica cōtinetur.* | *Erotemata de difficili spiratione.* | *Erotematum de usu respirationis liber alius.* | *De corde liber unus absolutissimus in quo tum Aristotelis q̃; plurimi erro-* | *res explicantur, tum uero plurimæ quaestiones enodantur.* | *Galeni liber de ptisana.* | *Galeni de eo quod sit animal, id quod utero continetur.* | *De eo q, Galenus animam immortalem esse dubitauerit, liber unus.* | *Item alia quædam legat lector candidus & nec sermonis ornatum nec doctri-* | *nã exquisitã quod rarũ est in homine nec in Latio, nec in Hellade nato desiderabit.* |

Divisa do impressor Luiz Rodrigues.

Olyssipone MDXL. — In folio. Titulo impresso dentro d'uma portada igual á da obra precedente.

Colophon:

Impressa fvervnt haec | *opera Antonii Lodovici medici* | *Olyssipponensis, in qvibvs* | *maxima et optima pars* | *medicinæ totivs, et* | *omnino doctri-* | *na exqvisi-* | *tissima et* | *remoti* | *or* | *ex Galeni librorvm immenso the* | *savro vndique congesta conti-* | *netvr, apvd Lodovicvm Roto-* | *rigivm typographvm, an-* | *no domini MDXLI.* | *mensis aprilis, die deci-* | *ma qvinta in sem-* | *per avgvsta* | *vrbe* | *Olyssippone.* |

Em pagina separada a divisa do impressor Luiz Rodrigues.

Comprehende o segundo cinco secções, e os problemas que contém distribuem-se por variadissimos assumptos. A primeira é uma miscellanea de questões refractarias a uma classificação regular: sobre o ouro, sobre eclipses, sobre o globo, sobre a lua, sobre encantamentos, etc.; a segunda occupa-se dos orgãos dos sentidos, do somno, da insomnia, do soluço, etc.; a terceira é referente aos costumes; a quarta é relativa a usos adoptados entre os romanos, e a quinta á origem das leis.

Em duas secções apenas se acha dividido o livro terceiro: os problemas da primeira occupam-se de assumptos referentes á philosophia sobrenatural, e a segunda de questões theologicas.

Chegados estamos á parte da obra que mais nos interessa: o livro quarto é consagrado a questões medicas. São relativas á cocção dos humores, á sua eliminação, á situação dos differentes orgãos, questões na sua maior parte sem importancia e em cujas respostas se vê quanto o nosso compatriota se achava possuido do galenismo reinante.

O livro quinto é consagrado a assumptos que nada têm que vêr com a medicina: á astronomia, á arithmetica, á logica, etc.

O livro de *Occultis proprietatibus* acha-se dividido igualmente em cinco partes.

Na primeira, explica o auctor o que deve entender-se por *propriedades das coisas,* e diz que as faculdades dos membros se devem considerar como provenientes do estomago, accrescentando que as alterações que soffrem os alimentos para se tornarem aptos para a assimilação não só se effectuam no estomago, mas em todas e em cada uma das partes do corpo.

Na segunda, tenta explicar as propriedades occultas do magnetismo, e com este intuito apresenta as opiniões de varios philosophos sobre este phenomeno. Depois occupa-se do que chama virtude attractiva do trigo e outras sementes, dos purgantes, dos alexipharmacos, e igualmente dos humores do corpo. Ha n'esta segunda parte uma passagem que parece traduzir a intuição da grande descoberta de Newton sobre a

attracção do universo. Se nos não auctorisa a alcunhar o grande genio britannico de plagiario, como faz Soyé [1], deve levar-nos a considerar o nosso compatriota como seu precursor. O trecho é o seguinte: «Manifesta-se, pois, extensivamente esta força attractiva nas sementes, nas plantas, nos metaes e nos animaes: E atrevo-me finalmente a affirmar que se acha derramada por toda a natureza uma certa força attractiva, que prende cada um dos sêres com um nexo indissoluvel: Pois não será facil o poder encontrar-se coisa alguma que para com qualquer outra ou não tenha uma amiga familiaridade, ou que de communicar-se com a sua natureza não repugne, de cuja conveniencia ou desconveniencia direi que resultam as attracções. É esta força a que liga com invisiveis laços o mundo, fazendo que as todas suas partes, posto que situadas a grandissimas distancias, se contenham em seus logares e d'elles se não arredem» [2].

Na terceira parte falla das serpentes, das viboras, da aspide e do cão damnado, e consagra algumas paginas interessantes ao estudo da propriedade que têm certos individuos de resistir á acção dos venenos.

Occupa-se a quarta das virtudes das hervas e plantas, e a quinta é o epilogo da obra.

A este livro anda junto, além d'outro, um tratado *sobre o pudor,* dedicado a João de Barros.

A obra *De re medica* é uma collecção de tratados traduzidos ou commentados de Galeno e Hippocrates, mas sobre tudo do primeiro. Foi a ella que principalmente nos referimos na apreciação que precedeu esta noticia [3].

---

1 *O Sonho,* poema erotico. Lisboa, 1786, pag. XIV.

2 Versão de Francisco Freire de Carvalho, *Primeiro ensaio sobre a historia litteraria de Portugal.* Lisboa, 1847, pag. 116.

3 Sobre Antonio Luiz vidè, além dos livros citados: Morejon, op. cit., II, pag. 298. — Chinchilla, op. cit., I, pag. 192 e 247. — Portal, *Hist. de l'Anatomie,* I, pag. 374. — Barbosa Machado, *Bibl. Lus.,* I, pag. 312. — Leitão Ferreira, op. cit., pag. 572. — Innocencio, *Diccionario bibliographico,* VIII, pag. 228, etc.

O representante mais illustre do galenismo entre nós foi Thomaz Rodrigues da Veiga, o grande Thomaz, como a cada passo lhe chamam os nossos escriptores. Ninguem se lhe avantajou em erudição e nenhum recebeu dos seus contemporaneos testemunhos de apreço como elle. Os seus discipulos foram numerosos e occuparam logares eminentes no professorado, na camara dos nossos reis, etc., e, qualquer que fosse a sua elevação, em toda a parte se lembravam com saudades do seu illustre professor, cujos meritos encareciam. Pedro de Peramato, medico do duque de Medina Sidonia, chama-lhe doutissimo professor [1]. Henrique Jorge Henriques, lente em Salamanca e em Coimbra, diz ter tido por mestre *aquelle admiravel e perfeito medico como outro não tem havido desde os gentios* [2]. Jeronymo Nunes Ramires, professor de medicina em Coimbra, e seu discipulo, chama-lhe archiatro dos medicos do seu tempo e diligentissimo indagador das coisas medicas, cujos monumentos mostram a sua singular e rara erudição [3]. Fernando Rodrigo Cardoso, que foi igualmente lente em Coimbra e physico-mór do reino, qualifica-o de insigne preceptor [4]. Estevão Rodrigues de Castro, cathedratico de medicina em Pisa, protesta venerar sempre o seu merito [5]. Zacuto Lusitano qualifica-o de doutor eminentissimo, sem segundo entre os novos, e assim considerado por opinião unanime, etc. [6].

Como se vê, era geral o côro de louvores, e só um homem de grande valor poderia reunir tantos suffragios.

Thomaz Rodrigues da Veiga nasceu em Evora em 1513

---

[1] *Opera medicinalia.* San Lucar de Barrameda, 1576, pag. 77 v.

[2] *Perfecto medico.* Salamanca, 1595, pag. 117.

[3] *Commentaria in librum Galeni: de ratione curandi per sanguinis missione.* Lisboa, 1608, pag. 11 e 21 v.

[4] *Tractatus de sex rebus non naturalibus.* Lisboa, 1602, pag. 14 v.

[5] *Syntaxis prædictionum medicarum,* pag. 253.

[6] *Introitus medici ad praxim,* no tomo II das suas obras, na edição de Lyon, 1657, pag. 9.

e descendia d'uma familia de judeus [1]. Segundo elle mesmo diz, tinha vinte e cinco annos [2] quando, em 1538, veiu ensinar em Coimbra, depois de ter estudado em Salamanca, onde se doutorou [3]. Regeu ao principio a cadeira de vespera, quando a de prima foi occupada por Cuellar e Reynoso, mas, a 3 de janeiro de 1558, era promovido a esta ultima cadeira, e n'ella se jubilou a 29 de setembro de 1559 [4]. Os seus merecimentos determinaram a sua nomeação de medico de D. João III e de D. Sebastião, que lhe deu o habito de S. Thiago [5]. A 26 de maio de 1579, fallecia em Coimbra, deixando numerosa familia, entre a qual se nota o abalisado jurisconsulto Ruy Lopes da Veiga [6].

Os *Commentarii in Galeni opera* comprehendem uma grande parte da obra do medico de Pergamo [7]. Abrangem os tres

---

[1] Martins Bastos, *Nobiliarchia medica*, pag. 19.

[2] Prefacio *Ad benignem lectorem* aos *Commentariorum in Claudii Galeni opera*.

[3] Vidal y Diaz, *Memoria historica de la universidad de Salamanca*, pag. 483.

[4] Fr. Carneiro de Figueiroa, *Memorias historico-chronologicas da Universidade de Coimbra*. Mss. da Bibliotheca do Porto.

[5] O P. Antonio Vieira, no tomo II, *Sermão de S. Lucas*, n.º 16, diz: «Adoeceu de huma febre El-rey D. Sebastião, e sendo chamado de Coimbra aquelle oraculo da Medicina, que nas cadeiras da mesma universidade he allegado com o nome de *Magnus Thomas*, ordenou que lhe fizessem huma cama de rosas, e deitado n'ellas ficou são».

[6] Barbosa Machado, *Bibl. Lusitana*.

[7] 1.º *Tomvs primvs | Commentario | rvm in Clavdii Ga | leni opera, medico | rvm principis: Complectens interpretationem Artis medi | cæ, & librorum sex De locis affectis | Authore | Thoma a Veiga Eborensi. | Antuerpiæ, ex officina Christophori Plantini MDLXIIII | Cvm privilegio regis.* In folio.

O livro *De locis affectis* tem o seguinte titulo especial:

2.º *Commentarii | in Clavdii | Galeni libros | sex de locis | affectis, | Auctore | Thoma a Veiga | Eborensi | Antuerpiæ, ex officina Christophori Plantini | MDLXVI.* In folio.

3.º *Thomæ | Roderici a Veiga, Eborensis, | doctoris medici, | et gravissimi philosophi. | Opera omnia in Galeni libros edita, & commentarijs in partes novem di | stinctis, expressa, quibus nodi difficultatum in Medicina fre-*

livros da arte medica, os seis dos logares affectados, e os dois sobre as differenças das febres, isto é, quasi todas as materias que em Coimbra se ensinavam na cadeira de Vespera.

N'estes varios tratados, apresenta Thomaz da Veiga o texto galenico, e segue-o de commentarios linha por linha, demonstrando conhecimento não vulgar dos textos gregos. Ao mesmo tempo, mostrava ter a lição de auctores modernos, alguns seus contemporaneos: Laguna, Benivenio, Mondino, Vesalio, etc.

Ao passo, porém, que a erudição manifestada é para admirar, raras vezes se encontram pontos de vista originaes e ainda mais raras observações novas. A custo se póde mencionar a da rejeição de calculos salivares, precedidos de tosse rebelde; a de apertos de urethra curados pelo tratamento de Filippe, que em carta lhe fôra communicado por André Laguna, e pouco mais.

Veiga não desconheceu Hippocrates e até o commentou, mas forceja por harmonisar a sua auctoridade com a de Galeno. Em todo o caso, os seus livros demonstram claramente quanto o seu espirito estava imbuido do humorismo galenico [1].

Encontram-se igualmente no livro de Garcia Lopes, de que fallamos precedentemente, commentarios sobre os textos galenicos. Ha, porém, differença notavel entre este pequeno livro e os do auctor precedente. Em Veiga dominam completamente as doutrinas galenicas, ao passo que Garcia Lopes, menos cego de admiração, não hesita em asseverar em repetidos logares que nem todas são verdadeiras. Ao mesmo tempo, e

---

quen | tes, solvuntur, classicorumque medicorum contro | versiæ veritatis lima expenduntur. | Præ superioribus editionibus elimata, & exacta qua potuit fieri correctione, | typis exarata. | Annectus est insuper Rerum & Verborum sese occurrentium, Index vber- | rimus, quo quivis legentium in eorum indagatione, ad Alpha | beticos gradus recurrens, potest sublevari. | Lugdvni, | Apvd Petrvm Landry | MDLXXXVII.

Outra edição de *Lugdvui, Apvd Petrvm Landry MDXCIIII.*

[1] Fallam de Veiga: Morejon, op. cit., III, pag. 357; *Compendio historico*, pag. 309.

como já foi notado, eleva Hippocrates, cujos merecimentos encarece [1].

Já tivemos occasião de referir-nos ás *Centuriæ medicinalia* de Amato e citamos as mais notaveis observações cirurgicas. Vamos vêr as mais interessantes relativas á medicina.

As Centurias são precedidas por um discurso sobre o modo de visitar os doentes, que é muito considerado pelos bibliographos e historiadores que d'elle se têm occupado, dizendo, entre outros, Morejon que da sua leitura tirariam os jovens medicos mais proveito do que de outras obras da mesma especie, inclusivè a introducção de Boerhave á pratica clinica [2]. Esse discurso é uma exposição da doutrina das crises e dos dias criticos, e affirma Sprengel que em parte alguma a encontrou mais desenvolvida [3]. É em virtude de uma força existente nos numeros que certos dias são criticos, diz Amato. A sua causa é a harmonia, e o dia critico por excellencia é o setimo, porquanto, sendo o corpo composto de quatro elementos e a alma de tres forças, a somma obtida dá o algarismo 7. Depois do setimo, o dia mais importante é o decimo-quarto, visto que $7 + 7 = 14$. Na sua opinião, depois d'este, o dia critico é o vigesimo e não o vigesimo-primeiro. Considera tambem como tal o sexto, baseando-se na asserção de Bernardo de Gordon, que viu sobrevir crises n'este dia, e ainda na observação pessoal. Finalmente, apenas exclue do numero dos dias criticos o duodecimo, o decimo-sexto e o decimo-nono.

Entrando no estudo das observações, são dignas de nota, na Centuria 1.ª, a de uma meningite, acompanhada de convulsões e lethargo, sobrevindo em resultado de vigilias repetidas [4]; a de um exanthema, determinado pela suppressão

---

[1] Fallam de Garcia Lopes: Barbosa, *Bibl. Lus.*, II, pag. 323; Morejon, op. cit., III, pag. 109.

[2] Morejon, op. cit., I, pag. 68.

[3] Sprengel, op. cit., III, pag. 157.

[4] Cent. 1.ª, cur. 9.

do fluxo menstrual [1]; a de um envenenamento pelos cogumelos, terminado pela cura [2]; e a de uma pleurisia com derrame, em cujo diagnostico figura designadamente a percussão, e cujo tratamento consistiu na operação do empyema que aconselha seja praticada entre a terceira e quarta costellas [3].

Na Centuria 2.ª, merecem reparo a observação de uma febre agudissima n'uma parturiente, terminada pelo apparecimento provocado de uma hemorrhagia nasal [4]; a de uma mulher com amenorrhêa, que mensalmente apresentava um fluxo sanguineo pelos bicos dos peitos [5]; a de um caso de cholera morbus, terminado pela cura [6]; a de um caso de verdadeira elephantiase n'um frade Agostinho, igualmente terminado pela cura [7]; a de uma dysenteria, debellada pelo acto venereo (!), em harmonia com um aphorismo de Hippocrates [8]; e a de um priapismo notabilissimo, curado com preparações camphoradas [9].

Encontramos na 3.ª Centuria como notaveis: a observação de uma febre hectica curada pelos banhos mornos com aflusões frias [10]; a de um caso de ictericia, cuja apparição foi no setimo dia, o que nas febres agudas assume a importancia de um phenomeno critico [11]; a de um caso de alienação mental, causada por uma violenta paixão amorosa e curada com a reclusão n'um carcere [12]; e a de uma febre contínua curada pelo uso do vinho em larga escala [13].

---

1 Cent. 1.ª, cur. 15.
2 Cent. 1.ª, cur. 39.
3 Cent. 1.ª, cur. 61.
4 Cent. 2.ª, cur. 17.
5 Cent. 2.ª, cur. 21.
6 Cent. 2.ª, cur. 32.
7 Cent. 2.ª, cur. 34.
8 Cent. 2.ª, cur. 47.
9 Cent. 2.ª, cur. 81.
10 Cent. 3.ª, cur. 1.
11 Cent. 3.ª, cur. 49.
12 Cent. 3.ª, cur. 56.
13 Cent. 3.ª, cur. 75.

Na 4.ª Centuria apenas encontramos as seguintes observações, que merecem attenção: a d'uma alopecia syphilitica, terminada pela cura [1]; e a d'uma paralysia facial, curada por meio de applicações locaes [2].

A Centuria 5.ª contém, entre outras, as seguintes observações valiosas: a d'um individuo que apresentava mensalmente um fluxo hemorrhoidario, tão regular como o das mulheres [3]; a d'uma febre hectica, curada por banhos tepidos, seguidos de aflusões frias [4]; a de dois individuos extremamente parecidos, que a um tempo foram accommettidos de pleurisia e ao mesmo tempo se curaram [5]; e a d'uma mulher que durante a gestação caía em loucura melancholica [6].

Na 6.ª Centuria, merecem menção: a observação d'um caso de rejeição pela bocca d'um longo verme, do comprimento de quatro covados, tendo caracteres muito curiosos [7]; a d'uma surdez, que se pretendia ter sido produzida por encantamentos, e que o nosso Amato demonstrou não ser verdade [8]; a dos effeitos remotos dos venenos, na qual o nosso compatriota affirma que os turcos e os indios eram habeis em preparar toxicos de effeitos seguros, mas de acção muito demorada [9]; e a d'um caso de furor uterino n'uma freira [10].

Encontramos na 7.ª Centuria a relação d'uma epidemia notavel que se desenvolveu em 1559 em Scopium, e a proposito da qual Amato se refere a outra que em 1527 e annos seguintes devastou Lisboa e os ferteis campos de Santarem [11]; a

---

1 Cent. 4.ª, cur. 4.
2 Cent. 4.ª, cur. 87.
3 Cent. 5.ª, cur. 3.
4 Cent. 5.ª, cur. 4.
5 Cent. 5.ª, cur. 15.
6 Cent. 5.ª, cur. 87.
7 Cent. 6.ª, cur. 74.
8 Cent. 6.ª, cur. 87.
9 Cent. 6.ª, cur. 88.
10 Cent. 6.ª, cur. 97.
11 Cent. 7.ª, cur. 27.

noticia summaria de tres envenenamentos pelo oxydo de carboneo [1]; e grande numero de observações relativas a febres que seria longo enumerar [2].

Como se vê, as Centurias não são menos interessantes debaixo do ponto de vista medico do que debaixo do ponto de vista cirurgico, e justificado é o parecer de Malgaigne que, referindo-se ao seculo XVI, diz: «Quanto a Portugal, tinha pro-

---

[1] Cent. 7.ª, cur. 33.

[2] As edições que vimos são as seguintes:

Edições completas. — *Amati Lusitani Doctoris Medici præstantissimi Curationum medicinalium centuriæ septem, varia multiplicique rerum cognitione refertæ & in hac ultima æditione recognitæ & valde correctæ. Quibus præmissi est commentatio de introitu medici ad ægrotantem, de que crisi & diebus decretoriis. A Burdigalæ — ex Typographia Gilberto Vernoy — MDCXX.*

Amati Lusitani summi doctoris medici curationum medicinalium centuriæ septem, ab omni sordium suspicione expurgatæ, Quibus prælucet omnium curationum per locos afectos in sua capita digestarum, una cum appendicibus eorum quæ auctor, vel intercurandum, vel in Scholiis accurate differit, propriis capitibus subjunctis. Barcinonæ: sumptibus Sebastiani & Jacobi Mathevats, 1628.

Centurias agrupadas. — *Amati Lusitani medici physici præstantissimi, Curationum medicinalium centuriæ II priores. Quibus præmittitur commentatio de introitu medici ad ægrotantem, de crisi et diebus Decretoriis. Cum Indice rerum memorabilium copiosissimo. Lugduni, Apud Gulielmum Rouillium. MDLXXX.*

Amati Lusitani medici physici præstantissimi Curationum medicinalium, Centuriæ Duæ Tertia & Quarta Cum Indice omnium Carationum & rerum memorabilium quæ ipsis centuriis continentur. Lugduni, Apud Gulielmum Rouillium, sub scuto Veneto, 1565.

Lugduni, Apud Gulielmum Rouillium, MDLXXX.

Lugduni, Apud Joannem Franciscum de Gabiano, 1556.

Amati Lusitani, medici physici præstantissimi Curationum medicinalium, Centuriæ Duæ Quinta & Sexta. In quarum ultima Curatione, continetur Colloquium eruditissimum: in quo doctissime disputatur, & agitur de curandis capitis vulneribus: Cum indice omnium curationum, quæ ipsis Centuriis continentur, omnia nunc primum in lucem ædita. Lugduni, Apud Gulielmum Rouillium, Sub scuto Veneti, 1564.

Lugduni, Apud Gulielmum Rouillium, MDLXXX.

duzido um grande observador que levára de vencida com exito quasi igual a medicina e a cirurgia, Rodrigues de Castello-Branco, que do nome da sua ingrata patria se fez chamar Amato Lusitano » [1].

HYGIENE

A hygiene acha-se representada por obras d'algum valor, que deviam influir mais ou menos poderosamente nos seus destinos. Deve notar-se que dos auctores dos trabalhos de que vamos dar conta só um é portuguez, mas razões, que a proposito de cada um d'elles serão expostas, militam para que lhes demos logar na nossa historia.

Não era portuguez Francisco Franco, de quem vamos occupar-nos, mas a circumstancia de haver sido professor em Coimbra justifica a menção que d'elle fazemos. Francisco

---

Amati Lusitani, medici physici præstantissimi, curationum Medicinalium. Centuria septima, Thessalonicæ curationes habitas continens, varia multiplicique doctrina referta. Accessit Index rerum memorabilium copiosissimus. Lugduni, Apud Guliel. Rovillium sub scuto veneti, 1570.

Lugduni, Apud Guliel. Rovil. sub scuto Veneto, 1580.

Curationum Medicinalium Amati Lusitani medici physici præstantissimi Centuriæ quatuor. Quibus præmittitur Commentatio de introitu medici ad ægrotantem, De Crisi, & diebus Decretoriis: Subjungiturque Index rerum memorabilium copiosissimus. Atque hæc omnia nunc accuratius recognita, diligentius elegantiusque sunt impressa.

Venetiis, Apud Vincentium Valgrisium in Officina Erasmiana, MDLVII.

Centurias separadas. —*Amati Lusitani medici physici præstantissimi, Curationum Medicinalium Centuria prima, multiplici variaq; rerum Cognitione referta. Præfixa est ejusdem Auctoris Commentatio, in qua docetur, quomodo se Medicus habere debeat in introitu ad ægrotantem, simulque de crisi, & diebus decretoriis, iis qui artem Medicam exercent, & quotodie pro salute ægrotorum in collegium descendunt longe utilissima. Florentiæ Cudebat Laurentius Torrentinus, MDLI.*

[1] *Histoire de la chirurgie en Occident*, pag. 285.

Franco nasceu em S. Filippe de Jativa, junto a Valencia [1], estudou medicina em Alcalá de Henares, onde teve por professor o famoso doutor Leon [2], e em seguida á sua formatura occupou uma cadeira n'esta universidade [3]. Ahi estava ainda em 1544, mas, accedendo ao convite que lhe fez D. João III, para vir ensinar em Coimbra, dirigiu-se a Portugal, crendo nós que a data da sua vinda não iria muito além d'esse anno, se n'elle mesmo se não realisou [4].

Competia-lhe ensinar a materia medica, e Francisco Franco, em mais d'um ponto do livro de que vamos dar noticia, demonstra que lhe era familiar o conhecimento das plantas e das suas propriedades. Este estudo era então notavelmente favorecido em Portugal e sobretudo em Lisboa, onde o medico valenciano algumas vezes residiu, pela facilidade com que se obtinham dos herbanarios sementes e exemplares botanicos que vendiam nos dias de feira [5].

Ás suas lições em Coimbra acudiam as pessoas mais illustradas da terra [6] e a fama que adquiriu foi tal que, chamado a dirimir uma contenda entre dois medicos de D. João III, um dos quaes era o physico-mór Leonardo Nunes, procedeu de fórma que captou a benevolencia do rei, que o nomeou seu physico, com exercicio nas ferias escolares que ia passar a Lisboa [7].

---

[1] *Libro de enfermedades contagiosas*, fol. IX v.

[2] Fol. XXVII v.

[3] Fol. X.

[4] Fol. X, XXII e XXIX. Carneiro de Figueirôa affirma que tomou conta da cadeira em 24 de setembro de 1545.

[5] Fol. XXXIX.

[6] «Y en esta division gaste yo una licion en Coymbra oyendo me el Illustrissimo Pompeyo Sambicario, Obispo Beluncnse, Nuncio de nuestro Sancto padre en la corte de Portugal, y con su señoria Illustrissima entraron en mi general los Señores Rector que era don Manuel de Menezes, y don Fulgencio, y el obispo de Coymbra don Juan Soarez, Obispo y Conde y excelentissimo predicador». Fol. XXIX.

[7] Fol. XLI v. e XLII.

Diz Chinchilla que Francisco Franco apenas se demorou em Portugal por espaço de seis annos, o que nos parece infundado, não só porque não encontramos passagem alguma da sua obra que o confirmasse, mas ainda porque razões de valor militam para suppôr que por mais tempo permaneceu entre nós. O que é certo é que em 1558 já estava em Sevilha [1], mas quer-nos parecer que pouco antes teria saído de Portugal.

Os creditos que adquirira na sua já longa existencia [2] e no seu dilatado exercicio de professorado [3] grangearam-lhe prompta acceitação e foi nomeado cathedratico de prima no Collegio maior de Santa Maria de Jesus e universidade de Sevilha. Quer dos particulares, quer das auctoridades, Francisco Franco recebeu provas de consideração e respeito.

Havia Filippe II creado o jardim botanico de Aranjuez e mandára á Andaluzia um herbanario diligentissimo com o fim de colher plantas para este estabelecimento. Francisco Franco foi escolhido, com outro collega, para proceder a um exame dos conhecimentos do referido herbanario, que se mostrou versadissimo na botanica. O medico valenciano promoveu em seguida que em Sevilha se creasse um jardim analogo, promptificando-se a dirigir a sua installação, attento o conhecimento que tinha obtido dos simplices vegetaes [4].

Manifestaram-se em Utrera alguns casos de enfermidades contagiosas e, justamente preoccupado com receio de que a epidemia se estendesse a Sevilha, o cabido d'esta cidade mandou reunir em conferencia os medicos mais distinctos que n'ella residiam para accordarem nas medidas a adoptar. Fez parte d'essa conferencia Francisco Franco e o resultado foi ser escolhido para ir a Utrera estudar a epidemia, para sobre esse estudo assentarem as providencias.

---

1 Fol. XVII.

2 Fol. II.

3 Epistola dedicatoria.

4 Fol. XXVIII e XXVIII v.

D'ahi se originou o livro de que vamos dar conta [1].

O primeiro capitulo occupa-se d'algumas precauções a tomar para a preservação da peste e a mais recommendada é fugir cedo e para longe, exceptuando apenas d'este preceito aquelles que, em virtude da sua profissão, tenham obrigação de permanecer nos povos infectados.

Trata em seguida das causas, dando como averiguado o contagio pelo ar, pelas emanações do sólo, e ainda pela agua, encarecendo a facilidade com que o contagio se communica nas palavras seguintes: « Digamos pues, resolviendo este negocio en pocas palabras, que la salud generalmente no se pega, y la enfermedad se pega ». N'este capitulo mostra a importancia que tem o saneamento das differentes localidades, dizendo que em 1543 o corpo cathedratico da universidade de Alcalá de Henares, a que então pertencia, aconselhou que se fizessem seccar os pantanos que rodeavam a cidade, o que bastou para fazer desapparecer as febres gravissimas que n'ella grassavam.

A symptomatologia da epidemia de Utrera consistia sobretudo n'uma erupção de papulas ou manchas de côres diversas, acompanhada de frialdade notavel das partes exteriores, mas de sensação interna de grande calor. N'alguns casos,

---

[1] *Libro de enfermeda | des contagiosas: y de la preseruacion dellas. | Compuesto por Francisco Franco, | Medico del Serenissimo Rey de | Portugal: y Cathedratico de | prima, en el Collegio | mayor de Sancta | Maria de Jesus | y Vniuersidad de Seuilla.*

Fve impresso en | la muy noble y muy leal Cibdad de | Seuilla, por Alonso de la | Barrera. Año de 1569. | Con priuilegio Real. | Esta tassado en 2 maranedis.

O titulo está encerrado n'uma portada.

Colophon:

A gloria y alabança de nuestro | Señor Dios, y de su gloriosa madre, fenece el | libro de enfermedades contagiosas. |

Fué Impresso en la muy noble, y muy leal Cibdad de Seuilla, | Por Alonso de la Barrera, Impressor de libros. | Acabose á catorze dias del mes de Mayo | de 1569 Años.

*

appareciam bubões. Franco diz que esta doença era chamada em Castella tabardilho e em Portugal bretoeja.

O prognostico era gravissimo e toda a reserva que n'elle houvesse era pouca. Franco tambem admittia a possibilidade de prognosticar o apparecimento da peste, pela abundancia de mortos n'uma batalha, ou pelo desenvolvimento da fome.

Na parte que trata da preservação da peste limita-se a aconselhar que se fuja cedo e regresse tarde, e que se façam grandes fogueiras pelas ruas.

Grande numero de capitulos são consagrados a encarecer as virtudes que no tratamento da peste tinham grande numero de plantas e substancias mineraes: esmeralda, escorcioneira, pimpinella, enula-campana, etc. Estes capitulos têm para nós o interesse que deriva de contar que mais d'uma vez as mostrou em Coimbra aos seus discipulos, em excursões botanicas a que os levava.

Occupa-se em seguida do regimen dos predispostos e dos infectados e indica alguns medicamentos de grande virtude curativa ou prophylatica.

Voltando a occupar-se de medidas a adoptar para prevenir o apparecimento, elogia as tomadas por D. João II em Evora por occasião do casamento do filho. Occupa-se da sangria e estabelece as indicações d'esta operação.

Por ultimo, enumera alguns medicamentos para purificar o ar, e aconselha o uso d'umas *pomas* que deviam trazer na mão os individuos que vivessem em qualquer localidade onde a doença se manifestasse, *pomas* constituidas por substancias aromaticas.

A indicação das materias tratadas mostra claramente que a obra de Franco tem mais curiosidade do que valor, e somos de opinião que acertado é o juizo de Morejon quando diz que ella não tem o merito que as de outros medicos hespanhoes relativas ao mesmo assumpto [1].

---

[1] Morejon, op. cit., III, pag. 146.

Deve-se a Franco outra obra sobre o uso da neve [1]. Consultado sobre se era conveniente esfriar as bebidas com gelo, Franco emitte rasgadamente a opinião de que essa pratica é proveitosa, mas não a de tomar a propria neve ou mesmo a agua que resulte da sua liquefacção. Apenas prohibe o uso das bebidas frias ás creanças até á puberdade e aos velhos, e ainda aos asthmaticos e dispepticos. Diz ter colhido bons resultados no tratamento de algumas doenças com a applicação da agua frigidissima *intus* ou *extra,* notando-se que eram doenças febris acompanhadas mais ou menos de suor abundante. A obra de Franco é certamente uma das primeiras que d'este assumpto se occuparam.

Ateára-se em 1569 o medonho contagio que ficou conhecido pelo nome de *peste grande,* tamanho foi o numero das victimas que fez pelo reino e principalmente em Lisboa. D. Sebastião, aterrado, fugiu para Cintra e não se julgando ainda seguro transportava-se pouco depois para Alcobaça, deixando a sua boa cidade das margens do Tejo confiada a uma junta governativa composta dos vereadores, do governador da casa do civel, do capitão-mór da defeza da mesma cidade e do vedor da fazenda real.

Grassára dois annos antes em Sevilha uma epidemia que apresentára notaveis similhanças com a que actualmente devastava Lisboa. Por este motivo, a junta governativa mandou

---

[1] *Tractado de la nieue | y del vso della. Dirigi- | do al muy illustre señor | don Hernando Enrri | quez. Compuesto por | Francisco franco medi | co del serenissimo Rey | de Portugal: y cathe | dratico de prima en el co | llegio mayor de sancta | Maria de Jesus y uniuersidad de Seuilla. | Con priuilegio Real.*

Colophon:

A gloria y alabança de nue | stro señor Dios, y de su gloriosa madre, acabose el | tractado de la niene. Compuesto por Fran | cisco franco medico del serenissimo rey de Portugal. Fue impresso en la muy no | ble y muy leal cibdad de Seuilla | en casa d Alõso de la Bar | rera impressor d libros. | Acabose a catorze dias de Mayo | Año de MDLXIX.

vir d'esta cidade dois medicos Thomaz Alvares e Garcia de Salzedo Coronel para aconselharem as medidas mais convenientes para combater a epidemia. Chegaram elles a 2 de agosto de 1569 e doze dias depois apresentavam um relatorio sobre as providencias mais acertadas para este fim.

N'este livro [1] encontram-se preceitos muito acceitaveis e que justificam o juizo favoravel que d'elle tem sido feito. Divide-se em quatro partes. Na primeira, que se occupa dos meios de impedir o contagio, aconselham os medicos sevilhanos que se abasteça largamente a cidade; que se proceda á limpeza cuidadosa das ruas, lançando-se as immundicies ao mar; que de manhã e á noite se accendam pelas ruas fogueiras de lenhos aromaticos; que se evite a exposição ao ar do sangue obtido das sangrias; que se faça pouco exercicio; que se prohibam os bailes e ajuntamentos de negros; que se estabeleça quarentena para os navios de escravos; velar pela boa qualidade dos alimentos; enterrar os mortos com brevidade; fechar os prostibulos; não consentir pelas ruas mendigos com chagas repellentes; manter fechadas e não permittir que sejam habitadas as casas em que falleçam empestados; supprimir os banhos que houver na cidade; queimar as roupas dos acommet-

---

[1] *Reco | pilacam | das covsas qve | connem gnardar se no | modo de presernar a cidade de Lixboa. | E os sãos, & cnrar os qve estenerem enfer- | mos de Peste. Feita pellos Doctores Tho- | maz alnarez, & Garcia de Salzedo vezinhos | de Senilla, & medicos do Serenissimo Rei | de Portngal Dom Sebastiam Primeiro, | nosso senhor, & dirigida a S. A. | Feito por mãdado do Doctor | Antonio diaz Pronedor mor | da Saude na Cidade de | Lixboa. | Impresso depois de renisto. Com licen- | ça do Ordinario, & Inqnisidores. | Gaspar de faria. Frei Antonio de S. Do- | mingos. | Em a muy insigne cidade de Lixboa em | casa de Francisco Correa Impressor de | S. A. Anno de 1569.*

O titulo dentro d'uma portada.

Colophon:

A lonuor de Deos, & da gloriosa virgem Maria nossa | senhora, se acabou ho presente tratado, em ca- | sa de Francisco Correa impressor de sna Al- | teza. Aos seis dias do mez de Septembro, | De mil & quinhentos & sessenta & | noue Annos.

tidos pelo mal, excepto as de maior preço que seriam desinfectadas com agua do mar e vinagre.

Occupam-se na segunda parte dos cuidados a haver com os doentes pobres, não só nas casas de saude, mas nos seus domicilios. Aconselham que se levantem nos extremos da cidade dois hospitaes, que devem ser montados em casas grandes e airosas, mas de pequena altura, onde se preste soccorro a quem d'elle careça, e onde haja aposentos apartados com destino aos convalescentes. Recommendam que os enterramentos se façam em covas bem fundas, lançando-se sobre os cadaveres cal em abundancia. Opinam por que se ministrem igualmente soccorros domiciliarios, para o que seriam avençados alguns medicos.

Occupam-se na terceira parte do *regimento preservativo contra a peste,* compilando as medidas relativas á prophylaxia individual. Recommendam que se não abram as janellas emquanto não fôr nado o sol e se não sáia de casa emquanto não hajam passado duas horas depois do seu apparecimento; que se façam no interior das casas aspersões com agua e vinagre, ou vinho aromatico; que se accendam fogueiras com lenhos cheirosos; que se enramem as casas com plantas de perfume agradavel; que todos tragam na mão umas *pomas* feitas de substancias balsamicas, cujo uso se suppunha purificar o ar das impurezas que são a causa da peste. Ao mesmo tempo dão minuciosos e salutares conselhos sobre a alimentação e regimen que se deve adoptar.

A ultima parte do livro é consagrada ao tratamento da peste. É sobretudo baseado no emprego da sangria, dos purgantes e dos lenhos sudorificos, tendo em vista a purificação do sangue. Além d'isso, os differentes symptomas reclamavam por vezes uma intervenção especial.

A obra de Thomaz Alvares e Garcia de Salzedo mereceu grandes encomios e foi tão considerada, que ainda no principio d'este seculo se reimprimiu. Não avolumaremos esta noticia com a menção dos juizos que sobre ella se fizeram, abrindo excepções apenas para as de dois escriptores modernos: Vieira de Meirelles e Ricardo Jorge.

Vieira de Meirelles, referindo-se ao *Regimento*, escreve: «São paginas de muita luz, turvada a espaços por algumas, ainda que raras, sombras. Maravilha a primeira, das segundas fiamos a desculpa aos que têm intimo trato com os auctores e livros d'essa idade. Aquella é o esplendor d'um grande espirito, irradiando através dos seculos, estas apontam, como no gnomon, a hora exacta da historia em relação ás ideias da época» [1].

Ricardo Jorge, depois de ter posto em relevo a importancia de algumas das medidas indicadas, remata: « O *Regimento*... está repleto das mais sabias prescripções sobre hygiene individual e publica, hombreando senão excedendo por vezes essas edições e reedições de instrucções modernas ás vezes bem mesquinhas e erroneas» [2].

Deve acreditar-se que um livro que, passados mais de tres seculos, ainda assim é julgado, possue um valor scientifico muito consideravel.

Pelo meado do seculo, nasce na Guarda, Henrique Jorge Henriques [3]. Depois de estudar humanidades no collegio dos jesuitas em Coimbra, onde teve mestres notaveis [4], cursou medicina na Universidade, ao tempo que n'ella ensinava Thomaz Rodrigues da Veiga.

Terminado o seu curso, desejoso de augmentar mais a sua

---

1 *Memorias de epidemologia portugueza*. Coimbra, Imp. da Universidade, 1866, pag. 58.

2 *Hygiene social*. Porto, 1885, pag. 16.

3 Titulo das suas obras; *De regimine cibi*, pag. 297; *Perfecto medico*, pag. 295.

4 Henriques apenas diz que teve por professores em Coimbra: em Rhethorica, Cypriano; em Poesia, Pimenta; em Logica, Cardoso; em Philosophia natural, Freitas. (*Perfecto medico*, pag. 117). Ora pelos annos de 1562 eram professores no collegio dos jesuitas em Coimbra: o padre Nicolau Pimenta, que dictou Rhetorica, Philosophia e Theologia; o padre Francisco Cardoso, que ensinou Philosophia e Theologia; e o padre Lourenço de Freitas, que dictou Philosophia. D'ahi a affirmação expressa no texto.

instrucção dirigiu-se a Salamanca, *verdadeiro Monte Parnaso,* onde o medico beirão teve a fortuna de encontrar por professores o dr. Medina, o dr. João Bravo, o dr. Rodrigo de Soria. o dr. André Alcazar e o portuguez Ambrosio Nunes, *essa ave phenix da medicina* [1]. Taes foram os progressos realisados, que mereceu a honra de ser recebido como professor de artes na mesma universidade [2].

Que razões o levaram a abandonar Salamanca não é hoje possivel averiguar. Desgostoso talvez pela decadencia já visivel da grande universidade, onde o suborno campeava infrene [3], veiu para Portugal, sendo nomeado lente substituto da cadeira de Avicena na Universidade de Coimbra e mais tarde, em 1595 [4], encarregado da cadeira de Pratica. Já então era medico do duque d'Alva, D. Antonio Alvarez de Toledo.

Além d'uma obra interessantissima de que adiante havemos de dar conta, Henriques escreveu um livro de hygiene: *De regimine cibi ut que potus* [5]. É um commentario á *Fen tertia primi* de Avicena, que trata da dietetica. Occupa-se de todas as substancias alimentares, regulando o seu uso nos differentes estados morbidos, em harmonia com os canones dos arabes. Para nós, o maior interesse que possue é conter algumas referencias a Portugal.

---

[1] *Perfecto medico,* pag. 117, 291 e 212.

[2] Titulos das suas obras.

[3] *Retracto del perfecto medico,* pag. 110.

[4] *Bibliotheca Lusitana,* II, pag. 452. O testemunho de Barbosa é confirmado por se dizer Henriques, no *De regimine cibi,* impresso em 1594, *olim Salmanticæ publico Philosopho:* e no *Retracto del perfecto medico,* impresso em 1595, *Lector ordinario de Artes que fue en la Universidad de Salamanca e en la de Coimbra substituto de la Cathedra de Avicena y despues primero electo para la cathedra de Practica de medicina en la dicha universidad.*

[5] *De | regimine | cibi atqve potvs, | et de cæterarvm re | rũ non naturalium usu noua enarratio. | Avthore Henrico Georgio Anriquez Lusitano Guardiensi, Olim | Salmanticæ publico Philosopho. | Cvm privilegio | Salmanticæ | Excudebat Michael Serranus de Vargas. Anno 1594.*

Assim encarece a diligencia e industria das mulheres de Lisboa e Coimbra [1]; dá conta de ter visto palmeiras com fructo em Coimbra e alguns logares de Hespanha, mas sem attingirem completa maturação [2]; descreve a intensissima fome que grassou por todo Portugal no anno de 1573 [3]; censura os portuguezes por comerem carnes salgadas e defumadas [4]; elogia os vinhos portuguezes e prescreve-os em certos estados morbidos [5]; menciona uma epidemia de influenza que em setembro e outubro de 1580 se estendeu por toda a Europa, e sobre a qual escreveu Henriques um tratado que nunca viu a publicidade [6]; refere-se a macrobios portuguezes e dá conta de dois existentes na Guarda, um dos quaes tinha cento e quinze e outro cento e trinta annos [7]; falla de producções das ilhas de S. Thomé e Madeira [8], etc., etc.

DEONTOLOGIA MEDICA

A deontologia medica teve tambem culto n'esta época. Os livros que o indicam ainda hoje poderiam ser lidos com certo proveito.

O primeiro que se offerece á nossa consideração é o attribuido erradamente a Affonso de Miranda e publicado por seu filho Jeronymo, medico de D. Sebastião [9]. N'elle se exige

---

1 Pag. 14.
2 Pag. 25.
3 Pag. 35.
4 Pag. 37.
5 Pag. 209 e 213.
6 Pag. 264.
7 Pag. 297.
8 Pag. 323.
9 *Dialogo da per- | feyçam & partes que sam ne- | cessarias ao bom medico. | Dirigido ao muyto alto & se- | renissimo Principe Rey dom | Sebastiam,*

para o medico uma erudição variada: que conheça bem o latim, o grego e até o arabe, para que possa lêr os textos originaes de Avicena, Rhasis, Averrhoes e outros; que saiba philosophia natural, visto como esta é o eixo em que gira a medicina; que tenha em verdadeira consideração a astrologia, pela influencia manifesta que sobre o corpo humano exercem os corpos celestes, e, para saber a astrologia, que estude a fundo as mathematicas; que possua a anatomia, indispensavel ao medico e ao cirurgião, e cujo estudo então se podia fazer em Salamanca, Coimbra e Valladolid [1]; e que viaje para desenvolver o espirito nas relações que estabeleça com medicos de paragens e climas differentes.

No exercicio da profissão deve o medico guardar os segredos que lhe forem confiados, como um confessor, e ao mesmo tempo ser discreto, prudente, aceado, grave, cortez, gracioso sem caír na chocarrice, e largo com os pobres, repartindo com elles o que receba dos ricos.

Por ultimo, o livro occupa-se da influencia dos climas na acção dos productos animaes e vegetaes empregados em therapeutica; e, dirigindo-se aos boticarios, censura o uso de certas preparações pharmaceuticas, zomba da nomenclatura da época, e põe termo ao dialogo com a proclamação do princi-

---

primeyro | deste nome. Nosso | senhor. | Em Lixboa. | Per Joam Aluarez, impressor del Rey. | Anno de MDLXII.

Colophon:

Acabou-se de imprimir o presente dialo- | go em a muyto nobre & sempre | le- | al cidade de Lixboa, em casa | de Joam Aluares impres- | sor del Rey. | Aos X dias de Julho de MDLXII | Annos.

A proveniencia d'este livro conclue-se da seguinte passagem: «Achou este dialogo Affonso de Miranda, contador do Reyno e casa de V. A., entre os livros e papeis de seus filhos que estudavam em Coimbra e Salamanca e em outras Universidades, e lh'o fez trasladar de Latim em linguagem».

Os interlocutores do *Dialogo* são Philiatro e o celebre professor de Salamanca Fernan Nuñez de Gusman, mais conhecido pelo nome de Pinciano ou tambem pelo de commendador grego.

[1] Fol. 13 v.

pio que affirma, em materia de medicina, o predominio da força medicatriz da natureza.

Certamente notavel é a obra de Henrique Jorge Henriques em que se faz o retrato do perfeito medico [1]. D'ella e com justiça diz Morejon que nunca será esta precisa obra bastantemente encomiada: « pues ademas de contener la moral mas sublime, digna de que todos los medicos la pusiessen en practica, esta escrita con tanta erudicion, tan amenizada con casos curiosos y entretenidos, y es tan rica de noticias historicas, que reune las mejores circumstancias para inculcar a los medicos las maximas de la moral mas pura, con que nos retrata al medico perfecto ».

Começa Henriques por mostrar a utilidade e antiguidade da medicina, e logo reclama do medico perfeito que seja humilde, e não vaidoso e soberbo; caritativo para com os pobres, manso, benigno, affavel e de modo algum vingativo; discreto e não murmurador, lisongeiro ou invejoso; prudente, temperado, e não ousado em demasia; que seja continente e honesto; inclinado ás letras e curioso; trabalhador na sua arte e de modo algum dado á ociosidade; erudito, mas sem affectação e por maioria de razão sem charlatanismo. Incidentemente, trata dos damnos causados por aquelles que, sem terem d'ella conhecimento perfeito, se occupam de medicina e attribue ao pouco zelo no seu castigo o desenvolvimento d'este mal.

No segundo dialogo, requer-se que o medico perfeito te-

---

[1] *Retrato | del perfecto | Medico, dedicado a | Don Antonio Alvarez de Toledo Beaumont Du- | que de Alua, y de Huescar, Marques de Coria, Alfe- | rez mayor, y Condestable de Nauarra, conde de | Lerim y de Saluatierra, Señor de | Val de Corneja &c | Compuesto por el Licenciado Henrico Iorge Anriquez Lusita- | no, Medico de su Camara, Lector ordinario de Artes que fue | en la Vniuersidad de Salamanca y en la de Coimbra substituto | de la Cathedra de Auicena, y despues primero electo | para la cathedra de Practica de Medicina | en la dicha Vniversidad.* | (Uma vinheta). *Con privilegio.* | *En Salamanca.* | *En casa de Iuan y Andres Renaut Impressores.* | *MDXCV.*

nha tido bons professores, e haja estudado com methodo e largo tempo, fóra da sua patria. Exige-se que possua experiencia, mas sem chegar a idade provecta; que tenha boa memoria e bom julgamento, e que conheça bem a rhetorica; e ventila-se qual deve ser a sua estatura, a sua physionomia e ainda qual a sua linhagem, visto que certos povos têm uma tendencia especial para a cultura d'esta sciencia.

Recommenda-se novamente no terceiro dialogo a humildade ao medico, e mais se lhe pede que use de vestuario decente, elogiando-se os reis de Portugal por haverem tomado disposições relativas a trajes e vestidos; que seja limpo, tenha bom halito, fuja do vinho e da ociosidade, seja temperado no comer e honesto, evitando a luxuria que prejudica as operações do entendimento, que zele a sua honra, conheça bem as linguas latina, grega e arabe, e finalmente que seja bom astrologo, visto como de todos é conhecida a influencia que os astros exercem sobre o corpo humano.

Requer-se no quarto dialogo que o medico perfeito seja cauteloso e exacto no prognostico, visto que assim conquistará a confiança dos enfermos; que seja desinteressado no exercicio da profissão, filho de gente honrada e pacifico, e conhecedor da anatomia que então se ia vulgarisando na peninsula.

No quinto e ultimo dialogo, recommenda-se que o medico faça com que os doentes recebam os Sacramentos da egreja, reprehendendo-se a negligencia que alguns tinham a este respeito. Admitte-se que o medico tenha recreio honesto, fugindo dos jogos de cartas, mas permittindo-se-lhe, como em harmonia com a gravidade da profissão, o jogo do xadrez. Requer-se que o medico fuja da mentira, busque as viagens, se dê ao estudo da cosmographia, tenha conhecimento da musica e da poesia, seja bom physionomista; e possua as mathematicas, a dialectica, a philosophia moral e a metaphysica. Termina o livro com algumas palavras relativas aos salarios dos medicos, ás superstições introduzidas na pratica da medicina, á natureza dos venenos e ainda á conveniencia que o medico tem em ausentar-se da patria, que rara vez deixa de ser madrasta dos bons engenhos.

Explanando os differentes assumptos indicados, Henrique Jorge Henriques manifesta conhecimentos não vulgares, e justificadissima é a opinião do nosso illustre collega dr. José Carlos Lopes, quando diz: «E é tal a caudal de erudição, que corre pelas paginas do livro, erudição bebida, a um tempo, nas obras primas dos medicos, philosophos, historiadores e poetas da antiga Grecia e do Lacio, e nas dos contemporaneos do auctor, que é pouco tudo quanto possa dizer-se em louvor de tão peregrino escriptor, sobredourado por um estylo simples e correcto, em que o *humour* põe, a espaços, umas vibrantes notas causticas, sempre que vem de molde o censurar os maus medicos, ou verberar o impudor dos charlatães desbragados» [1].

O *Medicus Politicus* de Rodrigo de Castro, de quem já nos occupamos, deve ser considerado, como bem diz o seu mais completo biographo, o snr. Pedro Dias, o seu testamento medico. Obra a um tempo de philosophia e deontologia medicas, o seu auctor pronuncia-se n'ella contra as seitas dos empiricos, dos methodistas e chimiatras, e acceita uma doutrina em que allia a razão com a experiencia. Insiste minuciosamente sobre as qualidades e conhecimentos que deve possuir o medico. A este respeito estabelece uma judiciosa distincção entre a astronomia e a astrologia, mostrando quanto a primeira, pelo estudo dos phenomenos physicos da natureza, da salubridade do ar e das condições atmosphericas, póde ser util ao medico, ao passo que a segunda, com a sua pretensão a prevêr os acontecimentos, deve ser reputada falsa e imaginaria.

Rodrigo de Castro desenvolve com grande latitude o papel do medico nas diversas circumstancias em que se póde encontrar, nas suas relações com os doentes e com o estado, e a este respeito cita factos da sua vida quer de clinico, quer de perito, em que o seu procedimento póde servir de exemplo a imitar. São sobretudo de notar-se os capitulos em que se

---

[1] *Archivos de historia da medicina portugueza*, III, pag. 76.

refere á simulação das doenças, em que se evidencía espirito engenhoso na descoberta das fraudes. Referindo-se a este livro, diz Beaugrand, insuspeito de parcialidade: «É um verdadeiro codigo de dignidade e de moralidade profissionaes, que se applica a todos os tempos e que faz a mais levantada honra aos sentimentos d'aquelle que o escreveu» [1].

FIM DO PRIMEIRO VOLUME

---

[1] *Roderici a Castro Lvsitani Philos. ac Medic. Doct. per Europam notissimi.*

Medicus politicus: sive de officiis medico-politicis tractatus, quatuor distinctus Libris: in qvibus non solvm bonorvm medicorum mores ac virtutes exprimuntur, malorum veró fraudes & imposturæ deteguntur: verum etiam pleraque, alia circa novum hoc argumentum utilia atque jucunda exactissime proponuntur. Opus admodvm vtile medicis, ægrotis, ægrotorum assistentibus & cunctis aliis litterarum, atque adeo politicæ disciplinæ cultoribus.

Hamburgi, Ex Bibliopolio Frobeniano 1614.

Além d'esta vimos outra edição de Hamburgo, *Ex bibliopolio Zachariæ Hertelii, Anno de 1662.*